Fabiano Cataldo de Azevedo
Simone Trindade Vicente da Silva
Tanira Fontoura

ORGANIZADORES

AS MULHERES E SUAS BIBLIOTECAS

NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO: CULTURA MATERIAL E PERCURSOS.

Organização:
Fabiano Cataldo de Azevedo (Museu Imperial/IBRAM; ICI/UFBA).

Simone Trindade Vicente da Silva (Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Tecnomuseu)

Tanira Fontoura (Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Pérola Iyá Consultoria)

Capa/diagramação:
Pablo RLemos (Pantone Design)

Normatização ABNT:
Kátia Marina da Cunha e Silva (Biblioteca do IPPUR/UFRJ)

Coordenação Editorial:
Aníbal Gondim (Tecnomuseu)

Editora:
Museu Carlos e Margarida Costa Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M956 As mulheres e suas bibliotecas no contexto do patrimônio bibliográfico [livro eletrônico] : cultura material e percursos / Organizadores Fabiano Cataldo de Azevedo, Simone Trindade Vicente da Silva, Tanira Fontoura. – Salvador, BA: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 2024.

Formato: ePUB
Requisitos de sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89740-03-2

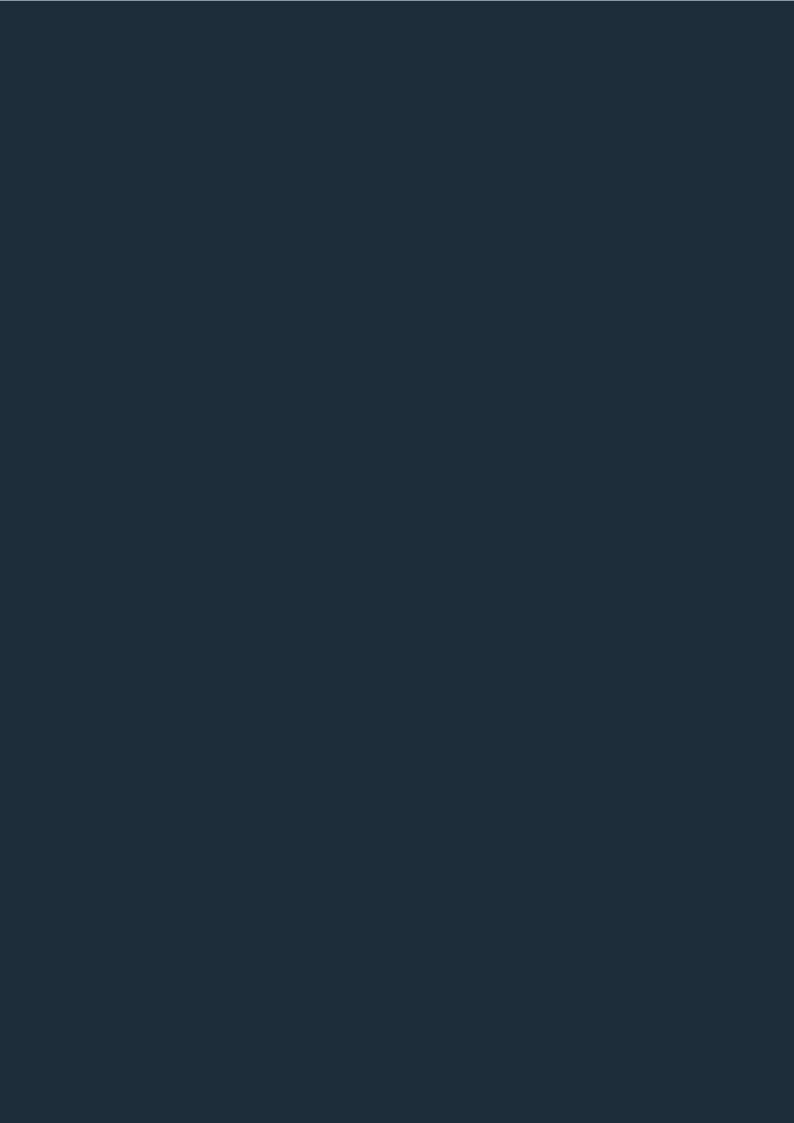
1. Bibliotecas e sociedade. 2. Mulheres. 3. Livros. I. Azevedo, Fabiano Cataldo de. II. Silva, Simone Trindade Vicente da. III. Fontoura, Tanira.
CDD 027.009

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Realização:

Apoio financeiro:

Apoiadores:

MINISTÉRIO DA
CULTURA

O livro dedicado in memorian

À Sra. Margarida Costa Pinto

O livro em homenagem

À Profa. Dra. Ana Maria Camargo

(Universidade de São Paulo/BRASIL)

Sumário

Apresentação 16
Barbara Maria Teles Carvalho dos Santos
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Bahia/Brasil)

"O livro e sua trajetória: do encantamento à publicação". 21
Fabiano Cataldo de Azevedo
(Museu Imperial/IBRAM; Instituto de Ciência da Informação/UFBA/Brasil)

Simone Trindade Vicente da Silva
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Bahia/Brasil)

Tanira Fontoura
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Bahia/Brasil)

Prefácio 32
Constância Lima Duarte
(Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil)

As Mulheres e suas Bibliotecas

Apontamentos sobre a biografia da Biblioteca de Dona Margarida Costa Pinto — 41

Fabiano Cataldo de Azevedo
(Museu Imperial/IBRAM; Instituto de Ciência da Informação/UFBA/Brasil)

Simone Trindade Vicente da Silva
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Bahia/Brasil)

Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Bahia/Brasil)

"Los libros de María Asúnsolo en la Biblioteca Nacional de México". — 59
Silvia Salgado Ruelas
(Universidad Nacional Autónoma de México/México)

"Da escritora à leitora: a escrita feminina nas bibliotecas das religiosas do Mosteiro da Piedade de Tavira (Portugal) no século XVIII". — 73
Fernanda Maria Guedes de Campos
(Centro de Humanidades-CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Portugal)

"Magdalena Morska's Zarzecze book collection in view of library materials held in the Ossolineum". — 91
Dorota Sidorowicz-Mulak
(The Ossoliński National Institute/Polonią)

"De quem são os livros? Pensar Genealogias Culturais Femininas a partir das marcas de posse de livros da Biblioteca do Palácio Fronteira em Lisboa". — 108
Vanda Anastácio
(Universidade de Lisboa/Portugal)

"Traços bibliofílicos da Profa. Annunciada Chaves (1915-2006)". — 119
Elisangela Silva da Costa
(Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, PA/Brasil)

"Imperatrizes do Brasil e suas bibliotecas: legado de Ciência e Cultura para o Patrimônio Bibliográfico Brasileiro". 133
Jandira Helena Fernandes Flaeschen
(Fundação Biblioteca Nacional/Brasil)

"A Biblioteca de Julinha e Lô Conde". 144
Alicia Duhá Lose
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

Vanilda Salignac Mazzoni
(Ateliê de Conservação e Restauração Memória e Arte/Brasil)

"A Biblioteca Nélida Piñon no universo Ibero-Americano". 160
Carlos Alberto Della Paschoa
(Instituto Cervantes Rio de Janeiro/Brasil)

"As bibliotecas de mulheres do Lugares de Memória da Universidade Federal da Bahia: suas leituras e escritas". 169
Maria Alice Santos Ribeiro
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

Fabiano Cataldo de Azevedo
(Museu Imperial/IBRAM; Instituto de Ciência da Informação/UFBA/Brasil)

Glauber de Assunção Moreira
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

Thiago Sarmento Correia
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

"Escritas, escritoras e bibliotecas: uma questão delicada". 194
Nancy Rita Ferreira Vieira
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

As Mulheres e os Livros

"Elvira Foeppel: desconstruindo sua produção literária". 213
Vanilda Salignac Mazzoni
(Ateliê de Conservação e Restauração Memória e Arte/Brasil)

"Da biblioteca ao palco: Nivalda Costa e sua produção dramatúrgica negro-aguerrida". 231
Débora de Souza
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

"Uma bibliófila esquecida: Flora de Oliveira Lima (1873-1940)". 244
Nathália Henrich
(Oliveira Lima Library. Catholic University of America/EUA)

"Maria Rosa da Conceição Serva: a primeira empresária das letras no Brasil (1819-1846)". 261
Pablo A. Iglesias Magalhães
(Universidade Federal do Oeste da Bahia/Brasil)

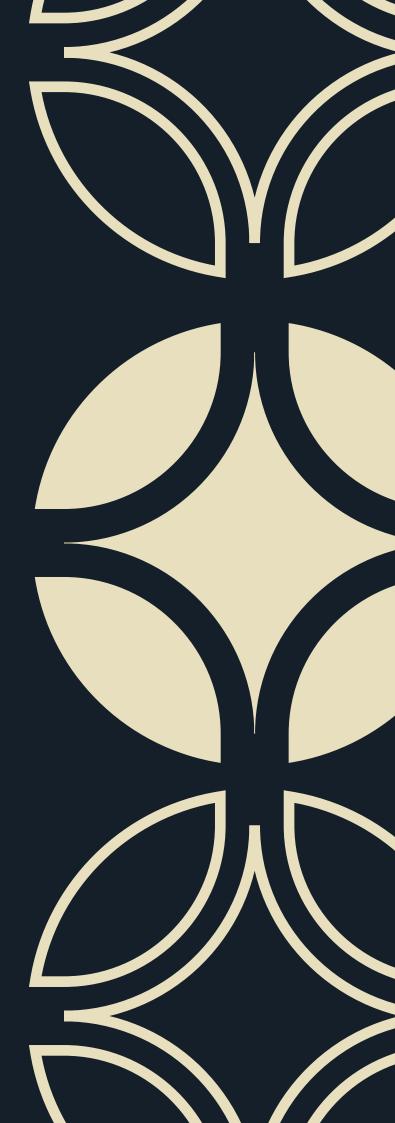
"Women and books in England in the seventeenth century". 276
David Pearson
(University of London/Inglaterra)

"O impresso, a oralidade e as mulheres: uma relação dialética na constituição de acervos". 308
Alvanita Almeida Santos
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

"Con permiso de la prelada, los papeles y los libros: cultura escrita en los conventos femininos de Nueva España". 322
Idalia García
(Universidad Nacional Autónoma de México/México)

Xixián Hernández de Olarte
(Universidad Nacional Autónoma de México)

Depoimento

"Biblioteca de Ana Maria de Almeida Camargo: um percurso afetivo". 342
Maria Celina Soares de Mello e Silva
(Museu de Astronomia e Ciências Afins/Rio de Janeiro/Brasil)

Apresentação

Barbara Maria Teles Carvalho dos Santos
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Bahia/Brasil)

Apresentação

É com grande satisfação que apresento esta obra singular, intitulada "As Mulheres e Suas Bibliotecas no Contexto do Patrimônio Bibliográfico: Cultura Material e Percursos", sob a organização de Fabiano Cataldo de Azevedo (Museu Imperial/IBRAM; ICI/UFBA), Simone Trindade (Museu Carlos e Margarida Costa Pinto/Tecnomuseu) e Tanira Fontoura (Museu Carlos e Margarida Costa Pinto), retomando a linha editorial do Museu Carlos e Margarida Costa Pinto.

Este livro, fruto do Seminário Internacional realizado em dezembro de 2022, traz uma importante contribuição para o estudo da relação das mulheres com a cultura escrita, focando especialmente em suas bibliotecas pessoais. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, com abordagens que abrangem a museologia, a biblioteconomia, a arquivística e a história cultural, os diversos autores nos brindam com instigantes análises sobre a formação e trajetória de acervos bibliográficos constituídos por mulheres em diferentes contextos históricos e sociais.

As bibliotecas pessoais, mais do que meras coleções de livros, revelam as escolhas, os interesses e o universo intelectual de suas proprietárias. São verdadeiros patrimônios bibliográficos que carregam em si a marca da personalidade e da atuação dessas mulheres na sociedade e na cultura de seu tempo. Ao adentrarmos nesses acervos, somos convidados a conhecer figuras femininas notáveis, muitas delas pouco lembradas pela historiografia tradicional.

Através de um olhar atento para a cultura material, os autores nos mostram como os livros, em sua materialidade, trazem histórias a serem desvendadas. Marcas de proveniência, anotações manuscritas, encadernações especiais, todos esses

elementos ajudam a reconstruir a relação afetiva e intelectual dessas mulheres com suas bibliotecas.

Destaco ainda a relevância deste livro ao trazer à tona acervos pouco conhecidos ou estudados, contribuindo para dar maior visibilidade à participação da mulher no mundo dos livros e das letras. É um convite para continuarmos a investigar e valorizar esse patrimônio tão rico e diversificado.

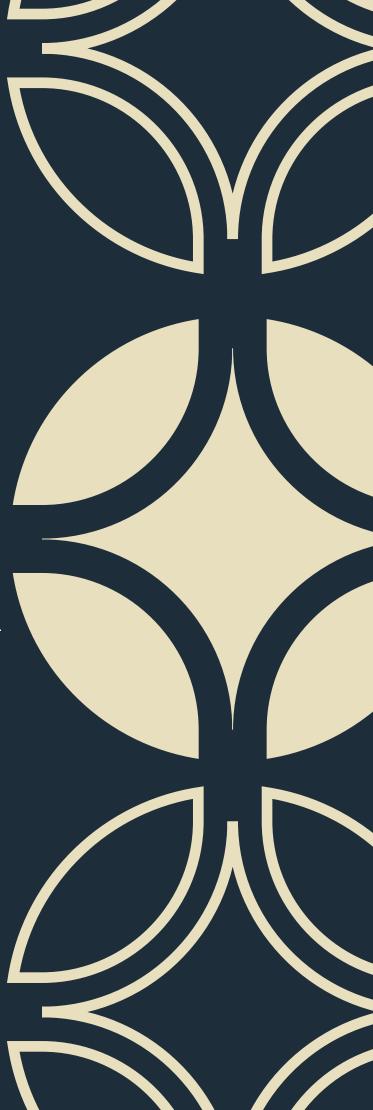
Neste contexto, é oportuno mencionar que o Museu Carlos e Margarida Costa Pinto, instituição que tenho a honra de dirigir, está vivenciando um novo momento ao recontar sua própria história. Ao acrescentarmos ao nome do museu o nome de sua fundadora, Dona Margarida Costa Pinto, buscamos reconhecer e valorizar o papel feminino e sua importância para a arte e a cultura. Dona Margarida, ela mesma uma bibliófila, criou e manteve sua biblioteca pessoal, que integra o acervo da nossa Fundação até os dias de hoje, perpetuando assim seu legado e paixão pelos livros. Cabe ressaltar que a Biblioteca Margarida Costa Pinto, criada em 1974, foi organizada pela bibliotecária Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos, que por mais de 30 anos de dedicação realizou um trabalho referencial, que é apresentado nesta publicação.

Parabenizo os organizadores e autores por seus trabalhos, que certamente estimularão novas pesquisas e reflexões sobre as mulheres e suas bibliotecas. Que a leitura dessas páginas nos inspire a valorizar cada vez mais o protagonismo feminino na preservação e difusão da cultura escrita.

Bárbara Maria Teles Carvalho dos Santos

Diretora executiva do Museu Carlos e Margarida Costa Pinto

Barbara Maria Teles Carvalho dos Santos

Museóloga, formada pelo Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Membro do ICOM - Conselho Internacional de Museus. Graduada em inglês pela Escola Baiana de Expansão Cultural (EBEC). Dedica-se á área de museografia, sendo responsável pelas principais exposições realizadas no Museu Carlos e Margarida Costa Pinto, de longa e de curta duração, como curadora e/ou responsável pelo projeto museográfico. Trabalha no Museu Carlos e Margarida Costa Pinto desde 1976. Assumiu a Coordenação da instituição em 2006 e de Superintendente em 2011, quando iniciou a reestruturação do Museu, implantando uma gestão sistêmica. Assumiu o cargo de Diretora executiva da instituição em 2017.

"O livro e sua trajetória: do encantamento à publicação".

Fabiano Cataldo de Azevedo
(Museu Imperial/IBRAM; Instituto de Ciência da Informação/UFBA/Brasil)

Simone Trindade Vicente da Silva
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto; Tecnomuseu/Bahia/Brasil).

Tanira Fontoura
(Museu Carlos e Margarida Costa Pinto; Pérola Iyá Consultoria/Bahia/Brasil).

“O Livro e Sua Trajetória: Do Encantamento à Publicação”

Em um mundo onde a cultura material e os roteiros bibliográficos se entrelaçam com a história e a memória, surge o livro "As Mulheres e suas bibliotecas no contexto do patrimônio bibliográfico: cultura material e percursos". Este trabalho é fruto de um profundo desejo de manter viva a discussão iniciada durante o Seminário Internacional "As Mulheres e suas Bibliotecas pessoais no contexto do patrimônio bibliográfico e documental", ocorrido em Salvador, Bahia, de 1 a 3 de dezembro de 2022. Organizado pelo Museu Carlos e Margarida Costa Pinto, Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental (Instituto de Ciência da Informação/UFBA) e Tecnomuseu.

O seminário abordou temas, como os usos e espaços das bibliotecas de mulheres, os destinos dessas coleções, aspectos materiais e patrimoniais dessas bibliotecas, mulheres apagadas na cultura impressa e a preservação e pesquisa nesses acervos. Essas discussões não se limitaram ao evento, mas se expandiram e ganharam novas perspectivas com a contribuição de autores que, embora não tenham participado do seminário, compartilham um profundo envolvimento com a temática.

"O Livro e Sua Trajetória: Do Encantamento à Publicação"

O livro, que no momento, será disponibilizado em formato e-book e de acesso aberto, é dedicado *in memoriam* à Sra. Margarida Costa Pinto e é uma homenagem à Profa. Dra. Ana Maria Camargo (Universidade de São Paulo). A bibliofilia, esse amor aos livros, que remonta a tempos imemoriais, tem sido predominantemente associada aos homens, relegando as mulheres a um papel marginalizado na história do colecionismo.

Este cenário, contudo, vem mudando. O livro "As Mulheres e suas bibliotecas" é um testemunho dessa transformação, que busca lançar luz sobre a importância das bibliotecas formadas por mulheres, não apenas como coleções de livros, mas como espaços de poder, conhecimento e resistência. Além de evidenciar, devido às diferentes temporalidades, como diversos fenômenos de narrativa negativa ainda se associam à figura da mulher como cientista, intelectual ou como uma amante das letras, ainda que sem ligação com a academia ou com redes de poder. Através de 24 capítulos, escritos por autores de cidades como Salvador, Pará, Rio de Janeiro, Petrópolis, Londres, Cidade do México, Lisboa, Washington e Breslávia[1], os textos foram agrupados em duas categorias: As Mulheres e suas Bibliotecas[2] e As Mulheres e os Livros. A ausência da Professora Ana Maria Camargo, que não chegou a escrever seu capítulo, é sentida, mas sua presença é delimitada na última sessão, que traz um depoimento emocionante da Professora Maria Celina Soares de Melo e Silva (MAST), que conheceu sua biblioteca e, da relação orientadora e orientanda, se tornaram amigas.

Esta obra não é apenas uma contribuição acadêmica ao debate sobre o patrimônio bibliográfico feminino; é um ato de reconhecimento e celebração da presença feminina na cultura impressa e na ciência. É um grito de "estamos aqui", um manifesto de resistência, resiliência e força. A decisão de associar as bibliotecas formadas por mulheres ao patrimônio bibliográfico reflete um descontentamento com os discursos sutis que ainda tentam diminuir o papel das mulheres como intelectuais e cientistas.

---

[1] Nos textos em línguas inglesa e espanhola foi mantida a estrutura de citação no corpo do texto, conforme enviado pelos autores.

[2] Ao abrir a seção "Mulheres e suas bibliotecas", embora não adote uma estrutura semelhante aos posteriores – brilhantemente escritos por pesquisadores de várias cidades do Brasil e fora – ocupa essa posição como forma de homenagem a Dona Margarida Costa Pinto. Sua origem está em uma comunicação apresentada no Seminário já citado, onde o Prof. Fabiano Cataldo foi mais um mediador/expectador, junto às exposições feitas pela Museóloga Simone Trindade Vicente da Silva e pela Bibliotecária Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos, egressas dos cursos de Museologia e Biblioteconomia da UFBA, respectivamente.

O próprio processo da chamada “instrução” no Brasil, que precede o modelo formal de educação, no início do empreendimento colonial no Novo Mundo, deixa evidente os “sujeitos” que tiveram acesso ao ambiente dos ensinamentos, onde os agentes de monitoramento refletiam as relações entre Igreja e Estado. Com isso, o estágio de vida, trabalho e formação estavam sob controle social das esferas de poder e, por isso, as estruturas do pensar estavam sob vigilância.

Os ensinamentos objetivavam atingir um modelo de ratificação de valores e status para atender às prerrogativas da administração colonial, fato que submetia o indivíduo “homem”, e já excluía o segmento feminino. O “aparelho escolar” representou mais um instrumento de fiscalização a serviço do grupo dominante.

Nesse contexto, o ensino para mulheres, desde cedo, no Brasil, foi algo completamente inacessível, resumindo-as ao recinto da casa e apenas à necessidade de construir uma família e, sem ao menos, ter acesso ao esquema de ensinamento acrítico. E, assim, o cenário era de analfabetismo e o descaso com ensino primário e secundário, com diferenças para as áreas técnicas e de nível superior, onde as bases erguidas eram com as colunas da desigualdade.

Mesmo diante de enormes dilemas, que vão desde a assimilação de conhecimento, espaços de vida coletiva, padrões e especificidades culturais, formação profissional frente à velha dominação que visava impedir que os indivíduos fossem agentes construtores de sua própria história, as mulheres foram, aos poucos, encontrando formas de driblar essas barreiras, buscando conhecimento, onde a leitura se torna a grande aparelhagem de superação dessa condição de anulação e invisibilidade.

A formação de núcleos de colecionismo de livros, o contato com uma literatura diversa e a imersão nessa experiência do conhecer escritas se tornam elementos vitais para mudanças nesse status de controle do saber e pensar. Assim é o caminhar desse grupamento de gênero, com outras percepções e descobertas, encarando seu papel nas transformações sociais necessárias, enxergando os enfrentamentos cabíveis, e com a

perspectiva do novo olhar, onde os desafios eram o estímulo à busca da transformação. A escrita, a leitura, o colecionismo, a bibliofilia passavam a marcar um momento político, onde as mulheres fizeram de suas coleções e produções o seu sentido de vida para superar as limitações e, num futuro, assumir tudo isso como instrumento libertador.

Os organizadores, realizadores, apoiadores, literatos e participantes do Seminário Internacional "As Mulheres e suas bibliotecas pessoais no contexto do patrimônio bibliográfico", acreditando na força das mulheres da América, da Europa e do Brasil, e sua importância no preenchimento da lacuna sobre o reconhecimento de seus legados para a cultura literária, inclusive no campo acadêmico, possibilitaram a reunião de conteúdos primorosos nesse encontro, onde a questão de gênero alcança, inclusive, as diferenças de status social, círculo religioso e, também, o âmbito identitário que, agora, traz como resultado o E-book como testemunho da riqueza dos acervos deixados por inúmeras mulheres que são fonte para as reflexões, análise e pesquisa..

Mesmo diante de tantas barreiras e dificuldades grandes construções alcançaram o futuro e que, nesse trabalho, se descortinam como mais e mais possibilidades de mergulhar em outros universos e trazer à tona uma diversidade de casos e exemplares que ainda estão por sair da invisibilidade.

As observações e considerações apresentadas nas comunicações despertaram encantamento e, todo esse material, agora, é a alma do trabalho proposto, onde a leitura e o conhecimento, a valorização do livro, a formação de bibliotecas particulares mostram a cumplicidade entre as obras e suas instituidoras, que fizeram do exercício da leitura um mundo paralelo a sua condição subalternizada numa sociedade machista, sexista e discriminatória.

O primoroso trabalho dessas mulheres em adquirir, guardar, selecionar, preservar esses acervos, muitas vezes, foi um dos únicos momentos de direito de escolha em vida, foi o "espaço" de serem elas por elas e suas vontades e gostos, numa relação de entendimento entre as partes e que geram a capacidade de criação de redes de sociabilidade do pensar e escrever na contemporaneidade.

Até mesmo o silêncio teve voz através do colecionismo e, no caso de D. Margarida Costa Pinto, a bibliófila inspiradora do Seminário e desta publicação, a coleção de peças de artes decorativas adquiridas por seu marido Carlos Costa Pinto somente se solidificou em estrutura museal graças à semente primordial da biblioteca dessa mulher. Seu senso de organização espetacular deixou claro que colecionar não é um ato apenas comum aos homens, mas que atravessa gerações, sendo apropriado pelas mulheres e suas buscas por ocupar espaços cada vez maiores, vendo e sentindo seu lugar no mundo, onde os apagamentos passam a ser, aos poucos, minimizados quando os acervos são “descobertos”. O livro, em sua mágica circulação, é o grande facilitador de ensino-aprendizagem, encaminhando para uma escrita de novos tempos a partir de um pensamento crítico na sociedade e consequente transformação da humanidade.

E, o trabalho não se esgota nesse material. Esse é apenas o início de muitas caminhadas para futuras edição de obras, reedição de catálogos de bibliotecas e, principalmente, uma provocação sobre a necessidade de criar um fundo ou centro de pesquisa nos Institutos de Ciência da Informação voltado para essas memórias de gênero.

Agradecimentos

Agradecemos aos autores pela paciência, dedicação e confiança depositada neste projeto. O livro "As Mulheres e suas bibliotecas no contexto do patrimônio bibliográfico: cultura material e percursos" é nossa tentativa de contribuir na luta pela visibilidade e reconhecimento das mulheres no mundo dos livros e além. Convidamos todos a embarcar nesta jornada de descoberta, reflexão e celebração das mulheres e suas bibliotecas, pilares fundamentais do nosso patrimônio bibliográfico e cultural.

Gostaríamos também de expressar nossa gratidão às pessoas que estiveram envolvidas no evento, o qual estimulou a produção deste livro, esperado ser um lugar de memória, força, luta e resistência, bem como àquelas que, por meio de suas instituições, apoiaram a publicação. São elas:

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);
Ana Cristina Camandulli (Real Gabinete Português de Leitura/RJ);
Ana Cristina Dias Coelho (IPAC/SECULTBA);
Ana Maria Camargo (Departamento de História/USP);
Aníbal Gondim (Tecnomuseu);
Carolina de Souza Santana (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);
Claudia Maria Souza Costa (Museu Imperial/IBRAM/MinC);
Cristina Dondi (Consortium of European Research Libraries);
Déa Márcia de Almeida Federico (IPHAN/BA);
Denise Braga Sampaio (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);
Evelina de Carvalho Sá Hoisel (Instituto de Letras/UFBA);
Gilda da Conceição Santos (Real Gabinete Português de Leitura);
Gillian Leandro de Queiroga Lima (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);
Hildenise Ferreira Novo (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);
Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo (Sistema de Bibliotecas da UFBA);

Iole Costa Terso (Sistema de Bibliotecas da UFBA);

Ivana Aparecida Borges Lins (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);

Joaquim Rodrigo de Souza Dourado (Escola Baiana de Arte e Decoração/Salvador);

José Carlos Sales dos Santos (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);

Karolina Duarte da Costa (Graduanda em Biblioteconomia/UFBA);

Kátia Leal da Silva (Colégio Sagrado Coração de Maria/RJ);

Leyde Klebia Rodrigues da Silva (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);

Luciana Martins (Graduanda em Biblioteconomia/UNIRIO);

Mabel Meira Mota (Instituto de Ciência da Informação/UFBA);

Maria José da Silva Fernandes (Fundação Biblioteca Nacional);

Marli Gaspar Bibas (ICICT/Fiocruz);

Maurício Vicente (Museu Imperial/IBRAM/MinC);

Tatiana Nascimento de Souza (Graduanda em Biblioteconomia/UFBA).

Por fim, agradecemos:

Ao Museu Carlos e Margarida Costa Pinto

CONSELHO CURADOR:

Henrique Gonçalves Trindade (Presidente);

Sérgio Ferreira dos Santos (Vice-Presidente);

Gilberto Pedreira de Freitas Sá (Conselheiro);

Ivone Maria Chaves Jucá Rolim (Conselheira);

Ronald Schenkels (Conselheiro);

Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos (Conselheira).

CONSELHO FISCAL:

André Américo Barbosa Chaves (Conselheiro);

Heliana Guimarães Diniz (Conselheira);

Roberto Risério D'Almeida (Conselheiro).

EQUIPE

Bárbara Carvalho dos Santos (Diretora executiva);

Simone Trindade (Diretora adjunta cultural);

Tanira Fontoura (Arte Educadora);

Cláudio Natividade de Jesus (Guarda de sala);

Marcelo dos Santos Souza (Guarda de sala);

Nivaldo Silva de Jesus (Guarda de sala);

Paulo Celso Lima Barbosa (Guarda de sala);

Antônio Henrique Almeida dos Santos (vigilante);

Arnaldo Sezino dos Santos (vigilante);

João Teixeira Filho (jardineiro);

Manoel Batista Carneiro Filho (porteiro);

Marivaldo Silva (vigilante);

Diogo Cintra Cunha Meira (estagiário de Museologia).

Ao Fundo de Cultura do Estado da Bahia, gerido pela Secretaria de Cultura, em articulação com a Secretaria da Fazenda do Governo do Estado da Bahia, que apoia financeiramente o Museu Carlos e Margarida Costa Pinto através do Edital de Ações Continuadas, que viabilizou a produção deste e-book.

A todas as instituições apoiadoras.

A todos os que amam os livros

Evoé!

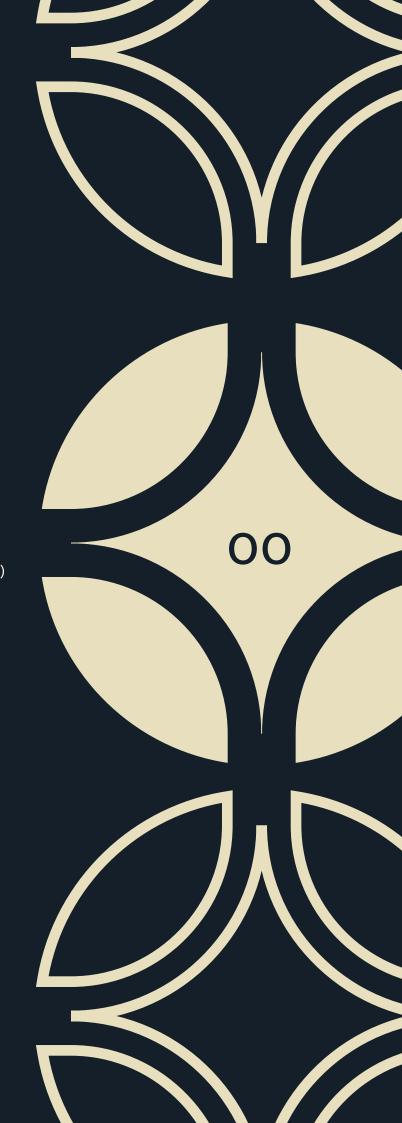
Fabiano Cataldo de Azevedo

Doutor em História (UERJ), Mestre em Memória Social (UNIRIO) e Bacharel em Biblioteconomia (UNIRIO). Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) até julho de 2023 quando foi cedido para o Museu Imperial - Petrópolis (Rio de Janeiro), para cargo de Pesquisador. Participa como convidado do Consortium of European Research Libraries (CERL). Integrou o comitê executivo do Rare Books and Special Collection Section da IFLA (2014-2019; 2023-2024). É líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Patrimônio Bibliográfico e Documental. Professor permanente do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST). Dedica-se a pesquisas sobre Coleções Especiais; Patrimônio Bibliográfico e Documental; Conservação Preventiva em Bibliotecas; História do Livro Impresso e das Bibliotecas entre os séculos XVI e XIX; Bibliografia Material.

Simone Trindade Vicente da Silva

Graduada em História (UCSAL) e Bacharel em Museologia (UFBA). Mestre em Artes Visuais (EBA-UFBA) com o estudo sobre as pencas de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio Bibliográfico e Documental. Diretora adjunta cultural do Museu Carlos e Margarida Costa Pinto e Diretora operacional da Tecnomuseu, empresa especializada em museologia. Consultora de coleções particulares. Pesquisa sobre Artes Decorativas, em especial sobre porcelana e joalheria crioula. Pesquisadora da História e Coleção Carlos e Margarida Costa Pinto, com várias publicações na área.

Tanira Fontoura

Bacharel em História (UFBA) e em Comunicação Social com habilitação em Rádio e TV. Membro do ICOM - Conselho Internacional de Museus. Dirige a empresa Pérola Iyá Consultoria. Atua na área cultural tanto em esferas públicas quanto privadas. Coordena projetos no Complexo Cultural Catharina Paraguaçu, localizado no histórico Mosteiro da Graça em Salvador e no Memorial Mãe Menininha do Gantois, um dos mais importantes representantes da Museologia de Terreiro no Brasil. Integra redes colaborativas de salvaguarda de patrimônios tombados.

Prefácio

Constância Lima Duarte
(Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil)

Prefácio

A questão é de tempo, mais nada. As mulheres sabem esperar porque, nas lutas de sua vida íntima, aprenderam à sua custa a adquirir paciência que é a magna virtude para se suportar essas crises. (Júlia Lopes de Almeida, 1908)

A epígrafe que encima esse texto expressa com rara precisão o que penso e gostaria de transmitir. Assinada pela escritora Júlia Lopes de Almeida traz a inconfundível dicção feminina e registra o que todos nós sabemos: que era só uma questão de tempo para as mulheres finalmente surgirem com força nas cenas literária e cultural de seus países. Na verdade, muitas delas estiveram presentes em praticamente todas as áreas do conhecimento desde tempos remotos, aceitassem bem ou não os seus pares... Apenas foram invisibilizadas e seus feitos esquecidos.

Virginia Woolf, em *Um teto todo seu*, de 1929, quando visitou bibliotecas à procura de obras escritas por mulheres e constatou o número quase insignificante desta produção, atribuiu o fato à misoginia que insistia em afirmar a inferioridade mental, moral e física do gênero feminino. É certo que Virginia Woolf fala de outro lugar e de outro tempo, quando as universidades inglesas não aceitavam mulheres circulando em suas dependências, muito menos o mercado de trabalho.

Mas também entre nós – seja Brasil, Portugal ou outro país – já foi assim. Durante séculos causava estranheza uma mulher manifestar o desejo de fazer um curso superior, e sua produção literária era recebida com desconfiança, ou, na melhor das hipóteses, com certa condescendência. As que ousaram enfrentar tal resistência simplesmente foram ignoradas e alijadas da memória canônica do arquivo oficial. E foi tão sistemático esse apagamento que quem se aventurasse depois a buscar as que haviam rompido o silêncio, encontrava diante de si a desordem, o vazio, o 'arquivo do mal', na arguta expressão de Derrida.

Por isso, a experiência de constituir novos arquivos e novas memórias costuma ser uma iniciativa ímpar – pois nada se compara à complexa tarefa de reconstruir histórias de vida e realizar leituras com múltiplas perspectivas, envolvendo história das mentalidades, história cultural e de gênero. O resultado para quem embarca nessa aventura é ser envolvido pelo 'mal de arquivo', tentando restaurar o arquivo justo onde ele escapa, ou seja, constatando que, para cada nome encontrado, outros, muitos outros sucumbem no silêncio. O que fazer, por exemplo, diante de tantas bibliotecas e obras de escritoras que foram destruídas pelos filhos e maridos ciumentos de seus talentos? Pulsões de morte jogam o arquivo na amnésia e aniquilam a memória, simples assim (Derrida, 2001).

Toda essa introdução se fez necessária para que eu possa expressar meu enorme respeito pelo valioso trabalho empreendido pelos organizadores do Seminário Internacional "As mulheres e suas bibliotecas pessoais no contexto do patrimônio bibliográfico e documental", ocorrido em Salvador, Bahia, em dezembro de 2022, que possibilitou, em grande medida, a organização do presente livro.

O fato de essa publicação ser dedicada à memória da professora Ana Maria de Almeida Camargo – ilustre referência em arquivologia no Brasil, recentemente falecida – me permite mais uma vez manifestar minha gratidão pelo gesto generoso que ela teve, no longínquo ano de 1985, ao abrir sua biblioteca e me presentear com a cópia do raríssimo exemplar datado de 1833, do livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* de Nísia Floresta – a escritora norte-rio-grandense tornada tema e paixão de meu doutorado. E é justo um estudo deliberadamente afetivo apresentando a "Biblioteca de Ana Maria de Almeida Camargo", assinado por Maria Celina Soares de Mello e Silva, que abre a publicação.

Os demais artigos – de investigadores do Brasil, México, Portugal, Inglaterra, EUA e Polônia, escritos em inglês, espanhol e português – fazem reflexões sobre questões relacionadas à presença e à contribuição das mulheres ao vasto mundo dos livros e da leitura, à constituição de acervos e bibliotecas e, ainda, à preservação de bens tão valiosos quanto precários, permitindo, assim, o surgimento de novas pesquisas. Outras bibliófilas são também lembradas além da homenageada, como a mexicana María Asúnsolo, Dona Margarida Costa Pinto, Magdalena Morska, Flora de Oliveira Lima e Annunciada Chaves, dentre tantas que se dedicaram à produção literária e quase desapareceram, não fosse o empenho de seus estudiosos.

A presente publicação nos reserva ainda mais surpresas, como as leituras derivadas de investigações realizadas em antigos acervos, como as Bibliotecas das Religiosas do Mosteiro da Piedade de Tavira, a Biblioteca do Palácio Fronteira de Lisboa, as Bibliotecas das Imperatrizes do Brasil e, ainda, nos conventos femininos de Nueva España ou da Inglaterra. Todas essas reflexões primam por conter preciosas revelações da presença feminina que ali permanecia oculta ao longo de séculos.

O patrimônio bibliográfico nacional também foi lembrado através de Maria Rosa da Conceição Serva – nossa primeira empresária das letras; de Nivalda Costa – pela rica produção dramatúrgica; de Elvira Foeppel – escritora e feminista baiana que finalmente ressurge no cenário acadêmico; e de Nélida Piñon, estrela maior do universo ibero-americano.

São estudos como esses aqui apresentados, os responsáveis pelo desenvolvimento intelectual e cultural das novas gerações, ampliando suas perspectivas de leitura e restabelecendo acervos e arquivos reveladores da presença das mulheres. É o passado que se faz cada vez mais presente.

REFERÊNCIAS

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Estudo e atualização do texto de Constância Lima Duarte. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Constância Lima Duarte

Doutora de Literatura Brasileira pela USP, professora da Faculdade de Letras da UFMG, pesquisadora do CNPq. Dentre os livros publicados, estão: *Nísia Floresta: vida e obra* (1995; 2008); *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil* (2005); *Mulheres em Letras*: *antologia de escritoras mineiras* (2008); *Mulheres de Minas: lutas e conquistas* (2008); *Dicionário de escritoras portuguesas* (2009); I*mprensa Feminina e feminista no Brasil – Séc. XIX*, *Dicionário ilustrado* (2016); *#NisiaFlorestaPresente: uma brasileira ilustre*, (2022); *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história* (2023), entre outros.

As Mulheres e suas Bibliotecas

Apontamentos sobre a biografia da Biblioteca de Dona Margarida Costa Pinto

APRESENTAÇÃO

> "O fascínio de uma coleção está nesse tanto que revela, nesse tanto que esconde, do impulso secreto que levou a cria-la" (Ítalo Calvino, 2010)

As linhas a seguir têm o objetivo de funcionar como ponto de partida para o desvelar da história do colecionismo bibliográfico dessa mulher, figura central que serviu como força motriz para o Seminário Internacional "As Mulheres e suas bibliotecas pessoais no contexto do patrimônio bibliográfico". A trajetória de vida de Margarida Costa Pinto, uma mulher inteligente, sagaz, silenciosa, discreta, forte e firme, evoca reflexões sobre o papel das mulheres em sua geração e anteriores, remetendo a versos da música "Mulheres de Atenas", de Chico Buarque, e à epígrafe escolhida pela Profa. Dra. Constância Lima Duarte para o prefácio.

Os textos de Simone Trindade e Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos se complementam com notável sinergia, constituindo preciosos registros documentados sobre a biografia de Dona Margarida. Simone Trindade apresenta um mapeamento do perfil da biblioteca a partir de documentos deixados por Dona Margarida, analisa e propõe a forma pela qual a biblioteca pessoal nasceu. Esses documentos incluem um inventário, os livros e os ex-líbris utilizados, o que suscita ponderações, como sobre as intenções de Dona Margarida ao produzir tais registros, práticas bibliofílicas mais comumente documentadas entre homens (Azevedo; Silva da Costa; Leal da Silva, 2020).

A análise evoca questões relevantes, como o fato de a biblioteca pessoal ser um produto de seu tempo, pautada nas escolhas de quem a formou, no conteúdo dos livros e em determinadas linhas de pensamento (Namer, 1987). No entanto, as informações presentes nos livros vão além do texto (Azevedo, 2019), como a presença de editoras e marcas de livrarias da Bahia, configurando-se em memória coletiva e patrimônio local (Silva, 2015; Mazonni; Azevedo; Lose, 2022). Assim, há muito mais a investigar em uma biblioteca como essa, independentemente das datas das publicações, evitando interpretações superficiais de "obsolência" (Carvalho, 2021) e reconhecendo sua ligação com a identidade soteropolitana.

É importante destacar que a biblioteca de Dona Margarida Costa Pinto, ainda que inicialmente – ao que parece – tenha contado com o apoio do pai e depois do marido, é uma biblioteca de mulher e formada por uma mulher, como em outros casos notáveis, a exemplo de Ema Gordon Klabin (Costa; Napoleone, 2017). Essa distinção é fundamental para compreender a singularidade e a importância dessa coleção.

Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos narra, a partir de suas memórias e material produzido por ela, o processo de institucionalização da biblioteca pessoal de Dona Margarida, que se tornou o acervo fundador da "Biblioteca Margaria Costa Pinto". Esse relato é simbólico, pois mostra como a ideia original do Museu, concebida por Carlos Costa Pinto, foi concretizada por sua esposa após sua morte prematura. Além disso, o conteúdo exposto pela autora contribui para a compreensão das práticas biblioteconômicas em Salvador, revelando o crescimento e desenvolvimento da Biblioteca.

"Apontamentos sobre a biografia da Biblioteca de Dona Margarida Costa Pinto" oferece uma perspectiva sobre elementos da trajetória da biblioteca pessoal de Dona Margarida, e destaca a importância dessa coleção como patrimônio bibliográfico e memória coletiva. Através dos relatos de Simone Trindade e Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos, é possível refletir sobre o papel das bibliotecas pessoais como espaços de expressão e resistência da mulher ao longo da história. O texto procura contribuir para a discussão sobre a importância de preservar e estudar essas bibliotecas, reconhecendo seu valor como testemunhos de uma época e de trajetórias individuais que, muitas vezes, desafiam os padrões e expectativas impostos pela sociedade.

De uma forma geral, ao longo da história, a mulher é frequentemente retratada como um sujeito subjetivo, silente e muitas vezes silenciado, mas sempre buscando meios de resistir e expandir suas ideias. Considerando a afirmação de Susan Sontag (2008) de que "literatura é liberdade", tanto na produção quanto no consumo, surge a questão: será que Dona Margarida Costa Pinto não teve sua biblioteca pessoal como um espaço de expressão e liberdade, assim como Carolina de Jesus teve seu diário em um contexto absolutamente diverso?

Realmente, não, esse texto não é o oráculo que dará essas respostas, e muito menos um ponto de chegada, mas um ponto de partida.

D. MARGARIDA E SUA BIBLIOTECA

> "O que é importante na vida de uma pessoa e o que não é? A partir do que apreciá-la e como dar conta dela?"
> (Sabrina Loriga, 2011)

O que uma biblioteca pessoal revela sobre o seu proprietário? Somos todos os livros que lemos e possuímos. Uma coleção é composta por escolhas, gostos, relacionamentos, acontecimentos. Diferentemente de uma reunião de livros, uma coleção, uma biblioteca, tem alma ou almas, no sentido de essências identitárias. Conhecer a biografia de um colecionador é buscar entender essa jornada e a complexidade da formação de uma coleção.

É difícil capturar a vida de uma pessoa. Do berço ao túmulo podemos resgatar alguns marcos temporais documentados. Como D. Margarida não deixou registrada a sua vida, memórias em primeira pessoa, recorremos aos documentos existentes e memórias dos que a conheceram. Margarida Ballalai de Carvalho nasceu em Salvador-Bahia, no dia 2 de dezembro de 1895. Era filha do comerciante João Pereira de Carvalho e de D. Helena Ballalai de Carvalho. Recebeu uma boa educação, adequada aos padrões da época para uma mulher de classe média, tendo especial gosto pelo idioma francês. O destino desejado para uma

moça prendada de boa família era um bom casamento. E assim, ocorreu o seu casamento aos 17 anos, em 2 de agosto de 1913[1], com o jovem promissor Carlos de Aguiar Costa Pinto, de 27 anos, boa família, "distincto empregado no commercio desta praça", como citado numa nota do jornal Gazeta de Notícias[2], quando do seu casamento. Segundo relatos familiares[3], Margarida encantou o seu futuro marido, que se apaixonou ao vê-la na janela da residência de seus tios Guilherme Duarte do Nascimento e Luiza Ballalai do Nascimento (tia Babá) no bairro das Mercês.

Deste período de noivado e enlace matrimonial, o que chama a atenção, é a existência de um Livro de Registro de livros, em couro vermelho com letras douradas, que a jovem Margarida manda confeccionar, ainda noiva, datado de 1912, com seu prenome e suas iniciais já de casada "MBCCP". O primeiro registro manuscrito com sua letra, datado de 21/04/1913, que recebe o número 1 no seu ex-libris, o livro "Poesias 1900-1905" de Goulart de Andrade, também antecede o seu casamento, que ocorreu no dia 02/08/1913. Essas são as primeiras referências à sua Biblioteca. Traz o nome de casada, mas não é nominada como a Biblioteca do casal Costa Pinto e sim como a Biblioteca de Margarida Ballalai de Carvalho Costa Pinto.

Fotografia de Margarida Ballalai de Carvalho antes do casamento.

Capa do Livro de Registro dos livros de D. Margarida.

Fonte: Biblioteca Margarida Costa Pinto.

---

[1] Registro do casamento de Carlos e Margarida Costa Pinto no Livro de Matrimônios fev.1881-dez.1925 Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, 2 ago.1913, p.168. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007." Images. FamilySearch. http://FamilySearch.org : accessed 2014.

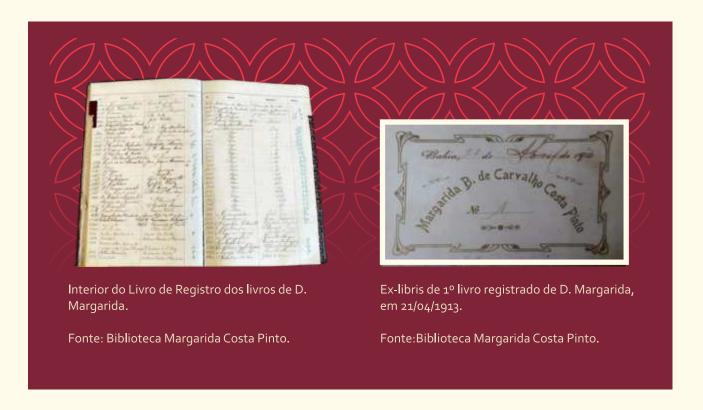
[2] Notícia do casamento de Carlos e Margarida Costa Pinto. Gazeta de Notícias, Salvador, 2 ago.1913, p.2 .

[3] Relato de Dr. Mário Senna Carvalho dos Santos, sobrinho neto de Carlos e Margarida Costa Pinto em 18/03/2015. Segundo Rosina Bahia A, Carvalho dos Santos (1979, p.6), Margarida Ballalai de Carvalho "muitos anos de sua infância e toda a adolescência, viveu em companhia dos tios: Luiza Ballalai do Nascimento (Babá), irmã de sua senhora mãe, e seu marido, Sr. Guilherme Duarte do Nascimento; como não tinham filhos, afeiçoaram-se a D. Margarida, que com eles morou até casar-se".

Interior do Livro de Registro dos livros de D. Margarida.

Fonte: Biblioteca Margarida Costa Pinto.

Ex-libris de 1º livro registrado de D. Margarida, em 21/04/1913.

Fonte:Biblioteca Margarida Costa Pinto.

Quando casou, Margarida saiu da casa dos pais no bairro do Campo Grande e foi morar na Rua Direita da Piedade, 7, um endereço modesto, começo difícil para o jovem casal. Desse período de economia, poucos documentos foram encontrados. Relatos familiares[4] indicam que nessa fase Carlos Costa Pinto atuava como apontador na Magalhães e Companhia, realizando o controle de mercadorias no porto. O sucesso futuro apenas promissor, esboçado em sonhos d'ouro.

De 1913 a 1920 muitas mudanças ocorrerão. Em 1919, o casal faz uma viagem a São Paulo e ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil. A ascensão econômica nesse período pode ser vista também na mudança de endereço para o Corredor da Vitória, elegante bairro de Salvador. Na lista telefônica de 1922[5] o casal Carlos e Margarida Costa Pinto está residindo no Corredor da Vitória, nº 71, antiga residência do engenheiro Justino da Silveira Franca, professor de Astronomia e Geodésia da Escola Polytechnica da Bahia (REIS, 1902, p.253). E, por fim, em 1925[6] eles irão para o endereço definitivo do casal no número 85, antiga residência do Dr. Pedro Tenório de Albuquerque[7].

[4] Relato de Dr. Mário Senna Carvalho dos Santos, sobrinho neto de Carlos e Margarida Costa Pinto em 18/03/2015.
[5] Lista Geral de Assignantes de Telephones Bahia, janeiro 1922, p.40.
[6] Caderneta de anotações de D. Margarida Costa Pinto. Arquivo documental casal Carlos e Margarida Costa Pinto.
[7] Lista Geral de Assignantes de Telephones Bahia, janeiro 1924, p.97.

Casal Carlos e Margarida Costa Pinto, 1919.
Fotografia de Huberti, Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo documental casal Carlos e Margarida Costa Pinto.

Corredor da Vitória, nº 85, futuro 389, lar do casal Costa Pinto.

Fonte: Arquivo documental casal Carlos e Margarida Costa Pinto.

Esta casa, que consolida a ascensão econômica e social do casal Costa Pinto, a partir de 1925[8] abrigou a Biblioteca de D. Margarida, que nela permaneceu até a década de 1950. Infelizmente, não há registro na planta baixa da casa da localização da biblioteca com seus mais de 5.000 livros, nem documentação fotográfica do ambiente ou lembrança dos atuais familiares. O casal Carlos e Margarida Costa Pinto realizou duas viagens à Europa, em 1926 e 1937[9]. Possivelmente, livros foram adquiridos, mas não foram guardados os seus registros de compras.

[8] Lista Geral de Assignantes de Telephones Bahia 1926, p.39.
[9] Conforme atestam seus passaportes e álbuns de fotografias, pertencentes ao Arquivo documental casal Carlos e Margarida Costa Pinto.

Em 07/12/1946, após 33 anos de casamento, D. Margarida perde o seu amado companheiro de uma vida, que falece aos 60 anos, nesta mesma casa. A sua dor levou a um luto de recolhimento e reflexão. Muitas partes da casa foram fechadas. E, por fim, ela se mudou para a casa da Barra, enquanto a nova casa, uma casa moderna, que o casal planejara habitar, localizada ao lado da antiga residência, no Corredor da Vitória, aproxima-se do término de sua construção, e será destinada a se tornar o tão desejado Museu.

Em homenagem ao seu falecido marido, D. Margarida criou a Fundação Museu Carlos Costa Pinto, doando mais de 3.000 peças de artes decorativas e a propriedade que se constitui a sua sede. Assim, o Museu Carlos Costa Pinto foi inaugurado em 5 de novembro de 1969, sendo D. Margarida a sua presidente até a sua morte, em 23 de março de 1979. Numa justa homenagem e reconhecimento, em 26 de março de 2024 o nome de sua instituidora foi incluído ao nome do Museu que, desde então, passou a ser denominado Museu Carlos e Margarida Costa Pinto.

E os livros? Qual foi o destino da Biblioteca de D. Margarida?

DE BIBLIOTECA PESSOAL A BIBLIOTECA DO MUSEU:
o depoimento de Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos

Conheci D. Margarida, assim como Bárbara Carvalho dos Santos, a atual diretora do Museu. Tivemos a grande satisfação de conviver com ela, pois somos casadas com seus sobrinhos netos dela. Ela, realmente, era uma pessoa muito especial, uma pessoa simples, muito católica, muito generosa, uma mulher inteligente, educada, refinada, porém silenciosa. Fisicamente, tinha baixa estatura, pezinho pequeno, acho que era 33 ou 34, se eu não me engano, olhos azuis e um doce sorriso. Costumo compará-la com Irmã Dulce, nossa Santa Dulce da Bahia, que também era uma mulher pequena, mas que era uma gigante nas suas obras, no que realizava. Dona Margarida também era uma gigante nos seus ideais, que foram concretizados no Museu, e em tudo que já foi dito dessa coleção.

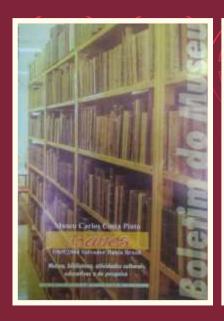
Os livros de D. Margarida ficaram na antiga casa do casal no Corredor da Vitória, mesmo depois que ela se mudou para a moderna casa, num estilo mais moderno, no bairro da Barra, perto do Farol da Barra, que inicialmente seria casa de veraneio, mas depois ela se mudou e aí passou a residir. Na casa nova da Vitória, destinada para ser museu, entre 1963 e 1968, as peças de artes decorativas foram documentadas pela museóloga Mercedes Rosa, que se tornaria a primeira diretora do Museu, a partir de sua inauguração em 1969. Toda essa coleção, inacreditavelmente, ficava guardada na casa antiga, ou vamos dizer, no que sobrou da casa; ninguém imaginava que esse acervo valiosíssimo, esse verdadeiro tesouro, ficava ali simplesmente guardado numa casa, que não possuía segurança especial.

Quando a casa nova da Vitória, que se tornaria Museu, foi finalizada em 1957, os livros de D. Margarida foram para o seu sótão, sofrendo problemas de conservação; boa parte se estragou. Em 1974, cinco anos após a inauguração do Museu, a biblioteca do Museu foi criada, e foi feito um convênio entre a Fundação Cultural do Estado da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, que possibilitou a mim, enquanto servidora da UFBA, o deslocamento para o Museu, visando organizar e implantar a biblioteca. E assim comecei esse meu trabalho passando, então, a executar minhas tarefas de servidora aqui, e assim pude, desde o início, organizar essa biblioteca, à qual tenho muito carinho. Nela passei grande parte da minha vida útil, e tive a oportunidade de aplicar os meus conhecimentos profissionais adquiridos na faculdade e de adaptar conhecimentos e criar outros sistemas novos, dentro da área técnica, baseados, logicamente, no aprendizado adquirido. Assim, essa biblioteca se tornou também

um quarto filho para mim, já que temos três filhos, porque, a acompanhamos desde o seu nascimento. Não foi gestada por mim, e sim por Dona Margarida, mas, com grande alegria, fui a tutora. Quando cheguei, a biblioteca ficava no andar térreo do anexo, ocupada por balaios de livros e umas três ou quatro estantes acopladas de metal, já com alguns livros, e muitos outros livros pelo chão.

Eu tinha 27 anos, havia me formado em 1970, relativamente recém-formada. Recebi, então, deram uma mesinha e uma cadeira na biblioteca, sentei, olhei para tudo aquilo, coloquei a mão na cabeça e disse para mim mesma: "Meu Deus, o que é que eu vou fazer, por onde eu vou começar?" Eu não fazia ideia de que livros eram aqueles, nem a sua quantidade (eram mais de 5 mil livros), e havia, também, alguns periódicos. Eu rezei, pedi a Deus que me inspirasse, porque eu tinha que demonstrar que poderia tomar conta daquela biblioteca, e comecei o trabalho. Estou compartilhando esse momento inicial de minha carreira, principalmente para que os mais jovens vejam que podemos enfrentar os desafios, que as coisas nem sempre estão prontas e nem sempre contamos com a tecnologia à qual estamos acostumados atualmente.

Comecei a organizar o ambiente, separando os livros, formando pilhas, identificando os assuntos e os autores. A grande maioria era de literatura e, aos poucos, fui me familiarizando com o acervo. Foi um método empírico, emergencial, para dimensionar as necessidades e organizar o espaço, com o que eu dispunha no momento. Depois, todo um projeto foi sendo elaborado, sempre com o apoio do Museu, da direção. Estantes foram compradas para acondicionamento dos livros, e como eu achava as usuais estantes de biblioteca tristes, em tom de cinza, encomendei estantes amarelas, com as cadeiras alaranjadas e amarelas para as mesas de consulta, alegrando aquele ambiente. E, assim, graças ao apoio da direção do Museu, inauguramos a Biblioteca do Museu Carlos Costa Pinto em três meses depois que eu cheguei, exatamente no dia do aniversário de 5 anos da inauguração do Museu, no dia 05/11/1974.

Deste árduo trabalho inicial, inventariamos todos os livros do casal Costa Pinto que recebemos, mesmo os mais danificados, que não mais existem, pois conseguimos identificar os seus dados bibliográficos. Assim, produzimos o primeiro livro da Biblioteca, intitulado *Inventário do Acervo Bibliográfico de Carlos e Margarida Costa Pinto* em 1985.

Boletim do Museu Carlos Costa Pinto, publicado de 1975 a 2005.

Inventário do Acervo Bibliográfico de Carlos e Margarida Costa Pinto, 1985.

Fonte: Biblioteca Margarida Costa Pinto.

Em 1975, pensando numa publicação institucional continuada, iniciei o Boletim, mas não fiz o Boletim da Biblioteca, eu fiz o *Boletim do Museu Carlos Costa Pinto*. Nele havia mistérios da Biblioteca, artigos que eu escrevia, artigos que os técnicos do Museu escreviam, informações sobre o Setor Educativo, sobre exposições, sobre as atividades. Era, então, um Boletim amplo do Museu, não era só da biblioteca. Naquele tempo, era datilografado em stencil, reproduzido num mimeógrafo a óleo. Coisa bem caseira, que foi se aprimorando e que se constitui em mais um registro da memória institucional. O Boletim foi publicado de 1975 a 2005.

O Museu foi crescendo, foram implantados o serviço educativo e criado um pequeno auditório, tudo no andar térreo do anexo. Anos depois, houve o projeto para se criar o andar superior no anexo, ampliando o auditório no térreo e subindo a biblioteca, que ganharia mais espaço. Aí fiz a primeira mudança de biblioteca! Quem é bibliotecário bem sabe o que é fazer mudança de biblioteca, empacotar organizadamente, para poder depois voltar tudo para o mesmo lugar. Até minha mãe, já falecida, me ajudou! Claúdio, que ainda é funcionário, dizia "Eu sou quase bibliotecário, não é Dona Rosina?" Foi um grande esforço. Neste processo, eu tive a ideia de homenagear D. Margarida e colocar o seu nome na biblioteca, Biblioteca Margarida Costa Pinto. Porque, afinal, ela foi a instituidora do Museu e o acervo original da Biblioteca do Museu era a sua biblioteca pessoal. Nada mais justo que colocar o nome Biblioteca Margarida Costa Pinto. Com a aprovação da diretora Mercedes Rosa e do Conselho, a Biblioteca passou a chamar-se Margarida Costa Pinto, a partir de 7 de maio de 1993, quando foi inaugurada, então, a biblioteca "nova", no andar superior do anexo.

Assim, a Biblioteca Margarida Costa Pinto, uma vez institucionalizada, passou a possuir dois núcleos distintos. O primeiro, é constituído pelos livros que pertenceram a Carlos e Margarida Costa Pinto. Esse acervo primordial é constituído de livros, alguns periódicos, a grande maioria de literatura (francesa, inglesa, portuguesa e brasileira), alguns livros de história, livros sobre a Bahia. E o segundo núcleo é especializado em arte, correspondendo a um dos seus principais objetivos que era justamente abrigar a coleção e servir como centro de referência, centro de estudo e de pesquisa, e também de suporte técnico para o trabalho dos museólogos do museu. Então, nós tínhamos a biblioteca com todos os assuntos especializados do acervo do museu como: prataria, porcelana, marfim, ourivesaria, tapeçaria, cristal, mobiliário, então, além de livros sobre os museus do mundo, arte em geral. Uma biblioteca rica. Esse acervo é constituído de livros, de folhetos, de periódicos, de recortes de jornais. Adaptei e criei um sistema próprio de indexação de catálogos de exposições e jornais. Com o tempo, não trabalhei mais sozinha, fui tendo estagiárias e uma mais fixa, que depois se formou, foi colega e trabalhou comigo aqui durante muito tempo, Maria Aparecida França e França.

A partir do acervo, eu tive a coragem e a ousadia de criar um sistema de indexação de catálogos de exposição de artistas, apresentei a primeira versão quando tivemos aqui em Salvador, o primeiro CLABD - Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação - realizado no Centro de Convenções da Bahia. Depois, eu o aprimorei, desdobrei e passei a chamá-lo *Indexação de Catálogo de Exposição de Artistas - Sistema Desdobrado*, e o publiquei em 1992.

Com relação à antiga Biblioteca de D. Margarida, realizamos um estudo dos Ex-Libris, das dedicatórias, abrangendo raridades bibliográficas, que deram origem à publicação *A Antiga Biblioteca de Carlos e Margarida Costa Pinto e suas Dedicatórias*. Essas dedicatórias, estão presentes em livros dedicados ao Sr. Carlos, livros dedicados a Dona Margarida, livros dedicados ao casal, pelo próprio autor ou por pessoas que os compravam e dedicavam-lhes.

Encontramos aspectos muito curiosos e peculiares. Por exemplo, a Coleção dos Cem Bibliófilos do Brasil, que foi fundada por Raymundo Ottoni Castro Maya, há na biblioteca 23 livros dessa coleção. O Sr. Carlos era sócio dessa sociedade dos Cem Bibliófilos. Seu número de registro era o 68, e quando ele faleceu, passou para Dona Margarida, ela então, era sócia também. Essa coleção republicava livros de peso, de conceito, que eram feitos especialmente para aqueles cem bibliófilos, em cujas folhas de rosto vinha impresso "Esse

exemplar foi feito para fulano de tal”, dizendo o nome do sócio e o seu número de registro. É também uma curiosidade, além de outros aspectos, encadernações especiais, encadernações monumentais, ilustrações maravilhosas como as de Gustave Doré etc.

Indexação de Catálogo de Exposição de Artistas - Sistema Desdobrado, 1992.

A Antiga Biblioteca de Carlos e Margarida Costa Pinto e suas Dedicatórias, 1995.

Fonte: Biblioteca Margarida Costa Pinto.

Apenas para complementar sobre o Livro de Registro de Dona Margarida, ela é quem registrava pessoalmente os livros, por ordem alfabética de título com detalhe de ano, todos eram registrados, cujo número de registro escrito correspondia ao selo do Ex-Libris. Todos os livros têm Ex-Libris. Ela tinha o cuidado de registrar livro por livro, com o número de registro dentro do Ex-Libris. É portanto, uma coleção que tem particularidades, eu diria raridades, preciosidades bibliográficas, que merecem estudos mais aprofundados.

Sobre os Ex-Libris, destacamos que, há alguns anos, estive em Curitiba, visitando a Casa Andrade Muricy, onde havia uma exposição de Ex-Libris pertencentes à Biblioteca Pública do Paraná, a partir daí comecei a pesquisar mais sobre o assunto, gerando um artigo no Boletim do Museu: *Ex-Libris versus Marca do Impressor*, em 2001, abordando a questão dos Ex-Libris de Dona Margarida, nas suas três versões, desde o primeiro, em estilo *Art Noveau*, ao mais simplificado. Em 2022, surgiu a publicação do e-book *A Biblioteca do Museu Carlos Costa Pinto e o ex-líbris de Margarida Costa Pinto*, pelo Canal Caçadora de Ex-Líbris.

1ª versão do Ex-Libris de D. Margarida.

Fonte: Biblioteca Margarida Costa Pinto.

2ª versão do Ex-Libris de D. Margarida.

Fonte: Biblioteca Margarida Costa Pinto.

3ª versão do Ex-Libris de D. Margarida.

Fonte: Biblioteca Margarida Costa Pinto.

Para atender às necessidades específicas da Biblioteca Margarida Costa Pinto, que não estavam, satisfatoriamente, contempladas pelas tabelas de classificação de assuntos já existentes, elaboramos em 2003 a *Tabela de Classificação de Assuntos da Biblioteca*, com detalhamento por classe, bastante desdobrado, acompanhada de um índice remissivo alfabético. Essa tabela especializada possibilita englobar todos os assuntos do seu acervo, com previsão para novas inserções, trazendo, ainda, como vantagens iniciais, a possibilidade de se poder usar a nomenclatura técnica já utilizada pelo Setor de Documentação do Museu Costa Pinto e a da sua Biblioteca (vocabulário controlado), além da universalização da linguagem numérica. É uma tabela numérica, de base decimal, possuindo 10 classes de 000 a 900, com suas respectivas subdivisões, muitas delas indo até à formação de números com nove dígitos.

Este foi o destino da Biblioteca Margarida Costa Pinto, de sua institucionalização em 1974 até 2009, quando me aposentei. Agora, ela está nas mãos de vocês.

Referências

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Os livros da Biblioteca Histórica do Itamaraty: possibilidades e perspectivas além do conteúdo. YouTube, 8 de novembro de 2019. 13min52s. Seminário "História e Relações Internacionais: possibilidades e perspectivas", no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LRRJpoDMX4U. Acesso em: 31 jan. 2024.

AZEVEDO, F. C; SILVA DA COSTA, E.; LEAL DA SILVA, K. Bibliófilas, sim! Breves apontamentos sobre duas bibliotecas de mulheres brasileiras. Herança, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 087–123, 2020. Disponível em: https://revistaheranca.com/index.php/heranca/article/view/231. Acesso em: 31 jan. 2024.

BESSONE, Tânia Maria. Francisco Ramos Paz: um bibliófilo. In: Palácios de Destinos Cruzados: Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920, p. 141-176. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p. 37-53. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/66075/1/livro_da_minha_casa_para_todos_v2_37_53.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

BEZERRA, Rafael Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro. Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas - introduzindo um debate. In: ______; ______ (org.). Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas. Museu Histórico Nacional: Rio de Janeiro, p. 9-12, 2012. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibvirtmhn&pagfis=28441. Acesso em: 31 jan. 2024.

CALVINO, Ítalo. Coleção de areia. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARVALHO, Anne Marie Lafosse Paes de. Patrimônio bibliográfico universitário: Construindo parâmetros para a formação de coleções especiais na Universidade Federal Fluminense. 2021. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação de Acervos de Ciência & Tecnologia. Museu de Astronomia, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://site.mast.br/ppact/2021/dissertacao-completa/anne-carvalho.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

COSTA, Ivani Di Grazia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Bibliotecas privadas y colecciones especiales: diferentes perspectivas. In: ENCUENTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES CON FONDOS ANTIGUOS Y RAROS, 4., 2017, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno, 2017. p. 1-5. Disponível em: https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/2-Costa%20y%20Napoleone%20-%20ponencia.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DOMINGOS, Manuela D. Do Coleccionador à Biblioteca Pública. In:___. Livraria de D. José da Silva Pessanha: do coleccionador à Biblioteca Pública. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1998, p. 17-42.

FERREIRA JÚNIOR, Maurício Vicente. A institucionalização da Brasiliana de Maria Cecília e Paulo Geyer. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p. 128-135. Disponível em: https://daminhacasaparatodos.icict.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.icict.fiocruz.br/files/LIVRO_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf . Acesso em: 31 jan. 2024.

LORIGA, Sabrina. O pequeno x: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOSE, Alícia Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac de Sousa; SILVA, Jorge Augusto Alves da (Org.). Um acervo Raro: inventário da Biblioteca Monsenhor Manoel Aquino Barbosa. Salvador: Memória e Arte; Edições São Bento, 2013.

MAZONNI, Vanilda de Souza; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; LOSE, Alícia Duhá. Um detalhe, uma história: a etiqueta de dois livreiros na província da Bahia, Pogetti e Dois Mundos. Ponto de Acesso, Salvador, v. 16, n. 3, p. 532–565, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52325. Acesso em: 20 mar. 2024.

NAMER, Gérard. Memoire et société. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

REIS, Antonio Alexandre Borges dos (org.). Almanak administrativo, Indicador, Noticioso, Commercial e Litterario do Estado da Bahia para 1903. Bahia: Editores Reis & Comp., 1902.

SANTOS, Rosina B.A.C. dos. A antiga biblioteca de Carlos e Margarida Costa Pinto e suas dedicatórias. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 1995.

_____. Ex-Libris versus Marca do Impressor. Boletim do Museu Carlos Costa Pinto, Salvador, v. 24, p. 9-25, 2001.

_____. dos. Indexação de Catálogo de Exposição de Artistas - Sistema Desdobrado. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 1985.

_____. dos. A Biblioteca do Museu Carlos Costa Pinto e o ex-líbris de Margarida Costa Pinto. Rio de Janeiro: Canal Caçadora de Ex-líbris, 2022. (Série Bibliotecas, 7). E-book disponível em: cacadoradeexlibris.com.

SILVA, S. T. V. da. Museu Carlos Costa Pinto: 25 anos de evolução. Boletim do Museu Carlos Costa Pinto, Salvador, v. 17, p. 7-11, 1994.

SILVA, Patrícia de Almeida. Fundo local: ao encontro da identidade e da memória. Páginas a&b, 3. série, n. 3, p. 119-128, 2015. Disponível em: http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/668/634. Acesso em: 31 jan. 2024.

SONTAG, Susan. Ao mesmo tempo. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

Fabiano Cataldo Azevedo

Doutor em História (UERJ), Mestre em Memória Social (UNIRIO) e Bacharel em Biblioteconomia (UNIRIO). Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) até julho de 2023 quando foi cedido para o Museu Imperial - Petrópolis (Rio de Janeiro), para cargo de Pesquisador. Participa como convidado do Consortium of European Research Libraries (CERL). Integrou o comitê executivo do Rare Books and Special Collection Section da IFLA (2014-2019; 2023-2024). É líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Patrimônio Bibliográfico e Documental. Professor permanente do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST). Dedica-se a pesquisas sobre Coleções Especiais; Patrimônio Bibliográfico e Documental; Conservação Preventiva em Bibliotecas; História do Livro Impresso e das Bibliotecas entre os séculos XVI e XIX; Bibliografia Material.

Simone Trindade Vicente da Silva

Graduada em História (UCSAL) e Bacharel em Museologia (UFBA). Mestre em Artes Visuais (EBA-UFBA) com o estudo sobre as pencas de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio Bibliográfico e Documental. Diretora adjunta cultural do Museu Carlos e Margarida Costa Pinto e Diretora operacional da Tecnomuseu, empresa especializada em museologia. Consultora de coleções particulares. Pesquisa sobre Artes Decorativas, em especial sobre porcelana e joalheria crioula. Pesquisadora da História e Coleção Carlos e Margarida Costa Pinto, com várias publicações na área.

Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos

Graduada em Biblioteconomia pela UFBA. Implantou a Biblioteca Margarida Costa Pinto, tornando-se sua Bibliotecária chefe desde sua criação até 2009. Pesquisadora e autora de várias publicações sobre a Biblioteca Margarida Costa Pinto, em especial "A Antiga Biblioteca de Carlos e Margarida Costa Pinto" e “A Biblioteca do Museu Carlos Costa Pinto e o ex-líbris de Margarida Costa Pinto”. Membro do Conselho Curador da Fundação Museu Carlos Costa Pinto.

"Los libros de María Asúnsolo en la Biblioteca Nacional de México".

Silvia Salgado Ruelas
(Universidad Nacional Autónoma de México/México)

Los libros de María Asúnsolo en la Biblioteca Nacional de México

Introducción

María Asúnsolo es una de las mujeres más notables de la vida cultural en México durante las décadas de 1930 a 1950. Como promotora del arte se colocó en el centro de la actividad social y artística de la ciudad de México, lo que logró proyectar en una gira al sur del continente americano en la que conoció a artistas de aquellas latitudes. Ella formó una biblioteca muy singular debido a que una parte importante de sus libros son obras de autor con dedicatoria manuscrita para ella.

Este texto está organizado en tres partes. La primera presenta a María Asúnsolo a través de la mención de obras plásticas que algunos artistas plasmaron de ella; cabe mencionar que se le consideraba como una de las galerista y mecenas más reconocidas de su tiempo, a quien se definía como una mujer talentosa, inteligente y bellísima. Se recomienda consultar la Mediateca del INAH para apreciar imágenes fotográficas de ella.

En la segunda parte se mencionan los tres libros que se escribieron sobre ella cuando estaba viva y se acompaña de imágenes que testimonian su presencia en la bibliografía mexicana con ejemplares raros y curiosos.

En la tercera se abordan algunas de las obras que se conservan en su biblioteca y se concluirá con la primera edición del *Canto general* de Neruda (1950), que forma parte del reconocimiento "Memoria del Mundo" de la UNESCO y es patrimonio bibliográfico de América Latina y el Caribe desde el año 2016.

Figura 1: "María Asúnsolo", por Ignacio Asúnsolo.
Busto en bronce conservado en la
Biblioteca Nacional de México.

Fuente: Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

María Asúnsolo

Los biógrafos de María Luisa Asúnsolo Morand o Morán no coinciden en algunos datos como son el lugar y fecha de nacimiento. Ella decía que había nacido en México, pero sus biógrafos señalan que nació en Saint Louis Missouri, Estados Unidos de América, entre 1904 y 1908. El lugar y la fecha que sí se tiene certeza es que murió en la ciudad de Cuernavaca en México, el 25 de febrero de 1999. La escritora Bradu (1994) publicó el libro *Damas de corazón* en el que incluyó la biografía de cinco mujeres notables en la vida social y cultural de México. Una de ellas fue María Asúnsolo, quien brilló durante las décadas de 1930 a 1950, en el ámbito de las artes plásticas y las letras, ya que fue musa de artistas, fotógrafos y literatos.

En 1911 quedó huérfana de padre y fue llevada por su madre a vivir y estudiar en Texas. Regresó a México y en 1925 se casó con Agustín Diener Struck, un empresario de origen alemán con quien tuvo a su único hijo llamado Agustín Manuel, pero se divorciaron. María se casó por segunda vez con Dan Breen, empresario estadounidense de quien se separó pronto. María Asúnsolo se casó por tercera vez con el escritor y político mexicano Mario Colín Sánchez (1922-1982), quien falleció asesinado al igual que el padre de María. El mismo año que falleció su tercer marido, murió también su hijo.

Al principio de la década de 1930, María comenzó a trabajar como asistente y modelo en el estudio de su tío Ignacio Asúnsolo, quien era escultor. Esto le permitió conocer a los artistas

de ese tiempo como David Alfaro Siqueiros, quien plasmó su imagen en dos pinturas, la "Menina María Asúnsolo" y "Retrato de María Asúnsolo bajando la escalera", ambas pinturas se hicieron en 1935 y se conservan en el Museo Nacional de Arte en México. Se dice que María fue la mujer más retratada por los artistas de su tiempo, principalmente por los pintores que practicaban el muralismo y eran cercanos a las ideas socialistas y comunistas.

En 1941 fundó la Galería de Arte María Asúnsolo (GAMA por sus siglas), que funcionó como un espacio de reunión cultural al que acudían intelectuales, políticos, etc., para apreciar y adquirir obras plásticas de artistas contemporáneos como Diego Rivera, María Izquierdo y otros.

La mayoría de las pinturas, esculturas, dibujos y fotografías que se hicieron de Asúnsolo fueron obsequios y no encargos, por lo que ella los conservó como parte de su acervo artístico. Cabe destacar que en 1942 se realizaron la mayoría de sus retratos, cuando ella tendría 38 años y su galería estaba llena de vida.

Como promotora cultural, fue la primera galerista que llevó una exposición plástica fuera de la ciudad de México y del país. Viajó a Sudamérica donde conoció a personajes como Juana de Ibarbourou. María Asúnsolo fue tema plástico para artistas como el brasileño Emiliano di Cavalcanti, quien en 1942 la representó en su estilo cubista y a la manera de sus mulatas. Él va a estar presente esos años en la vida de Asúnsolo ya que lo vamos a encontrar en la publicación del *Canto general* de Pablo Neruda en 1950.

En 1994 María Asúnsolo donó su acervo artístico al Museo Nacional de Arte en México, que consistió en 19 pinturas, 8 fotografías y 6 dibujos. Esto habla de su generosidad y conciencia por dejar su patrimonio a la nación para ser conocido y disfrutado por todos.

Los libros sobre María

En 1987, María Asúnsolo donó sus libros a la Biblioteca Nacional de México, muchos de ellos son obras de literatura, arte e historia y se distinguen por tener encuadernaciones a la holandesa que ostentan la intención de la propietaria de formar su colección. No obstante, bajo la encuadernación de la bibliófila se conservaron las cubiertas originales.

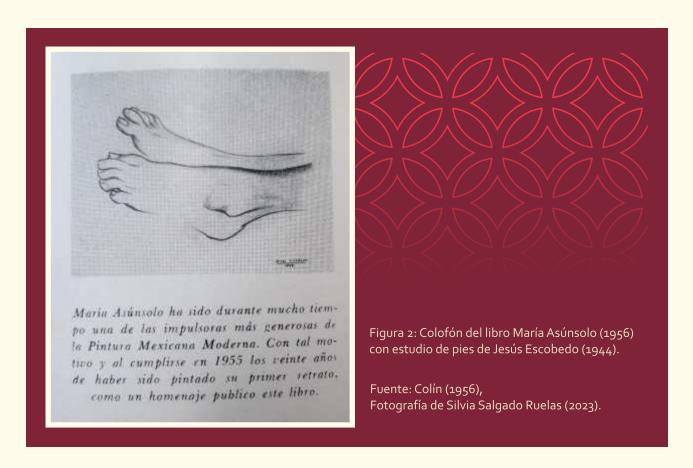
Tres libros se escribieron y titularon *María Asúnsolo* cuando ella vivía. Ya estaba casada con Mario Colín, su tercer marido y él fue quien promovió esas publicaciones. Hago un paréntesis para decir que Colín fue político, escritor y gran promotor de libros, ocupó cargos importantes en la administración estatal y se menciona que impulsó la publicación de 460 títulos, por lo que no es extraño que dedicara tres a María.

El primero corresponde a una compilación de poemas dedicados a Asúnsolo hecha por Colín (1956), en la que se puede apreciar un colofón con el estudio de los pies de María que hizo el pintor mexicano Jesús Escobedo en 1944, que a la letra dice

> María Asúnsolo ha sido durante mucho tiempo una de las impulsoras más generosas de la Pintura Mexicana Moderna. Con tal motivo al cumplirse en 1955 los veinte años de haber sido pintado su primer retrato, como un homenaje publico este libro.

María Asúnsolo ha sido durante mucho tiempo una de las impulsoras más generosas de la Pintura Mexicana Moderna. Con tal motivo y al cumplirse en 1955 los veinte años de haber sido pintado su primer retrato, como un homenaje publico este libro.

Figura 2: Colofón del libro María Asúnsolo (1956) con estudio de pies de Jesús Escobedo (1944).

Fuente: Colín (1956),
Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

El segundo libro dedicado a ella fue realizado por uno de los escritores mexicanos destacado en esa época, Ermilo Abreu, quien escribió por encargo de Colín. Se trata de una edición rara y curiosa, con una etiqueta que explica su publicación.

A MI ESPOSA LA SEÑORA DOÑA
MARIA ASUNSOLO.
IMPRENTA "CERVANTES" DE ATLACOMULCO,
EDO. DE MEXICO, MI TIERRA NATAL.
IMPRIMIO OCTAVIO VELASCO VELEZ.
15 DE AGOSTO DE 1956.
MARIO COLIN.

Figura 3: Etiqueta en el libro María Asúnsolo de Ermilo Abreu (1956), con dedicatoria de Mario Colín.

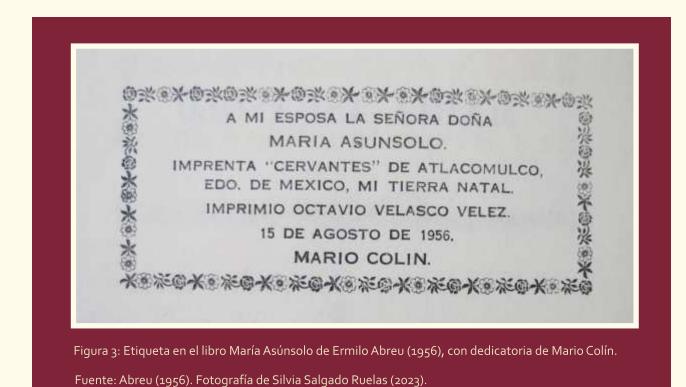
Fuente: Abreu (1956). Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

El tercero y último libro contiene dos poemas de Carniado que se publicaron en 1962. Ahí se aprecia cómo la encuadernación holandesa externa conservó la original en cartón.

Figura 4: Encuadernaciones externa e interna de Dos poemas a María Asúnsolo (1962) de Enrique Carniado.

Fuente: Carniado (1962). Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

Estas son las tres obras dedicadas a María Asúnsolo que se conservan en su colección especial resguardada por la Biblioteca Nacional de México.

La biblioteca de María

El sello en tinta azul de la "Colección María Asúnsolo" y el de la Biblioteca Nacional de México conviven en la mayoría de los volúmenes y facilitan su identificación.

Figura 5: Sellos de la Colección María Asúnsolo y de la Biblioteca Nacional de México.

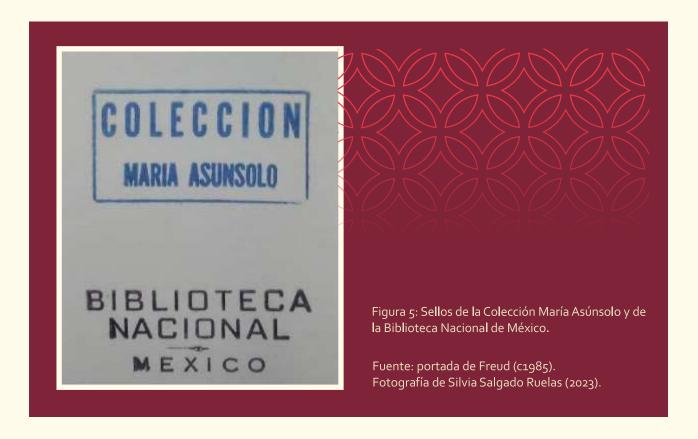
Fuente: portada de Freud (c1985).
Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

En la biblioteca de María Asúnsolo se encuentran obras de diversa naturaleza, las hay populares, de difusión o especializadas, pero también hay raras y curiosas como un poema escrito en 1949 por el brasileño Vinicius de Moraes titulado *Pátria minha.* En aquel año, él era cónsul en Los Angeles, California y envío el poema para su lectura a su amigo Joao Cabral de Melo quien tenía una imprenta en Barcelona. Cabral decidió imprimir el poema en fino papel de hilo o de lino e hizo 55 ejemplares que envió a Moraes y le pidió uno de regreso con dedicatoria. La Colección Asúnsolo tiene uno con la siguiente inscripción en portugués: "A Maria, -ai Maria! quem vas te ¿Maria? o Vinicius. Los Anjeles Outubre 1949. P.S. Saudades tua Maria..." Abajo del sello de la colección se anotó la dirección del consulado de Brasil en Los Angeles. El pequeño libro de 20 cm y 14 páginas contiene un poema dedicado a la patria brasileña de Moraes a la distancia.

Figura 6: Dedicatoria de Vinicius de Moraes
a María Asúnsolo.

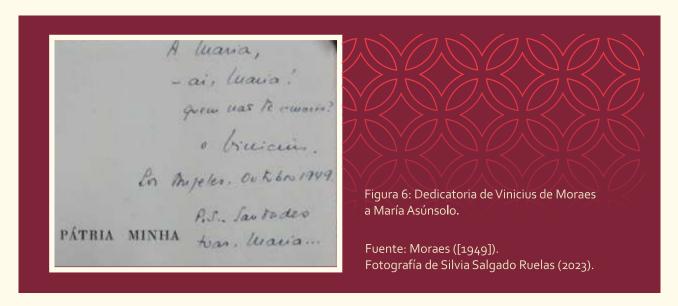
Fuente: Moraes ([1949]).
Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

El llano en llamas es otro de los libros dedicados a María y se trata del primer libro publicado por el escritor mexicano Juan Rulfo que se refiere a una de las obras modernas de la literatura latinoamericana más conocida y traducida en otros países. Se trata de la primera edición y está dedicada a María y Mario Colín “por una vieja y siempre afectuosa amistad de Juan Rulfo”.

Figura 7: Dedicatoria de Juan Rulfo
a María Asúnsolo y Mario Colín.

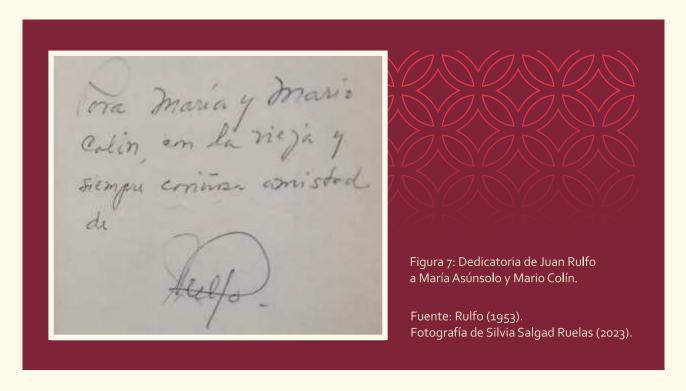
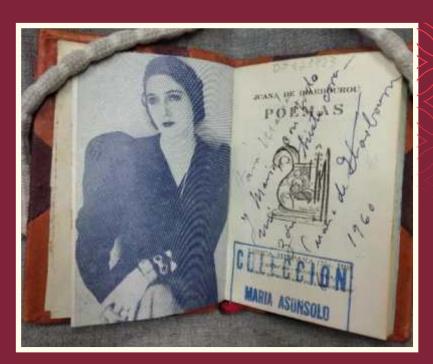
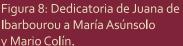
Fuente: Rulfo (1953).
Fotografía de Silvia Salgad Ruelas (2023).

Como mencioné antes, en la década de 1940, Asúnsolo viajó al sur del continente como promotora cultural y conoció a la escritora uruguaya Juana de Ibarbourou, conocida como Juana de América, quien dedicó sus *Poemas* a “María y Mario con mi triste corazón”, en 1960.

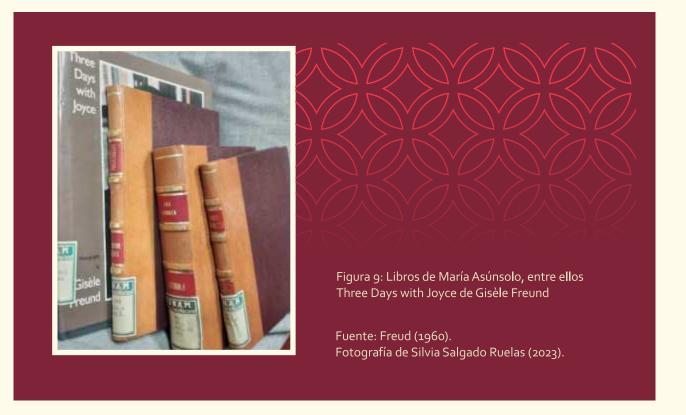
Figura 8: Dedicatoria de Juana de Ibarbourou a María Asúnsolo y Mario Colín.

Fuente: Ibarbourou (1960). Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

Otro escritor grande de las letras latinoamericanas es el guatemalteco Luis Cardoza y Aragón, quien dedicó su libro *Guatemala, las líneas de su mano* de la siguiente manera: "A María Asúnsolo, amiga maravillosa, este pedazo de mi Guatemala. Con viejo y profundo cariño. Luis. Julio, 1965".

Elena Poniatowska es una de las escritoras contemporáneas más destacada de las letras mexicanas. Ella nació en París en 1932, pero su familia migró a México debido a la Segunda Guerra Mundial, y adquirió la nacionalidad mexicana. Cumplió 90 años en 2022 y sigue escribiendo. En 1986 dedicó a María su libro *De noche vienes* de la siguiente manera: "con gran admiración por su belleza y su talento y su generosidad. Su amiga que le desea todo lo mejor. Elena Poniatowska. 19 de junio de 1986". En esa época, su esposo y su hijo ya habían fallecido.

Gisèle Freund fue una fotógrafa alemana de origen judío que huyó del nazismo y se estableció en París, muy cerca de las editoras de James Joyce. Su vida, como la de cada persona que he mencionado son de gran interés. Ella viajó varias veces a México y fotografió gente y cultura. Los libros de Freund con dedicatoria a Asúnsolo son los más abundantes de la colección, por lo que he seleccionado uno notable en el que la fotógrafa acompañó tres días al autor del *Ulises* y *A Portrait of the Artist as a Young Man*. En medio de la portada, Freund escribió: "To Maria Asunsolo this little book of images of a celebrated writer. Mucho cariño. Gisèle Freund".

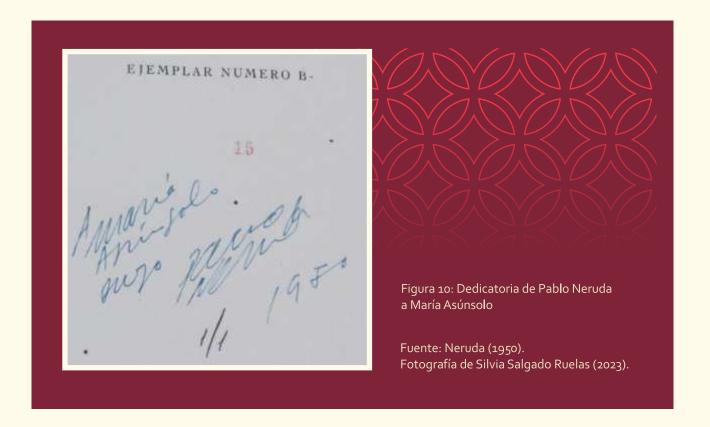
Figura 9: Libros de María Asúnsolo, entre ellos Three Days with Joyce de Gisèle Freund

Fuente: Freud (1960).
Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

El *Canto general* de Pablo Neruda se publicó en México el año 1950 y se imprimió en los Talleres Gráficos de la Nación. El ejemplar B15 tiene la siguiente dedicatoria: "A María Asúnsolo. Suyo. Pablo Neruda. 1950". La edición contó con 300 suscriptores procedentes de 22 países, quienes recibieron su respectivo ejemplar y entre ellos encontramos al pintor brasileño Emiliano di Cavalcanti, quien realizó el retrato cubista de Asúnsolo en 1942, el cual se puede apreciar en el Museo Nacional de Arte en México. La edición de la obra estuvo bajo el cuidado de una comisión especial formada por María Asúnsolo, Enrique de los Ríos, César Martino, Carlos Obregón, Wenceslao Roces, y César Gordon. Las guardas anteriores fueron ilustradas por el pintor Diego Rivera con temas indígenas previos a la conquista española, mientras que David Alfaro Siqueiros representó al nuevo hombre americano en las guardas posteriores.

Sesenta y seis años después de su publicación, la Biblioteca Nacional de México junto con la Biblioteca Histórica José María Lafragua de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, la Biblioteca Francisco Xavier Clavijero de la Universidad Iberoamericana y la Biblioteca Fernando Tola de Habich, todas mexicanas, prepararon el expediente y postularon sus ejemplares al Comité regional de América latina y el Caribe y obtuvieron el reconocimiento y

registro en el Programa Memoria del Mundo de la UNESCO. Es así como el ejemplar de la Colección Asúnsolo *Canto general* es reconocido como patrimonio bibliográfico de la humanidad.

Figura 10: Dedicatoria de Pablo Neruda a María Asúnsolo

Fuente: Neruda (1950).
Fotografía de Silvia Salgado Ruelas (2023).

Reflexión final

En la última etapa de su vida, María Asúnsolo donó sus libros y obras de arte a dos instituciones nacionales mexicanas, lo que constata su compromiso por la preservación y difusión del arte y la literatura. El Museo Nacional de Arte ubicado en México conserva parte de ese legado y ofrece a sus visitantes el disfrute de esas obras; en tanto que la biblioteca personal de María Asúnsolo forma parte del patrimonio bibliográfico que los lectores y usuarios de la Biblioteca Nacional de México pueden acceder y disfrutar de los bienes que nos heredó y brindan sus libros.

Referências

ABREU GóMEZ, E. *María Asúnsolo*. Atlacomulco: Imprenta Cervantes, 1956.

BRADU, F. *Damas de corazón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CARDOZA Y ARAGóN, L. *Guatemala*: las líneas de su mano. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

CARNIADO, E. *Dos poemas a María Asúnsolo*. Atlacomulco: [*s.n.*], 1962.

COLÍN, M. (comp.). *María Asúnsolo*. Atlacomulco: Cervantes, 1956.

FREUND, G. *Three days with Joyce*. New York: Perea Books, c1985.

IBARBOUROU, J. *Poemas*. Caracas: Lírica Hispánica, 1959.

INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGÍA E HISTORIA. *Mediateca INAH*. México: INAH, [19--]. Disponible en: https://www.mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/search/catch_all_fields_mt%3A(mar%C3%ADa%20as%C3%BAnsolo). Acceso en: 24 mayo 2023.

MORAES, V. de. *Pátria minha*. Barcelona: impresor Joao Cabral de Melo, [1949].

NERUDA, P. *Canto general*. México: Talleres Gráficos de la Nación, 1950.

PONIATOWSKA, E. *De noche vienes*. México: Era, 1985.

RULFO, J. *El llano en llamas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953.

Silvia Salgado Ruelas

Es doctora en historia del arte por la Universidad de Sevilla. En 1982 se incorporó como bibliotecaria a la Biblioteca Nacional de México y de 2016 a 2020 fue su coordinadora. Desde 2008 es investigadora del Instituto de Investigaciones Bibliográficas de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Ha sido conferencista y ponente en eventos nacionales e internacionales. Es profesora del Colegio de Bibliotecología y tutora del Posgrado de Bibliotecología en la UNAM. Ha sido sinodal de licenciatura y grado en la UNAM, en la Universidad Complutense de Madrid, la Universidad de Zaragoza, España entre otras, ha dirigido 17 tesis de licenciatura y 10 de posgrado. Algunas de sus publicaciones sobre bibliotecas son La biblioteca de la Academia de San Carlos en México, "La biblioteca y la librería coral de la Catedral de México", "Libros manuscritos y bibliotecas novohispanas en la Biblioteca Nacional de México".

"Da escritora à leitora: a escrita feminina nas bibliotecas das religiosas do Mosteiro da Piedade de Tavira (Portugal) no século XVIII".

Fernanda Maria Guedes de Campos
(Centro de Humanidades-CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Portugal)

Da escritora à leitora: a escrita feminina nas bibliotecas das religiosas do Mosteiro da Piedade de Tavira (Portugal) no século XVIII

Em 10 de Junho de 1769 publicava-se, em Portugal, um Edital da Real Mesa Censória que obrigava os indivíduos e instituições religiosas e laicas a enviar um catálogo dos seus livros a fim de serem examinados e, se necessário, confiscados. Esta busca de leituras sediciosas ficou aquém das expetativas pois o número de respostas foi baixo. O número de respostas dos conventos e mosteiros, todos ou quase com biblioteca, foi reduzido. Conhecem-se, no entanto, alguns catálogos que, apesar de preparados para cumprir o Edital, não chegaram a ser enviados. É o caso do *Mappa dos Livros das Religiozas de S. Bernardo do Real Mosteiro de N. Sra da Piedade da Cid.e de Tavira Reino do Alg[arv]e*, que nos serve de fonte documental para este estudo. Tem a particularidade de não ser o catálogo da biblioteca do mosteiro, mas sim um conjunto de catálogos individuais dos livros de posse das religiosas. A sua análise, no que respeita à escolha pessoal de leituras, colocando em evidência a presença de obras de escrita feminina, é o objetivo deste estudo.

Leitura, posse de livros e escrita no ambiente religioso feminino

No Antigo Regime, viver na clausura pressupunha a observância de um conjunto de regras que determinavam a distribuição do tempo e das atividades das religiosas. Os momentos dedicados à leitura em comunidade eram uma prática corrente e muito antiga, com recurso à figura da *lectora* ou leitora, que agia como mediadora entre o texto e as ouvintes. Também o hábito da leitura privada, silenciosa ou murmurada, fazia parte da vida monástica e era entendido como um meio para melhorar a meditação, a aquisição do sentido do texto e, no limite, para reforçar a fé. Lembremos, a propósito, as palavras de José Adriano de Freitas Carvalho (1997, p. 15): "Lendo ou ouvindo ler, todas liam [...]".

A existência de uma biblioteca ou livraria, como então se designava, estava consignada nos estatutos internos (Conde; Lalanda, 2020). Por outro lado, era, quase sempre permitida a posse individual de livros ainda que sujeita a autorização prévia. Houve, em todos os tempos, o cuidado de recomendar leituras modeladoras do comportamento e de matriz espiritual, com destaque para as narrativas biográficas exemplares e os livros de devoção e espiritualidade. Tal, porém, não dispensou a permissão de leituras de distração, como afirma Ramon (2014, p. 3-4):

> Estes tipos de livros, no entanto, se por um lado exigiam a mediação de um director espiritual que conduzisse a leitura que deles era feita, evitando interpretações demasiado livres ou até mesmo erróneas, por outro eram obras de natureza predominantemente piedosa com intuitos catequizantes, mas sem ter em conta o factor recreativo. Por isso, a par do crescendo de tratados espirituais e de biografias e hagiografias individuais que divulgavam e promoviam exemplos de santidade e de comportamentos moral e socialmente virtuosos, foram aparecendo também obras narrativas de ficção que perseguiam o objectivo comum de se imporem como instrumentos de afirmação da identidade católica de Portugal.

De sua posse, a religiosa tinha determinado livro "enquanto a Obediência o consentir" como se lê em diversas marcas de posse individuais inscritas em livros (Campos, 2015a, p. 301-322). Os livros, por sua vez, podiam ter várias donas, ao longo dos anos, num passar de mãos que as marcas de posse também ilustram. São circunstâncias que moderam a nossa perceção sobre gostos individuais tornando difícil afirmar, com bastante certeza, o que são escolhas individuais e o que são pertenças de ocasião, vindas de herança, doação ou oferta.

À prática de leitura no ambiente religioso feminino, junta-se a prática de escrever. Respaldadas pelas respetivas ordens, as religiosas eram incentivadas a deixar testemunhos escritos, de caráter histórico, devocional ou modelador de comportamentos. Muitas obras ficaram manuscritas na biblioteca do seu convento. Quando editadas, depois de devidamente autorizadas, alcançavam outros públicos e não apenas religiosos. Podemos admirar, nos para-textos, as palavras elogiosas de priores e provinciais relativamente às obras escritas pelas religiosas[1]. É importante, também, sinalizar que a maioria das escritoras no

[1] Entre os vários exemplos disponíveis, referimos as palavras de frei Tomás da Rocha OFM, a propósito de Soror Maria Madalena que escrevera a "Historia da vida [...]do glorioso S. João Evangelista", publicada em 1628. Começa por afirmar que foi "N. Senhor que inspirou o texto à Autor falando-lhe só ao coração no cantinho da cela". A autora, no seu parecer "fala e escreve como mestre insigne. E ainda que S. Paulo não permita às mulheres ensinar na Igreja de Deus, entende-se em escolas públicas, porque a vergonha e pejo tão louvado nas

Antigo Regime, em Portugal, era oriunda do ambiente religioso, o que diz muito sobre a alfabetização e acesso aos livros que existiria na sociedade laica feminina bem como o escasso estímulo que nela havia para que escrevessem.

Livros das religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Tavira (1769)

Começamos o caso de estudo por uma nota histórica sobre o mosteiro (Silva, 2015). Fundado no ano de 1509, pertencia à Ordem de Cister, uma das mais antigas congregações religiosas em Portugal[2], com sede no conhecido Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, hoje classificado como Património da Unesco.

A iniciativa fundacional pertenceu ao bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho e o edifício foi inaugurado em 1528. No espaço e no tempo, o Mosteiro da Piedade integrou-se no ambiente próspero da cidade de Tavira, no século XVI. O bispo assegurou, desde o início, um confortável financiamento ao mosteiro que os monarcas foram acrescentando com privilégios. As monjas que nele habitaram, provinham de estratos sociais elevados. O edifício foi o maior entre as casas religiosas femininas do Algarve e foi também o de maior duração, tendo encerrado em 1862 por morte da última religiosa. Curiosamente, a Sul do rio Tejo, a Ordem de Cister apenas teve casas femininas, sendo as outras o Mosteiro de S. Bento de Cástris, junto à cidade de Évora, e o de S. Bernardo ou de Nossa Senhora da Conceição, em Portalegre[3].

Quanto à existência de livros neste mosteiro, temos como fonte documental já mencionada no início, um catálogo intitulado *Mappa dos Livros das Religiozas de S. Bernardo*

mulheres, não diz com o despejo que se requer nos que hão-de ensinar em público, porém em secreto muitas e mui graves o fizeram [...] e outras que escreveram livros o fizeram" (Campos, 2015b, p.120). Idênticas considerações se encontram nos "Libros" de Santa Teresa de Jesus, editados em Lisboa, 1616, concretamente, na dedicatória que frei Luis de León faz à madre Ana de Jesus e às religiosas Carmelitas Descalças de Madrid: "Porque no siendo de las mugeres el enseñar, sino ser enseñadas, como lo escribe S. Pablo, luego se ve que es maravilla una flaca muger tan animosa que emprendió una cosa tan grande y tan sabia y eficaz [...] sin ninguna duda quiso el Espiritu Santo, que la Madre Teresa fuesse un exemplo raríssimo [...]" (p. [15-16]).

[2] A Ordem de Cister fundou 34 instituições em Portugal, sendo 21 masculinas e 13 femininas. Sobre os Cistercienses e seus mosteiros (cf. Campos, 2017, p. 71-86).

[3] A Ordem de Cister teve 34 instituições em Portugal, sendo 21 masculinas e 13 femininas. Sobre os Cistercienses e seus mosteiros (Campos, 2017, p. 71-86). Relativamente ao mosteiro de Cástris, por exemplo (Conde, 2009) e para o de Portalegre (Bucho, 1994).

do Real Mosteiro de N. Sra da Piedade da Cid[ad]e de Tavira Reino do Alg[arve]e[4]. Trata-se de um manuscrito de 20 folhas não numeradas, onde se encontram as referências aos livros de posse de 34 religiosas. Não sendo um catálogo referente a uma biblioteca comum do mosteiro, talvez inexistente[5], proporciona um olhar sobre as bibliotecas individuais das religiosas, nas suas escolhas e conteúdos, e a perceção da presença, nos acervos, das obras de escrita feminina.

O *Mappa dos Livros* está escrito por uma só mão e a cópia é limpa. Na generalidade, vê-se que segue as regras do já referido Edital de 10 de julho de 1769, ainda que as referências não estejam dispostas por assuntos, talvez por serem, em média, pequenas coleções e muito focadas em temas religiosos. Há uma exceção, em que se distinguiram os livros de Belas-Letras, sem que se entenda porque não se seguiu o mesmo critério noutros catálogos que também os tinham. Não sabemos qual a razão, mas a verdade é que o *Mappa* não chegou a ser entregue à Real Mesa Censória, pois não consta do acervo de catálogos resultantes da obediência ao Edital e que existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo[6]. Provavelmente, teria permanecido no mosteiro até à sua extinção, fazendo parte do espólio bibliográfico que foi, nesse momento, arrolado e recolhido. Não localizámos, até ao presente, nenhum livro destas proveniências.

As 34 coleções representam um total de 328 livros, muitos deles repetidos, pois constituiriam possíveis leituras recomendadas ou gostos semelhantes das leitoras. A posse individual de livros aponta para coleções de pequeno porte e são cerca de 70% as que têm entre 3 e 10 livros. Nada há a estranhar pois as bibliotecas religiosas femininas eram, na grande maioria, de menor dimensão do que muitas das masculinas. Um segundo grupo, composto por 10 bibliotecas, tinha entre 10 e 23 livros (sendo que só 4 tinham mais de 15) e, finalmente, há uma com 54 livros, considerando-se este um caso excecional.

---

[4] O manuscrito pertence às coleções da Biblioteca Nacional de Portugal: Reservados. MSS 1, n.º 20. Acessível em http://purl.pt/27212. Apresentámos um estudo do catálogo, na sua totalidade, no Congresso Internacional – Um Reino de Mulheres, Évora 22-24 abril 2019. Aguarda-se a publicação das Atas.

[5] Foi identificado, na ala nascente do claustro a existência de um armário para conter livros, mas na reconstituição arqueológica dos espaços não foi identificada (ou, pelo menos, não encontrámos referência) a sala ou salas que constituiriam uma biblioteca comum (cf. Silva, 2015, p. 152).

[6] Cf. PT/TT/RMC/B-C/2 Catálogos das livrarias particulares (1769-1770). As instituições religiosas que responderam ao Edital (ou prepararam catálogo para responder) foram apenas 61, sendo 48 masculinas e 13 femininas. Sobre estas, ver o estudo de Morujão (2002). O *Mappa* dos livros do Mosteiro da Piedade de Tavira não integra esse estudo, porque não faz parte do núcleo documental do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acima identificado e encontra-se, como já referimos, na Biblioteca Nacional de Portugal. Desconhece-se a razão dessa ausência (um atraso no prazo da entrega?) mas não foi caso único no conjunto das bibliotecas religiosas.

Nas caraterísticas editoriais, verificámos que 291 obras foram impressas em Portugal, sendo a língua portuguesa também largamente preponderante. As edições setecentistas predominavam, expressivamente, nas bibliotecas das religiosas. Assim, podemos considerar que o perfil da leitora neste mosteiro, se carateriza por posse de poucos livros, quase todos em português, sendo residuais as obras em espanhol e não existindo textos em francês e em latim. Por outro lado, as escolhas privilegiavam os textos mais atuais na sua época, ainda que se encontrem algumas obras do século XVII e até uma do XVI.

No respeitante às matérias das obras, o *Mappa* revela que, sem surpresa, são maioritários os textos de espiritualidade e devoção. As 24 vidas de santos e santas e outras biografias exemplares são muito variadas e nelas se contam 14 femininas e 10 masculinas, o que parece estar de acordo com o género da comunidade. Na literatura de formação e distração sobressaem os autores religiosos, são poucas as novelas edificantes, mas existem vários casos de posse de "Comédias", algumas de Lope de Vega e diversas obras do, assim intitulado, "Sr. Caldeirão de la Barca", bem como "Entremezes" e "Sainetes", sem autor expresso, o que configura a posse de livros que, em regra, eram proibidos nos conventos femininos. Não se aplicaram estes rígidos princípios no mosteiro de Tavira pois não houve qualquer propósito de ocultar a presença destas obras ao elaborar o *Mappa* das bibliotecas individuais. Pensemos, também, em relação aos autos, entremezes e comédias vindas de Espanha que a influência dessa literatura era, certamente, importante em Tavira, pela sua localização tão perto da fonteira. Curiosamente, o único manuscrito referido, com o título "Vários entremezes traduzidos da língua castelhana no idioma português por huma curiosa" pertencia à Madre D. Maria Benta da Silveira Pita (seria ela a tradutora?). Na sua biblioteca que se compunha de 6 livros (*Mappa*, f. 16) encontramos outros títulos de caráter profano, como os "Infortunios trágicos da constante Florinda" e o "Poema trágico del español Gerardo y desengano del amor lascivo" de Gonzalo de Cespedes y Meneses.

Livros de escrita feminina nas bibliotecas das religiosas

Referimos, antes, o interesse e a emulação que os textos escritos por religiosas suscitavam não só no contexto em que eram produzidos, mas também na ampla difusão que o impresso permitia. Nas palavras de Morujão (2012, p. 149):

> Les religieuses étant déjà consacrées comme autrices par leurs textes manuscrits, qui circulaient un peu partout - quelquefois même sans leur permis - dans une société qui les admirait, les lisait, leur répondait, leur commandait des poèmes ou qui maintenait une correspondance abondante avec les monastères, il faut admettre que le passage à la presse a contribué à la création d'un discours sur les femmes auteurs.

Já Bellini (2009, p. 213-214) a propósito da cultura escrita nas casas religiosas femininas, realçara, deste modo, a relação entre a religiosa autora e o seu meio:

> Em relação ao mundo português do Antigo Regime, análises da literatura conventual de autoria de mulheres indicam que essa literatura era parte integrante de uma rede de negociações entre os mosteiros e a corte, que incluía também o ingresso, neles, de religiosas oriundas de famílias nobres, manifestações de fidelidade política por parte das freiras, e favores e doações da família real às casas monásticas, entre outras práticas.

No Mosteiro da Piedade de Tavira todas as obras de escrita feminina são de autoras religiosas. A confirmar a grande diferença entre autores e autoras, nas coleções do mosteiro havia somente 16 livros escritos por mulheres, no total de 328 obras presentes nas 34 bibliotecas. É possível que, entre as inúmeras Orações, Novenas, Obséquios e outras obras de devoção consideradas anónimas no *Mappa*, pudessem existir mais casos de escrita feminina. Atendendo à modéstia de muitas autoras que não se identificam ou usam pseudónimos, tal não será de estranhar, tanto mais que, por essas razões, muitas também não figuram nas obras de referência que utilizámos[7].

São 13 as religiosas com livros de escrita feminina, menos de metade das que apresentam bibliotecas. Em compensação, 4 indicam mais de uma obra de escritoras, independentemente da extensão da biblioteca pois há casos em pequenas, médias e grandes coleções. Também há exemplos de quase igualdade no número de obras de escrita masculina e de feminina. Numa visão de conjunto, podemos afirmar que só 3 obras se repetem, mas nunca em mais de 2 bibliotecas, o que define uma matriz colecionista que valoriza a escolha individual.

---

[7]Referimos, sobretudo, Machado (1741-1759, 4 vol.). Para uma visão mais ampla sobre as autoras religiosas, nos séculos XVII e XVIII, utilizámos Morujão (1995) e Carvalho (1988).

Passando, agora, no *Mappa*[8], à análise das obras, suas autoras e leitoras, começamos pelas MEDITAÇOENS DE S. BRIGIDA [...] que existiam em duas bibliotecas. A edição de Lisboa, 1645 pertencia à Madre Margarida Engrácia (f. 6) que tinha um total de 7 livros e a edição de Lisboa, 1662 era da Madre Rita Vitória Querubina da Silveira Pita (f. 14v.) cuja biblioteca somava 14 livros. A autora, **Santa Brígida ou Santa Brígida da Suécia (1303-1373**), foi a fundadora da Ordem de S. Salvador de Sião ou Ordem de Santa Brígida que fundou dois conventos em Portugal (Campos, 2017, p. 393-395).

A grande reformadora da vida conventual, **Santa Teresa de Jesus (1515-1582),** fundadora da Ordem dos Carmelitas Descalços, é a autora mais representada no mosteiro de Tavira. As suas diversas obras conheceram muitas edições em Espanha e na Flandres espanhola, tendo sido traduzidas, também com grande êxito, noutros países. Os seus escritos figuram, expressivamente, nas bibliotecas religiosas femininas e masculinas portuguesas. As OBRAS [...], numa edição de Anvers, 1630, em língua espanhola, faziam parte dos 4 livros da Madre Maria Gertrudes Rita Pereira de Lima (f. 13). Os AVISOS ESPIRITUALES [...] editados em Barcelona, 1605, em 2 volumes, integravam o conjunto de 9 livros da Madre Maria Gertrudes Colaço (f. 7 v)**.** Por fim, LOS LIBROS DE LA MADRE TERESA DE IESUS [...] impressos em Lisboa, 1628, faziam parte das leituras da Madre Maria Isabel de Garfiaz e Santa Rita (f. 8 v.) que tinha 23 livros.

Outra autora do século XVI, foi a **Madre María de la Antigua (1556-1617**), da Ordem de Santa Clara cuja única obra, DESENGAÑO DE RELIGIOSOS Y DE ALMAS QUE TRATAN DE VIRTUD, conheceu várias edições, algumas póstumas como a de Barcelona, 1720, que pertencia à Madre Isabel Antónia da Assunção (f. 13 v.) figurando entre os seus 5 livros, também a obra PARNASO LUSITANO DE DIVINOS E HUMANOS VERSOS da grande poetisa portuguesa do Barroco, **Soror Violante do Céu (1601-1693)**, da Ordem dos Pregadores. Foi obra publicada postumamente em Lisboa, 1733, em 2 volumes. O "Parnaso" de Soror Violante do Céu, na mesma edição, integrava também a biblioteca da Madre Joana Quitéria de Lima (f. 15 v.) a qual, entre os 5 livros que possuía, contava com os EXERCICIOS ESPIRITUALES DE RETIRO, obra da Venerável **Madre Maria de Jesus (1602-1665)**, abadessa do convento de Ágreda, da Ordem da Conceição de Maria, conhecida pelas suas visões e por ter sido

[8] Metodologicamente, apresentamos as autoras e suas obras, identificando as religiosas que as tinham nas suas bibliotecas. Para cada uma, sinalizamos entre parênteses curvos a folha em que se encontram no Mappa.

conselheira do rei Filipe IV de Espanha. O livro foi editado em Madrid, "en la imprenta de la causa de la Venerable Madre", em 1765, no âmbito do processo de canonização da autora, conforme se lê na menção de editor que transcrevemos. No entanto, a obra que celebrizou a abadessa de Ágreda foi MARIA SANTISSIMA MYSTICA CIDADE DE DEOS [...] que conheceu muitas edições e traduções. Estava presente entre os livros da Madre Maria Gertrudes Colaço, que já tínhamos referido a propósito de Santa Teresa de Jesus e cujo catálogo de 9 livros, recordamos, se encontra na f. 7 do *Mappa.* A edição era de Lisboa, 1728.

Uma autora portuguesa importante, **Soror Maria do Céu (1658-1753)** da Ordem de Santa Clara, escreveu diversas obras, incluindo novelas, com o duplo propósito de educar e divertir. Não são, porém, as novelas que esta prolixa escritora publicou que encontrámos nos livros do mosteiro de Tavira, mas sim a obra hagiográfica A FENIZ APPARECIDA NA VIDA [...] DA GLORIOSA S. CATHARINA, RAINHA DE ALEXANDRIA [...], impressa em Lisboa, 1715, onde usou o pseudónimo de Marina Clemência. Pertencia à biblioteca de 12 livros da Madre D. Tomásia Vitória da Franca (f. 12). Uma outra obra, AVES ILLUSTRADAS EM AVISOS PARA AS RELIGIOSAS [...], feita com claras intenções formativas, existia na edição de Lisboa, 1738, na coleção de 13 livros da Madre D. Teresa Joaquina de Melo (f. 14). No registo da primeira obra, a autora foi identificada no *Mappa* como "Marina Clemência aliás Maria do Céu". No registo da segunda, que a autora escreveu com o seu nome de religião, ficou escrito "Madre Maria do Céu Abadessa da Esperança de Lisboa" identificando, assim, o convento de onde provinha e a posição que nele ocupava.

Na verdade, era comum a prática de anonimato ou recurso a pseudónimos que resguardavam a identidade das autoras religiosas. Outras vezes, ocultavam o nome, mas referiam o convento ou mosteiro a que pertenciam. É o caso da obra EXERCICIOS ESPIRITUAES, MUYTO UTEIS ÀS RELIGIOSAS [...] TRADUZIDOS EM PORTUGUEZ [...] POR HUMA RELIGIOSA DO REAL CONVENTO DE SANTO CRUCIFIXO DAS CAPUCHINHAS FRANCESAS. Identificava-se, no título, o autor que era o capuchinho francês Jerôme de Sens, mas a tradutora recorreu ao anonimato. Neste caso, sabemos que se trata da **Madre Maria Micaela do Sacramento** (a. 1674-1747), da Ordem de Santa Clara, de Clarissas Reformadas, do convento do Santo Crucifixo que fora fundado pela rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683), com religiosas francesas, em 1667 (Machado, 1756, p. 428). A edição é de Lisboa, 1698 e fazia parte dos 16 livros da Madre Maria de Mendonça e Sá (f. 11). Nesta

biblioteca encontra-se outra obra anónima de escrita religiosa feminina. Trata-se da NOVENA DO AMABILÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA [...] POR UMA RELIGIOSA DE S. BERNARDO DO MOSTEIRO DE LORVÃO, impressa em Coimbra, 1756. Não era exemplar único no mosteiro, pois constava, igualmente, da biblioteca da Madre Maria Rosa de S. José e Silva, Prioresa do Mosteiro da Piedade (f. 4 v.), que era, a larga distância, a maior de todas com mais de 50 obras. De notar que o Mosteiro de Lorvão (1206-1887) pertencia, tal como o de Tavira, à Ordem de Cister.

Nesta biblioteca registou-se também uma NOVENA DO GRANDE BAPTISTA ORDENADA POR UMA RELIGIOSA DE S. BENTO DO PORTO e ainda umas DEVOÇÕES ESPIRITUAIS QUE PARA USO DAS SUAS RELIGIOSAS MANDOU IMPRIMIR A MADRE ABADESSA DO S.MO SACRAMENTO DA VILA DO LOURIÇAL. A circunstância de serem edições de Coimbra, 1756, tal como vimos na "Novena do Amabilíssimo Coração de Maria" acima mencionada, parece configurar uma possível miscelânea de folhetos devocionários. Não foi possível encontrar referências bibliográficas sobre estas autoras que quiseram manter o anonimato.

Por último, referimos a obra EXERCICIOS DE DEVOCIÓN Y ORACIÓN ...DEL MONASTERIO DE LAS DESCALZAS DE MADRID[9], escrita pela **Madre Margarita de la Cruz** (1567-1633), em edição de Madrid, 1617. Integrava a biblioteca de 9 livros da Madre Margarida Rosa Teresa de Figueiredo Mascarenhas, antiga Abadessa do Mosteiro (f. 5 v.) e exemplifica o conjunto de obras em língua espanhola que se encontram em várias das bibliotecas individuais das religiosas de Tavira. Nele se destacam livros de caráter profano, como as comédias e os entremezes, mas também outros de alguns autores ligados a temáticas religiosas.

Entre a devoção e a distração: alguns exemplos de colecionismo

Apresentámos os livros de escrita feminina e referimos as coleções onde se encontravam. Na impossibilidade de dar a conhecer os conteúdos de todas, selecionámos as que nos pareceram exemplificar melhor a dicotomia devoção e distração, sendo certo que

[9] O Mosteiro das Descalças Reais, da Ordem de Santa Clara, foi fundado em 1559 pela princesa D. Joana de Áustria, filha do imperador Carlos V e mãe do rei D. Sebastião de Portugal. Foi habitado por filhas da melhor nobreza espanhola e constitui hoje uma atração turística em Madrid, pelo património que nele se encontra. Cf. Monasterio de las Descalzas Reales https://www.patrimonionacional.es/visita/monasterio-de-las-descalzas-reales

esta última se encontra, muitas vezes, também ligada à formação das religiosas por mostrar exemplos e modelos.

Livros da Muito Reverenda Madre D. Maria Rosa de S. José e Silva, Prioresa (f. 3-6) – 54 livros

Esta é, a grande distância, a maior biblioteca do mosteiro, como já tínhamos referido. Trata-se de um conjunto de livros e folhetos portugueses do século XVIII, especialmente edições dos anos -30 a -60. Era uma biblioteca da época, provavelmente adquirida de raiz, ao contrário de outras onde há muitas edições seiscentistas. Tem variadas obras de direção espiritual, onde se destacam autores, alguns também frequentes noutras bibliotecas deste mosteiro, como o padre oratoriano Manuel da Consciência de que se registam 4 obras e, com menos representação, os padres jesuítas Dominique Bouhours e Giovanni Pietro Pinamonti, a que se junta o franciscano Frei José de Beringel e o dominicano Frei João Franco.

No entanto, é a literatura devocionária e de matriz mais prática que se destaca nesta biblioteca. São os "Exercícios", "Devoções espirituais", "Métodos práticos", "Obséquios" e sobretudo, "Novenas" em número de 24 ou seja, 44% deste acervo e 60% de todas as 40 Novenas encontradas nos 34 catálogos. Registámos, atrás, a posse de duas Novenas anónimas, escritas por religiosas.

Livros da Muito Reverenda Madre D. Maria Isabel de Garfiaz e Santa Rita (f. 8-9) – 23 livros

É a segunda maior biblioteca e, ainda que só tenha uma obra de autoria feminina, "Los libros" de Santa Teresa de Jesus, apresenta uma coleção focada nos grandes autores religiosos, especialmente do século XVII, cujas obras eram de leitura recomendada em comunidades femininas, constituindo o que se pode considerar um cânone de leituras. O mais antigo é Tomás de Kempis com a famosa "Imitação de Cristo" e, nos autores dos séculos XVII-XVIII, contam-se o jesuíta Juan Eusebio de Nieremberg, os oratorianos Bartolomeu do Quental e Manuel da Consciência, Frei Fradique Espínola, da Ordem de Cister e os dominicanos João Franco e Manuel Guilherme. Todos estavam também representados em outras bibliotecas das religiosas de Tavira. Não existiam biografias virtuosas ou textos

hagiográficos. É o único catálogo onde se regista a rubrica Belas Letras e Comédias e nela se incluem: um volume de comédias de Calderón de la Barca (1694), e obras de idêntica tipologia como "Ramillete de sainetes" (1672), "Vergel de entremezes" (1675), "Roda da fortuna e vida de Alexandre e Jacinta" (s.d.) e ainda "Vários entremezes sem lugar de impressão". A literatura completa-se com o "Alívio de tristes e consolação de queixosos" (1696) do Padre Mateus Ribeiro, os "Cristais da alma, frases do coração, retórica do sentimento [...]" (1623) de Gerardo de Escobar e as "Décimas ao desengano do mundo" (1700) de D. José de Barcia y Zambrana. Trata-se de edições seiscentistas, espanholas e portuguesas, que pela tipologia nos leva a admitir a hipótese de resultarem de uma doação ou de herança recebida por esta religiosa.

Livros da Muito Reverenda Madre D. Maria Gertrudes Colaço (f. 8v) – 9 livros

Nesta biblioteca há duas obras de autoria feminina: os "Avisos espirituales de Santa Theresa de Jesus"e a "Mística cidade de Deus", da Madre Maria de Jesus, Abadessa de Agreda, e a coleção inclui outras obras espirituais e devocionais, por exemplo, a "Imitação de Cristo", de Tomás de Kempis, e uma "Arte da boa morte".

Livros da Muito Reverenda Madre D. Joana Quitéria de Lima (f. 15v) – 5 livros

Trata-se de uma pequena coleção onde se encontram os "Exercicios espirituais" da Madre Maria de Jesus de Agreda e o "Parnaso Lusitano" de Soror Violante do Céu. Os livros restantes são a "História prodigiosa de S. Francisco de Paula", a "Chave do céu" de Jaime Corella, em tradução portuguesa e ainda o "Espelho da razão" de Frei Bernardo de S. Miguel, da Ordem de Cister, a que pertencia o mosteiro de Tavira.

Livros da Muito Reverenda Madre D. Isabel Antónia da Assunção (f. 13) - 5 livros

Tem dois livros de autoras: o "Desengaño de religiosos" de Soror Maria de la Antigua e o "Parnaso" de Soror Violante do Céu. Estão presentes os "Exercícios espirituais", obra do Padre Manuel Bernardes que também se encontra noutras bibliotecas, bem como a "Escada mística de Jacob" de Frei Jerónimo de Belém. Por último, uma obra pouco conhecida, "El

devoto de S. Juan Evangelista", do padre jesuíta Ignacio Tomás, impressa na cidade do México em 1751, sendo difícil imaginar como chegou à posse desta monja.

Considerações finais

Nos livros das bibliotecas que pertenceram às monjas do Mosteiro da Piedade, em Tavira, registados em 1769, pudemos observar as grandes linhas de força que caraterizam a posse do livro por parte de mulheres e religiosas, no século XVIII. Primeiro, confirmámos serem, geralmente, coleções de poucas obras onde avultavam os Exercícios, as Devoções, as Vidas exemplares, os autores religiosos masculinos, sobretudo aqueles que escreviam sobre a formação e orientação espiritual de religiosas. Em segundo lugar, não se encontraram (ou eram raríssimas) as obras de Liturgia, Música, História, Arte ou Ciência, como já indicara Morujão (2002) no seu estudo. Na Literatura, propriamente dita, existem alguns textos edificantes, mas o núcleo mais importante está relacionado com o Teatro espanhol de Seiscentos, especialmente Lope de Vega e Calderón de La Barca, sendo várias as bibliotecas que têm também entremezes e comédias sem autoria específica. É, sem dúvida, um perfil importante de leitura.

Quanto às autoras, verificámos que eram poucas, com presença muito inferior à dos autores e todas oriundas de ordens regulares. Notámos as grandes autoras, representadas em outras bibliotecas religiosas e constituindo um cânone de leituras que em Tavira se replicou. De Santa Brígida, a mais antiga, até Santa Teresa de Jesus, Madres Maria de Jesus de Ágreda e Maria de la Antigua, às portuguesas Soror Violante do Céu e Maria do Céu, também presentes noutras bibliotecas femininas, notámos que algumas até tinham as suas obras em mais de uma coleção. É um referencial importante no estabelecimento de perfis de leitura.

Teriam estes livros sido verdadeiramente lidos? Provavelmente sim porque cada coleção é de posse individual, constituída com livros "de andar na mão", que são quase sempre poucos, ou seja, há um contexto de escolha que não se encontra numa biblioteca, mas que é comum a toda a comunidade. Recordemos, a propósito, as palavras de frei António das Chagas (Carvalho, 2007, p. 22) numa das suas *Cartas espirituais*, quando dá a seguinte recomendação a uma freira: "Leya poucos livros que os muitos confundem; se pegue a hum, e especialmente o escolha, seja qual for; e que ouvindo as virtudes e vidas dos Santos as imite

quanto puder". Nesta recomendação de poucas leituras (ainda estamos no século XVII...) avulta igualmente o "ouvir ler" demonstrativo da importância da leitura que se fazia em voz alta e que era destinada a um grupo, situação comum na vida monástica e que já antes tínhamos referido.

Livros de posse, posse de livros... é importante, e pouco vulgar, um conhecimento fundamentado da leitura feminina na clausura como o que estas bibliotecas individuais proporcionam. O ideal seria ver os próprios exemplares onde uma nota à margem, um comentário ou até uma marca de propriedade mais explícita nos permitisse entender a relação entre o livro, especialmente o de escrita feminina, e a sua leitora.

Referências

BELLINI, L. Cultura escrita, oralidade e gênero em conventos portugueses (séculos XVII-XVIII). *Tempo*, Niterói, RJ, v. 29, p. 211-233, 2009.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Reservados, MSS 1, n. 20, [20--]. Disponível em: http://purl.pt/27212. Acesso em: 04 fev. 2024.

BUCHO, D. A. *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre*: estudo histórico-arquitectónico. Évora: Universidade, 1994.

CAMPOS, F. M. G. de. *A ordem das Ordens religiosas*: roteiro identitário de Portugal (séculos XII-XVIII). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2017.

______. *Para se achar facilmente o que se busca*: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015a.

______. Vidas exemplares femininas nas leituras do Convento de Santo Alberto, Lisboa (século XVIII). In: FONTES, J. L.; ANDRADE, M. F.; MARQUES, T. P.. *Vozes da vida religiosa feminina*: experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI). Lisboa: UCP-CEHR, 2015b. p. 107-124.

CARNEIRO, M. I. B. *Mujeres y Literatura del Siglo de Oro*: espacios profanos y espacios conventuales. Madrid: Ediciones del Orto, 2007.

CARVALHO, J. A. de F. (dir.). (1988). *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal*: 1501-1700. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1988.

______. *Lectura espiritual en la Peninsula Ibérica (siglos XVI y XVII)*: programa, recomendaciones, lectores, tempos y lugares. Salamanca: Seminario de Estudos Medievales ; Porto: Centro de Estudos de História da Espiritualidade, 2007.

______. Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática da leitura entre Franciscanas e Clarissas em Portugal no séc. XVII. *Via Spiritus,* Porto, v. 4, p. 7-56, 1997.

CASTILLO GÓMEZ, A. Leer en comunidad: libro y espiritualidad en la España del barroco. *Via Spiritus*, Porto, v. 7, p. 99-122, 2000.

______. *Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

CONDE, A. F. *Cister a Sul do Tejo*: o Mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça. Lisboa: Colibri, 2009.

______; LALANDA, M. S. N. *Vida monástica feminina e expressões de criatividade e cultura em Évora no período pós-tridentino*. Évora: CIDEHUS, 2020.

MACHADO, D. B. *Bibliotheca Lusitana.* Lisboa: officina de Francisco Luís Ameno, 1741-1756. 4 vol.

MORUJÃO, I. *Contributos para uma bibliografia cronológica da literatura monástica feminina portuguesa dos séculos XVII e XVIII.* Lisboa: UCP-CEHR, 1995.

______. Images de la femme-auteur dans les paratextes des oeuvres narratives feminines portugaises à l'Age Moderne. *Via Spiritus*, Porto, *v.* 19, p. 145-167, 2012.

______. Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto, supl. 2, n. 19, p. 111-170, 2002.

RAMON, M. Educação e recreação nos mosteiros femininos no contexto da Contra-Reforma católica: as narrativas de ficção e prosa de Sóror Mª do Céu e de Sóror Madalena da Glória. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2014.Disponível em: http://hdl.handle.net/1822/54211. Acesso em: 04 fev. 2024.

SILVA, T. M. H. M. E. *Arqueologia conventual de Tavira*: contributo para o seu conhecimento. 2015. 234 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2015.

Fernanda Maria Guedes de Campos

Licenciada em História, Pós-Graduada em Ciências Documentais (Faculdade de Letras-Universidade de Lisboa), Doutorada em História Moderna (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa). É investigadora integrada doutorada do Centro de Humanidades – CHAM, daquela Faculdade e investigadora associada do Centro de Estudos de História Religiosa – CEHR da Universidade Católica Portuguesa. Foi Subdiretora da Biblioteca Nacional (1992-2006). As principais áreas de investigação são a História do Livro, Leitura e Bibliotecas, no Antigo Regime, incluindo o Estudo de marcas de proveniência e História das Ordens e Instituições Religiosas em Portugal. Participa regularmente em conferências e colóquios e tem numerosos artigos em revistas nacionais e estrangeiras e contributos em monografias temáticas. Publicou os livros “Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)” (2015) e “A ordem das Ordens religiosas: roteiro identitário de Portugal (séculos XII-XVIII)” (2017).

"Magdalena Morska's Zarzecze book collection in view of library materials held in the Ossolineum".

Dorota Sidorowicz-Mulak
(The Ossoliński National Institute/Polonią)

Magdalena Morska's Zarzecze book collection in view of library materials held in the Ossolineum

Countess Magdalena Morska née Dzieduszycka (1762-1847) was a woman of many interests. Biographies describe her as a sketch artist, painter, architectural and garden designer, savant and philanthropist.

Illustration 1:
Portrait of Magdalena Morska
from the Collection of Drawings. 1836.

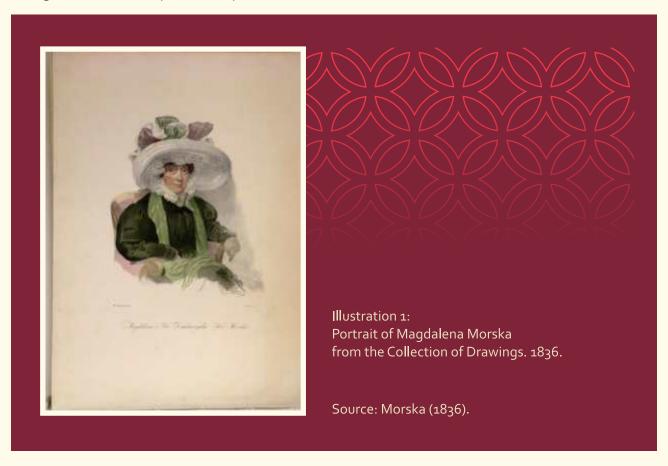
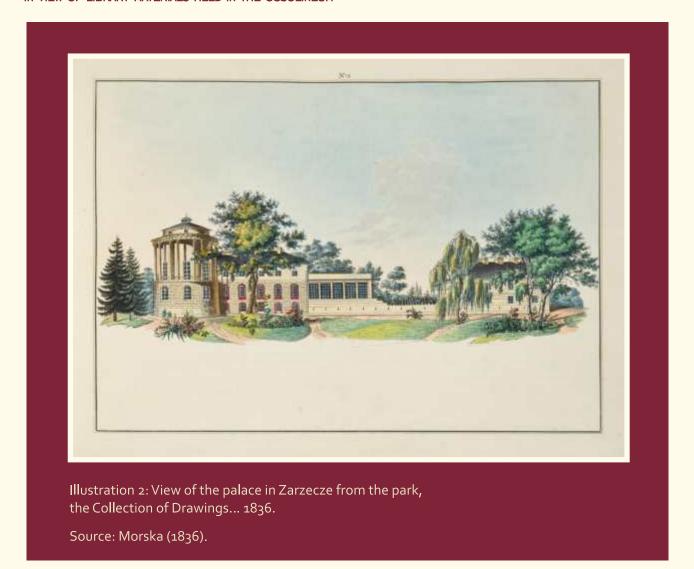
Source: Morska (1836).

She is best known for her completed architectural projects in Zarzecze, a village near Przemyśl in south-eastern Poland. This is where she built, together with her husband Ignacy, a palace with the surrounding small country-style architectural objects, and then designed and founded a park in a sentimental-romantic style.

Illustration 2: View of the palace in Zarzecze from the park,
the Collection of Drawings... 1836.

Source: Morska (1836).

The estate in Zarzecze became the centre of cultural and social life for the surrounding landed gentry and aristocracy in the early 1820s.

Morska's activity was held in high esteem by her contemporaries. The local painter Franciszek Ksawery Prek described in his memoirs the busy social life happening in Zarzecze, balls for neighbours and other lavish parties held every Sunday, often accompanied by countess's court music band[1]. The park and garden created by her were also admired. In 1825, Stanislaw Wodzicki, politician and botanist, praised the variety of plants grown in the garden and their excellent upkeep[2]. Forty years after Morska's death, an article appeared in the Warsaw cultural and social periodical "Tygodnik Ilustrowany ", which listed Zarzecze among the most beautiful places in south-eastern Poland[3].

---

[1] Barycz (1959, p. 513).
[2] Wodzicki (1825, p. 94).
[3] Digital Library University of Lódz (1864).

The countess made sure that both the palace with the park complex and her social and cultural activity were recorded for posterity. To this end, in 1836 she published in Vienna the album *Zbiór rysunków wyobrażających celniejsze budynki wsi Zarzecza* [*A Collection of Drawings Depicting the Apt Buildings of Zarzecze Village*]. It contained images of the palace and its surroundings, as well as pictures illustrating balls she threw, painted at her request by local artists, along with bouquet compositions painted by Morska herself . The album depicted Zarzecze as an ideal country mansion. As the author wrote in the introduction, she intended the book for her family and friends, and additionally she noted down in her notebook to which institutions she gave further copies.

In her palace in Zarzecze, Countess Magdalena Morska amassed a book collection, the size and nature of which we can nowadays determine mainly based on the materials which were handed on to the Ossoliński National Institute in Lviv. As a result of the Second World War and its political aftermath the Ossolineum collection was divided after 1945. Part of the collection was taken to Poland, where Count Ossoliński's foundation is continued in Wrocław, the capital of Lower Silesia. The other part of the collection was taken over by a newly established institution called the Vasyl Stefanyk Lviv National Scientific Library of Ukraine, which is still housed in the former Lviv headquarters of the Institute. Today, sources and materials relating to Countess Morska's legacy can be found in these two institutions. A few hundred volumes personally donated by the countess to the Ossolineum in Lviv are kept in Wrocław, including the above-mentioned "Notebook" which contains some notes referring to her readings and private book collection[4]. The pre-war archives of the Institute, covering the history of the institution up to 1945, remain in Lviv. This archive holds documents relating to Morska's bequest to the Ossolineum, which included several hundred foreign prints, mostly French literature. Additional information concerning expenses for several book and periodical titles is provided by materials from the Central Archives of Historical Records in Warsaw. They can be found in the family documents of the Morski and Dzieduszycki families.

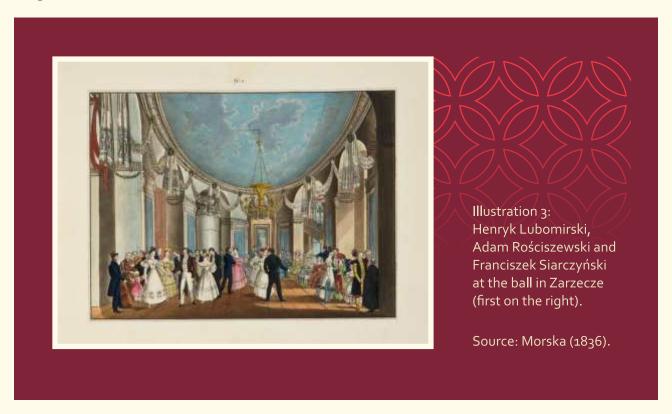
Magdalena Morska's connections with the Ossolineum Library date back to the second decade of the 19th century. At that time, Count Józef Maksymilian Ossoliński (1748-1826), a Polish magnate living in Vienna, decided to found a library in Lviv to collect

4 Mns. 9838/I. „Notatki Magdaleny z Dzieduszyckich hr. Morskiej" [Notes of Magdalena née Dzieduszycka count. Morska"]. ONI holds also mns. 9839/I. „Magdalena z Dzieduszyckich Morska: Spis roślin i notatki dotyczące ogrodu w Zarzeczu z 1839 r." ["Magdalena Morska née Dzieduszycka : List of plants and notes concerning the garden in Zarzecze from 1839"].

mementoes and testimonies of the rich Polish culture. He was inspired by patriotic motives, for in 1794 the Polish state disappeared from the map of Europe as a result of partitions carried out by the three partitioners: Russia, Prussia and Austria. Ossoliński, an avid collector and librarian, planned to move his collection from the Austrian capital to Lviv. The collection was to underpin the institution he founded. Shortly after the foundation was established, Count Ossoliński came to an agreement with another aristocrat, Duke Henryk Lubomirski (1777-1850), who undertook to donate his collection of books and art works to the Lubomirski Museum, established within the Ossolineum. The Lubomirski family was given the title of literary curators and performed vital functions in the new institution.

After she build the palace in Zarzecze, the Countess created an aristocratic cultural centre there. She kept social contacts with the local elite, including people whom Józef Maximilian Ossoliński engaged in transferring his collection from Vienna to Lviv and the opening of the national library plus the Lubomirski Museum there. These were the Piarist priest Franciszek Siarczyński (1758-1829) – parish priest in nearby Jarosław and the first director of the Ossolineum in Lviv, Duke Henryk Lubomirski, owner of a palace in nearby Przeworsk, and the landowner Adam Rościszewski (1774-1844), Ossoliński's and Siarczyński's friend. All three regularly visited Zarzecze, as attested to by an engraving in the album *Zbiór rysunków* [*A Collection of Drawings*]. It depicts Siarczyński, Lubomirski and Rościszewski engrossed in conversation at a ball held in Zarzecze.

Illustration 3:
Henryk Lubomirski, Adam Rościszewski and Franciszek Siarczyński at the ball in Zarzecze (first on the right).

Source: Morska (1836).

This friendship inspired Siarczyński and Rościszewski to endeavour to acquire book donations from Morska already in the first period of the Ossolineum's operation in Lviv. These efforts were successful, as evidenced by information published in the institution's periodical entitled "Czasopism Naukowy Księgozbioru Publicznego imienia Ossolińskich" ["Scientific Journal of the Ossoliński Public Library"] in 1828. In his article "Sprawa o darach dla księgozbioru publicznego imienia Ossolińskich uczynionych i o ich darach" ["Matter on Donations Made to the Ossoliński Public Book Collection, And Their Donations"] , Franciszek Siarczyński included information about a book donated by Magdalena Morska[5].

The authors of the paper devoted to Ossolineum's donors (prepared based on the Institute's annual reports and the "Diary of Donations" created by Siarczyński), Józef Adam Kosiński and Maria Turalska, found that between 1828 and 1829 Morska donated three 18th-century French prints in 56 volumes, and in 1838 the album *Zbiór rysunków..* [*Collection of Drawings...*][6], published by her. The countess never forgot about Library's needs, as evidenced by the collection of foreign books bequeathed in her will. The then Director of the Ossolineum, Adam Kłodziński (1795-1858), described this legacy during his annual report on the activities of the institution delivered on 12 October 1847. When elaborating on the expansion of the institution's book collection, he mentioned "the wonderful gift of the late Countess Magdalena Morska, née Dzieduszycka, who donated her collection of books in foreign languages to the institution. The executor of the will sent the management a list of these books, containing 359 items in 1,292 volumes, among which were costly works such as the "Galerie du Musée de France" in 40 volumes and Maltebrun's "Annales de voyages" with engravings and geographical charts, 35 volumes"[7].

Source materials from the ONI archive stored in Lviv include "Spis książek francuskich testamentem Magdaleny z hrabiów Dzieduszyckich Morskiej z d.[nia] 19. Kwiet.[nia] 1847 Zakładowi narod.[owemu] im. Ossol.[ińskich] we Lwowie przekazanych" ["Inventory of French Books Donated to the Ossoliński National Institute in Lviv by the will of Countess Magdalena Morska née Dzieduszycka, dated 19 April 1847"][8].

5 Czasopism Naukowy Księgozbioru Publicznego Imienia Ossolińskich (1828, p. 160).
6 Kosiński & Turalska, M. (1968, p. 225).
7 A. Kłodziński's report of 1847 r. „Biblioteka Naukowego Zakładu Imienia Ossolińskich" ["The Library of the Ossoliński Research Institute"], 1847 vol. 11, p. 561.
8 Vasyl Stefanyk Lviv National Scientific Library of Ukraine (1847).

Illustration 4: List of books bequeathed by Magdalena Morska to the Ossolineum Library collection. Source: Ossoliński National Institute.

In the files of the directorate, the list was registered on 27 September 1847. The following year most works were included into the collection and given successive inventory numbers, generally from 43,705 to 44,004[9]. Of the 358 works (in 1,288 volumes) listed by Kłodziński, 42 works (in 180 volumes) were transferred to duplicate copies[10]. The assemblage incorporated into the Ossolineum's collection comprised 17th century (6 works in 11 volumes), 18th century (136 works in 439 volumes) and 19th century (215 works in 839 volumes) prints.

The above-mentioned "Book Inventory" was drawn up in a table divided into nine columns with headings in Latin: Numerus currens, Plenarius titulus libri, Nomen autoris et bibliopolae, Locus editionis, Annus editionis, Numerus partium, Format, Praetium

9 Books published after 1801, which were brought to Wrocław after 1946, now bear call marks corresponding to the Lviv inventory number (the call mark is given in the footnotes). Old prints brought to Wrocław bear new call marks beginning with the century in which they were published. Their call mark is given in the footnotes, while their inventory number (equal to the call mark) of the Lviv Ossolineum is given in brackets. If the book was not brought to Wrocław, only the Lviv inventory number SL-... was left. A few books were given lower inventory numbers to replace defective copies.

10 Duplicates were exchanged with Lviv antiquarians for works that the Ossolineum did not have in its possession.

aestimationis, Andotationes. The list recording 358 works was not organised in any way (neither alphabetically nor by subject or format). It provided detailed bibliographical data on individual works, allowing them to be identified. The list informs about the title and the name of the author of the book, its publisher, the place and year of publication, the number of volumes and its bibliographic format. The most extensive column, "Plenarius titulus libri", contained a transcript from the title page and was where information on the publisher of the book was usually found. This information was repeated in the column provided for this purpose only a few times. Often, this field included also the year of publication, individual volumes of the work were listed there, while the number of volumes was given under the "Numerus partium" heading. In the "notes" field, inventory numbers assigned to the works at their registration at the Lviv institution were added, as well as information on the addition of selected volumes to previously inventoried books to complete them and on the transfer of a given title to duplicates. The value of the works, however, was not estimated.

Owing to its accuracy, the "Book Inventory" is an excellent source which allows to attribute a given book or periodical to the owner, that is Magdalena Morska. For the Countess herself did not sign her name on any of the books held at the Ossolineum. Only two books which Morska donated to the Ossolineum have ownership entries relating to the donor. Her father, Tadeusz, signed his name on the collected works of Molière published in Amsterdam in 1691, while her brother, Walerian, put his signature on Georg Büsching's geographical treatise from 1776.

The research carried out to date into Magdalena Morska's book collection donated to the Ossolineum has revealed that this collection stood out from other women's book collections described so far[11]. It contained not only romances, religious and morale-boosting literature and readings to build and nurture patriotic feelings, but also numerous books on geography, history and history of art, nature, philosophy, linguistic dictionaries and many other works which make this book collection a testimony to countess's extraordinary interests and passions[12]. Given the fact that the Zarzecze palace was built and run for years as an aristocratic cultural centre[13] in the first half of the 19th century, this should not come as a surprise.

11 Sidorowicz-Mulak (2018, p. 123-149).
12 Paja (2017, p. 459-461); Paja (2006, p. 92-96).
13 Barycz (1959, p. 14; p. 513).

Analysing the contents of Morska's book collection in the context of her activities related to landscape architecture, it may be striking that only a small set of 7 works on this subject was transferred to the Ossolineum. These are mostly French-language encyclopaedias and handbooks on garden art, agriculture and botany. The set included twelve volumes of Françoise Rozier's *Cours complets d'agriculture* (Paris 1791), Philip Miller's *Dictionaire des jardiniers* in ten volumes (Paris 1785) and the Parisian almanac "Le bon jardinier". Morska also sought inspiration from fiction dedicated to gardens, including Jacques Delille's poem on gardens *Les jardins* (Paris 1782). There must have been many more works on this subject in the palace. This thesis is confirmed by the list of books mentioned by Morska in the introduction to *Zbiór rysunków...* [*Collection of Drawings...*] album. In it, she listed the names and titles of works by Polish authors who dealt with gardening. These were: Izabela Czartoryska, who created a centre in Puławy, and botanists: Franciszek Ksawery Giżycki, Stanisław Wodzicki, Stanisław Bonifacy Jundziłł and Michał Szubert.

The guidebooks to European cities included in Morska's legacy are probably a testament to her numerous travels to Berlin, Dresden, London, Paris, St Petersburg, Rome and Vienna. The collection of works on geography also includes publications of general nature, such as books by Anton Friedrich Büsching, Johann Hübner and William Guthrie, which offer an insight into the geography of the countries of Europe. Accounts of journeys to distant countries donated to the Ossolineum are typical for the Enlightenment period, including those by Constantin François Volney from Egypt and Syria (Paris 1798), Le Vailland's from central Africa (Lausanne 1790) and George Forster's from Asia (Paris 1802).

Moreover, Morska amassed a collection of historical works, such as abundant biographical literature, memoirs and historical novels. These are predominantly publications relating to the French Revolution, post-revolutionary emigration and the actions and life of Napoleon Bonaparte. It is worth mentioning that the countess held works on the history of the Polish Commonwealth. As with the geographical material, this thematic resource also included prints for general historical education, with compendia such as textbooks and dictionaries.

The second largest set in this assemblage was fiction. These were mostly books by well-known writers of the Enlightenment. Morska had, among others, a monumental seventy-volume edition of Voltaire's works (Paris 1785-1789), Jean-Jacques Rousseau's works collected in thirty-three volumes (Deux-Point 1793) and smaller selections of works by other

authors: Racine, Condillac, Montesquieu, Molière, Lafontaine and Boileau published in the late 18th and early 19th centuries. She also had more recent and sometimes controversial writing: a selection of works by the creator of the realist novel Honoré de Balzac, the representative of libertine literature Claude-Prosper Crébillon, Lord Byron's poem *Childe-Harold* and many others, including writers of earlier eras such as Ovid and Milton.

In addition, the Countess owned books in their original language versions, such as Metastasio's dramas (Venice 1740), comedies by Carlo Goldoni (Livorno 1788) and a sentimental novel *A Sentimental Journey Through France* by Lawrence Sterne (Göttingen 1787). These were among the few books donated to the Ossolineum published in languages other than French.

Moreover, Zarzecze collection included widely read novels, primarily for entertainment. The romances by Stéphanie Félicité de Genlis, Lady Morgan's short stories and Marquise de Sévigné's letters could not be missing from this set. The lady's library comprised a novel in letters by Pierre de Laclos, *Les liaisons dangereus*, love letters by Abelard and Heloise and Marmontel's popular novel of the time, *Les Incas*. As part of Morska's collection, the Ossolineum also received utopian novels: Daniel Defoe's *Les Aventures Ou La Vie Et Les Voyages de Robinson Crusoe*, Guillaume Grivel's *L'isle inconue* and Louis-Sébastien Mercier's *L'An 2440, Rêve S'il En Fut Jamais*, considered the first fantasy novel. A sizable group were historical novels, particularly books by Walter Scott, translated from English. Of Polish authors, Morska had, among others, the first Polish novel, i.e. Ignacy Krasicki's *Mikołaja Doświadczyńskiego przypadki* [*Mikołaj Doświadczyński's Cases*] translated into French, and Franciszka Trembicka's *Marguerite de Hijar*.

The countess's choice of reading was helped by literary magazines published in Paris: "Archives littéraires de l'Europe ou Mélanges de littérature, d'histoire et de philosophie par une société de gens de lettres", "Nouvelle bibliothèque d'un homme de gout, ou Tableau de la littérature ancienne et modern", "L'Esprit des Journaux, François et Et Etrangers" and "Revue encyclopédique ou analyse raisonnée des productions les plus remarquables dans la littérature, les sciences et les arts". Textbooks on literary history, e.g. Frédéric-César de La Harpe's *Lycée ou cours de literature ancienne et moderne, Antoine Le Texier's Petit cours de littérature*, were helpful in gaining general orientation.

Morska had a large collection of language textbooks: French, English, Italian and Latin dictionaries, French and English grammar, Pierre-Nicola Collin's *Grammaire parlante*

textbook for the spoken language and Madame de Genlis' multilingual phrasebooks. She probably used all of these publications both during her home education and on trips she took with her husband or brother.

The books donated to the Ossolineum included philosophical works by Michel de Montaigne, Alexander Pope and John Locke. Countess's interest in art is evidenced by dictionaries which allowed her to gain a general understanding of the history in this field, works by leading painters and sculptors, as well as artistic craftsmanship items collected in museums. Owing to this, she could form her artistic tastes and search for objects to furnish and decorate her palace. Books typical for women's collections comprised in her assemblage included works on the education and upbringing of girls, the study of good manners, religious matters and spiritual development.

There were more utilitarian books, too, on the history of dance and social games, and fashion, such as the "Journal des dames et des modes", published in Frankfurt, which looked at fashion and interior design trends in Paris. Publications in this field were probably useful for balls and the social life which thrived in Zarzecze until the fall of the November Rising. Books on housekeeping, home furnishings, fire prevention, health care and cooking were indispensable to everyday life.

It is worth noting that in the palace there were books in languages other than French, Italian and English. The countess decided to donate mainly foreign books to the Ossolineum. However, reading of her manuscript "Notes" reveals a list of over a dozen works in Polish found in Zarzecze, stored "in the white room, in the white book cabinet between the windows on the left-hand side"[14]. These included books by Polish writers: Ignacy Krasicki, Adam Naruszewicz, Grzegorz Piramowicz, Alojzy Feliński, Franciszek Karpiński and works by Józef Szymanowski. In the same place the Countess stored treatises on the most recent national history – partitions and the post-partition history of Poland. They were probably intended to foster and nurture patriotic feelings in this aristocratic woman.

Countess Morska's notes also allow us to expand our knowledge on the number of periodicals she read. In one place she listed the yearbooks and issues of two periodicals in her possession, perhaps intending to complete the missing volumes: "Revue Encyclopedique"

14 Notatki Magdaleny z Dzieduszyckich hrabiny Morskiej. [Countess Magdalena Morska nee Dzieduszucka's Notes], Ossolineum National Institute, ONI mns. 9838/I.

and the aforementioned "Journal des dames et des modes". Elsewhere in the notebook, she wrote down some interesting excerpts from other periodicals. These were mostly housekeeping issues: remedies for rabies or toothaches, culinary and household tips (e.g. how to store fruit, have fresh flowers in winter, how to make candles, get rid of bedbugs, secure flat roofs, make lime mortar and putty, etc.). Excerpts came from Polish and foreign periodicals, including ones published in Lviv: "Tygodnik Rolniczy i Przemysłowy" ["Agriculture and Industry Weekly"] and "Gazeta Lwowska" ["Lviv Gazette"].

Limited information about expenditure incurred in Zarzecze on subscriptions to magazines and the purchase of books is provided by materials from the Morskis' and Dzieduszycki's family archives stored in the Archive of Historical Records in Warsaw. In 1810, 368 guldens were spent on subscriptions to "Gazeta Warszawska" ["Warsaw Gazette"]. Between 1818 and 1825, around 350-400 guldens each year were spent on subscriptions to Polish and foreign periodicals. In 1822, more than 200 guldens were spent to buy several books, paper, pencils, paints, brushes and chalk for drawing. Among the titles listed in the documents were two novels by Walter Scott published in Paris in 1822, which came to the Ossolineum a quarter of a century later: *Les Schetlandais and Les aventures de Nigel* and Menon's cookbook *La Cuisinière Bourgeoise*.

A perusal of the source material relating to the book collection amassed by Magdalena Morska in Zarzecze allows to determine the nature of her library. The collection covers numerous publications in French. Morska supplemented it with books in Italian and German. She subscribed to newspapers published in Lviv and Warsaw, as well as professional periodicals published in Poland and abroad, above all in Paris and Frankfurt, and spent considerable sums of money on this. The palace kept works by Polish authors in the original language version and in French translations.

A look at Countess's library clearly shows that books in the palace fulfilled a practical rather than representative role. Indeed, she did not standardise the bindings, while entertainment books (popular romances and some novels) and city guides (probably witnesses and companions to her travels) have remained in their original paper covers.

Illustration 5: Examples of bindings of Magdalena Morska's books from the Ossolineum collection (photo: Andrzej Solnica, ONI).

Source: Ossoliński National Institute.

Prints for education on current politics, history, geography were provided with more durable, mostly half-leather bindings. The most expensive brown leather bindings, decorated with gilded embossing, were used in multi-volume publications on horticulture and agricultural matters and books by Enlightenment writers. Apparently, Countess Morska reached for these writings on several occasions. Undoubtedly, books could be found in several palace rooms. Books in Polish and about Poland were kept in the white room, in a white book cabinet, while others were in the green room (bedroom). They probably could have been placed also in other rooms which the lady of Zarzecze failed to mention in her notebook. An analysis to Countess's library clearly shows that she moved in the circle of the children of the Enlightenment, where literature (mostly French-language) was supposed to teach, entertain and educate. The books she donated to the Ossolineum and those she mentioned in surviving documents are a perfect illustration of this. Books published later indicate that she was also open to the awakening Romantic current in literature.

[translated by Anna Molik]

Referências

ARTYSTKI polskie: katalog wystawy. Warsaw: A. Morawińska, 1991. (Polish Artists. Exxibition Catalogue).

BARYCZ, H. (ed.). *Czasy i ludzie*: Franciszek Ksawery Prek. [T*imes and People*]. Wrocław: The Ossoliński National Institute, 1959. p. 513.

BIBLIOTEKA NAUKOWEGO ZAKŁADU IMIENIA OSSOLIŃSKICH, Wrocław, vo. 11, p. 561, 1847.

CZASOPISM Naukowy Księgozbioru Publicznego Imienia Ossolińskich, no. 2, ch. 1, p. 160, 1828.

CENTRAL ARCHIVES OF HISTORICAL RECORDS. *Assemblage 368*: the Morskis' and Dzieduszyckis' Archives, Mns. 76, 82, 87. Warszawa, [S.d.].

DIGITAL LIBRARY UNIVERSITY OF LODZ. *Tygodnik Illustrowany*. Lodz: University of Lódz, 1864. vo. 10. no. 249-275.

KOSIŃSKI, J. A.; TURALSKA, M. *Ofiarodawcy Biblioteki Ossolineum 1817-1848*. Wrocław: Zakład Narodowy im. Ossolińskich, 1968. p. 225. (Donors of the Ossolineum Library 1817-1848).

MORSKA, M. *A collection of drawings depicting the apt buildings of Zarzecze Village*. [Zbiór rysunków wyobrażających celniejsze budynki wsi Zarzecza Vienna]. Vienna,1836.

OSSOLIŃSKI NATIONAL INSTITUTE. Department of Manuscripts. *Mns. 1113/I*: 139 listów własnoręcznych śp. Księdza Siarczyńskiego. [139 Handwritten Letters Of the Late Priest Siarczyński]. WrocławONI, [S.d.].

______. *Mns. 1298/III*: pamiętnik darów obywatelskich dla księgozbioru narodowego 1827-1841. [Diary of Civic Donations For the National Book Collection 1827-1841]. Wrocław: ONI, [S.d.].

______. *Mns 9838/I*: notes of Magdalena née Dzieduszycka count. Morska. Wrocław: ONI, [S.d.].

PAJA, A. Czytelnictwo kobiet: Women's readership. In: ENCYKLOPEDIA książki: Encyclopaedia of Books. Wrocław: A. Żbikowska-Migoń, M. Skalska-Zlat, 2017. vo.1. p. 459-461.

PAJA, A. *Normy lektury kobiet w XIX* w: rekonesans. [*Women's reading norms in the nineteenth century*: a reconnaissance]. In: KOSTECKI, J. (ed.). *Ludzie i książki*: studia historyczne. [*People and Books*: historical studies]. Warsaw, 2006. p. 92-96.

SIDOROWICZ-MULAK, D. *Księgozbiór Magdaleny Morskiej (1762-1847) w Bibliotece Ossolineum*. [*Magdalena Morska's book collection (1762-1847) in the Ossolineum Library*]. ZBadań nad Książką i Księgozbiorami Historycznymi. [Study of Historical Books and Book Collections]. [S.l.], 2018. vol. 12. p. 123-149.

VASYL STEFANYK LVIV NATIONAL SCIENTIFIC LIBRARY OF UKRAINE**.** Manuscripts Department. *Assemblage (Fond) 54*: Archive of the Ossoliński National Institute. Ukraine, 1847. (Department 1 Recorded (registered) files. Mns. 30. Files on activity 1847, ONI Microform Dept., DE-4063, scans 75-108).

WODZICKI, S. *O hodowaniu, użytku, mnożeniu i poznawaniu drzew, krzewów o ziół celniejszych ku ozdobie ogrodów, przy zastosowaniu do naszej strefy*. [*On cultivation, use, reproducing and knowledge of trees, shrubs and herbs suitable for the ornamentation of gardens, as applied to our zone*]. Kraków, 1825. p. 94. Vo. 4.

Dorota Sidorowicz-Mulak

A graduate of Polish philology at the University of Wrocław, Doctor of Humanities. She has been employed at the Ossoliński National Institute since 1996; from 2005 to 2019 she was the head of the Department of Old Prints. In 2020 Dorota Sidorowicz-Mulak became the deputy director of the Ossoliński National Institute for the Ossolineum Library. A keen researcher of the history of Ossolineum collections, their provenance and antique bindings, she is also the Chairperson of the all-Poland Provenance Working Group dealing with research on historical book collections. She has authored numerous scientific papers, edited collective monographs and catalogues. She is a member of the Council for National Library Resources operating at the Ministry of Culture and National Heritage, the Polish Committee of the UNESCO Memory of the World Programme and the Polish Bibliological Association.

"De quem são os livros? Pensar Genealogias Culturais Femininas a partir das marcas de posse de livros da Biblioteca do Palácio Fronteira em Lisboa".

Vanda Anastácio
(Universidade de Lisboa/Portugal)

De quem são os livros?
Pensar Genealogias Culturais Femininas a partir das marcas de posse de livros da Biblioteca do Palácio Fronteira em Lisboa

A pesquisa destinada ao estabelecimento de genealogias pode ser vista como um processo de averiguação de laços ocultos e de conexões entre indivíduos, famílias e gerações. Apesar de consistir, fundamentalmente, na busca das origens, e na reunião de dados relativos ao passado, o trabalho genealógico faz-se a partir do presente, e é às interrogações do presente sobre o passado que procura responder. Gostaria de começar por sublinhar a tarefa de desvendar laços ocultos entre indivíduos e grupos, e por relacionar a pesquisa histórica com reivindicações e preocupações atuais, para sublinhar a dimensão simbólica dos estudos genealógicos, as suas implicações na construção de identidades individuais e coletivas, as múltiplas maneiras como a genealogia pode ser usada e os impactos que a informação genealógica pode ter, e tem, ao longo de sucessivas gerações.

Segundo o historiador André Burguière, a forma tradicional de organizar a informação genealógica tem as suas raízes na Antiguidade, no antigo costume romano de expor imagens dos antepassados familiares na parede do átrio das casas, "numa ordem vertical" colocando os pais fundadores no topo, e seus descendentes em baixo, em sequência agnática, quer dizer: "de macho para macho, por ordem de primogenitura" (Burguière, 1992, p. 23). Os valores veiculados por essa prática, como a valorização da antiguidade do grupo familiar, a precedência das linhas sucessórias masculinas e a "heroicização" do fundador de uma dinastia que esta disposição implica, foram posteriormente adotados pela "ciência" da genealogia, que surgiu quando as dinastias reinantes do final da Idade Média tentaram legitimar o seu poder a partir das suas origens, contratando genealogistas para apoiar as suas reivindicações (Burguière, 1992, p. 27). Essas "componentes ideológicas" (Burguière, 1992, p. 19) (ancestralidade e primogenitura masculina) inspiraram as famílias governantes, ao longo dos séculos, a desconsiderar, ou mesmo a descartar as linhas de sucessão femininas.

O modelo genealógico de organização da memória familiar persiste na cultura atual, embora, talvez, com objetivos menos óbvios (Burguière, 1992, p. 19). Como afirma a psicóloga Adriana Roso, a elaboração de genealogias continua sendo "uma forma de narrativa que veicula representações sociais" por meio da qual indivíduos e grupos se "reelaboram" a si mesmos como "seres simbólicos" para "reinventar o sentido do viver em sociedade" (Roso, 2010, p. 387)[1]. De acordo com essa visão, as narrativas genealógicas são componentes importantes da memória social, no sentido em que podem integrar histórias de vida, representações sociais, experiências individuais e de grupo, para construir uma memória coletiva partilhada (Roso, 2010, p. 390). Se assim for, a falta de atenção às linhagens femininas, reais ou simbólicas, pode ser vista como um dos fatores que contribuíram para o apagamento das ações e experiências femininas da memória coletiva, e para a construção de estereótipos sobre as mulheres que contribuem para a discriminação de género nas sociedades atuais.

A investigação sobre as múltiplas formas como as mulheres do passado estiveram envolvidas com essa forma básica de acesso ao conhecimento que é a cultura escrita, adquire especial relevo neste contexto. Porém, devido às restrições impostas à educação das mulheres nas sociedades do passado, é difícil encontrar evidências do envolvimento das mulheres na leitura, escrita, posse e circulação de textos e de livros. De facto, pelo menos até o século XIX, a familiaridade das mulheres com os livros foi um assunto recorrente de discussão, alimentado por ideias sobre a fragilidade moral das mulheres e sobre o impacto corruptor que a palavra escrita poderia ter sobre elas (Knight; Hwite, 2018, p. 9). A escassez de vestígios sobre posse de livros, e de provas acerca de leituras activas por parte das mulheres, contrasta com a abundância de discursos que aconselham as mulheres sobre o que ler, como ler, ou mesmo proibindo-as de ler determinados livros (Anastácio, 2021).

Neste breve apontamento gostaria de abordar alguns indícios da posse de livros de mulheres encontrados na biblioteca privada do Palácio da Fronteira, em Lisboa (Anastácio, 2012). Trata-se de uma biblioteca "familiar", formada após o terramoto de Lisboa ocorrido em 1755 ter destruído a residência principal dos Marqueses de Fronteira. Reúne quer livros comprados, quer livros recebidos e herdados ao longo do tempo por diferentes membros da

[1] Através da elaboração de árvores genealógicas nos re-elaboramos enquanto seres simbólicos e podemos reinventar o sentido de viver em comunidade" p. 387.

casa, na maioria dos casos marcados por *ex-libris* impressos com o brasão da Casa Fronteira. Neste *corpus* eclético, muitas vezes é difícil identificar os proprietários individuais, mas, curiosamente, existem alguns volumes com assinaturas de mulheres. Ao contrário do *ex-libris* formal com o brasão, essas assinaturas representam reivindicações pessoais de propriedade e uso privado de livros, permitindo ao pesquisador conectar proprietários individuais a cópias específicas. Eles também parecem designar o que poderíamos descrever como uma genealogia cultural feminina. Estas marcas de posse femininas são relativas a:

D. Leonor de Lorena e Távora, 2ª Marquesa de Alorna
A filha de D. Leonor de Lorena, D. Leonor de Almeida Portugal, Condessa de Oeynhausen, 4ª Marquesa de Alorna (1750-1839)
As filhas da 4ª Marquesa de Alorna, D. Leonor Benedita de Oeynhausen Mascarenhas, 6ª Marquesa de Fronteira (1779-1850) e D. Juliana de Oeynhausen, Condessa de Strogonoff (1784-1864)
A filha de D. Leonor Benedita D. Maria de Mascarenhas Barreto, 8ª Marquesa de Fronteira e 6ª Marquesa de Alorna (1823-1914)

A mais conhecida destas mulheres é Leonor de Almeida Portugal, a quarta Marquesa de Alorna, que viveu entre 1750 e 1839. Poetisa conhecida, Leonor de Almeida Portugal era uma leitora fervorosa. Talvez o facto de ter estado confinada no convento de Chelas, em Lisboa, com a mãe e a irmã durante 18 anos (1759-1777) – devido à alegada participação dos avós na tentativa de assassinato do rei D. José – tenha tido uma forte influência no seu interesse pela leitura. Nos anos de encerramento em Chelas, com a mãe doente e o pai, o segundo Marquês de Alorna João de Almeida Portugal, na prisão, ler e escrever foram duas das formas que Leonor de Almeida Portugal encontrou para escapar – ainda que temporariamente – à falta de liberdade e às dificuldades da vida conventual. Num texto escrito pouco tempo depois de deixar o convento, Leonor declara que começou a construir uma biblioteca pessoal no tempo em que se encontrava em Chelas, e afirma que quando foi libertada tinha reunido um acervo de 600 volumes, organizados de acordo com os conselhos de Luís Chaudon Mayeul na célebre obra *Bibliothèque d'un homme de gout* (Flor, 2005). Segundo o mesmo texto, esta primeira coleção, que D. Leonor designa como o seu "tesouro", ter-lhe-á sido roubada em 1779, quando se mudou para o Porto, cidade onde viveu durante

um ano com o marido, o conde alemão Karl von Oeynhausen[2]. Sabemos por outras fontes que reconstituiu o seu acervo posteriormente, e que continuou a adquirir livros até à sua morte (Anastácio, 2021).

A biblioteca do Palácio Fronteira guarda cerca de duas dezenas de livros em francês, espanhol, italiano e inglês, que lhe pertenceram. O facto não é surpreendente, pois sabemos que ela aprendeu essas línguas na juventude. Nem todos os seus livros ostentam a sua assinatura, pois há um conjunto de dez livros em alemão – língua que Leonor de Almeida aprendeu durante a sua permanência em Viena –, que correspondem a autores que traduziu ou adaptou na sua poesia, e que certamente também lhe pertenceram.

Sendo o Palácio Fronteira a casa da sua filha mais velha, Leonor Benedita, e, posteriormente, do seu neto José Trazimundo Mascarenhas, o processo de incorporação destes livros nesta biblioteca é significativo, pois parece indicar que foram legados ou herdados pela filha. Outros indícios de propriedade feminina de livros nesta biblioteca são interessantes para esta investigação. A título de exemplo, há quatro obras que têm na primeira página o nome manuscrito da mãe de Leonor, Leonor de Lorena e Távora (1729-1790):

1. Bonnaire, Louis de *Les Leçons de la sagesse sur les défauts des hommes*, Paris, Briasson, 1750-1751;
2. Metastasio, *Poesie del signor abate Pietro Metastasio*, 9 vols., Torino, Stamperia Reale, 1757-1758;
3. Echard, Lawrence, *Histoire romaine,* Amsterdam, Zacharie Chatelain et Fils, 1754;
4. Mme de Sévigné, *Recueil des lettres de Madame la Marquise de Sévigné*, Paris, Durand, 1754.

Embora pequeno e estatisticamente irrelevante, esse pequeno *corpus* fornece alguns dados interessantes. Os livros da mãe de Leonor de Almeida também não se encontram redigidos em português, mas em francês e italiano, duas línguas de prestígio na corte portuguesa, na primeira metade do século XVIII. Claramente, a mãe de D. Leonor dominava

[2] "Por um folheto que comprei, o qual tinha por título a Bibliothèque d'un homme de gôut, cheguei a adquirir 600 volumes meus, quasi todos cheios de notas, para meu estudo e instrução. Mas depois da soltura de meu Pai e do meu casamento, mandando ir esta colecção de livros para o Porto, onde meu marido governava furtaram-me estes 600 volumes, que eu julgava ser o meu tesouro." [Arquivo Particular do Palácio Fronteira *s.d. c.* 1779].

ambas suficientemente bem para ser capaz de ler. Os assuntos destes livros não se afastam muito das ideias tradicionais sobre o que as mulheres deveriam ler, pois Leonor de Lorena assinou o seu nome num livro de filosofia moral (Bonnaire) e num de história antiga (Lawrence). No entanto, dão testemunho de que se trata de uma possuidora de livros culta. O facto de ser proprietária das obras de Metastasio indica, muito provavelmente, para além do gosto pela poesia, um interesse pelo teatro e pela música, uma vez que as encenações de adaptações portuguesas dos libretos de Metastasio eram muito populares nos teatros de Lisboa em meados do século, e as canções com letras do mesmo autor eram frequentemente cantadas em reuniões sociais (Miranda, 1984; Di Pasquale, 2007). Esse apreço foi transmitido à filha, que cita com frequência os versos de Metastasio nos seus poemas e cartas da juventude.

O mesmo se pode dizer da edição das Cartas de Madame de Sévigné que ostenta no frontispício as assinaturas de D. Leonor e de sua mãe, já que Leonor de Almeida transcreveu frequentemente, de memória, passagens dos textos de Sévigné nas cartas que trocou com a amiga Teresa de Mello Breyner na década de 1770 (Anastácio; Almeida; Vázquez, 2007).

Figura 1: Frontispício das Cartas de Madame de Sévigné com as assinaturas da 2ª e da 4ª Marquesas de Alorna.

Fonte: Biblioteca do Palácio Fronteira, Lisboa.

Estes livros, e as práticas de escrita a eles associadas nas obras de Leonor de Almeida, confirmam que adotou pelo menos algumas das escolhas de sua mãe, e que herdou pelo menos alguns dos livros desta. Novamente, sendo o Palácio Fronteira a casa da neta de Leonor de Lorena, filha de Leonor de Almeida, podemos traçar uma linha feminina de transmissão de livros. Estes podem, ou não, ter sido lidos por quem os recebeu, mas certamente correspondem a sugestões de leitura feitas por estas mulheres às suas descendentes femininas. A possibilidade de traçar essa linha de transmissão feminina sugere que as mães legavam suas coleções pessoais de livros às filhas, e não aos filhos – provavelmente porque consideravam os seus livros como leituras adequadas às descendentes do sexo feminino.

A 6ª Marquesa de Fronteira, Leonor Benedita (1779-1850), que era neta de D. Leonor de Lorena e filha de D. Leonor de Almeida, assinou livros em francês, italiano, português e inglês. Alguns desses livros (como o *Teatro completo* de Voltaire, por exemplo) coincidem com títulos que sua mãe mencionou nas suas obras e cartas. Embora Leonor Benedita possa ter seguido as sugestões da mãe na compra de livros, o facto de terem ido parar a esta biblioteca, no Palácio onde viveu a maior parte da sua vida, é um forte indício de que herdou pelo menos parte das coleções de livros de sua mãe e de sua avó. Leonor Benedita assinou seu nome em onze livros:

1. Souza, Adélaïde de, *Oeuvres completes de Madame de Souza,* Paris, Alexis Eymery, 1821-1822.
2. Gay, Sophie La Duchesse de Chateauroux, Paris, 1834.
3. Genlis, Stéphanie Félicité de, *Adèle et Théodore ou lettres sur l'éducation,* Avignon,1800.
4. Mattei, Saverio, *I Salmi tradotti dall'ebraico originale, ed adattati al gusto della poesia italiana...*, Padova, Manfré, 1780.
5. Byron, Lord, *Mémoires de Lord Byron*, Paris, Mesnier, 1830.
6. Penela, Fr. Manuel das Dores, *Modo de caminhar para o céo.* Lisboa, Imp. Régia, 1812.
7. Hughes, Terence MacMahon, *The Ocean Flower: a poem preceded by an historical and descriptive account of the island of Madeira...*, London, Longman, 1845.
8. Chateaubriand, *Génie du Christianisme, ou beautés de la religion chrétienne,* Paris, Migneret, 1802.
9. Pükler-Muskau, Hermann Ludwig Heinrich, Mémoires et voyages du prince Pükler-Muskau, Paris, 1832-1833.
10. Lichnowsky, Felix Maria V. A., *Souvenirs de la guerre civile em Espagne: 1837 a 1839,* Paris, 1844.

Por fim, na biblioteca do Palácio Fronteira existe ainda um outro grupo de onze livros franceses e ingleses com assinatura de posse de uma mulher. Saltando uma geração, são obras que pertenceram a D. Maria Mascarenhas (1823-1914). D. Maria era neta de D. Leonor Benedita, bisneta de D. Leonor de Almeida, trineta – ou tataraneta, como se diz no Brasil – de Leonor de Lorena, e foi 8ª Marquesa de Fronteira. Tendo vivido no Palácio Fronteira com o marido durante os últimos vinte e quatro anos da sua vida, podemos concluir que herdou os livros legados pelas suas antepassadas. Como os livros são "bens móveis", é possível que tenha herdado todos eles juntamente com o Palácio. É certo que existe a possibilidade de que ela não tenha lido os volumes que ostentam a assinatura de suas "antepassadas". Porém, mesmo que isso tenha acontecido, o fato de tê-los guardado, e de continuar a escrever o seu nome nos exemplares que possuía, é prova de que seguiu os passos das mulheres da sua linhagem, cultivando a mente, aprendendo línguas, valorizando a leitura, e sinalizando seus livros como propriedade sua, para não serem confundidos com outros volumes da biblioteca.

Neste ponto gostaria de concluir, lembrando as implicações simbólicas da tarefa de traçar genealogias femininas, seja estabelecendo linhagens de sangue e vínculos familiares, seja procurando identificar os laços ocultos e as conexões simbólicas que ligam e unem os indivíduos, famílias e gerações. Identificar as muitas e diversas formas de envolvimento das mulheres com o conhecimento e a cultura escrita ao longo dos séculos é uma forma de aprofundar as representações das mulheres que ficaram gravadas na memória colectiva. Nesse sentido, pode dizer-se que contribui para facultar uma *genealogia histórica* às mulheres do presente, que possam usar para construir modelos que não se conformem com as noções de irrelevância, ignorância, impotência e passividade que continuam a ser associadas aos papéis femininos.

Referências

ANASTÁCIO, V. Gendering libraries and reading: (a glimpse at three generations of portuguese women readers). In: BETHENCOURT, F; VICENTE, F. (eds.). *Gendering the Portuguese-Speaking World*. Leiden-Boston: Brill, 2021. p. 137-155.

______. Livros, leitores e bibliotecas: breve apontamento sobre o mundo dos "Livros de Fronteira". *Euphrosyne*, Lisboa, vol. 40, p. 409-414, 2012.

____; ALMEIDA, T. S. de; BELLO VÁZQUEZ, R. (orgs.). Cartas de Lília a Tirse Cartas de Lília e Tirse. (Organização e edição de Vanda Anastácio; estudos introdutórios de Teresa Almeida, Vanda Anastácio e Raquel Bello Vazquez). Lisboa: Colibri : Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2007.

BURGUIÈRE, A. "La généalogie". In: NORA, N. (ed.). *Les Lieux de Mémoire*: tome III: Les France 3: De L'Archive à L'Emblème. Paris: Gallimad, 1992. p. 19-51.

DI PASQUALE, D. Metastasio al gusto portoghese. Traduzioni ed adattamenti del melodrama metastasiano nel Portogallo del settecento. [S. L]: Aracne Editrice, 2007.

FLOR, J. A. Alcipe e uma revista inglesa em Chelas. In: ANASTÁCIO, V. (org.). *Correspondências (usos da carta no século XVIII).* Lisboa: Colibri : Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005. p. 33-44.

KNIGHT, L.; WHITE, M. The Bookscape. In: ______; ______; SAUER, E. (eds.). *Women's bookscapes in early modern britain*: reading, ownership, circulation. Michigan: University of Michigan Press, 2018. p. 1-18.

MAYEUL, L. C. *Bibliothèque d'un homme de gout, ou Avis sur le choix des meilleurs Livres écrits en notre Langue sur tous les genres de Sicences & de Littérature.* Amsterdam: Aux Dépens de la Compagnie des Libraires, 1773.

MIRANDA, J. da C. Sul teatro di Metastasio nel settecento portoghese. *Italianistica: Rivista di letteratura italiana*, Pisa, Roma, vol. 13, p. 223-227, nrs. ½, Gennaio-Agosto, 1984.

ROSO, A. Psicologia e história: acerca da construção de árvores genealógicas ou como retomar lembranças de família em sociedades de rede. *Psico*, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 3, p. 385-392, jul./set. 2010.

Vanda Anastácio

Vanda Anastácio é Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É membro integrado do Centro de Estudos Clássicos da mesma Universidade e colabora regularmente com diversos Centros de Investigação em Portugal e no estrageiro. Trabalha sobre Literatura Portuguesa dos séculos XVI a XVIII. Nas últimas décadas tem-se interessado pela relação entre as mulheres do passado e a cultura escrita. Entre as figuras que estudou destaca-se a Marquesa de Alorna (1750-1839). Entre as suas publicações mais recentes conta-se Uma Antologia Improvável. A escrita das Mulheres (Séculos XVI-XVIII) (2013), uma antologia das Obras Poéticas da Marquesa de Alorna (1750-1839) (2015) e o livro Leituras potencialmente perigosas e outros estudos sobre Camões e a sua época de 2020, onde também se incluem estudos sobre mulheres do século XVI.

"Traços bibliofílicos da Profa. Annunciada Chaves (1915-2006)".

Elisangela Silva da Costa
(Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, PA/Brasil)

Traços bibliofílicos da Profa. Annunciada Chaves (1915-2006)

Considerações iniciais

Colecionar objetos é um ato muito comum aos seres humanos e atravessa gerações há milênios. No entanto, em se tratando do colecionismo de livros atribui-se a designação específica de bibliofilia.

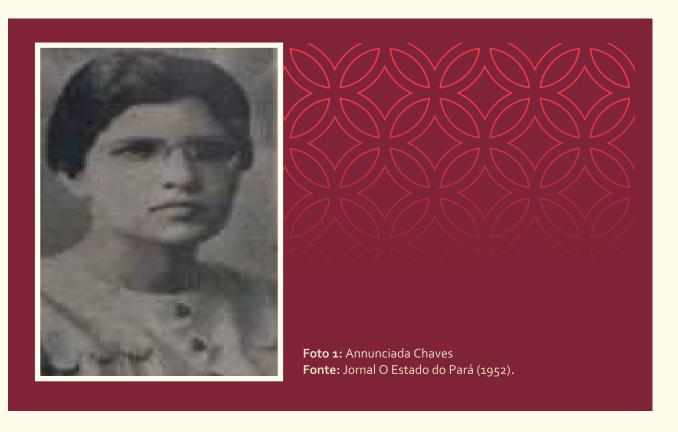
Estudos sobre bibliofilia também são tão antigos quanto a prática, entrementes, convencionou-se elencar mais os nomes de homens como adeptos desta prática de amealhar a cultura impressa. Muito se fala sobre: Machado de Assis (Jobim, 2001), José Mindlin (Santos, 2019), Rui Barbosa (Ferreira, 2008), Oliveira Lima (Henrich; Widener, 2020), Celso Cunha (Silva, R., 2022), Rubens Borba de Moraes, entre outros grandes vultos da intelectualidade brasileira, mas onde estão as mulheres no panorama da bibliofilia nacional? Como Michelle Perrot em sua célebre obra, intitulada: *Os excluídos da história*, diz: "[...] no teatro da memória as mulheres são tênues sombras". Ou seja, as bibliófilas são invisibilizadas ou na pior das hipóteses são frequentemente associadas ao desenvolvimento de uma relação de aversão aos livros, por considerar as bibliotecas como amante de seus maridos (Azevedo; Costa; Silva, 2020).

Este artigo, tem como objetivo trazer a lume a figura da professora e jurista belenense Maria Annunciada Ramos Chaves, uma eminente intelectual paraense que dedicou boa parte de sua existência ao ensino de História, práticas intelectuais e colecionamento de livros, dando um enfoque especial para as práticas bibliofilicas que Annunciada Chaves performava em seus livros.

Ressalta-se que este artigo constitui um excerto da minha tese doutoral intitulada: *O Itinerário intelectual da Profa. Annunciada Chaves (1915-2006)*, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA).

Maria Annunciada Ramos Chaves

A professora e jurista paraense Maria Annunciada Ramos Chaves foi uma intelectual que nasceu no primeiro quartel do século XX, mais precisamente em 16 de dezembro de 1915, em Belém do Pará (Sarges, 2016). Filha primogênita do contador Joaquim Chaves e da dona de casa Maria D'Ascensão Ramos Chaves, também paraenses, que além de Annunciada tiveram mais três filhas: Maria Paula, Maria de Lourdes e Maria Júlia (Beckmann, 2006).

Foto 1: Annunciada Chaves
Fonte: Jornal O Estado do Pará (1952).

Joaquim Chaves intentava ser advogado, porém apesar de usufruir de uma boa condição econômica não conseguiu concretizar suas intenções, e por conseguinte, projetou seus sonhos em seus descendentes.

Apesar das tentativas Joaquim Chaves só teve descendentes do sexo feminino, e contrariando os costumes vigentes na época. Annunciada Chaves recebeu a autorização de seu pai para cursar ciências jurídicas em 1936 na Faculdade Livre de Direito do Pará, e, mesmo com seu desempenho irrepreensível, todos os anos as alunas, só poderiam estudar na Faculdade de Direito, se fossem autorizadas pelo pai, pelo marido ou por algum responsável do sexo masculino.

Embora tivesse cursado Ciências Jurídicas, a área do conhecimento que mais lhe interessava, eram os estudos históricos, disciplina em que sempre teve um desempenho destacado, quer fosse nos educandários em que estudou, quer fosse nos exames admissionais que periodicamente precisava fazer para validar os estudos que desenvolvia nas escolas particulares. Essa desenvoltura lhe garantiu, um convite para lecionar História do Brasil, no Colégio Moderno, educandário em que Annunciada Chaves, cursou os estudos científicos (atual ensino médio).

Annunciada Chaves prontamente aceitou o convite feito pelo professor Osvaldo Serra para lecionar História no Colégio Moderno enquanto cursava o terceiro ano na Faculdade Livre de Direito do Pará, e Joaquim Chaves não se agradou em ver sua filha estudando e trabalhando, pois achava que o trabalho precoce poderia comprometer o seu desempenho acadêmico. Todavia, em 1937 Annunciada Chaves graduou-se em Ciências jurídicas e Sociais; e, para que seu pai não sustasse o seu intento de lecionar História, se tornou sócia de Osvaldo Serra no gerenciamento do Colégio Moderno, investindo parte da herança que seu pai tinha adiantado as suas filhas por ter receio de morrer repentinamente e ter seu patrimônio dilapidado caso suas filhas fizessem escolhas matrimoniais inadequadas.

Os estudos jurídicos foram apenas um estratagema para Annunciada Chaves continuar a trilha acadêmica que tanto lhe atraía, pois, sua trajetória laboral foi traçada em grande medida no campo educacional, visto que ela iniciou sua prática educacional no Colégio Moderno, posteriormente lecionou no Colégio Paes de Carvalho, um educandário tradicional paraense, que se equiparava ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, instituição referência para o ensino no Brasil. Posteriormente, ela participou da fundação da Faculdade de História do Pará em 1947 e também corroborou para que em 02 de julho de 1957 fosse criada a Universidade do Pará, a primeira Instituição de Ensino Superior (IES) do norte do Brasil. Na UFPA foi professora, diretora de faculdade e sub-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (atual Pró-Reitoria de Extensão – PROEX), na gestão do reitor Aloysio da Costa Chaves (1969 a 1973). E pela atuação exitosa foi reconduzida ao cargo na gestão do reitor Clóvis Cunha da Gama Malcher (1973 a 1977), sendo uma das poucas mulheres a ocupar cargo na alta administração universitária em plenos anos de chumbo (UFPA, 1977).

Além das atividades administrativas, Annunciada Chaves performou bastante em instituições culturais, tais como: Academia Paraense de Letras (onde ocupava a cadeira de n. 65), Instituto Histórico e Geográfico do Pará (onde ocupava a cadeira de n. 22), na Sociedade

de Educadores do Pará, na Comissão Paraense de Folclore, e, sobretudo, no Conselho Estadual de Cultura do Pará, silogeu em que foi presidenta por quatorze anos (1972-1986) ininterruptos (Meira; Ildone; Castro, 1990).

Com o passar do tempo, Annunciada Chaves foi se desgostando dos rumos que a cena política e cultural paraense estava tomando e nos anos finais de sua vida se dedicou a editoração de revistas científicas, sobretudo da *Revista de Cultura do Pará* e a *Revista da Academia Paraense de Letras*, até a debilitação de sua saúde que lhe conduzia ao enclausuramento em sua casa, e sobretudo em sua biblioteca e a inevitável morte ocorrida em 16 de agosto de 2006.

A Biblioteca

Como aduz Battle (2003, p. 13): "De uma época a outra as bibliotecas crescem e mudam, chegam ao apogeu e desaparecem". Essa premissa é particularmente verdadeira no caso de Annunciada Chaves, pois, sua biblioteca surgiu quando ela tinha 10 anos ao receber de seu pai um livro de contos infantis; cresceu ao ponto de conter cerca de 20.000 exemplares, e foi quase extinta após os livros terem sidos postos na rua, devido a sua morte e consequente tentativa de venda da sua casa. Este processo de venda foi um tanto quanto controvertido, posto que Maria Annunciada, não se casou e nem teve filhos; àquela altura suas irmãs já tinham falecido. Ela morava sozinha em uma imensa residência, situada na Trav. Rui Barbosa, n. 921, esquina com a Rua Boaventura da Silva e possuía vários funcionários. Essa situação conflituosa corroborou para que uma amiga de Annunciada que era sua tutora e inventariante, que a amparou até o fim de sua vida, a vender a sua casa e muitos de seus bens a fim de quitar dívidas trabalhistas. Infortunadamente sua portentosa biblioteca não foi aceita em doação nem pela Biblioteca Pública Arthur Vianna, nem pela Biblioteca Central da UFPA devido a quantia vultosa de livros e ao estado de conservação nem tanto favorável que vinham apresentando.

Infortunadamente a casa foi vendida e a Biblioteca que Annunciada Chaves cuidadosamente alimentou ao longo de sua vida, foi parar em hasta pública. Foi uma comoção na cidade, as pessoas se acotovelavam para se apoderar dos livros.

Os amigos mais próximos de Annunciada Chaves salvaram o máximo de livros que puderam e se comprometeram a criar um espaço cultural a fim de disponibilizar futuramente

esses materiais para consulta pública, desta feita foi criado o Memorial do Livro Moronguêtá, uma unidade de informação compromissada com o resgate e disponibilização ao público das bibliotecas de intelectuais paraenses ou que tiveram influência no cenário social, político, econômico e cultural paraense. O Moronguêtá teve uma vida útil de dez anos e em abril de 2022, devido a morte de seu idealizador, o prof. arquiteto Flávio Augusto Sidrim Nassar, o Projeto foi extinto e todos os seus acervos foram transferidos para o Centro de Memória da Amazônia, órgão suplementar da UFPA.

Material e Métodos

Dos 20.000 exemplares, que Annunciada Chaves dizia ter, só foi possível recuperar até o momento 5.007 itens bibliográficos, os quais foram todos inventariados, tendo sido procedida a extração dos seguintes dados, na ficha bibliográfica, a saber: a tipologia documental, a esfera do discurso, a autoria, editoras, idioma e procedência, bem como foram identificados os traços bibliófilos presentes nos livros e anotados em fichas bibliográficas.

Embora não exista um protocolo para definir um intelectual como sendo um bibliófilo, levarei em conta algumas características elencadas por: Rubens Borba de Moraes no seu *Bibliofilo Aprendiz*, no *post* do *blog* Rede de Letras, intitulado: *O que é um bibliofilo?*, no artigo escrito por Cavedon *et al*. (2007) intitutlado: *Consumo, colecionismo e identidade dos bibliófilos: uma etnografia em dois sebos de Porto Alegre* e na obra *A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia* escrita por Humberto Eco em 2010.

Resultados

A Profa. Annunciada Chaves trouxe do berço a afeição pelos livros, gostava de ler, e era conhecida e admirada por ter um *background* cultural vastíssimo, seus escritos quer fossem para fins de socialização, ou quer fossem para o ensino, sempre estavam impecavelmente guarnecidos de fontes acuradas e de uma copiosa bibliografia.

A casa de Annunciada Chaves possuía uma quantidade infinita de estantes que iam da sala à cozinha. Apesar de ter um espaço próprio destinado a biblioteca da casa, em que a Professora gostava de receber visitas. O crescimento exponencial de seu acervo demandava

a obtenção de infindáveis móveis para o adequado armazenamento, como pode ser visto na foto abaixo.

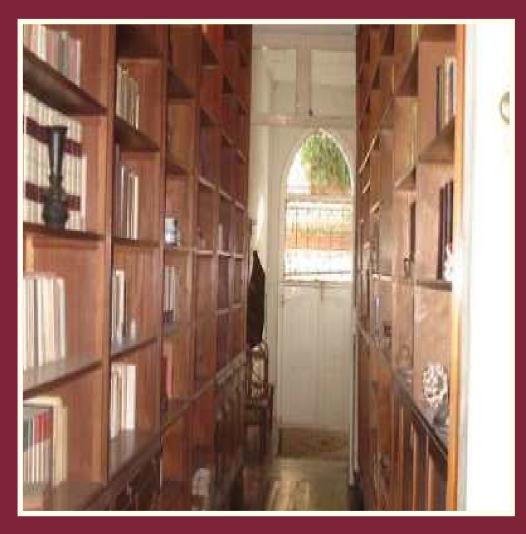



Foto 2: Estanterias da casa de Annunciada Chaves
Fonte: Acervo do Memorial do Livro Moronguetá.

Dentre os traços bibliofilia manifestados por Annunciada Chaves podemos destacar:

a) Feitura de anotações em papéis avulsos e não nas páginas dos livros;
b) Aquisição de livros contendo ex-libris ou carimbos de intelectuais renomados;
c) Identificação da maioria de suas obras por meio de ex-libris manuscrito ou carimbos úmidos;

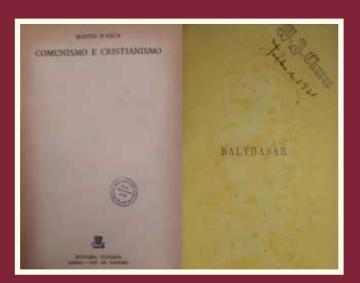



Foto 3: Ex-libris manuscrito de Annunciada Chaves

Fonte: Pesquisa de campo, nov. 2022.

Foto 4: Modelo de carimbos úmidos utilizados por Annunciada Chaves

Fonte: Pesquisa de campo, nov. 2022.

d) Costume de frequentar as principais livrarias de Belém aos sábados a tarde;

e) Manutenção de uma sequência de livros de acordo com sua aquisição criando uma espécie de memória do desenvolvimento de sua biblioteca;

f) Manutenção de mais de um exemplar de um mesmo livro, sendo que um continha dedicatória ou autógrafo e outro exemplar que era efetivamente usado;

g) Várias edições de uma mesma obra;

h) Primeiras edições de obras literárias de relevância regional, nacional ou internacional;

i) Encadernação de luxo, principalmente em suas *Brasilianas* e livros em língua francesa;

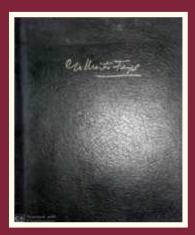



Foto 5a: Encadernação em capa inteira

Fonte: Pesquisa de campo, nov. 2022.

Foto 5b: Encadernação meia lombada

Fonte: Pesquisa de campo, nov. 2022.

Foto 5c: Encadernação meia lombada com cantoneiras

Fonte: Pesquisa de campo, nov. 2022.

j) A completeza das coleções. Maria Annunciada procurava adquirir coleções em sua integridade, não importando o volume monetário que iria dispor para adquirir aquele conjunto. Essa obsessão por concatenar todos os exemplares de uma coleção é muito bem explanada por Moraes (2005, p. 21), ao dizer:

> [...] O prazer de colecionar, a emoção de encontrar um livro procurado há anos, a volúpia de completar as obras de um autor, é para o milionário que paga uma fortuna por um livro, a mesma do pobretão que encontra num sebo o volume sonhado;

k) Adquirir obras que versam sobre História do livro, editoração, encadernação, tipos de papel, etc. Inclusive, Annunciada Chaves possuía um exemplar do *Petit manuel de l' amateur de livres* de Cim (1904), um clássico da Bibliofilia;

l) Coleção de catálogos de livreiros, principalmente da livraria Kosmos e de Raridades bibliográficas, permitindo a atualização da bibliófila e alimentando o desejo de futuras aquisições;

m) Uso de *super-libris*.

Foto 6: Super-Libris manuscrito de Annunciada Chaves
Fonte: MLM. Acervo Annunciada Chaves (2020).

Ressalta-se que essas características não são rigidamente definidas na literatura supracitada, porém nos ajudam a visualizar sobremaneira do modo como um bibliófilo se comporta, posto que esse modus operandi é contumaz se levarmos em consideração a bibliografia consultada.

Considerações finais

Apesar de a Biblioteca particular de Annunciada Chaves ter sido posta na rua, com o trabalho de resgate e tratamento da coleção particular foi possível reconstruir memórias desta importante e cobiçada Biblioteca, que representa um marco de intelectualidade, sobretudo de uma intelectual feminina.

É importante perceber que não existe uma fórmula mágica para identificar bibliófilos, entretanto, Annunciada Chaves apresentou hábitos e características que são comuns a quem tem adoração por livros.

Mesmo tendo falecido há quase quinze anos, o nome de Annunciada Chaves é reverenciado até mesmo por pessoas que foram indiretamente influenciadas por suas ações e erudição. Suas obras e produção acadêmica ainda suscitam o debate e a reflexão e auxiliam, sobretudo as mulheres hodiernas, a preencher os hiatos educacionais de gênero que ainda insistem em tentar obstruir o caminho feminino.

Referências

ARAÚJO, A. F. de. *Rubens Borba de Moraes e José Mindlin*: bibliofilia como patrimônio informacional. 2017. 110 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25239/1/DISSERTAÇÃO%20Adelma%20Ferreira%20de%20Araújo.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

AZEVEDO, F. C.; COSTA, E. S. da; SILVA, K. L. da. *Bibliófilas sim!*: breves apontamentos sobre duas bibliotecas de mulheres brasileiras. Lisboa: Herança, 2020.

BATTLES, M. *A Conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003.

BECKMANN, C. F. R. Homenagem à Maria Annunciada Chaves. *Rev. Cult. do Pará*, Belém, v. 17, n. 2, p. 177-182, jul./dez. 2006.

CAVEDON, N. R. *et al*. Consumo, colecionismo e identidade dos bibliófilos: uma etnografia em dois sebos de porto alegre. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 345-371, jul./dez. 2007

CIM, A. *Petit manuel de l' amateur de livres*. Paris: E. Flamarion, 1904.

CONCURSO de História do Brasil no Colégio Paes de carvalho. *Jornal O Estado do Pará*, Belém, p. 6. 14 de agosto de 1952.

DAMASO, D. *Annunciada*: a história de um compromisso. [1997]. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

ECO, Humberto. *A memória vegetal*: e outros escritos de bibliofilia 3. ed. São Paulo: Record, 2010.

FERREIRA, T. M. T. B. da C. A biblioteca de Rui Barbosa: uma concepção de cidadania. In: ENCONTRO DE HISTóRIA ANPUH - RIO, 2008, Rio de janeiro. *Anais eletrônicos ...* Rio de janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212979382_ARQUIVO_AbibliotecadeRui.cidadania.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

HENRICH. N.; WIDENER. H. Marcas de proveniência na Oliveira Lima Library: notas sobre um projeto em andamento. In: AS MARCAS da proveniência e a cultura material: ciclo de palestras. Rio de Janeiro: UNIRIO; Fiocruz; PPACT/Mast, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45084. Acesso em: 03 fev. 2023.

JOBIM, J. L. (org.). *A Biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: TopBooks; Academia Brasileira de Letras, 2001.

LIVROS à mancheia. *Rede de Letras*, n. 10, 2 de Junho de 2004, Coluna das Traças.

MEIRA, C.; ILDONE, J.; CASTRO, A. Maria Annunciada Ramos Chaves. In: ______. *Introdução à literatura paraense*. Belém: CEJUP, 1990. v. 2, p. 127-139.

MORAES, R. B. de. *O Bibliófilo aprendiz*. 4. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos ; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

RÊGO, C. M. Curriculum vitae da Professora Doutora Maria Annunciada Ramos Chaves. In: ______. *Subsídios para a história do colégio estadual 'Paes de Carvalho'*. Belém: UFPA, 2002. p. 145-162. (Memórias especiais, 1).

SANTOS, M. dos. *Brasiliana Mindlin*: contribuições de um bibliófilo. 2019. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.

SARGES, M. de N. dos S. *Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém, 2016. 13 p.

SILVA, R. C. da. As marcas de proveniência da Coleção Celso Cunha: uma análise preliminar. *PontodeAcesso*, v. 16, n. 3, p. 858–882, nov. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.9771/rpa.v16i3.52338. Acesso em: 11 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Informativo da UFPA*. Universidade Federal do Pará. Edição Histórica, Belém, jun. 1977.

Elisangela Silva da Costa

Doutoranda em História Social da Amazônia pelo PPGHIST/UFPA. Mestre em Educação - PPGED/UFPA (2016). Especialista em Gestão da Informação em Bibliotecas Digitais pela Universidade Federal do Pará (2008). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (1998). É servidora da UFPA desde 2004. Foi Profa. Substituta na Faculdade de Biblioteconomia da UFPA, no biênio 2010-2012. Foi revisora da normalização bibliográfica da Revista Científica Agroecossistemas do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA e da Faculdade de Ciências Agrárias da UNIFESP. Foi bibliotecária da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA, no período de 2018-2022. Atualmente é Bibliotecária do Centro de Memória da Amazônia. É membro do Grupo de Pesquisa Estudos em Patrimônio Bibliográfico e Documental.

"Imperatrizes do Brasil e suas bibliotecas: legado de Ciência e Cultura para o Patrimônio Bibliográfico Brasileiro".

Jandira Helena Fernandes Flaeschen
(Fundação Biblioteca Nacional/Brasil)

Imperatrizes do Brasil e suas bibliotecas: legado de Ciência e Cultura para o Patrimônio Bibliográfico Brasileiro

Desde 2018, vem sendo realizado o estudo sobre as marcas de proveniência bibliográfica da Coleção Teresa Cristina Maria pertencente à Fundação Biblioteca Nacional, possibilitando identificar a trajetória e o modo como esta coleção foi reunida (Flaeschen, 2022).

Sempre pensamos na figura de Dom Pedro II quando falamos na Coleção Teresa Cristina Maria, por ele ser o proprietário conhecido, principalmente por conta de sua doação em 1891, após o golpe da Proclamação da República e o seu exílio na Europa, juntamente com Dona Teresa Cristina.

A coleção fazia parte da Biblioteca particular de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina e do Gabinete Imperial, estabelecidos no Palácio de São Cristóvão.

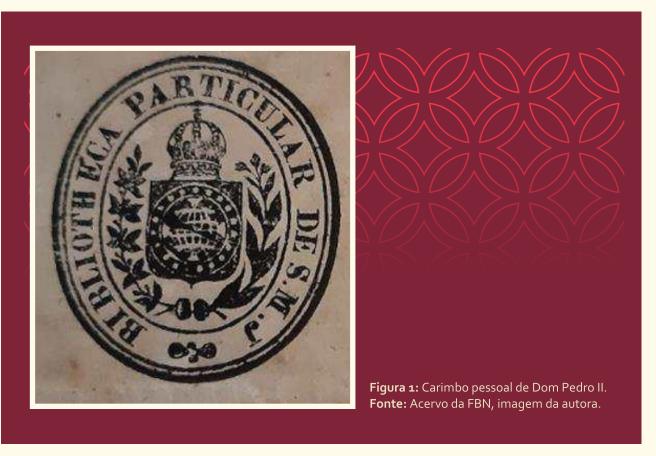
A sua doação ocorreu oficialmente após a carta enviada por Dom Pedro II ao Dr. José da Silva Costa, solicitando a transferência dos itens para algumas instituições de sua estima: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional e Museu Nacional, sendo também enviados às Bibliotecas do Jardim Botânico e da Academia de Belas Artes, por sugestão da comissão formada para tomar as providências para a doação (Biblioteca Nacional, 1987, p.09). A pedido de Dom Pedro II, a parte da coleção doada à Biblioteca Nacional deveria receber o nome de Dona Teresa Cristina Maria.

A Biblioteca Nacional recebeu cerca de 48.000 itens, entre livros encadernados, brochuras, fascículos, folhetos, revistas, estampas, partituras, mapas, manuscritos e mapas em relevo (Cunha, 1980, p.145).

As marcas de proveniência que foram identificadas na pesquisa indicam a quem os itens pertenceram e assim, foi possível traçar como esse acervo foi reunido bem como compreender que ele não foi organizado somente pelo imperador.

Na Biblioteca Nacional, os itens receberam uma etiqueta com o nome da coleção, hábito que também se estendeu a outras importantes coleções que foram incorporadas ao patrimônio da instituição. O carimbo pessoal de Dom Pedro II foi encontrado em algumas

obras, além da inscrição manuscrita "Do Gabinete Imperial", reforçando a maneira como o acervo estava distribuído no Palácio de São Cristóvão. Além dessas marcas de proveniência, também identificamos os carimbos de Dona Leopoldina.

Figura 1: Carimbo pessoal de Dom Pedro II.
Fonte: Acervo da FBN, imagem da autora.

Por meio das biografias pessoais dos membros da família imperial podemos conhecer seus interesses particulares pela aquisição de obras de determinados temas. Desse modo, duas figuras femininas de extrema importância foram identificadas como proprietárias de partes da coleção, dando corpo a este rico acervo que ficou de legado ao nosso país.

Essas duas mulheres foram: Dona Leopoldina Habsburgo-Lorena, arquiduquesa da Áustria, mãe de Dom Pedro II e Dona Tereza Christina Maria de Bourbon, esposa do imperador.

Dona Leopoldina recebeu de sua família uma sólida educação, estudando Alemão, Francês, Italiano, Latim, Matemática, Geometria, Física, História, Geografia, Literatura, Música, Pintura e Teatro. Porém seu interesse pessoal era pelas Ciências Naturais, principalmente por Mineralogia e Botânica (Cassotti, 2015, p. 21-22).

Em sua comitiva para o Brasil, após o casamento por procuração com Dom Pedro I em 1817, trouxe sua biblioteca particular e outras coleções que possuía, e veio acompanhada por

cientistas e artistas. Já estabelecida em terras brasileiras, trocava correspondências com sua família e enviou para a Europa espécimes da fauna e da flora coletadas por ela mesma.

Sua família nutria um interesse por Botânica, seu pai Francisco I incentivava que cada filho tivesse seu próprio herbário. Com isso, Dona Leopoldina reuniu em sua coleção particular exemplares de exsicatas de várias partes do mundo.

Dom Pedro II doou a João Barbosa Rodrigues, então diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1890, a sua coleção de exsicatas, incluindo a de sua mãe, com um total de 25.000 amostras, dando origem ao acervo do Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A coleção de livros doados deu origem ao acervo da Biblioteca do Jardim Botânico, que anos mais tarde recebeu o nome de seu fundador, chamando-se Biblioteca Barbosa Rodrigues. Encontramos na biblioteca uma seção com a Coleção Teresa Cristina e em alguns exemplares é possível encontrar marcas de proveniência do imperador e de sua mãe: os carimbos utilizados por ambos. Fazem parte da coleção, obras dos naturalistas Johann Baptist von Spix (zoólogo) e Carl Friedrich Philipp von Martius (botânico) que fizeram parte da missão científica vinda na comitiva de Dona Leopoldina. Ademais encontramos obras raras sobre Botânica com encadernação imperial em couro com gravação dourada na capa com a inscrição: "P II" encimada pela coroa do imperador.

Figura 2: Obras sobre Botânica da Coleção Teresa Cristina da Biblioteca Barbosa Rodrigues do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo da FBN, imagem da autora.

Na Biblioteca Nacional encontramos itens da Coleção Teresa Cristina com os carimbos de Dona Leopoldina. Em outras instituições que receberam obras doadas, também é possível identificar esta marca de proveniência, como em itens da Biblioteca de Obras Raras do Museu Nacional.

Essa marca de proveniência de Dona Leopoldina é bastante peculiar: sendo composta por dois carimbos circulares – um com brasão de armas semelhante ao de Dona Leopoldina e o outro com as iniciais "PRL" – Princesa Real Leopoldina.

Dona Teresa Cristina que era princesa do Reino de Nápoles e Duas Sicílias, também recebeu uma boa educação de sua família, tendo estudado Belas Artes, Religião Cristã, Música, Canto, Bordado e Francês. Por ter nascido em uma região com muitos sítios arqueológicos e sua família ter relação com as grandes escavações das cidades de Herculano e Pompeia, seu interesse se concentrou em História e Arqueologia por toda sua vida.

Figura 3: Carimbos pessoais de Dona Leopoldina no acervo da FBN.
Fonte: Acervo da FBN, imagem da autora.

Quando veio para o Brasil, em ocasião de seu casamento também por procuração, com Dom Pedro II em 1842, trouxe sua grande biblioteca, com cerca de mil exemplares, além de objetos arqueológicos frutos de escavações em Herculano e Pompéia (Avella, 2014).

Segundo Dom Pedro II ela "promoveu a cultura de várias maneiras, trazendo da Itália artistas, intelectuais, cientistas, botânicos, músicos, e assim contribuindo para o progresso e

enriquecimento da vida cultural da nação"[1]. Dona Teresa Cristina trouxe o gosto pela música que herdou de sua família, ela e Dom Pedro II frequentavam muitos eventos artísticos, incluindo apresentações musicais.

A maior coleção arqueológica que tínhamos no Brasil era sua coleção particular que foi doada ao Museu Nacional. Era uma coleção de Arqueologia Clássica de aproximadamente setecentas peças, a maior da América Latina, que infelizmente sofreu perdas por conta do incêndio ocorrido em 2018.

Sua coleção foi ampliada através do intercâmbio de peças que mantinha com seu irmão, Fernando II, enviando objetos de arte indígena e recebendo das escavações no Sul da Itália e do Real Museu de Bourbon. Com esse intercâmbio, ela colaborou para o crescimento da coleção do Museu Arqueológico de Nápoles (Roscilli, 2021).

Entre os achados enviados por Fernando II destacam-se dois afrescos, verdadeiras preciosidades, que mostram figuras marinhas pintadas sobre fundo escuro, provenientes do templo de Ísis, em Pompeia. Um deles, o afresco *Dragão e dois golfinhos* do acervo do Museu Nacional que estava em exposição permanente antes de 2018, pertencia ao Templo de Ísis, em Pompeia, data de 62 a 79 d.C. Ele foi danificado pelo incêndio e restaurado.[2]

Podemos dizer que a formação cultural de Dona Teresa Cristina incentivou o interesse de Dom Pedro II por Artes, História e Arqueologia, tanto que podemos constatar pelas viagens que foram realizadas pelo casal. O Imperador, que antes de se casar com ela já possuía uma coleção de Egiptologia herdada de seu pai, Dom Pedro I, viajou duas vezes ao Egito, a primeira vez em 1871, em companhia da esposa e entre 1876 e 1877 e também, à Pompeia entre 1887 e 1888, quando visitaram a Europa juntos. Fizeram parte dessas comitivas e também de outras, alguns fotógrafos que registraram não somente os imperadores e outras pessoas do grupo, como também paisagens, prédios, templos e monumentos. Atualmente esses registros fotográficos constituem um precioso acervo de imagens com o título: Coleção do Imperador – fotografia brasileira e estrangeira do século XIX, que faz parte das coleções da Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional e que inclusive, foram agraciados com a chancela do Programa Memória do Mundo da UNESCO (Biblioteca Nacional, 2016, p. 39).

---

[1] Antunes (2009, p. 183).
[2] Museu Nacional (2018).

Conclusões parciais

Figura 4: O jovem imperador D. Pedro II [1825-1891] entre as irmãs D. Francisca (à esq.) e D. Januária (à dir.).

Fonte: Dupré (1834?).

As obras iconográficas da época, retratam sejam por gravuras, pinturas ou fotografias, o imperador em diferentes períodos de sua vida (infância, juventude e idade adulta) por diversas vezes rodeado por livros, objetos científicos ou em ambientes que remetem aos estudos. Isso reforça a ideia de transmitir a imagem de um homem com formação intelectual, porém, quem está por trás dessa figura?

Durante quarenta e seis anos de casamento não é difícil de imaginar que os gostos de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina não se entrelaçaram, dessa forma as coleções bibliográficas e científicas dos imperadores se ampliaram e foram tomado as feições dos interesses particulares e em comum deles.

Sendo assim, podemos refletir como as figuras femininas da mãe e da esposa influenciaram a formação intelectual e os interesses pessoais do imperador.

Dona Leopoldina e Dona Teresa Cristina foram mulheres que receberam educação familiar diversificada, lembrando que nem todas as cortes europeias tinham a preocupação

de preparar as mulheres da mesma forma do que os homens. No caso de ambas as famílias, filhas e filhos receberam formação intelectual igualmente, para serem governantes ou consortes de suas cortes.

As imperatrizes tiveram uma grande relevância para a sociedade e a cultura brasileira, promovendo intercâmbio de estrangeiros e brasileiros para estudos e missões artísticas e científicas.

As coleções bibliográficas e científicas de ambas contribuíram para a formação e a ampliação de acervos de algumas instituições de grande significado para o país, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, a Academia de Belas Artes e o Museu Nacional.

Dona Leopoldina deixou como herança sua biblioteca e suas coleções, destacando-se as de Botânica e Geologia. Apesar de não ter a presença física da mãe, esse legado contribuiu para despertar seu interesse por esses temas.

Dona Teresa Cristina, como esposa, trouxe sua influência para a vida cotidiana dos dois, seu gosto por História e Arqueologia colaborou para incentivar as viagens que realizaram juntos ao Egito, à Pompeia e ao Oriente. Suas coleções arqueológicas somaram-se as que ele já possuía e ainda foram ampliadas.

Podemos constatar, portanto, que as duas imperatrizes exerceram grande influência em relação à formação intelectual do imperador e contribuíram para a construção de sua figura como homem culto e esclarecido do século XIX.

As coleções de cada um deles continuam sendo estudadas nesse contexto com o intuito de traçar o perfil de interesses e das aquisições dos acervos que deram origem às grandes coleções bibliográficas e científicas dos imperadores brasileiros.

Referências

ANTUNES, B. *Machado de Assis e a crítica internacional*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 183.

AVELLA, A. A. *Teresa Cristina Maria de Bourbon*: uma imperatriz napolitana nos trópicos: 1843-1889. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria de Editoração. *Coleção Memória do Mundo na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: FBN, 2016.

______. *Fotografias*: Collecção D. Thereza Christina Maria. Rio de Janeiro: FBN, 1987.

CASSOTTI, M. *A biografia íntima de Leopoldina*: a imperatriz que conseguiu a independência do Brasil. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2015.
CUNHA, L. O Acervo da Biblioteca Nacional, 1810-1910. In: COSTA, L. A. S. da *et al*. *O Rio de Janeiro, 1900-1910*. Rio de Janeiro: FBN, 1980. v. 2, p. 143-167.

DUPRÉ, L. *D. Francisca, D. Pedro II, D. Januaria* [Iconográfico]: nojo do Augusto Pai D. Pedro I. Paris [França] : lith. de Lemercier, [1834?]. 1 grav. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon28730/icon28730.jpg. Acesso em: 20 nov. 2022.

FLAESCHEN, J. H. F. *Marcas de Proveniência em coleções doadas à Biblioteca Nacional*: Salvador de Mendonça e Tereza Christina Maria. Ponto de Acesso, Salvador, BA, v. 16, n. 3, p. 385–403, 2022. DOI: 10.9771/rpa.v16i3.52315. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52315. Acesso em: 12 nov. 2022.

MUSEU NACIONAL (Brasil). Nosso afresco de Pompéia é restaurado na Itália e ganha exposição. *Harpia*, Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: https://harpia.mn.ufrj.br/afresco-restaurado/. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROSCILLI. R. A. D. Teresa Cristina de Bourbon, filha do rei das Duas Sicílias e esposa do imperador d. Pedro II. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, RJ, v. 2, p. 103-118, 2021.

Jandira Helena Fernandes Flaeschen

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação na UERJ, com projeto de pesquisa sobre as Imperatrizes do Brasil e seus acervos. Especialização e Mestrado em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (2009 e 2017/MAST/RJ) e graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais (Universidade Estácio Sá/2007). Servidora da Fundação Biblioteca Nacional desde 2013, exercendo as funções de chefe da Seção de Restauração e Coordenadora substituta de Preservação. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental, coordenado pelo professor Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo (UFBA/MI/IBRAM), desenvolvendo pesquisa sobre marcas de proveniência bibliográfica da Coleção Teresa Cristina Maria na Fundação Biblioteca Nacional desde 2018. Membro do Grupo do Núcleo de Pesquisa História e Memória das Políticas Educacionais no território fluminense, coordenado pela professora Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos (PROPED/UERJ), desenvolvendo pesquisa sobre educação feminina no século XIX, desde 2023.

"A Biblioteca de Julinha e Lô Conde"

Alicia Duhá Lose
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

Vanilda Salignac Mazzoni
(Ateliê de Conservação e Restauração Memória e Arte/Brasil)

A Biblioteca de Julinha e Lô Conde

A Biblioteca Dona Hertha Odebrecht, parte do Núcleo da Cultura Odebrecht, recebeu este nome em homenagem à mãe do fundador da Organização, Dr. Norberto Odebrecht. Seu acervo é bastante variado e formou-se a partir das publicações da própria empresa e de doações de livros não apenas do proprietário e dos integrantes da instituição, mas, principalmente, de um famoso casal da sociedade soteropolitana no século XX: Carlos e Julinha Conde (ele, mais conhecido como Lô Conde). Ela era irmã de Yolanda Odebrecht, esposa de Norberto Odebrecht. Ao analisarmos a sua biblioteca, fica evidente que o casal amava os livros e construiu sua coleção ao longo da vida, em uma sociedade contemporânea a escritores que foram alçados aos cânones literários nacionais e universal, como Jorge Amado, Erico Verissimo e Rachel de Queiroz. Carlos Conde faleceu em 2008 e sua esposa em 2010. Os seus livros foram doados pela família para a biblioteca da Odebrecht.[1]

Sabemos que as bibliotecas particulares, de propriedade de pessoas físicas, em geral, são destinadas a um número muito pequeno de leitores, geralmente os próprios donos, e representam muito as personalidades de seus proprietários. Segundo Darnton (2010), ao analisarmos um livro, não podemos ver apenas um mero objeto de leitura. Devemos percebê-lo dentro de um contexto maior, uma vez que uma biblioteca diz muito sobre o seu formador, seja pelos gêneros definidos ou pelo tamanho do acervo, como e quando começou a ser formado; os idiomas presentes dão a noção da

[1] Agradecemos à bibliotecária Liana Fontenelle por nos auxiliar com as informações sobre o casal e sobre o percurso da biblioteca.

intelectualidade de quem os lia, a conservação do acervo, o esmero das encadernações denota o carinho e o cuidado do leitor-proprietário. Portanto, a identidade do proprietário está à mostra se soubermos ver. Cada livro faz parte de uma história, e cada leitor-proprietário forma sua coleção conforme seus interesses pessoais, suas condições financeiras, sua formação cultural. A biblioteca do casal Julinha e Lô Conde é um reflexo claro de tudo isso.

O casal Conde legou à Organização Odebrecht um acervo que foi a pedra fundamental para a criação da Biblioteca Hertha Odebrecht: seus descendentes doaram cerca de 400 livros (mais precisamente 380 volumes), de vários gêneros – que vão do romance à historiografia –, publicados em pelo menos cinco idiomas (inglês, francês, alemão, espanhol e português), conforme podemos ver pelos exemplares de *Belle et Bonne*, de Marie Alex de Valtine; *Ben-Hur*, de Lewis Wallace, em francês; *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes e *La razon de mi vida*, de Eva Peron, em espanhol; *Gone with te wind*, de Margareth Mitchell e *Litte Arthur's History of England*, de Lady Callcott, em inglês, entre outros presentes na coleção.

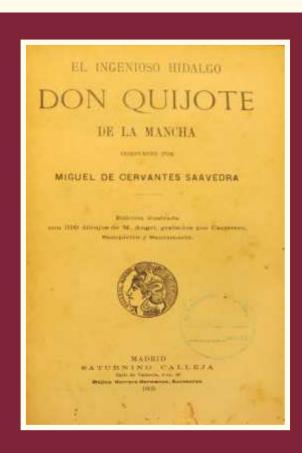



Figura 1: Exemplares doados para a Biblioteca Hertha Odebrecht. **Fonte:** Acervo da Biblioteca Dona Hertha.

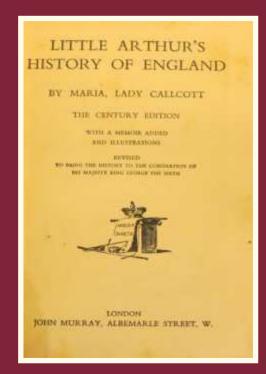
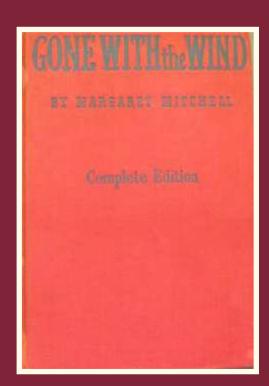
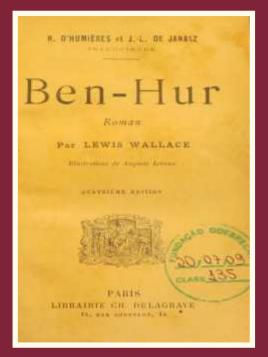



Figura 1: Exemplares doados para a Biblioteca Hertha Odebrecht.

Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.

As obras presentes na coleção do casal foram publicadas entre os séculos XIX e XX, sendo a obra mais antiga a coleção intitulada *História de Portugal*, escrita por Alexandre Herculano, e publicada em Lisboa, em três volumes, nos anos 1846, 1847 e 1849, consecutivamente.

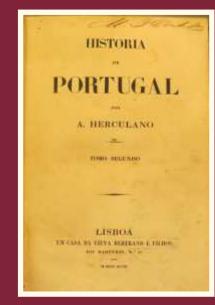
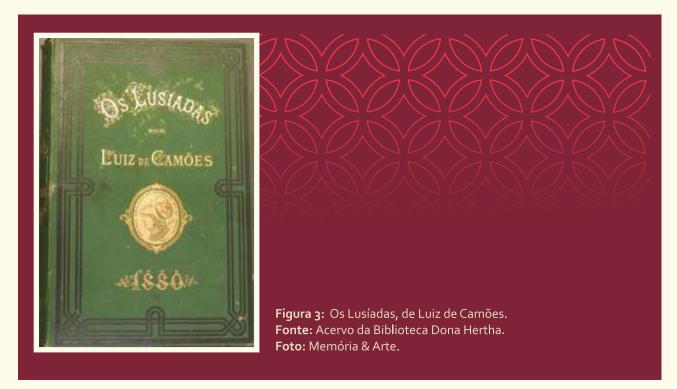
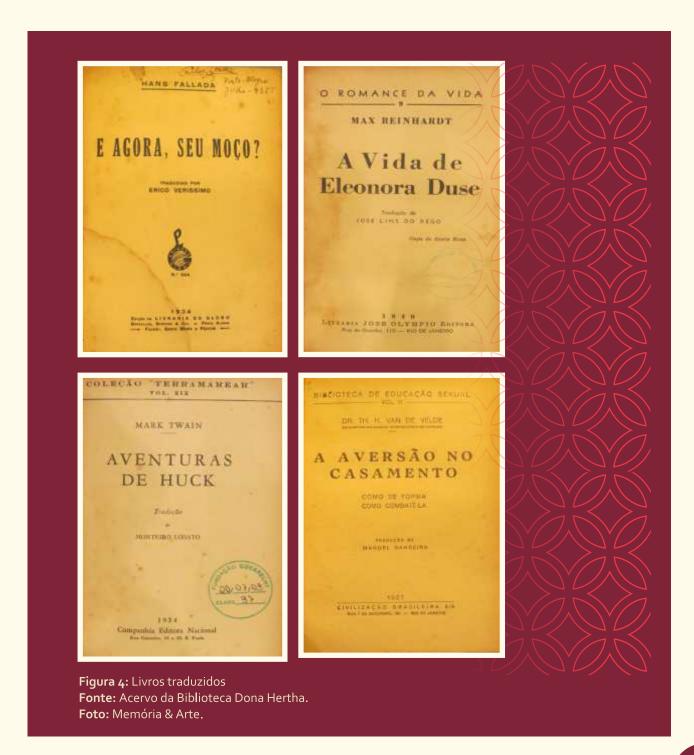
Figura 2: Coleção História de Portugal.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Do século XIX, há mais de 50 obras, caracterizadas por um conjunto de livros de riqueza ímpar, com importantes coleções, como *Obras*, do português Luiz Vaz de Camões, datado de 1852, em três volumes; *Marília de Dirceu*, de Thomás Antônio Gonzaga, em dois volumes, de 1862; *Obras Completas* de Moliére, de 1864, em três volumes; entre tantas outras. Isto significa que estamos falando de mais de 170 anos de história da literatura.

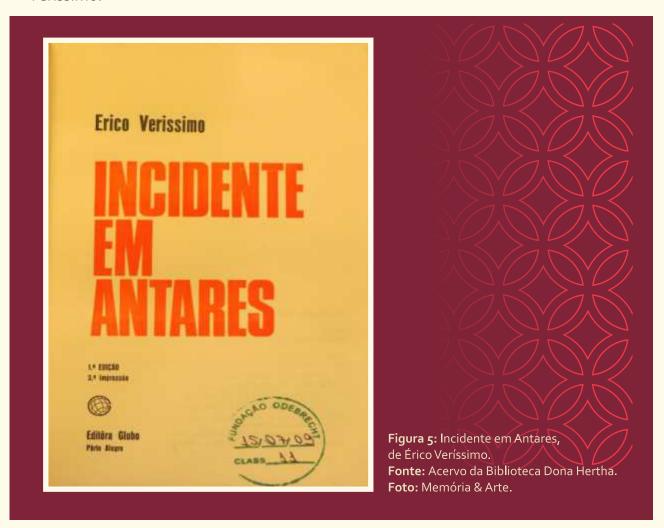
Figura 3: Os Lusíadas, de Luiz de Camões.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Há de se notar a presença significativa de autores clássicos de abrangência internacional como Somerseth Maugham (do qual há 12 obras), Charles Morgan (do

qual há 5 obras), Pearl S. Buck (do qual há 10 obras), que se tornaram referência de literatura de entretenimento através de traduções publicadas nos anos 1940 a 1960 no Brasil.

Entre as obras do início e meados do século XX, há vários livros traduzidos por escritores hoje com fama internacional, muitos deles, à época, autores em início de carreira, como Rachel de Queiroz, Erico Verissimo, Monteiro Lobato, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Marques Rebello, Rubem Braga, Mário Quintana e Adonias Filho.

Figura 4: Livros traduzidos
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Há também exemplares com marcas de propriedade, como a assinatura de Carlos Conde. Azevedo, Torres e Okuzono (2020) afirmam que marcas de proveniência nos permitem estabelecer o itinerário não apenas geográfico, mas também intelectual dos livros, saber por quais mãos passaram e assim identificar seus antigos donos. As marcas de propriedade, por sua vez, indicam a posse em questão.

Contemporâneas ao casal, há diversas primeiras edições de autores nacionais posteriormente consagrados, como é o caso de *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo.

Figura 5: Incidente em Antares, de Érico Veríssimo.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Além das primeiras edições, há edições especiais, como a *Dona Flor e seus Dois Maridos*, com ilustrações de Floriano Teixeira, capa de Clóvis Graciano e Retrato do ator por Carlos Scliar, edição comemorativa do trigésimo ano da primeira edição de Jorge Amado, com tiragem especial, limitada e numerada. Este exemplar conta ainda com uma dedicatória do autor à Julinha Conde.

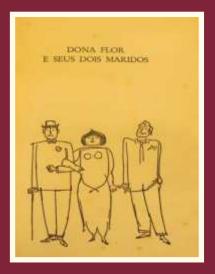



Figura 6: Edição comemorativa do trigésimo ano da 1ª edição de Dona Flor e seus Dois Maridos, de Jorge Amado, com dedicatória.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Ainda de Jorge Amado, há a primeira edição de *Pastores da Noite*, também com capa de Clovis Graciano, ilustrações e frontspício de Aldemir Martins e retrato do autor feito por Carlos Scliar.

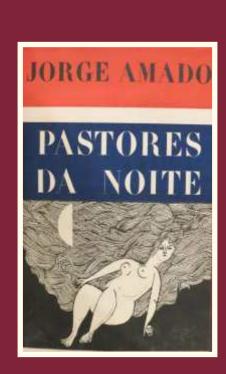



Figura 7: Pastores da Noite, de Jorge Amado.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Para além da qualidade literária da maior parte das obras, alguns volumes merecem destaque pela estética, com belíssimas encadernações em couro, cambraia de linho, com relevos e dourações de altíssima qualidade.

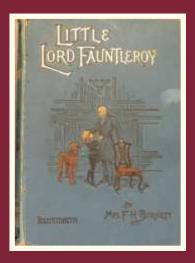
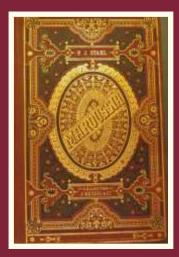
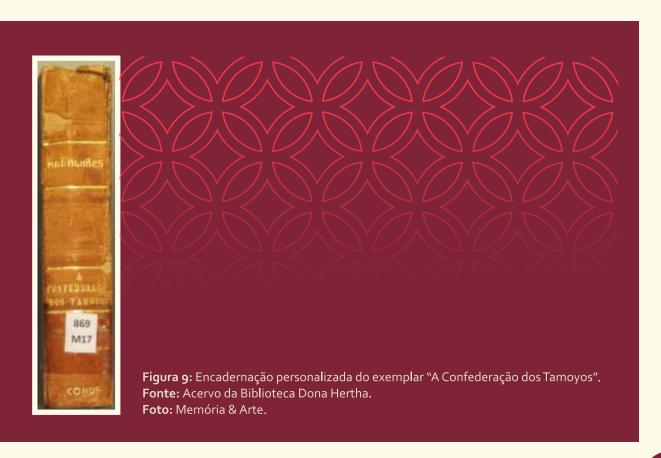



Figura 8: Encadernações em couro, cambraias de linho, relevos e dourações.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Como já comentado anteriormente, uma biblioteca verdadeiramente pessoal reflete as características de seus proprietários. Neste caso, vê-se uma grande quantidade de livros com encadernações personalizadas para o casal, como, por exemplo, o exemplar d'*A Confederação dos Tamoyos*, que leva na última entrenervura da lombada a douração do sobrenome "Conde".

Figura 9: Encadernação personalizada do exemplar "A Confederação dos Tamoyos".
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Analisando estas encadernações, ainda pode-se notar uma série de etiquetas de encadernadores baianos, alguns de grande renome no século XIX e meados do século XX.

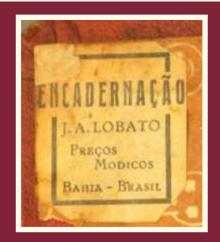



Figura 10: Encadernações com etiquetas dos encadernadores baianos dos séculos XIX e XX.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Este exemplar da peça "Rogério", de João de Britto, foi publicado em 1902 pelas Officinas dos Dois Mundos, tradicional tipografia baiana que deu origem à Oficina J. Verne, posteriormente rebatizada de Encadernadora Nossa Senhora do Carmo, em funcionamento até os dias atuais.

Figura 11: Peça "Rogério", de João de Brito.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

Entre muitos exemplares de coleções e séries, muito em voga durante o período de formação da biblioteca do casal Conde, chama atenção uma parte especial desta

coleção – livros que provavelmente pertenceram à Julinha Conde. Eles são facilmente depreendidos do acervo por ser uma publicação da Companhia Editora Nacional, com exemplares lançados entre os anos 1920 e 1960, no Brasil, especialmente para conquistar leitoras: trata-se da famosa “Biblioteca das Moças”, somente com romances estrangeiros traduzidos para o português.

A coleção completa é formada por 175 volumes, de autores variados, entretanto, a maioria é assinada por M. Delly, um casal de irmãos franceses que utilizava esse pseudônimo e que detinha o maior número de títulos na coleção, cerca de 35. Nos anos 1980, a mesma editora reeditou alguns exemplares, sem a mesma repercussão.

A coleção era dedicada às mulheres, preocupação muito comum antes da revolução feminina e das conquistas feministas, já que o senso comum ditava que as mulheres precisavam conhecer seus lugares na sociedade, como ocupá-los, com uma fórmula específica de romance. O cenário dessas obras era, em geral, a França; o enredo trazia um herói da nobreza, belo e rico, que, invariavelmente, se apaixonava com uma plebeia pobre. As estórias se desenrolavam em uma trama complexa e que finalizavam com o casamento entre os protagonistas, culminando no clássico final feliz. Sobre esta coleção, Cunha (1994) afirma: “[...] ao que tudo indica, a identidade da mulher definia-se prioritariamente na esfera do doméstico, [...] mesmo quando feitos por criados ou governantas, eram supervisionados pela dona da casa, a ‘rainha do lar’”.

O formato de leitura por diletantismo ajudava a disseminar o mundo que só existia no conto de fadas – uma mocinha que necessitava ser salva por um herói, e era nele que estava a sua redenção. A coleção surgiu no Brasil quando os livros estrangeiros, em especial os franceses e portugueses, começaram a ser importados e traduzidos para o país. Era uma tentativa de expansão do mercado editorial brasileiro, buscando o leitor mais fiel e ávido por literatura: as mulheres. Por volta de 1920, as jovens começaram a frequentar as livrarias, escolhendo e comprando os próprios livros. Percebendo esse movimento, a Companhia Editora Nacional lançou a Coleção Biblioteca das Moças, visivelmente destinada ao público feminino da época. Os romances de amor, em especial os franceses, eram os mais consumidos pelas mulheres jovens da elite brasileira, e através deles houve a importação de um modelo para a educação feminina, com dispositivos que vão ajudando a constituir culturalmente uma imagem da mulher burguesa.

Muitos desses romances traziam a fórmula para manter a mulher leitora dentro do código burguês – educada, acomodada, de bons modos, aguardando um marido que completasse sua alma para que ela termine seus dias se dedicando a ele e à família. Os títulos são, de maneira geral, relacionados ao mundo feminino, pois trazem, ao mesmo tempo, o conflito e a sua resolução, para que elas não buscassem outra opção, não precisassem pensar nas respostas dos problemas. Muitos títulos são emblemáticos e referências de comportamento a ser seguido – *Sonho de virgem*, *Seu único amor*, *A querida do meu coração*, *A esposa que não foi beijada*, *Alma em flor*, *Um coração entre flores*, *Mamãe sabe o que faz*, *Casar é bom*; e outros para aprendizado e exemplo de advertência, para que não repetissem o seu destino, com escolhas erradas: *A filha maldita*, *Arremessada ao mundo*, *Casada por dinheiro*, *Sozinha*, *Casamento por vingança*, *A maltrapilha*, *A ladra*, *Uma noiva em leilão*, *Mulher sem alma*, *Cavadora de ouro*, *A solteirona*.

Figura 12: : Capa de "Arremessada ao Mundo", título como exemplo advertência.
Fonte: Acervo da Biblioteca Dona Hertha.
Foto: Memória & Arte.

A popularidade dessa coleção foi tão grande que, em 1930, a Companhia Editora Nacional chegou a publicar mais de 900 mil exemplares; 10 anos depois, 1940; esse número chegou a 1.4 milhão, e em 1950 o número total de publicações ultrapassou 2,9 milhões de exemplares.

Porém, na década de 1960 houve uma queda vertiginosa de publicações, com pouco mais de 130 mil exemplares, notadamente influenciada pelo movimento feminista, que mostrava às mulheres uma nova ordem, um novo comportamento – lutar pelos seus direitos e conquistar sua liberdade.

Em 1980, houve uma nova tentativa de relançamento, com uma média de 165 mil exemplares, 30 mil a mais em relação à década de 1960, mas a maioria dos livros era de

M. Delly – 66% do número total publicado deste período. Analisando os títulos publicados conclui-se que a editora praticamente só reeditou os títulos de M. Delly.

Logo após este período, não houve mais registros de publicação dos seus títulos pela Companhia Editora Nacional. Todavia, em 2022, Luciana Melo (2022) noticiou que a Editora Nacional voltou a publicar a Biblioteca das Moças com foco nas mulheres do século XXI, com tiragens trimestrais, olhar diferenciado desse público, com temas eróticos, romances nascidos em aplicativos de relacionamentos, pautas feministas, inclusivas, um reposicionamento da famosa marca. Embora se cogite fazer republicações, haverá reflexões sobre comportamentos machistas e submissões não mais tolerados.

Julinha Conde manteve no seu acervo 25 volumes dessa "*literatura cor-de-rosa*", romances de edições baratas, vendidas tanto em livrarias quanto em bancas de jornal, para que fossem acessíveis a todas as moças, com grande aceitação do público feminino e jovem.

A partir deste breve panorama, ainda preliminar, fica clara a qualidade literária do coleção do Casal Conde, cerne da bela Biblioteca Herta Odebrecht, e enfatizamos aqui a importância de termos inventariado toda essa coleção, pois foi a partir dessa ação que pudemos levantar importantes informações sobre a cena e ambiência literária de um casal emblemático da sociedade aristocrática baiana – as encadernações, as traduções, primeiras edições, as marcas de proveniência, as dedicatórias, a intelectualidade de seus proprietários com a diversidade de idiomas encontrados, obtidos pela descrição da materialidade dos livros.

Referências

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; TORRES, Gabriela de Souza Gonçalves; OKUZONO, Simone Borges Paiva. *Marcas de proveniência como fontes de informação*: uma proposta de análise. Disponível em: http://www.arca.fiocruz.br.

CUNHA, Maria Tereza Santos. *Biblioteca das moças:* contos de fada ou contos de vida? As representações de mulher e professora nos romances da Coleção Biblioteca das Moças. Disponível em: http://www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11428/8326
.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros*: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MELO, Luciana Nogueira. *Biblioteca das Moças volta às livrarias de olho nas mulheres do século XXI*. Disponível em: http://www.plural.jor.br/noticias/cultura. 26 abr. 2022.

Alícia Duhá Lose

Professora Associada IV do Instituto de Letras e Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É Bolsista de Produtividade em Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutora em Letras e Linguística (2004), com Pós-Doutoramentos em Letras (Filologia) pela UFBA; em História (Relações Internacionais) pela UnB; e em História da Cultura Escrita pela Universidade de Évora (UE). Foi Bolsista do Programa Professor Visitante Sênior da CAPES (2018-2019) no Centro de História da Cultura e da Sociedade da Universidade de Coimbra. É membro presidente do CEPEDOP - Centro de Pesquisa e Documentação Paleográfica do Memória e Arte. É líder do Grupo de Pesquisa Modus Scribendi - Grupo de Pesquisas Paleográficas, Filológicas e Históricas (CNPq-UFBA) e membro dos Grupos de Pesquisa em Crítica Textual da Fundação Biblioteca Nacional (CNPq-FBN), do Metamorphose - Materialidade e interpretação de manuscritos e impressos da Época Moderna (CNPq-UnB) e do CEDOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CNPq-UEFS). É Investigadora colaboradora do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas Europeias), da Universidade de Lisboa; do Centro de Estudos Globais, da Universidade Aberta de Portugal; e do Centro de Estudos Interdisciplinares - CEIS20, da Universidade de Coimbra

Vanilda Salignac Mazzoni

Licenciada em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Católica do Salvador (1991); Mestre (2001) e Doutora (2004) em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia; Pós-doutorado (2007) em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais; Pós-doutorado (2018) em Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita, pela Universidade Federal da Bahia. Professora Coordenadora e Pesquisadora do Memória & Arte, Centro de Estudos de Acervos. Dedica-se à pesquisa na área de Letras com estudos de gênero, em especial os estudos biobibliográficos de escritoras, mulheres religiosas, conservação e preservação de acervos femininos. Entre 2020 e 2021 foi bolsista do Programa Nacional de Apoio a Pesquisador/PNAP, da Biblioteca Nacional, para trabalhar com os manuscritos do século 17 e 18 sobre mulheres enclausuradas. Desde 2011 é curadora da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, localizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Possui uma vasta produção literária na área, capítulos de livros, artigos e participações em eventos com palestras nas áreas nas quais atua.

"A Biblioteca Nélida Piñon no universo Ibero-Americano".

Carlos Alberto Della Paschoa
(Instituto Cervantes Rio de Janeiro/Brasil)

A Biblioteca Nélida Piñon no universo Ibero-Americano

Introdução

Este trabalho apresenta de forma resumida a biblioteca do Instituto Cervantes do Rio de Janeiro, recentemente inaugurada com o nome de Biblioteca Nélida Piñon. A escritora e acadêmica hispano-brasileira Nélida Piñon, em retribuição a esta homenagem, doou sua biblioteca pessoal cujo acervo encontra-se em tratamento técnico para futura disponibilização à sociedade. Em função deste gesto, objetiva-se também discorrer sobre a abrangência de Nélida Piñon dentro do contexto ibero-americano.

A biblioteca, comenta Milanesi (2002, p. 12), "permanece como fator essencial do desenvolvimento", tendo como objetivo "proteger o patrimônio humano segmentado em grupos, tribos, nações". É espaço essencial na formação, na informação e na transmissão de conhecimentos. Reúne fontes de pesquisas e é depositária da memória e da diversidade cultural, permitindo uma compreensão intercultural das sociedades que formam o mundo. Contém em si o local e o universal que se refletem em diversos aspectos presentes em suas coleções: linguístico, histórico, literário, social, artístico etc.

Em junho de 2022, a biblioteca do Instituto Cervantes do Rio de Janeiro é inaugurada com o nome de um dos grandes escritores da literatura brasileira contemporânea e mundial: Nélida Piñon, cuja biblioteca pessoal doada pela acadêmica passa a formar parte da Biblioteca Nélida Piñon. Tal fato amplia a dimensão da biblioteca dentro do contexto ibero-americano como se verá ao longo deste trabalho.

O Instituto Cervantes é um organismo público fundado pelo Governo Espanhol em 1991 (Ley 7/1991, de 21 de marzo), tendo como missão promover e difundir a língua e a cultura espanhola e hispano-americana no mundo. No Brasil, conta com oito centros: São Paulo (1998), Rio de Janeiro (2001), Brasília (2007), Salvador (2007), Recife (2007), Belo Horizonte (2007), Curitiba (2007) e Porto Alegre (2007).

Um dos pilares da instituição é a Rede de Bibliotecas do Instituto Cervantes (RBIC), a maior rede internacional de bibliotecas especializadas em espanhol do mundo (64

bibliotecas dispersas nos cinco continentes), estando integrada no sistema de bibliotecas estatais do Governo Espanhol.

A biblioteca do Instituto Cervantes no Rio de Janeiro é uma das unidades de informação da rede no Brasil, estando concebida como um centro de informação especializado em cultura hispânica, ou seja, as línguas, culturas e literaturas espanhola e hispano-americana, atendendo a todas as consultas informacionais relacionadas com a Espanha e Hispano-América.

As bibliotecas da RBIC costumam receber o nome de um escritor representativo das letras hispânicas, como os ganhadores do Prêmio Cervantes. Por ser o Instituto Cervantes um ponto de encontro das culturas da Espanha com as dos países em que está presente, excepcionalmente a biblioteca no Rio de Janeiro, recebeu o nome de Nélida Piñon, em homenagem a um dos maiores escritores brasileiros de língua portuguesa da contemporaneidade.

Em retribuição a este gesto, a escritora hispano-brasileira doou sua biblioteca pessoal ao Instituto Cervantes do Rio de Janeiro, que reúne cerca de 8.000 documentos das mais diversas áreas do conhecimento, além de objetos de arte.

No dia 20 de junho de 2022, a biblioteca foi inaugurada com a presença do diretor dos Institutos Cervantes, o poeta espanhol Luis García Montero e da escritora Nélida Piñon.

Para compreender tal escolha e decisão ao nomear uma biblioteca, é preciso destacar de maneira breve alguns aspectos sobre a vida e a obra de Nélida Piñon que permitem conhecer a abrangência universal desta escritora admirada no contexto ibero-americano.

Nélida Piñon (1937-2022)

Nélida Piñon pode ser considerada um patrimônio do mundo, diante da grandiosidade de sua obra e de sua atuação em diversas áreas das Humanidades, o que se reflete em sua biblioteca pessoal. Dessa forma, apresenta-se uma síntese de fragmentos de sua vida pessoal e profissional que demonstram a importância e o reconhecimento internacional de sua obra e personalidade mundo a fora.

Nascida no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, filha e neta de imigrantes galegos, Nélida Piñon foi uma personalidade conhecida e reconhecida no mundo, em especial, na Ibero-América:

- ✓ Sua obra literária foi traduzida e publicada em mais de 30 países;
- ✓ Foi a primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras (ABL) no ano seu centenário (1996-1997), e a primeira a presidir uma Academia Nacional de Letras no mundo;
- ✓ Foi a primeira mulher, em 503 anos, a receber o título de *Doctor Honoris Causa* da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (1998);
- ✓ Atuou desde 2012 como Embaixadora Ibero-Americana da Cultura.

1) Dentre os prêmios internacionais, destacam-se:

- Prêmio Simon Davidowitz das dez mulheres internacionais do ano de 1992 (Estados Unidos);
- Primeira brasileira e primeira mulher a receber o Prêmio Juan Rulfo de Literatura para a América Latina e Caribe (México, 1995);
- Primeiro autor de língua portuguesa e primeira mulher a receber o Prêmio Ibero-Americano de Narrativa Jorge Isaacs (Colombia, 2001).
- Prêmio Rosalia de Castro (Espanha, 2002);
- Primeiro autor de língua portuguesa e primeira mulher a receber o Prêmio Menéndez Pelayo (Espanha, 2003);
- Primeiro autor de língua portuguesa e primeira mulher a receber o Prêmio Cátedra Enrique Iglesias (Estados Unidos, 2003);
- Primeiro escritor brasileiro a receber o Prêmio Puterbaught Fellow (Estados Unidos, 2004);
- Primeiro escritor de língua portuguesa a receber o Prêmio Príncipe de Asturias das Letras (Espanha, 2005);
- Prêmio Woman Together (Estados Unidos, 2006);
- Prêmio Casa de las Américas (Cuba, 2010);
- Prêmio Terenci Moix (Espanha, 2010);
- Prêmio El Ojo Crítico Iberoamericano (Espanha, 2015);

- Prêmio da Lusofonia (Portugal, 2017);
- Prêmio Literário Vergílio Ferreira (Portugal, 2019).

2) Dentre as condecorações internacionais (medalhas, ordens, títulos), destacam-se:

- Condecoração Reina Isabel, La Católica (Espanha);
- Lazo de Dama de Isabel, La Católica (Espanha);
- Medalha Castelao (Espanha);
- Medalha Dom Afonso Henriques (Portugal);
- Medalha Aquila (México);
- Medalha Honor de la Emigración (Espanha);
- Medalha Gabriela Mistral (Chile);
- Medalha Carlos Fuentes (México);
- Ordem do Infante Dom Henrique, no grau de Grande Oficial (Portugal);
- Título Filla Adoptiva de Cotobade (Galicia, Espanha);
- Título Embaixadora Ibero-americana da Cultura.

3) Distinções internacionais:

- Primeiro escritor brasileiro a ter um prêmio internacional com seu nome: Prêmio Relato Breve Nélida Piñon (Cotobade, Galicia, Espanha, 2014);
- É inaugurada a Casa de Cultura Nélida Piñon em Cotobade (Galicia, Espanha, 2015);
- O Governo Espanhol concede a Nacionalidade Espanhola (Espanha, 2021);
- Primeiro escritor de língua portuguesa a depositar seu legado na Caja de las Letras do Instituto Cervantes (Madri, Espanha, 2021).

4) Nomeações internacionais:

- Acadêmica de Honra na Real Academia Galega (2014);
- Membro correspondente da Academia de Ciencias de Lisboa (2004);
- Membro correspondente da Academia Mexicana de la Lengua (2007);

5) Outras facetas de Nélida Piñon:

- *Boom* da Literatura Latino-Americana: Nélida Piñon fez parte do grupo de escritores hispano-americanos do *Boom*: Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar y Carlos Fuentes, tendo a Carmen Balcells como sua agente literária;
- Foi professora catedrática da Universidade de Miami de 1990 a 2003.

Percebe-se assim a dimensão do trabalho e da obra de Nélida Piñon que ultrapassam as fronteiras, conferindo-lhe um caráter ibero-americano e universal. Depreende-se, dessa forma, o porquê da biblioteca do Instituto Cervantes do Rio de Janeiro levar o nome de Biblioteca Nélida Piñon. A acadêmica hispano-brasileira transitou por distintos universos culturais, sociais, literários e históricos que estão representados nos documentos coletados ao longo de sua vida e que integram o acervo doado ao Instituto Cervantes.

A universalidade da coleção de Nélida Piñon e de sua obra constitui um patrimônio bibliográfico que permeia e une as culturas que formam e compõem a Ibero-América, preservando a sua memória do presente para a posteridade.

Considerações finais

As bibliotecas da RBIC que levam o nome de um autor possuem a coleção *Uma biblioteca, um autor* que reúne obras **de** e **sobre** o escritor que a nomeia.

No caso da biblioteca no Rio de Janeiro, esta, além de possuir as obras **de** e **sobre** Nélida Piñon, recebeu a sua biblioteca pessoal, o que a torna um espaço de referência sobre a escritora e seus interesses literários. Contém não somente a memória da acadêmica como também de sua interação e atuação dentro do universo ibero-americano. Também reflete a relação interpessoal de Nélida com várias personalidades do universo nacional e internacional.

Acredita-se que o objetivo deste trabalho foi atingido. Tanto a Coleção Nélida Piñon como as outras coleções da biblioteca do Instituto Cervantes do Rio de Janeiro reúnem obras raras sobre temas de interesse para investigadores de diversas áreas do conhecimento pertinentes às culturas ibero-americanas.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Nélida Piñon*. Rio de Janeiro: ABL, 2023. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/nelida-pinon. Acesso em: 22 abr. 2023.

INSTITUTO CERVANTES. *Guía del Instituto Cervantes*. Madrid: IC, 2007.

MILANESI, L. *Biblioteca*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

Carlos Alberto Della Paschoa

Mestre em Língua e Literatura Alemã e especialista em Tradução Alemão-Português pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). É o responsável da Biblioteca Nélida Piñon do Instituto Cervantes do Rio de Janeiro e bibliotecário-coordenador da Biblioteca José García Nieto do Instituto Cervantes de Salvador. Membro do Advisory Committe on Cultural Heritage da IFLA (2021-2023). Membro e vice-presidente da Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte do Estado do Rio de Janeiro – REDARTE/RJ.

"As bibliotecas de mulheres do Lugares de Memória da Universidade Federal da Bahia: suas leituras e escritas".

Maria Alice Santos Ribeiro
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

Fabiano Cataldo de Azevedo
(Museu Imperial/IBRAM; Instituto de Ciência da Informação/UFBA/Brasil)

Glauber de Assunção Moreira
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

Thiago Sarmento Correia
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

AS BIBLIOTECAS DE MULHERES DO LUGARES DE MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: SUAS LEITURAS E ESCRITAS

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa iluminar e celebrar as coleções que constituem as bibliotecas de mulheres notáveis, cujas vidas foram dedicadas à ciência no Brasil, com um enfoque particular na produção de conhecimento na Bahia. Ao adentrar este estudo, empreendemos uma jornada de resgate da memória individual, historicamente silenciada e armazenada nas páginas e textos dessas coleções.

Propomos, assim, mapear o percurso dessas bibliotecas, desde a esfera privada até sua transição para o domínio público, especificamente para o Lugares de Memória na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este percurso visa não apenas resgatar essas memórias, mas também entender profundamente o contexto vivido por essas colecionadoras. Através de uma abordagem singular, este trabalho se propõe a esboçar os perfis dessas mulheres, vinculando-os à estrutura e composição de suas bibliotecas, revelando, assim, a riqueza de suas contribuições ao patrimônio cultural e intelectual.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que "a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada" (Seemann, 2003, p. 44). Portanto, detalharemos os processos de transferência, organização e representação descritiva dessas obras para o Lugares de Memória da UFBA, enfatizando a importância de compreender a concepção desses espaços significativos de memória, nos quais as bibliotecas dessas mulheres são agora preservadas.

A análise empreendida neste estudo abrange as bibliotecas pessoais, o colecionismo bibliográfico, as bibliotecas de mulheres, a cultura material e o patrimônio bibliográfico, revelando uma complexa rede de conexões que ilumina a intersecção entre história, cultura, sociedade e materialidade dos objetos de leitura. Esses domínios, embora distintos, interagem de maneira significativa, desvelando

múltiplas camadas de significado sobre o papel dos livros e das bibliotecas ao longo do tempo.

As bibliotecas pessoais, por exemplo, são manifestações únicas que espelham os interesses, profissões e paixões de seus proprietários, oferecendo *insights* preciosos sobre preferências literárias, hábitos de leitura e contextos históricos e culturais. Conforme Roger Chartier (1999) discute em *A ordem dos livros*, os livros atuam como agentes de socialização, refletindo e influenciando não apenas o conhecimento individual, mas também as práticas culturais coletivas.

Ademais, as bibliotecas de mulheres abrem uma janela singular para o papel das mulheres na sociedade e na ciência, revelando as dinâmicas de acesso, leitura e participação no discurso público, na educação e na formação de redes de solidariedade. Joan Scott (2018), em *Gender and the politics of history*, ressalta a importância de analisar a história das mulheres através de uma perspectiva que considera o gênero como uma categoria analítica fundamental.

A interação entre o colecionismo bibliográfico e o patrimônio bibliográfico é igualmente crucial, como Walter Benjamin nos lembra, transcendendo a mera posse de objetos para engajar-se com o tempo e a história. Este estudo também se aprofunda na cultura material e no patrimônio bibliográfico, evidenciando que livros e bibliotecas são muito mais do que simples recipientes de texto; eles são objetos carregados de significado, marcados por sua produção, circulação e consumo.

Ao final, este artigo reitera a importância dos livros e das bibliotecas como espelhos da cultura e da história humanas, sublinhando a necessidade de preservar esses tesouros como parte integrante de nosso patrimônio cultural coletivo. Por meio dessa análise, aspiramos a reavaliar a história do pensamento e da cultura, destacando vozes antes suprimidas ou negligenciadas e revelando as contínuas contribuições das mulheres ao patrimônio cultural e intelectual.

LUGARES DE MEMÓRIA DA UFBA

Lugares de Memória carregam sentidos que expressam a jornada cultural e histórica de um indivíduo e/ou de uma comunidade, vinculando passado e presente. Em um mundo globalizado, no qual a sobrecarga de informações digitais é a norma de uma sociedade informada e conectada, os lugares de memória se apresentam como pilares que nos ajudam a "compreender o passado pelo presente" de forma equilibrada e reflexiva (Bloch, 2010, p. 42).

O espaço Lugares de Memória da UFBA, inaugurado em 2015, integra os setores Estudos Baianos e Memorial UFBA[1], cuja finalidade se direciona para a custódia e preservação da produção científica da comunidade universitária, das obras escritas por personalidades acadêmicas da UFBA, além dos arquivos e acervos de bibliotecas particulares doados à universidade. Reunidos pelo espólio do doador, estão identificados por pessoa física (colecionador) e pela instituição que doou a coleção (Ribeiro; Correia, 2020).

Desde 1976, por doação, bibliotecas particulares têm sido incorporadas ao Lugares de Memória da UFBA, que atualmente mantêm 24 acervos, incluindo três de procedência de mulheres acadêmicas: Judith Grossmann, Alice Alcoforado e Consuelo Pondé de Sena. Assim, os lugares de memória adquirem significação como locais materiais, funcionais e simbólicos, nos quais a memória individual, social e coletiva se expressa e tem a possibilidade de ser assimilada pelos sentidos (Nora, 1993).

É possível compreender a memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela também é um componente fundamental da percepção de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Consequentemente, os espaços consolidam e protegem memórias de experiências de trabalho, atividades literárias e afetivas, tanto individuais quanto coletivas. Para Nora (1993, p. 7), esses espaços são "lugares onde a memória se cristaliza e se refugia", contribuindo para a formação de uma imagem e identidade.

---

[1] Antigo Centro de Estudos Baianos, 1941, e Memória da UFBA, 1984, setores anteriormente independentes.

A partir dessa percepção, a proposta do estudo é ressignificar as práticas sociais das três mulheres colecionadoras nos ambientes acadêmicos e mostrar, por meio de suas bibliotecas, a intensa vida cultural promovida por elas, cujos acervos, antes isolados e desassociados em seus espaços privados e agora integrados ao Lugares de Memória da UFBA, formam múltiplos prismas.

AS COLECIONADORAS E SEUS ACERVOS: PERSPECTIVAS NO CAMPO DA LEITURA, PESQUISA E ESCRITA

Nas primeiras décadas do século XX, uma geração de mulheres rompeu com padrões de conduta tradicionais da época, conseguindo manter-se em ambientes de prestígio e tornando-se reconhecidas. Para essa nova categoria de mulheres, os questionamentos modernistas abriram caminhos para uma série de realizações que destacaram seus ideais nos espaços sociais. A conjuntura de emancipação feminina significou, entre outros aspectos, a independência e autossuficiência, motivando uma redefinição dos papéis das mulheres e permitindo o alcance da carreira acadêmica (Leta, 2003).

Ao fazer referência à ruptura das normas e convenções estabelecidas na década de 1940, as pautas modernistas destacaram os avanços da escolaridade feminina no país, representados pela mudança de interesse de leitura de revistas de variedades para periódicos de natureza científica. Assim, com uma perspectiva inovadora, os estudos sobre as experiências sociais das mulheres acadêmicas se afirmam num contexto de transformações e em uma conjuntura intelectual propensa a rupturas e reavaliações de paradigmas importantes para uma nova atitude metodológica sobre as mulheres colecionadoras e a relação com suas bibliotecas particulares e especiais.

Ao considerar a importância dessa relação para a compreensão dos motivos da escolha de seus “livros pertences” e ao reconhecer a fragilidade do laço simbólico que une o doador à sua coleção especial quando incorporada a outras bibliotecas, Ribeiro e Correia (2020, p. 88) reafirmam que as bibliotecas particulares, “devido ao assunto ou ao formato da coleção, distinguem-se [...] por reunir um conjunto documental que muitas vezes segue características específicas e distintivas”, sendo, portanto, imprescindível que sejam mantidas na sua integralidade para preservar, em grande

parte, sua organização original. Vale ressaltar que, para a manutenção da custódia e garantia do não desmembramento das bibliotecas particulares, nos Lugares de Memória da UFBA foram firmados termos de doação entre os doadores originais e/ou familiares, para a transferência do acervo do espaço privado para o institucional.

JUDITH GROSSMANN (RIO DE JANEIRO, 1931-2015)

Escritora, docente, teórica e ensaísta, Judith Grossmann teve uma formação acadêmica notável, que incluiu a licenciatura em Letras Anglo-Germânicas pela Universidade do Brasil[2] em 1953, o bacharelado em 1954 e um mestrado em Literatura pela Universidade de Chicago (EUA) entre 1963 e 1964. Uma década mais tarde, Grossmann obteve o título de doutorado após a defesa de tese em um concurso para professor titular, reconhecendo-se o conjunto de suas atividades acadêmicas e a exuberância de sua produção literária (Hoisel; Vieira, 2023, p. 9).

Em 1966, ingressou na UFBA e atuou como docente até 1990. Nesse período, foi responsável pela disciplina Teoria da Literatura, no Instituto de Letras, e implementou a primeira Oficina de Criação Literária do Brasil no currículo do curso. Contribuiu também significativamente para o projeto acadêmico do curso de mestrado em Letras, iniciado em 1976. Em reconhecimento às suas atividades de pesquisa e produção intelectual, que incluíram ensaios, poemas, contos e romances, a Congregação do Instituto de Letras da UFBA concedeu-lhe o título de alta qualificação científica em 1972 (Hoisel; Vieira, 2023, p. 9).

Quanto à sua produção literária, Judith Grossmann publicou onze livros, abrangendo poesia, conto e romance, destacando-se obras como *São José* (1959), *Linhagem de Rocinante: 35 poemas* (1959), *O meio da pedra: nonas estórias genéticas* (1970), *A noite estrelada: história do ínterim* (1977) e *Outros trópicos* (1980). Seu talento foi reconhecido com o Prêmio Brasília de Ficção, em 1976, e o Prêmio Ficção/85, da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 1985. Em virtude de seu legado acadêmico e literário (Figura 1), a UFBA outorgou-lhe o título de Professora Emérita, reconhecendo sua contribuição para a história da literatura brasileira contemporânea.

---

[2] Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

PAINEL DE CECÍLIA MEIRELES *

JUDITH GROSSMANN

No INÍCIO, ao nos aproximarmos da obra poética de Cecília Meireles, para uma pesquisa sistemática, foi nossa preocupação primeira, uma total despreocupação, um descartamento absoluto de idéias preconcebidas e de preconceitos, o que logo se transformou em nossa principal dificuldade. A *preocupação des-preocupação* se revelava uma ambição quase excessiva, um perigoso aliado, quase. Nossa atitude, porém, se justificava. Queríamos, antes de tudo, que não o que houvéramos sabido ou ouvido da obra influísse na determinação de nosso caminho, de nossas verificações, de nossas conclusões, mas que a própria obra nos impusesse um método e como se autodiagnosticasse o que nos determinasse conclusões que, fôssem quais fôssem, delas não pudéssemos fugir. Pusemo-nos à mercê de nosso material, em atitude de rendição analítica. A obra possuía, de fato, a pressentida qualidade em teor suficiente para nos impor o domínio que dela exigíamos. O método foi naturalmente impôsto, como impostas foram as verificações e conclusões. A primeira direção apontada pelo conjunto de obra foi a da existência de várias constelações de poemas que giravam em tôrno de um único eixo. Êstes eixos, constantes e em número limitado em todo o painel da obra, resultavam necessàriamente de uma visão pessoal das coisas pela autora, segundo a qual os temas por ela abordados eram interpretados. Isto também confirmado no *Romanceiro da Inconfidência*, no qual o acontecimento histórico é tomado como pretexto para que CM reitere sua visão do mundo. Constatamos ainda que o poeta contrabalançava os eixos destrutivos ou negativistas com outros eixos equivalentes, que solucionavam construtiva e positivamente seus opostos, fazendo com que a visão final resultasse harmônica e equilibrada. Isso não só ocorre desde o início da obra, como se acentua à medida que esta se desenvolve, tendendo para uma conciliação à proporção que o tempo avança, o que previne o conjunto de decair para uma visão negativista final, havendo sempre uma redenção à espera de qualquer impasse. Funciona, neste particular como em outros, a clarividência do poeta, fazendo de Cecília Meireles um material, embora muito imitado, na verdade, inimitável. O entrosamento orgânico do seu conjunto de obra não é coisa que se improvisa.

* O presente trabalho é o primeiro de uma série de projetos de pesquisa, descrição e avaliação de conjuntos de obras de poetas brasileiros planejados pela Oficina de Criação Literária da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, iniciada, em março de 1968, e dirigida pela professora Judith Grossmann. As etapas permanentes de tais projetos resumem-se na pesquisa, comunicação panorâmica inicial dos resultados através de conferências e ensaios, e posterior organização em livros, sob o título de *Panoramas Poéticos*. O segundo projeto, já em execução, tem por objeto a obra poética de Jorge de Lima.

Figura 1
Fonte: Arquivo Judith Grossmann, Lugares de Memória/UFBA.

A BIBLIOTECA NA TRAJETÓRIA POÉTICA DE JUDITH GROSSMANN

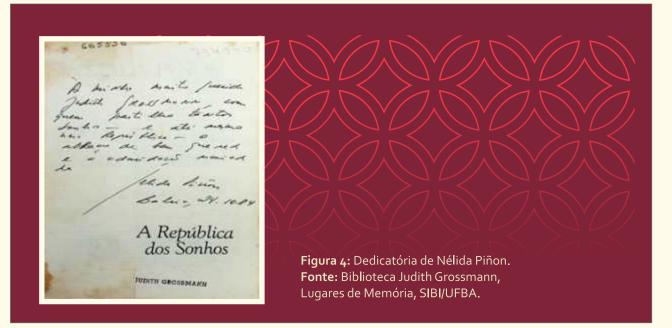
Composta de 1.314 exemplares, a coleção[3] (Figuras 2 e 3) nos permite analisar o perfil de interesse e de leituras da escritora e professora, cujas temáticas transcorrem pela literatura em seus diversos gêneros: romance, conto, poesia, drama, teoria da literatura e linguística.

[3] Livros (1.252), periódicos (25 títulos), folhetos (22) e dissertações (25).

Integram-se também obras de filosofia e psicanálise, como *A interpretação de sonhos*, 1ª parte de Freud, em cujo exemplar encontramos marcas de leitura nas marginálias, com expressões do tipo "*duvido muito*" (p. 69) e "*exceto os que esquecem de propósito*" (p. 180), que Hoisel e Vieira (2023, p. 21) descrevem como "pequenos comentários, às vezes apenas uma palavra rabiscada, nomes de escritores, uma anotação feita com humor ou sarcasmo".

Figuras 2 e 3: Biblioteca Judith Grossmann, Lugares de Memória UFBA
Foto: Glauber Assunção.

Podemos igualmente observar (Figura 4) várias dedicatórias manuscritas nas obras da biblioteca pessoal, que transportam uma infinidade de registros de afetos e de prazer desenvolvidos ao longo de sua atividade profissional.

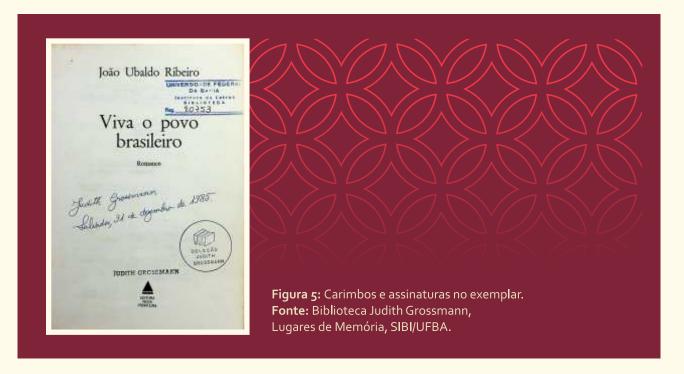
Figura 4: Dedicatória de Nélida Piñon.
Fonte: Biblioteca Judith Grossmann, Lugares de Memória, SIBI/UFBA.

A coleção bibliográfica de Judith Grossmann foi doada após a sua aposentadoria. Em 1997, quando iniciou o processo de incorporação para a Biblioteca Central Reitor Macedo Costa,[4] a doadora demonstrou preocupação quanto à organização do seu legado bibliográfico, "diante da possibilidade de dispersão e de esfacelamento [...] no labirinto das diversas estantes" (Hoisel; Vieira, 2023, p. 19), uma vez que há perda de vínculo entre a coleção e o colecionador quando o sentido de pertencimento se desfaz.

> Para evitar aquilo que é considerado uma das maiores tragédias que pode acontecer a uma biblioteca particular – a dispersão –, Judith interferia constantemente no sentido de preservar a integridade do material ali depositado, insistindo para que fosse mantida a feição pessoal do seu acervo, o qual foi efetivamente preservado, constituindo a Coleção Judith Grossmann [...] (Hoisel; Vieira, 2023, p. 20).

Com o propósito de manter a junção das obras, sem perdas, a colecionadora elaborou um carimbo que identifica cada exemplar doado, além da assinatura manuscrita "Judith Grossmann" exposta na folha de rosto dos livros em caneta esferográfica azul, com a indicação da data de aquisição (Figura 5). Levando em consideração essa atitude de Judith, podemos associá-la ao ponto de vista de Azevedo e Freire (2018), quando afirmam que "o carimbo denota procedência, posse, indicando em quais acervos e coleções as obras fizeram parte", garantindo aos materiais bibliográficos a correlação entre eles. Ou seja, é um procedimento técnico que extrapola o ato de apenas marcar o objeto bibliográfico.

---

[4] Com a criação do Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA (SIBI) – Resolução nº 03/2009 –, passou a denominar-se Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa.

Figura 5: Carimbos e assinaturas no exemplar.
Fonte: Biblioteca Judith Grossmann, Lugares de Memória, SIBI/UFBA.

A Coleção Judith Grossmann encontra-se no espaço Lugares de Memória da UFBA, no segundo andar da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, compartilhando o espaço com diversas outras bibliotecas particulares, entre elas as de outras mulheres, como Coleção Doralice Alcoforado e Coleção Consuelo Pondé, doadas e incorporadas à universidade.

DORALICE FERNANDES XAVIER ALCOFORADO (BAHIA, 1937-2007)

Dora, como era reconhecida entre seus pares, graduou-se em Letras Neolatinas pela UFBA em 1963, concluiu a especialização em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1975 e defendeu o mestrado na UFBA em 1985, com a dissertação *A escritura e a voz: um jogo intertextual*, na qual abordou o movimento entre literatura erudita e popular. Em sua dissertação, ela chamava atenção para a quase inexistência de disciplinas de literatura popular nos currículos dos cursos de Letras no país. Sua tese de doutorado, *As Belas baianas: o feminino no conto popular*, defendida em 1997 na Universidade Federal da Paraíba (COSTA; MASCARENHAS, 2008), resultou no livro *Belas e feras baianas: um estudo conto popular* (Figura 6).

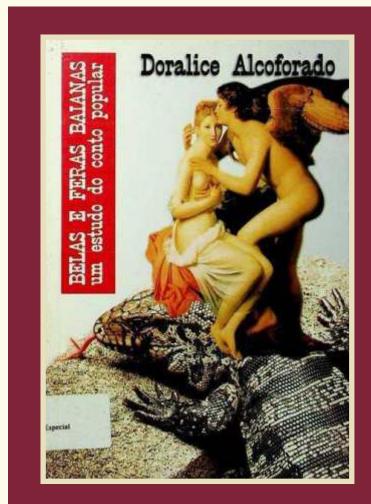



Figura 6: Capa do livro.
Fonte: Coleção Doralice Alcoforado, Lugares de Memória, SIBI/UFBA.

Doralice ingressou na UFBA em 1967, como professora do Colégio de Aplicação Reitor Miguel Calmon, e construiu sua carreira no Instituto de Letras da UFBA. Pela dedicação ao ensino e à pesquisa, deixou um importante legado como professora de Literatura Brasileira, o que resultou na criação do Programa de Estudo e Pesquisa da Literatura Popular, assim como participou da fundação do Grupo de Trabalho (GT) de Literatura Oral e Popular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), o qual coordenou no biênio 1988-1989.

Em 1992, em uma mesa-redonda no Simpósio Nacional de Ensino e Pesquisa de Folclore, em São José dos Campos (SP), sob o título de "A pesquisa e o ensino da literatura popular", Doralice retomou o tema de dissertação, fazendo uma breve exposição sobre a situação do ensino e da pesquisa em literatura oral na época. Nesse período, iniciou uma mudança de mentalidade do meio universitário, quando professores e pesquisadores começaram a criar disciplinas e estimular a prática da pesquisa em literatura oral. Como resultado desse esforço, dois centros tiveram

importância: o Bráulio Nascimento da Biblioteca Nacional e a Universidade da Paraíba, que criou disciplinas e sistematizou os estudos nessa área.

No referente à escrita de Dora (Figura 7), a composição das temáticas em seus artigos e livros demonstram que o ambiente cultural por ela vivenciado certamente influenciou o seu fazer como pesquisadora e escritora das tradições populares do Nordeste.

ECOS E RESSONÂNCIAS: A ONOMATOPÉIA NA LITERATURA ORAL

Doralice Fernandes Xavier Alcoforado*

1. A NATUREZA DO TEXTO ORAL

O texto oral, etimologicamente carregando o peso de um paradoxo, permaneceu por muito tempo fora do enfoque teórico dos estudos literários, cuja tradição tem privilegiado a escritura como única fonte teorizadora do texto artístico. Jakobson, em ensaio que trata da matéria folclórica, afirma: "No Ocidente, como na Rússia, os estudiosos duvidavam de que a literatura popular tivesse um valor intrínseco e um caráter próprio" (Jakobson, 1985: 22). A partir da década de 70, ampliam-se os espaços de debates sobre literaturas orais e, em 1981 e 1982, durante o salão do livro no Centro George Pompidou, em Paris, esses debates ganham mais consistência. No meio acadêmico e intelectual vem-se desenvolvendo uma nova mentalidade, e um cresente interesse das ciências sociais pela função da voz começa a ser notado. Paul Zumthor, que influenciou uma geração de estudiosos do exterior e do Brasil, resgatou o estatuto do texto oral como texto artístico, antes privilégio exclusivo da escritura. Dessa forma, vêm sendo ressaltadas as peculiaridades inerentes à natureza desse texto, cuja literariedade, como tão bem esclarece Zumthor em *A letra e a voz* (1993: 160), acentuando a plenitude da função da voz e explorando os meios corporais e físicos da comunicação, imprime mais força à sua estrutura modal, que dá ênfase à vocalidade e ao ritmo, ao invés da estrutura textual, legado da escritura.

Carreando o imaginário intercultural da memória coletiva de incontáveis gerações, o texto oral mantém-se virtualmente na memória do seu transmissor, que o ajusta à realidade do grupo a que pertence através de padrões selecionados da linguagem da cultura que se adequam métrica, sintática e semanticamente ao novo universo cultural. Embora memorizado, o texto oral tradicional não se reproduz automaticamente. No ato da *performance*, por vezes sob a pressão da competência narrativa de uma platéia, introduzem-se dados atualizadores desse universo que vão imprimir-lhe mais funcionalidade e significados narrativos. Não se restringindo a um contexto enunciativo exclusivamente verbal, aspectos translingüísticos, específicos do discurso oral, associam-se à voz, como gestos, dicção entonacional, pausas, mímica facial, os movimentos do corpo — sem se falar do estímulo da platéia —, que não reduzem o texto oral à ação exclusiva da voz. Bouvier chama a atenção para a importância desses aspectos extra-lingüísticos, quando diz: "il faut cependant en tenir compte et considérer que la production orale dépasse le simple fait linguistique." (Bouvier,1992: 150). Esses procedimentos não verbais, que imprimem mais expressividade e realismo ao texto, constituem questão delicada, difícil e, por vezes, impossível de ser codificada, quando da sua passagem para a modalidade escrita. A dificuldade de transferir-se para a escrita a diversidade de signos sonoros que se constelam no momento da *performance*, leva a simplificações de entendimento e a

* Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. Rua Barão de Geremoabo, s.n. Campus de Ondina. 40290-150 Salvador - Bahia. Brasil.

Figura 7: "Ecos e ressonâncias: a onomatopéia na literatura oral"

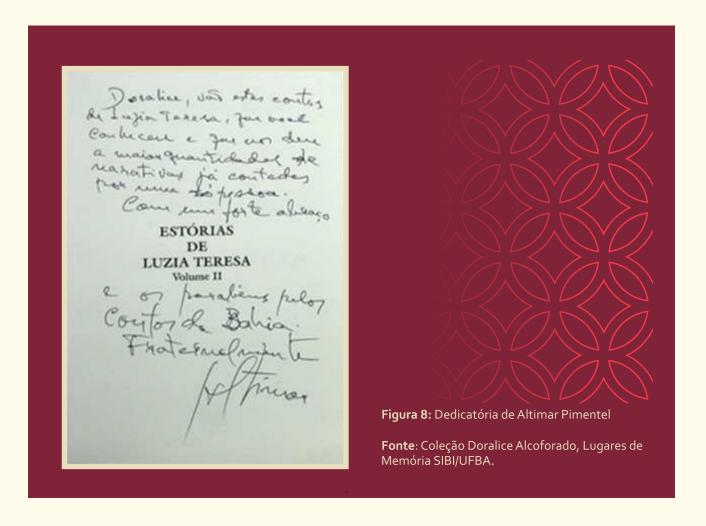
Fonte: Revista Estudos de Literatura (1996).

São contextos referentes às riquezas culturais da cidade natal e de figuras típicas dos boiadeiros, vaqueiros, tropeiros, mascates, rezadores, entre outros temas, como a cantoria e o cordel.

O CANTO E RECANTO DA BIBLIOTECA DE DORALICE ALCOFORADO

Doada em 2009 para a UFBA, na biblioteca de Doralice, com 1.020 exemplares (livros, periódicos, folhetos, cordéis, teses e dissertações), predomina a temática da cultura popular. Há diversos livros sobre tradições artísticas e folclóricas, memória popular dos festejos, dos contos, das músicas e das danças populares de diferentes estados do Nordeste, exemplares doados pelos próprios autores, que deixaram uma série de dedicatórias escritas (Figura 8) com caneta nas folhas de rosto desses livros.

Figura 8: Dedicatória de Altimar Pimentel

Fonte: Coleção Doralice Alcoforado, Lugares de Memória SIBI/UFBA.

Essas dedicatórias revelam a rede de pesquisadores da qual Doralice Alcoforado fazia parte, entre estes o paraibano Bráulio do Nascimento, presidente Comissão Nacional de Folclore, que presenteou Doralice com alguns de seus livros, como *Estudos sobre o romanceiro tradicional* (2004), e m cuja folha de rosto escreve: "*[...] companheira de pesquisa e estudo da literatura oral*".

Para Freire (2013, p. 38), "[...] a dedicatória se transformou em uma ferramenta capaz de revelar enlaces que podem favorecer o estudo da personalidade, do talento e da história tanto daquele que a elabora, quanto de quem a recebe [...]". Isso está demonstrado nas manifestações de apreço para Doralice, cujos livros da biblioteca particular parecem ter sido, na maioria, presentes a ela, conforme se lê nas dedicatórias manuscritas.

CONSUELO PONDÉ DE SENA (BAHIA, 1932-2015)

A professora Consuelo Pondé tinha formação em História e Geografia e especialização em Língua Tupi e Etnologia Geral e do Brasil, pela na UFBA. O seu mestrado foi em Ciências Sociais, com ênfase em História Social, na própria UFBA, sob a orientação do professor José Calasans. Em seu trabalho de pesquisa, ela se debruçou sobre a região de Itapicuru (BA) do século XIX.

Para além da carreira docente, ministrando o ensino da língua tupi na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Consuelo também se destacou como gestora em três importantes centros de pesquisa baianos: o Centro de Estudos Baianos (CEB) da UFBA, entre os anos de 1974 e 1983; o Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), entre os anos de 1987 e 1991; e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), entre os anos de 1996 e 2015.

Outro destaque na carreira da professora Consuelo diz respeito às suas publicações e artigos para inúmeras revistas, como a do IGHB e a da Academia de Letras da Bahia (ALB). Escreveu em jornais de grande circulação na capital baiana, como *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*, e editou três livros de crônicas: em 1997, *Cortes no tempo*; em 2002, *A hidranja azul e o cravo vermelho*; em 2013, *No insondável tempo*. Consecutivamente, tomou posse na ALB e na Academia Portuguesa de História.

A VOZ DA BIBLIOTECA DE CONSUELO PONDÉ

A biblioteca particular da professora Consuelo Pondé foi dividida entre a UFBA e o IGHB, cabendo, conforme a Figura 9, a doação de 1.034 exemplares, entre livros,

periódicos e audiovisuais, para o Lugares de Memória do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da UFBA.

Relação de obras pertencentes ao acervo particular da Profª. Consuelo Pondé de Sena e doadas por seus filhos à Universidade Federal da Bahia.

Salvador, fevereiro de 2016.

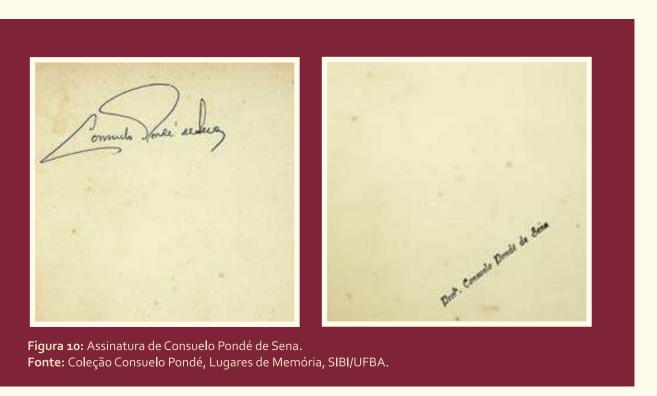
1. **A Day in the Life of America:** Photographed 200 of the word's leading photojournalists on one day,May 2, 1986. Collins Publishers. 268p.
2. **A enciclopédia das enciclopédias**. Oxford, Larousse e Webster. Volume I. Salvador: Correio da Bahia, 1997. 512p.
3. **A História Social**: problemas, fontes e métodos. Colóquio da Escola Normal superior de Saint- Cloud (15-16 de maio de 1965.): Edições Cosmos, Lisboa. 346p.
4. ABA. **17ª Reunião**. 11 de Abril de 1990. Florianópolis-UFSC
5. ABREU, Bráulio de. **Alma profana**. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1996. 192p
6. ABREU, Bráulio de. **Minha colheita**.
7. ABREU, Bráulio de. **Os dois últimos poetas da Baixinha**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1999. 144 p.
8. ABREU, Capistrano de. **Diálogos das grandezas do Brasil**. 368p.
9. ABREU, Edith Mendes da Gama e. **O que a vida me tem dito**: máximas e reflexões. Salvador: Academia de Letras do Instituto Geográfico e Histórico e da Universidade Federal da Bahia. 103p.
10. ABREU, Henrique. **Private collection**. Salvador: Henrique Abreu Monteiro, 2012. 208p.
11. ABREU, J. Capistrano de. **rã-txa hu-ni-ku-i**: A Língua dos Caxinauás do Rio Ibuaçu. 2. ed. Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briguiet, 1941. 638p.
12. ABREU, José. **O último imbecil do mercado de capitais**. Salvador: Editoração, 1987. 222p.
13. **Academia Cearense de Medicina**. Fortaleza, Ceará – Ano I – n.1, 1984. 155p.
14. ACADEMIA DE MEDICINA DA BAHIA. **Anais**: Volume 7. Salvador: Julho 1987. 184p.
15. ACHER, Gabriela. **El amor en los tiempos del colesterol**. Buenos Aries: Debolsillo, 2004. 288p.
16. ADAM, Lucien. **Grammaire Comparée des dialectes de la Famille Tupi**. Paris, 1896.
17. **Adresses Salvador 2010**: os melhores endereços da cidade. Rio de Janeiro: Addresses, 2009. 384p.
18. ADRIÃO, Padre Pedro. **Tradições Clássicas da Língua Portuguesa**. Recife, 1943. 348p.
19. AGOSTINHO, Pedro. **Embarcações do Recôncavo**: um estudo de origens. Salvador: Publicação do Museu do Recôncavo Wanderley de Pinho.
20. AGOSTINHO, Pedro. **Kwarip**: mito e ritual no Alto Xingu. São Paulo. EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
21. AGOSTINHO, Pedro. **Kwarip**: mito e ritual no alto Xingu. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
22. AGUIAR, J. **Versos versus Versos**. Salvador, 1987. 97p.

Figura 9: Lista de doação.
Fonte: Coleção Consuelo Pondé, Lugares de Memória, SIBI/UFBA.

Composto por várias temáticas, o acervo tem preponderância na área de história, principalmente história da Bahia, com foco nas lutas pela Independência do Brasil. A professora Consuelo tinha noção de sua força e capacidade no uso da voz e da escrita. Em razão disso, deu voz a mulheres como, por exemplo, Maria Quitéria, assim como fortaleceu a imagem do nativo brasileiro através da personagem da Cabocla (a indígena Catarina Paraguaçu), símbolo da Festa de Dois de Julho na Bahia.

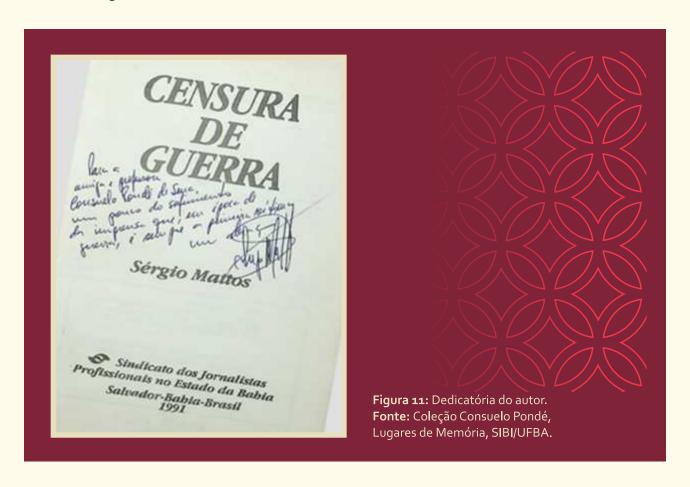
No referente à identificação do acervo, a maioria dos livros contém assinaturas e carimbos (Figura 10), registrando a propriedade da coleção. Contudo, em alguns exemplares, também foi percebida a ausência de anotação de datas que poderiam indicar o período da aquisição da obra, possibilitando determinar o tempo de formação da biblioteca.

No que diz respeito às práticas de garantia de poder sobre o apreciado "objeto livro", uma característica comum entre Judith Grossmann e Consuelo Pondé de Sena é o uso de assinaturas manuscritas e carimbos pessoais em suas coleções. No entanto, Doralice Alcoforado apenas estampa sua singela assinatura manuscrita nas folhas de rosto dos livros que lhe pertencem.

Figura 10: Assinatura de Consuelo Pondé de Sena.
Fonte: Coleção Consuelo Pondé, Lugares de Memória, SIBI/UFBA.

No tocante à sua escrita, a autora constrói seus textos articulando momentos históricos e associando atitudes, comportamentos e ideias. Quando neles transparecem informações acerca da experiência social do elemento feminino no campo acadêmico e cultural, ela demonstra o direito das mulheres a uma participação social mais ampla e um exercício mais livre da cidadania, diante das tensões sociais presentes. Em sua última na coluna de opinião no jornal *Tribuna da Bahia*, ela assim escreveu:

> Quem me conhece sabe que sou um vulcão em erupção. As lavas que derramo são águas escaldantes da minha 'caldeira' interior. Pois, apesar de ser do 'grito' de Terra, Capricórnio, sou ígnea. Gosto do fogo e de suas vibrações. Fazer o que se nasci assim? (Sena, 2015 *apud* Guedes, 2015).

Diante dessa autodescrição, pode-se compreender a composição da biblioteca dessa historiadora, cujas dedicatórias (Figura 11) estão representadas como um gesto de correspondência social e cultural tanto daquele que homenageia como do homenageado.

Figura 11: Dedicatória do autor.
Fonte: Coleção Consuelo Pondé, Lugares de Memória, SIBI/UFBA.

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DAS BIBLIOTECAS DE MULHERES NO LUGARES DE MEMÓRIA DA UFBA

A organização do conhecimento, tradicionalmente, tem como pontos centrais de referência a teoria do conceito, a indexação, a classificação e a representação do conhecimento, que estão relacionadas a sistemas de acesso, disseminação e recuperação sistemática de documentos. À vista disso, considera-se a classificação como a principal atividade na organização do conhecimento (Langridge, 1977),

enquanto a representação descritiva (catalogação) como o processo relevante, que estrutura e padroniza os diferentes aspectos de uma obra, tanto nos parâmetros físicos como nos temáticos (Lancaster, 2004).

Os exemplares das bibliotecas de Judith Grossmann, Doralice Alcoforado e Consuelo Pondé apresentam uma variedade de marcas (extrínsecas e intrínsecas) relacionadas aos perfis dessas colecionadoras que são relevantes para compreender os motivos e as causas de suas escolhas bibliográficas. Portanto, a representação descritiva ou catalogação realizada nas obras que compõem as bibliotecas dessas mulheres teve como principal intuito aprimorar a recuperação de informação em diferentes contextos de uso pessoal e de produção durante as suas trajetórias acadêmicas.

Nesse sentido, por serem coleções especiais, levaram-se em consideração, sob uma ótica peculiar, as diferentes características extrínsecas e intrínsecas de cada livro, nos aspectos de marcas tanto de procedência, propriedade, quanto de leitura da colecionadora. Para tanto, utilizam-se no Marc: o campo 500 para as informações sobre a publicação e o campo 590 para informações sobre o exemplar, seguindo as orientações do manual de padronização "Representação descritiva da informação das coleções especiais e obras raras do acervo de 'Lugares de Memória' da UFBA" (2019). As informações registradas variam de acordo com o tipo de documento, **cujos** dados estão disponíveis no catálogo bibliográfico do Sistema Pergamum, conforme Figura 12.

Marc

001	277383
003	BR-SvUFB
005	20160928085900.0
008	870612s1985 rjba r 000 0 por d
020	$a 8570070209 (broch.)
040	$a BR/FGV/B/bpor $d BR-SvUFB
080	$a 82-93 $2 2007
090	$a 82-93 $b P796 $8 7
100	$a Pondé, Gloria.
245	$a A arte de fazer artes: $b como escrever historias para crianças e adolescentes/ $c Gloria Pondé.-
260	$a Rio de Janeiro, RJ: $b Editorial Nordica, $c c1985.
300	$a 217p.: $b il.; $c 21cm.
504	$a Bibliografia: p. 213-217.
590	$a Exemplar da coleção Consuelo Pondé possui dedicatória da autora.
650	$a Literatura infantojuvenil $x Historia e crítica.
951	$a Consuelo Pondé

Figura 12: Marc
Fonte: Catálogo Bibliográfico do SIBI/UFBA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e a análise das bibliotecas de mulheres como Doralice Alcoforado, Consuelo Pondé de Sena e Judith Grossmann abrem caminhos para uma compreensão mais profunda de suas contribuições intelectuais e culturais. Ao explorar essas coleções, revela-se não apenas a riqueza de seus interesses e estudos, mas também o papel vital que desempenharam como leitoras, pesquisadoras e produtoras de conhecimento. Essas bibliotecas são verdadeiros tesouros que refletem as experiências, lutas e conquistas dessas mulheres notáveis, oferecendo *insights* valiosos para a reconstrução da história cultural e acadêmica de mulheres no Brasil.

Nesse contexto de resgate e valorização da memória e de contribuições das mulheres à ciência e à cultura, destaca-se parte do processo de doação das coleções para o Lugares de Memória da UFBA. Esse processo não é apenas uma transferência física de materiais, mas também uma cuidadosa curadoria, que envolve a identificação, catalogação e preservação das obras, assegurando que cada coleção reflita fielmente a essência e os interesses de suas proprietárias. As principais características dessas coleções, muitas vezes, revelam uma rica diversidade de temas.

Além disso, o processo de doação e a subsequente integração dessas coleções ao Lugares de Memória endossam o profundo respeito e reconhecimento à memória das professoras e intelectuais que ajudaram a forjar a identidade da UFBA. Esses espaços são repositórios de preservação da história e da contribuição da mulher à academia, à ciência e à cultura. Ao abrigar essas coleções, o Lugares de Memória da UFBA não apenas honram as trajetórias dessas mulheres, mas também garantem que seu legado inspire gerações futuras.

Ao reconhecer e exaltar as contribuições dessas mulheres, o Lugares de Memória da UFBA desempenham um papel crucial na reconfiguração do panorama acadêmico, promovendo uma reavaliação das narrativas históricas tradicionais e destacando a indispensável presença feminina na construção do conhecimento.

Esse gesto de preservação e reconhecimento não apenas perpetua suas memórias, mas também as posiciona como figuras centrais na história intelectual da Bahia e do Brasil. Portanto, ao evidenciar essas coleções, este artigo não apenas celebra as conquistas dessas mulheres notáveis, mas também reitera a importância de preservar seu legado como parte integrante e essencial do patrimônio cultural e intelectual da UFBA e da sociedade como um todo.

Referências

AZEVEDO, F. C. de; FREIRE, S. C. *As histórias que cada exemplar de livro nos conta*: as marcas de proveniência bibliográfica e as dedicatórias. PLANOR, FBN, out. 2018. Minicurso. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/2018/historias-que-cada-exemplar-livro-nos-conta-marcas.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.

BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa: Europa América, 2010.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1999.

COSTA, E.; MASCARENHAS, V. A trajetória de Doralice Alcoforado. *Boitatá*: Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, Londrina, nesp., ago./dez. 2008.

FREIRE, S. C. *As dedicatórias manuscritas*: relações de poder, afeto e sociabilidade na biblioteca de Manuel Bandeira. Dissertação. 2013. 406 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12139. Acesso em: 8 jan. 2024.

GUEDES, J. "Pranto da Madrugada": o último artigo da professora Consuelo Pondé de Sena. *Associação Bahiana de Imprensa*, Salvador, BA, 18 maio 2015. Disponível em: https://abi-bahia.org.br/pranto-da-madrugada-o-ultimo-artigo-da-professora-consuelo-ponde-de-sena/. Acesso em: 10 fev. 2024.

HOISEL, E.; VIEIRA, H. J. O arquivo como objeto: cultura escrita, poder e memória. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-29, set./dez. 2023.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LANGRIDGE, D. W. *Classificação*: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Tradução de Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300016. Acesso em: 1 mar. 2024.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 13 fev. 2024.

RIBEIRO, M. A. S.; CORREIA, T. S. Lugares de Memória da UFBA: espaço de cultura, história e pesquisa acadêmica. In: LOSE, A. D. *et al*. (org.). *Pesquisando acervos*. Salvador, BA:

Memória & Arte, 2020. v. 1, p. 83-102. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31790#:~:text=https%3A//repositorio.ufba.br/handle/ri/31790. Acesso em: 14 jan. 2024.

SCOTT, J. W. *Gender and the politics of history*. Columbia: University Press, 2018.

SEEMANN, J. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, CE, v. 4/5, p. 43-53, 2002/2003. Disponível em: https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/77/74. Acesso em: 14 fev. 2024.

Maria Alice Santos Ribeiro

Bibliotecária Documentalista. Mestranda em Ciência da Informação (UFBA, 2022-) Especialização em Gestão de Pessoas com Ênfase em Gestão por Competências (UFBA, 2022). Especialização em Gestão de Acervos Bibliográficos, Arquivísticos e Museológicos (FUNDAJ, 2016). Especialização em Arquivologia (UFBA, 1990). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (UFBA, 1981). Atualmente Coordenadora do "Lugares de Memória" da UFBA (2015-). Ex-Coordenadora da Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Omar Catunda- UFBA (2016-2018). Membro da equipe editorial/técnica da Revista Cadernos de Prospecção (2009-). Revisora do Periódico –BIBLIOS –Revista do Instituto de Ciência Humanas e da Informação (2022-). Membro do Núcleo OJS/SIBI/UFBA (2019-). Coordenadora do Núcleo Científico do SIBI/UFBA (2012-2013), Coordenadora da Malha de Inovação do SIBI/UFBA (2012-2013) Coordenadora da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa - BC/UFBA (2010-2012), Coordenadora do Portal da Inovação da Rede Nordeste do Núcleo de Inovação e Tecnologia - NIT/UFBA (2009-2010), Coordenadora da Biblioteca Digital da Universidade Federal da Bahia (2005-2009), Chefe da Biblioteca Setorial do Instituto de Química da UFBA (1996-2008). Chefe de Serviço de Arquivo Intermediário (APEB, 1987 – 1991).

Fabiano Cataldo Azevedo

Doutor em História (UERJ), Mestre em Memória Social (UNIRIO) e Bacharel em Biblioteconomia (UNIRIO). Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) até julho de 2023 quando foi cedido para o Museu Imperial - Petrópolis (Rio de Janeiro), para cargo de Pesquisador. Participa como convidado do Consortium of European Research Libraries (CERL). Integrou o comitê executivo do Rare Books and Special Collection Section da IFLA (2014-2019; 2023-2024). É líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Patrimônio Bibliográfico e Documental. Professor permanente do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST). Dedica-se a pesquisas sobre Coleções Especiais; Patrimônio Bibliográfico e Documental; Conservação Preventiva em Bibliotecas; História do Livro Impresso e das Bibliotecas entre os séculos XVI e XIX; Bibliografia Material.

Glauber Assunção

Graduado no Bacharelado em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2023), atualmente é aluno de Mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA. Atua desde 2020 no Projeto de Pesquisa "Educação intercultural como diálogo entre modos de conhecer e entre formas de conhecimento: Pesquisa multiestratégica e colaborativa em comunidades tradicionais", onde vem colaborando com pesquisas de campo nas comunidades pesqueiras do município do Conde – BA. É Servidor Técnico Administrativo em Educação (Classe D) na Universidade Federal da Bahia, vinculado ao setor de Memória da Coordenação Lugares de Memória do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) - UFBA.

Thiago Sermento

Possui graduação em Licenciatura (2005) e Bacharelado (2006) em História pela Universidade Federal da Bahia. Possui Pós-Graduação (especialização) em História (2017) pela Faculdade São Bento da Bahia. Licenciando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (início 2019.2). É mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (início 2024.1). É servidor público federal (Universidade Federal da Bahia) lotado no antigo Centro de Estudos Baianos, hoje Lugares de Memória. Possui interesse em história; memória; cultura popular; geografia cultural; religiosidade; relações de poder. Faz parte como estudante no grupo de pesquisa "Religiões e Assistência no Mundo Atlântico e Lusófono", da Universidade Federal da Bahia.

"Escritas, escritoras e bibliotecas: uma questão delicada".

Nancy Rita Ferreira Vieira
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

ESCRITAS, ESCRITORAS E BIBLIOTECAS:
UMA QUESTÃO DELICADA.

Proponho-me neste artigo a traçar alguns quadros que permitam moldar o propósito desta comunicação que busca discutir o paralelo entre **ESCRITAS, ESCRITORAS E BIBLIOTECAS: uma questão delicada.**

QUADRO I – BIBLIOTECA

Comecemos então pela palavra *biblioteca* (do grego, *biblion* =livro; *théke* = caixa, armário), por conseguinte um espaço de repositório de obras, ou mais ainda, como a define Nóbrega (2002, p. 121), "um cofre que guarda a memória, o tesouro da humanidade, seu legado, sua herança aos homens que virão". É também da pesquisadora e docente da Universidade Federal Fluminense a advertência de que, para além da face de guardiã, a biblioteca também tem uma outra face: a da *inacessibilidade* (Nóbrega, 2002, p. 121).

Inacessibilidade por vezes pelas vestes adequadas. Quem porventura tenha lido de Stallybrass (2012) **O casaco de Marx: roupas, memórias, dor**, há de se lembrar que, para realizar a pesquisa de **O capital** no salão de leitura do Museu Britânico, em torno dos anos de 1850 e 1860, necessário que estivesse vestido de seu casaco, penhorado muitas vezes, o que o impedia de dar continuidade à pesquisa. Somente vestido apropriadamente teria acesso ao espaço onde estava o acervo necessário para a continuidade de sua pesquisa.

Outras vezes, a interdição é devido ao gênero. A biblioteca como lugar sagrado, e os livros acessíveis a apenas alguns grupos é, segundo Manguel (1997, p. 256), em **Uma história da leitura,** "tão antiga quanto a própria literatura". Às mulheres, defendia um discípulo de Platão, "se deveria ensinar apenas o suficiente para administrar um lar, porque a educação avançada 'transforma a mulher numa comadre preguiçosa e briguenta"' (Manguel, 1997, p. 256). Assim, a presença de mulheres nesse espaço sagrado sempre foi pouco aceito, causava estranheza, vez que delas se esperava o mais completo recolhimento na esfera privada.

Se, conforme assevera o ensaísta argentino, há um medo popular do leitor, poderíamos deduzir que ainda mais é o medo da leitora, aquela que, conforme as teses propostas pela Faculdade de Medicina, na Bahia do século XIX, poderiam ser afetadas pela literatura ou mais propriamente pelos romances que eram julgados

> [...] desaconselháveis ao sexo feminino, cuja propalada instabilidade emotiva e limitado senso crítico o expunham a aceitar o procedimento de julgados heróis e heroínas, já que o romance gira em torno de si mesmo, em círculo fechado, e o faziam inconscientemente sujeito a ideologias então inaceitáveis (Castro, 1996, p. 79).

Sem dúvida, a compreensão acerca das mulheres como leitoras no mundo helênico repercutiu na ciência dos séculos seguintes e dominou a formação das mulheres por muitos séculos no mundo ocidental. Por este motivo, necessário se fazia definir a leitura conforme o público: literatura amena para um limitado público feminino com acesso à educação, normalmente intramuros com o controle da família e liberdade ao público masculino. Livros serão indicados e contraindicados, conforme o gênero dos leitores. No Brasil, por exemplo, a censura a determinadas obras será bastante utilizada pelas articulistas das revistas femininas de ideologia cristã, entre o final do século XIX e os primeiros decênios do século XX, preocupados com o poder da literatura em subverter a ordem e a moral estabelecidas. Tivemos ainda os famosos livros cor-de-rosa ou a coleção dos romances da Biblioteca das Moças, assinada por M. Delly, bastante popular entre as décadas de 30 a 60 do século passado, por ser de leitura fácil e agradável.

Limitar o acesso aos livros e consequentemente às bibliotecas é uma forma de subjugação a que sempre se exigiu dos corpos femininos, logo o acesso à leitura deve ser vigiado. Não à toa os regimes totalitários amaldiçoam os livros, queimas bibliotecas e prendem leitores/as. Como aponta o crítico argentino Ricardo Piglia, ao analisar cenas de leitura, reais ou ficcionais, como a do leitor Ernesto Guevara, "Há uma tensão entre o ato de ler e a ação política. Certa oposição implícita entre leitura e decisão, entre leitura e vida prática" (Piglia, 2006, p. 98). Ao representar a existência humana, como avalia Todorov (2020), a literatura convoca o leitor e a leitora à transformação. Em outras palavras, o receio é do que a leitura seria capaz de provocar, em especial em mentes imaginativas, como as mulheres eram consideradas no século XIX.

Ditas essas palavras iniciais acerca da biblioteca e da leitura, vejamos, antes de adentrarmos na situação das escritoras oitocentistas, alguns aspectos da realidade brasileira.

Quadro 2 – Leitoras e escritas

Na reconhecida pesquisa a que se dedicaram as pesquisadoras Lajolo e Zilbermann acerca d**A formação da leitura no Brasil** (1998), asseguram, em um capítulo com título bastante sugestivo "Uma República ainda sem livros nem leitores", que a expectativa da mudança da fisionomia política não alterou de modo significativo a educação no país e citam o crítico literário José Veríssimo:

> É pouco para um país em que o desenvolvimento da instrução pública é uma necessidade vital. A nossa literatura escolar está muito atrasada, não só não temos bons compêndios, como carecemos de livros para leitura das crianças e dos rapazes. Não sei se o nosso desamor à leitura não provém de que não nos habituamos a ler desde a infância, e não nos habituamos porque não há em nossa língua livros propícios para essa idade (Lajolo; Zilbermann, 1998, p. 155).

Em outras palavras, a ausência de livros e da efetiva escolarização da população brasileira não avançou muito, mesmo em um estado republicano que teria como lema a igualdade de direito aos seus cidadãos. A vida intelectual brasileira, com ensino, bibliotecas, era ainda bastante apoucada e reduzida a determinadas classes sociais e, porque não dizer, a determinado gênero e etnia.

Se a produção editorial/gráfica foi reduzida, a vida agrária do Brasil oitocentista e as dimensões continentais do país contribuíram, para além do acesso à escola, para que o século XIX e mesmo os primeiros decênios do século XX se caracterizassem pelo pouco acesso aos livros.

Na pesquisa desenvolvida, "Caminhos do romance no Brasil – séculos XVIII e XIX", Márcia Abreu salienta que as bibliotecas públicas ou os gabinetes de leitura, ao longo do século XIX, tiveram ampliação do acervo com a presença de romances. O acesso às prateleiras dos gabinetes de leitura, segundo Schapochnik, "Ofereciam a alternativa de acesso ao livro para aqueles que não dispunha de dinheiro para adquiri-los. Deles se

beneficiou, por exemplo, José de Alencar ao retornar ao Rio de Janeiro depois de concluir seus estudos em São Paulo" (Sugimoto, 2006, p. 3).

Ou nas palavras do próprio romancista, destacadas por Meyer (1996, p. 25-26) em seu estudo **Folhetim: uma história**:

> Era que quem lia [...] não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo [...].Não havendo visitas de cerimônia, sentava-se minha boa mãe e sua irmã d. Florinda com os amigos que apareciam, ao redor de uma mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro [...]. dados os primeiros momentos à conversação, passava-se à leitura e era eu chamado ao lugar de honra [...]. Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre toas a de minha predileção. [...] Nosso repertório romântico era pequeno: acompanhava-se de uma dúzia de obras, entre as quais primavam a *Amanda e Oscar*, *Saint-Claire das Ilhas*, *Celestina* e outros de que já não me recordo. Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e outras vezes o mesmo romance quiçá contribuiu para mais gravar em meu espírito os moldes dessa estrutura literária.

O longo trecho traduz a formação do escritor no Brasil e a função social da leitura, forma de sociabilidade comum à época em que José de Alencar lia os romances para as mulheres de sua casa. O pai do romance brasileiro, sem dúvida, foi beneficiado com os gabinetes de leitura que podia frequentar. Outro aspecto importante deste testemunho de época é a menção a poucos títulos em circulação no país, o acesso a livros não era tão facilitado à época.

A imersão na vida literária brasileira, através da pesquisa das primeiras escritoras oitocentistas, levou-nos à conclusão de que a escrita e a literatura foram reservadas tradicionalmente às figuras masculinas.

Os visitantes do Brasil fazem retratos desoladores sobre a situação das mulheres oitocentistas. Do pintor Jean-Baptiste Debret, que integrou a Missão Artística Francesa e viveu entre 1816 e 1831, particularmente no Rio de Janeiro, onde estava estabelecida a Corte Portuguesa, tem-se o seguinte registro:

> Desde a chegada da Corte ao Brasil tudo se prepara mas nada de positivo se fizera em prol da educação das jovens brasileiras. Esta, em 1815, se restringia, como antigamente, a recitar preces de cor e a calcular de memória sem saber escrever nem fazer as operações. Somente o trabalho de

> agulha ocupava seus lazeres, pois os demais cuidados relativos ao lar são entregues sempre às escravas (Lajolo; Zilbermann, 1998, p. 241).

A longa citação de Elisabeth e Louis Agassiz, naturalistas que estiveram no país entre 1865 e 1866, demonstram a situação das mulheres brasileiras:

> Efetivamente, nunca conversei com as senhoras brasileiras com quem mais de perto privei no Brasil sem delas receber as mais tristes confidências acerca de sua existência estreita e confinada. Não há uma só mulher brasileira, que, tendo refletido um pouco sobre o assunto, não se saiba condenada a uma vida de repressões e constrangimento. Não podem transpor a porta de sua casa, senão em determinadas condições, sem provocar escândalo. A educação que lhes dão, limitada a um conhecimento sofrível de Francês e Música, deixa-as na ignorância de uma multidão de questões gerais: o mundo dos livros lhes está fechado, pois é reduzido o número de obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras a seu alcance em outras línguas. Pouca coisa sabem da história de seu próprio país, quase nada da de outras nações, e nem parecem suspeitar que possa haver outro credo religioso além daquele que domina no Brasil; [...]. Em suma, além do círculo estreito da existência doméstica, nada existe para elas (Lajolo; Zilbermann, 1998, p. 243).

Com base nestas descrições e nos estudos sobre a literatura de autoria de mulheres, pode-se concluir que a relativa ausência de mulheres escritoras na história da literatura brasileira poderia ser explicada, portanto, pelas dificuldades de uma mulher ter acesso à cultura escrita, à atividade intelectual, moldada que fora pelos ditames sociais.

Os testemunhos das escritoras oitocentistas em seus prefácios, prólogos e paratextos destacam, inclusive, as dificuldades em participar da cultura letrada. Como é possível observar no prólogo ao romance, *A Filha de Jefté* (1882), primeiro romance da escritora baiana Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (1843-1930):

> Se o assunto estiver mal desenvolvido, pedimos a indulgência do público, para uma pobre mulher, a quem faleceram os meios de ilustrar-se, e cujos limitadíssimos conhecimentos são apenas devidos ao gosto pela leitura, na qual tem empregado as poucas horas vagas que restam à mãe de família (Bittencourt, 1882, p. 5).

A primeira romancista da Bahia, em uma modéstia, ou em uma artimanha discursiva, como propõe Muzart (1994), para adentrar no espaço das letras, tenta justificar a publicação

desta primeira obra, de teor religioso, destinada às mulheres, como ela define em seu projeto literário.

Mesmo após três romances/folhetins publicados, inúmeros artigos e alguns poemas divulgados na Imprensa católica, a autora ainda mantém esse traço de humildade em seu último romance édito: *Letícia* (1908):

> Não me dirijo aos homens repletos de conhecimento científicos e literários. Sei que estes não dignar-se-ão a folhear um livro de tão obscura autora. Falo a vós, minhas jovens patrícias, que dotadas de inteligência e gosto, não vos contentastes com fúteis passatempos, e procurais na literatura amena uma agradável diversão ao espírito, colhendo ao mesmo tempo lições e preceitos que irão vigorar os princípios morais que já possuís, dados por uma boa e sólida educação doméstica.

Neste prólogo, em outras palavras, propõe uma linhagem de escrita para mulheres, fidelizando as leitoras com uma "literatura amena", mas ao mesmo tempo diferenciando sua escrita da dos homens de "conhecimentos científicos".

Preocupada com sua formação acadêmica acidentada, tal como a maioria das mulheres brasileiras oitocentistas educadas de forma acanhada, mesmo advindas das classes agrárias, Anna Ribeiro se desculpa. Treinadas para repetirem modelos, para serem abnegadas e aceitarem com satisfação o sacrifício diário do "anjo do lar", escrever para as mulheres-escritoras passou a se revestir em uma espécie de superação do gênero feminino uma vez que elas descumprem a vocação a que estavam predestinadas de mães e anjos da casa. Atravessar essa imposição, porém, significava fugir à ansiedade de se pautar em novos padrões, de estar à mercê da crítica masculina que exigia delas o mesmo convencionalismo na escrita que era exigido na educação e no comportamento.

Preparadas para seguirem padrões androcêntricos, a agirem sempre com "juízo e discernimento", mulheres como Anna Ribeiro foram educadas para se portarem como mocinhas desde a mais tenra infância, a não questionarem ordens nem injustiças, a também não estudar demais para não adoecer, — temática aliás que aparece em duas das produções de Anna Ribeiro — nem deixar de nutrir o cérebro como defendiam os médicos ingleses, para aprenderem a se sacrificar pela família, para enfim serem o "sexo gentil", assumindo o lugar sagrado que lhe eram reservado: "mãe e esposa". O legado dessas mulheres está justamente no fato de que mesmo sem serem ouvidas, ou respeitadas como intelectuais e escritoras no

seu tempo, documentaram um mundo subterrâneo que merece ser revisto e que apresenta vozes dissonantes do discurso masculino, fragmentando os sistemas de representação patriarcal.

Quadro 3 – Escritoras e bibliotecas

O estudo da romancista, poeta, articulista Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, entre outras, nos permitiu compreender as dificuldades de acesso ao saber pelas mulheres, mesmo as de famílias de posse. Sem uma biblioteca em casa, seus parentes, sabendo do seu gosto pela leitura, emprestavam-lhe livros. As leituras, previamente escolhidas pelos familiares, se tornaram as grandes companheiras da meninice da autora. Pode-se afirmar que a consolidação de sua formação deu-se por sua extrema vontade e desejo de instruir-se acima da média de mulheres "sinhazinhas" de sua época, o que a levou a procurar, quando passou a morar em Salvador, as bibliotecas locais, a da Faculdade de Medicina ou a Biblioteca Pública, como observa Thales de Azevedo ao confrontar as leituras feitas pela autora, registradas em suas memórias, e os catálogos dessas bibliotecas.

Em 1865, Anna Ribeiro passou a tomar conhecimento do mundo intelectual baiano, num momento de forte agitação cultural, marcado pela presença dos salões, da vida intelectual agora centrada em torno da Faculdade de Medicina, para onde afluíam os filhos dos fazendeiros locais e do Nordeste. Seu marido gostava de participar da vida intelectual da província, o que, de certa forma, deve ter repercutido na vida da futura escritora.

Embora não se possa afirmar com exatidão de que Anna frequentasse com ele esses espaços, pois não há o registro de sua participação em nenhum dos movimentos que agitavam a Bahia daqueles anos. No entanto, uma referência à sua participação em atividades literárias, registrada por Afonso Costa, pode levar-nos a outra conclusão. Enfim, por ser a única de que temos conhecimento, será documentada.

Sobre a autora, Afonso Costa registra em *Poetas do Outro Sexo*, obra publicada em 1930, que promoveu um encontro em que estiveram presentes inúmeras poetisas baianas como Maria Elisa Valente Moniz, Archimina Barreto, Maria Luísa de Sousa Alves, Honorina Galvão, entre elas:

> A presidência da reunião cabe a uma senhora respeitável, nobre dama de nossa sociedade, que nos domínios do espírito tem o seu lugar, e que entre as figuras de maior existência no cenário feminino da Bahia, é a primeira.
> [...]
> Encerrando o outeiro falou a presidenta. Louvou os momentos de indizível agrado que o espírito feminino despertava. Recordou quanto a cerimônia dos outeiros fulgiu no passado. Fez a apologia do seu tempo, mas concordou com o atualismo para que os outeiros nunca mais se realizassem.
> E a autora de **Letícia**, dando fiel interpretação ao espírito hodierno, que riscou a tradição da cultura para a admitir apenas como refúgio dos decadentes, dos incapazes em face de grandes e modernas consecuções, teve aplauso e o voto de todos os presentes, como eloqüente fecho de comemoração, para que a Bahia se alevante da sua própria história e, do alto de seu nome glorioso, cante hino de louvores ao Futuro representado nas gerações que às suas terras surgem com o intuito de fazer a Bahia maior (Costa, 1930, p. 252-265).

Este excerto evidencia a presença de um círculo social e cultural na Bahia do início do século com a presença das mulheres, escritoras, poetisas e intelectuais, destacando a presença no espaço público, em contraste com o que se descreveu sobre a presença de mulheres restrita à esfera privada mesmo no final do século XIX pelos visitantes estrangeiros.

Das suas memórias *Longos serões do campo* (em dois volumes, publicados pela família em 1992), é possível observar a forte formação católica da autora baiana, com leituras como: *Flos Sanctorum*, Santo Agostinho, *A Tribuna Católica*, sermões e orações de Jacques Benigne Bossuet, e, evidentemente, a Bíblia, além das hagiografias, o que provavelmente não era diverso da formação das moças católicas àquela época.

Dentro do grupo literário, a leitura da autora é bastante ampla, mesmo que não se cite como teve acesso a essas obras, provavelmente empréstimos dos familiares, inúmeros são os nomes que podem ser catalogados. Destes destacam-se as referências a inúmeros folhetins e romances românticos como: *O judeu errante*, *Os mistérios de Paris*, *A salamandra*, de Eugène Sue; *Rocambole*, *A esposa mártir*, de Pérez Escrich, um dos seus autores preferidos; *O conde de Monte Cristo*, *A rainha Margot*, *Os quarenta e cinco*, *História de uma testemunha*, de Alexandre Dumas; *Paul et Virginie*, de Bernadin de Saint Pierre; *Os miseráveis*, *Hernani*, *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo; *Eurico, o presbítero*, *O monge de Cister* e *A história de Portugal*, de Alexandre Herculano. Há outros autores que são citados sem a indicação das obras que foram lidas, como: Ponson du Terrail, Fenelon, Racine, Corneille, Eça de Queirós e de

Camilo Castelo Branco. Os romances de Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco, dados por engano por seu tio, pouco entendido de literatura, foram comentados pela autora como leitura pouco recomendável para moças ou pelo menos para algumas dela. Como ela mesma diz em suas memórias (Bittencourt, 1992, p. 217):

> [...] aprendi depois que as obras de Castelo Branco não devem ser lidas por moças, pelo menos por algumas; mas, naqueles últimos tempos, minha mãe já não fazia muita escolha para mim. Creio que, supondo possuir eu princípios de moral bastante sólidos, entendia não haver perigo. Como se enganava! Se tais leituras não abalavam meus princípios, tornavam-me um tanto **romanesca e exaltada**, o que é sempre prejudicial (grifos nossos).

São citados ainda os poetas Lamartine, Chateaubriand, e os poetas portugueses Camões, Gonçalves Crespo, Tomás Ribeiro. Há ainda a referência à escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, sua contemporânea, com quem muito se identificou.

Dentre os autores nacionais, poucos são os encontrados, mas entre eles são citados: Afrânio Peixoto, Rui Barbosa, Visconde de Pedra Branca (autor da coletânea *Poesias dedicadas às senhoras* e do poema *Os túmulos*), a poetisa Narcisa Amália, Amélia Rodrigues, sua parceira nas revistas baianas, Albertina Berta, Castro Alves, Afonso Celso, Fagundes Varela, Junqueira Freire, Gonçalves Dias, Euclides da Cunha, Tobias Barreto, Castro Mello, Aluísio de Azevedo e Júlio Ribeiro. Os dois últimos escritores encontraram forte resistência de Anna que não poderia tolerar o excesso da linguagem crua presente em suas obras.

Essa lista exaustiva e, quiçá, monótona – perdoem-me por isso - de autores citados por Anna Ribeiro objetiva percorrer os modelos lidos e aqueles que foram acatados ou rejeitados na sua formação intelectual. Os textos lidos não diferem muito do padrão de leitura das moças da época: muitas histórias de aventura, alguns romances mais formadores da personalidade de uma jovem casadoira.

Partícipe da campanha da Imprensa católica que passou a vigiar a leitura no início deste século, determinando o que deveria ser lido pelas mulheres, Anna Ribeiro buscava, através de seus escritos, salvaguardar as mulheres da literatura realista e naturalista, que apresentava cenas impróprias para o público feminino. Ao mesmo tempo, responsabilizam-se de promover a *boa literatura*, engrossando o número de adeptos que lutavam através dos manuais de educação para mulheres da época, informando ser a *má literatura* a grande responsável pela desmoralização da sociedade. Aconselhavam, ainda, que: "A mulher não

deveria ler livros que lhe *perturbassem* os sentidos tendo em conta a sua tendência inata para o capricho e a mentira" (Barreira, 1994, p. 97).

É por considerar essa situação das mulheres oitocentistas que destaquei no resumo proposto que **Mulheres e suas bibliotecas** para mim conteria um paradoxismo e, portanto, o assunto sobre o qual me propus a discorrer não teria existência em si, ao menos no caminho percorrido com as autoras oitocentistas com as quais pesquisei e que trouxe aqui um exemplo. Segui Virginia Woolf (1985) que, ao ser convidada discorrer, em 1928, sobre as mulheres e a ficção dizia não ser possível, porque, para uma mulher escrever, precisa ter dinheiro e um teto, em nosso caso, era também preciso acesso à cultura escrita, à atividade intelectual, moldada que fora pelos ditames sociais. Além disso, a carência do mundo letrado, como atesta Salles (1973, p. 12), que produziu pouca ficção em um período em que o folhetim era bastante consumido:

> [...] existiriam causas influentes conduzindo a argumentos de natureza sociológica-literária para explicar a consequência, ou seja, a quase ausência ou a pobreza indigente da manifestação ficcional na Bahia do século passado. E arrumadas a modo de esquema, seriam: a) neoclassicismo baiano retardatário; b) prestígio literário e popular da retórica oratória, na tribuna e no púlpito; c) preferência e predomínio da manifestação poética, favorável à conquista rápida de notoriedade social no meio provinciano; d) culto da erudição, em decorrência da projeção da Faculdade de Medicina como núcleo da vida cultural baiana; e) ausência de editores.

Ler as autoras oitocentistas significou aproximar-se de outras mulheres, de outro tempo e reconhecer nelas a difícil trajetória de se firmarem como responsáveis por um discurso próprio e na busca de direitos e de espaços onde pudessem expressar suas ideias e seus anseios.

Quadro 4 ou À guisa de conclusão

Por fim, destaco um trecho de "Leitora: substantivo feminino, singular", de Lajolo e Zilbermann (2009) que, apoiadas na perspectiva da crítica feminista convoca a "ler como mulher", tal como propõe Jonathan Culler, com o propósito de assinalar que a condição de mulher leitora, ainda nos anos 60 do século XXo, era uma questão presente na experiência de mulheres escritoras. O trecho recolhido pelas autoras foi da crônica "A leitura" de 1961 da

cronista Helen Palmer, pseudônimo de Clarice Lispector, extraída no seu "Correio Feminino", cito:

> As mulheres deveriam ler mais? – E acrescentaríamos ler mais e melhor. Não adiantaria nada que as mulheres passassem a ler mais, se não procurassem ler melhor. A seleção na leitura é algo imperioso. Do contrário, o temo perdido na leitura de páginas medíocres não compensaria sacrificar horas de trabalho ou de repouso, para no final das contas nada aprender (Lajolo; Zilbermann, 2009, p. 119).

Esta experiência de leitora para a condição da escritora é ainda mais sensível, na medida em que observamos a ausência, ao menos para nossas primeiras escritoras de modelos literários com a dicção autoral feminina. "A ansiedade de autoria", como propuseram Sandra Gilbert e Susan Gubar (Brandão, 2017) em 1979 ainda consistia em uma permanência para nossas escritoras do século passado. Por isso ler mulheres e ler como mulheres ainda se constituem em tarefas de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. Memórias de uma escritora. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 39, p. 121-2, 1993.

BARREIRA, C. *História das nossas avós*: retrato da burguesia em Lisboa. 2. ed. Lisboa: Colibri, 1994.

BITTENCOURT, A. R. de G. *A Filha de Jefté*: romance tirado da Escritura Sagrada. Salvador: Tipografia À Rua da Alfândega, 1882.

______. *Letícia*: romance original. Salvador: Tipografia e Encadernação Reis, 1908.

______. *Longos serões do campo*. Org. e notas de Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 2. p. 27-28.

BRANDÃO, I. (org.). *Traduções da cultura*: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis, SC: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 188-214.

COSTA, A. *Poetas de outro sexo*. Rio de Janeiro: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1930.

CASTRO, D. *A mulher submissa*: teses da Faculdade de Medicina no século XIX. Salvador: Press Color, 1996.

LAJOLO, M.; ZILBERMANN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

______; ______. *Das tábuas da lei à tela do computador*: a leitura em seus discursos. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura.* Trad. Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEYER. M. *Folhetim*: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MUZART, Z. L. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto das escritoras do século XIX. In: FUNCK, S. (org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura.* Florianopólis, SC: Ed.UFSC, 1994. p. 263-270.

NóBREGA, N. G. da. De livros e bibliotecas como memória do mundo: dinamização de acervos. In: YUNES, E. (org.). *Pensar a leitura*: complexidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. p. 120-135.

PIGLIA, R. *O último leitor*. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALLES. D. *Primeiras manifestações da ficção na Bahia*. Salvador: UFBA, 1973. (Estudos Baianos, 7).

STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx*: roupas, memórias, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2012.

SUGIMOTO, L. Caminhos do romance no Brasil. *Jornal da Unicamp*, Campinas, SP, p. 3, 11/17 dez. 2006.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. Trad. Caio Meira. 12. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2020.

VIEIRA [FONTES], N. R. F. Ana Ribeiro. In: MUZART, Z. L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Santa Catarina: Mulheres, 2000. p. 384-391.

______. *A bela esquecida das letras baianas*: estudo da produção intelectual de Anna Ribeiro. 1998. 201 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 1998.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

Nancy Rita Ferreira Vieira

É professora associada do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, onde atua na graduação e na pós-graduação em Literatura e Cultura. Participa do projeto de pesquisa Literatura, política cultural e mercado editorial: quais literaturas (re)conhecemos?. É membro do Grupo de Trabalho A Mulher e Literatura da Associação Nacional de Letras e Lingüística (ANPOLL). Atua na área de Letras e Cultura, com ênfase em Literatura Brasileira, Crítica Feminista, Literatura Baiana e Literatura Infantojuvenil. Publicou, em 2022, na Revista da Academia de Letras da Bahia, "Anna Ribeiro: itinerários da vida e da escrita"; em 2021, no livro Caminhos Cruzados, os portugueses e Portugal na ficção brasileira, "Portugueses na obra de Ana Ribeiro: tensos laços".

As Mulheres e os Livros

"Elvira Foeppel: desconstruindo sua produção literária".

Vanilda Salignac Mazzoni
(Ateliê de Conservação e Restauração Memória e Arte/Brasil)

Elvira Foeppel:
desconstruindo sua produção literária

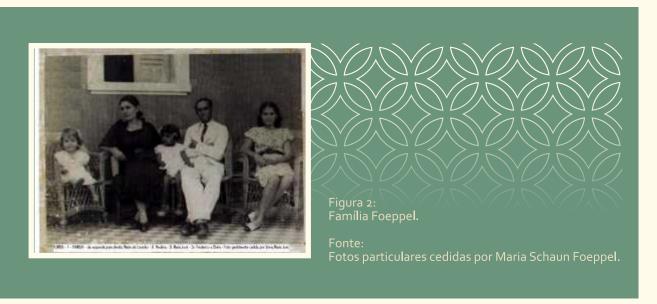
Elvira Schaun Foeppel nasceu em Canavieiras, Bahia, em 15 de agosto de 1923, foi a primeira filha de um casal de ascendência alemã, Frederico Affonso Foeppel e Eulina Schaun Foeppel. O casal deu à filha o nome da avó materna.

Quando Elvira completou dois meses de nascida, os pais se mudaram para Ilhéus, uma cidade mais próspera e com maiores oportunidades para eles. Lá, optaram por se residir no bairro da Praia do Pontal, onde nasceram os outros quatro filhos. Elvira fora apelidada de "Tuca" pelos irmãos.

Figura 1:
Frederico Affonso Foeppel e Eulina Schaun.

Fonte:
Fotos particulares cedidas por Maria Schaun Foeppel.

Figura 2:
Família Foeppel.

Fonte:
Fotos particulares cedidas por Maria Schaun Foeppel.

Em 1936, aos 13 anos, iniciou seus estudos no Instituto Nossa Senhora da Piedade, um colégio particular, tradicional, de freiras da Ordem das Ursulinas, bastante severo quanto à educação feminina. No ano de 1938, incentivada pela escola, através das atividades do Centro Estudantil de Ilhéus (CEI), aos 15 anos, Elvira estreou uma peça de Oduvaldo Vianna, "Os divorciados", no Cine Teatro de Ilhéus, com toda a renda destinada à Fundação Santa Isabel. O diretor da peça era José Carlos Vinháes, um médico e escritor.

A peça foi um escândalo para a época – primeiro, era apenas uma adolescente fazendo o papel de uma divorciada; segundo, o divórcio só chegou ao Brasil na década de 1970, mais precisamente em 1977; terceiro, os pais eram religiosos fervorosos e o tema não era pauta das discussões domésticas; quarto, Ilhéus era cidade de coronéis, bastante conservadora, e basta lembrar que em 1938 Ilhéus era governada pelo intendente Raymundo do Amaral Pacheco e muito influenciada por grupos religiosos que controlavam os costumes. Esse fato a fez, hoje, ser considerada como uma das precursoras do feminismo em Ilhéus; e para ficar mais tenso para a menina, vivia-se a Ditadura Vargas.

Em 1939, Elvira Foeppel retornou ao teatro. Desta vez, como uma colombina na peça *As Máscaras*, de Menotti del Picchia. A peça, dividida em três atos – O Beijo de Arlequim, O Sonho de Pierrot e O Amor de Colombina – teve seu enredo extraído da famosa história, na qual uma moça fantasiada de bailarina encanta dois rapazes, formando um triângulo amoroso. Simbolicamente, Arlequim representa o desejo,

Pierrot o amor e Colombina, a mulher, objeto de posse dos dois mascarados. A personagem traz no seu cerne o mesmo sentimento que, mais tarde, estará presente na produção da autora – o desequilíbrio amoroso por não existir a possibilidade de unir duas escolhas que se encontram em dois seres distintos, portanto, a constante ansiedade da contradição e a consequente decepção por não poder reunir os dois sentimentos: o amor e o desejo – na mesma pessoa.

Em 1943, terminou seus estudos formando-se em Magistério em 1943, embora tivesse dado os primeiros passos como professora, nunca exerceu a função de fato, desistiu pouco depois de ter iniciado.

Figura 3:
Elvira Foeppel no Instituto Nossa Senhora da Piedade.

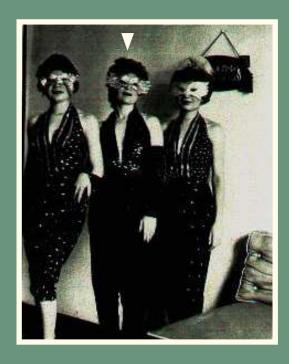
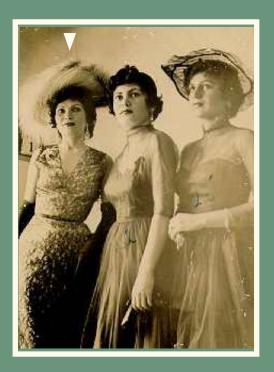
Fonte:
Fotos particulares cedidas por Maria Schaun Foeppel.

Figura 4:
Família Foeppel.

Fonte:
Fotos particulares cedidas por Maria Schaun Foeppel.

Na pequena cidade litorânea, Ilhéus, Elvira Foeppel teve uma vida bastante agitada e queria ser "intelectual" (entendida como uma profissão) e para isso optou pela escrita. Mulher desprendida de preconceitos, muito "avançada" para a época – é muito fácil reconhecê-la nas fotos: estava sempre com batom muito vermelho, decotes, unhas longas, sempre pintadas, gostava de drinks, em especial com gim, e conversava muito sobre diversos assuntos, à exceção de ocorrências domésticas. Chegou até mesmo a pilotar avião monomotor e tinha como diversão dar voos rasantes pela Cidade. E inacreditavelmente era muito religiosa por influência dos pais e padres da Cidade.

Figuras 5 e 6:
Elvira Foeppel (seta em branco).

Fonte:
Fotos particulares cedidas por Maria Schaun Foeppel.

No ano de 1944, estreou como poetisa no jornal *Diário da Tarde*, onde chegou a publicar 22 poemas durante 3 anos; em 1947, despediu-se de Ilhéus e mudou-se para o Rio de Janeiro, quando um amigo particular lhe conseguiu um emprego como secretária na *Revista Súmula Trabalhista*, indo morar no bairro da Glória.

Um ano após chegar ao Rio de Janeiro, em 1948, conseguiu entrar no fechado círculo de escritores, estreando na revista *O Cruzeiro* com o conto "Certeza de amar". A partir daí teve início sua produção literária mais profícua: em 1950, publicou os

contos “Um extranho vôo” e “Rotina” na mesma revista *O Cruzeiro*, de grande circulação nacional. Continuando suas publicações, ainda em 1950, publicou quatro contos pela *Revista Carioca*: “O temor de Bárbara”, “Volta para casa às 6”, “Uma menina loura” e “Indecisão”. No ano seguinte, 1951, “A fuga”, e em 1952, “Amor de mulher”, ambos pela revista *O Cruzeiro.*

Em 1956, publicou seu primeiro livro – *Chão e poesia*; 1959, publicou “Poema” e, em 1960, o conto “Fracasso, ambos pela *Revista Leitura*; ainda em 1960 publicou um livro de contos intitulado *Círculo do medo*; 1961, publicou seu único romance *Muro frio*, e também os artigos “Acusado de homicídio”, “O poeta Walmir Ayala” e “Clarice Contista” (sobre sua amiga, Clarice Lispector), todos pela *Revista Leitura*; 1963, o conto “É preciso experimentar a morte” e em 1964 o artigo “Madeira feita de cruz”, ambos pela *Revista Leitura*; 1972: último texto encontrado na pesquisa de periódicos, publicado na revista *Importante* – “Homem branco num mundo sem cor”.

Figura 7, 8 e 9:
Primeiros livros publicados por Elvira Foeppel

Figura 10:
Muro Frio, romance publicado por Elvira Foeppel.

Fonte:
Fotos particulares cedidas por Maria Schaun Foeppel.

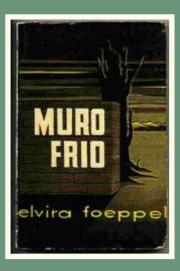
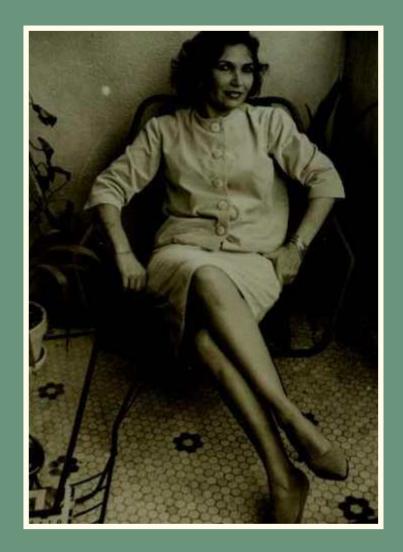



Figura 11:
Elvira Foeppel.

Fonte:
Fotos particulares cedidas por
Maria Schaun Foeppel.

Os pais de Elvira Foeppel faleceram em 1975 (o pai) e 1979 (a mãe), e os amigos acreditam que a escritora cessou sua produção literária para cuidar deles, que passaram a viver com ela no Rio de Janeiro desde a década de 1950. Talvez esse fato justifique seu desaparecimento do circuito intelectual da Cidade. Em 1980, aposentou-se do cargo de secretária pela *Revista Súmula Trabalhista* e muitos acreditaram que após o falecimento dos pais e a aposentadoria, Foeppel voltasse a de dedicar à escrita, por, supostamente, ter mais tempo livre, porém não foi isso que aconteceu. Ela decidiu se isolar da vida literária.

Em 1990, visitou Ilhéus e se reuniu com os irmãos. No ano de 1993, começou a apresentar graves problemas de saúde e foi internada na Clínica Canaã, no Rio de Janeiro, e em 1998 faleceu em 27 de julho, às 19h38, com a idade de 74 anos.

A DESCONSTRUÇÃO LITERÁRIA

Falar sobre a escritora Elvira Schaun Foeppel é sempre falar em Ilhéus. Embora não tenha nascido lá, foi muito nova para a cidade litorânea, e lá iniciou sua preparação intelectual que, mais tarde, afloraria na pele como uma importante escritora do Modernismo brasileiro.

Sua base de erudição, sem dúvida, foi o Instituto Nossa Senhora da Piedade, que se fortaleceu como responsável pela educação das "moças de família" na Cidade. Era um reduto da classe média ilheense, somente as meninas tinham acesso a essa escola, e eram, na sua maioria, filhas de coronéis, órfãs ou de classe média. As filhas das famílias abastadas eram enviadas para internatos em outros estados do Sudeste, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Em seu livro, *Educação das virgens*, Elizete Silva Passos (1995) reafirmou a ideologia e a filosofia do ensino das irmãs ursulinas, tradicionalmente de origem europeia, dirigido pela Madre Maria Thais do Sagrado Coração Paillart, uma francesa nascida em Cledeny Finistèreque, mais tarde passou à direção de outra francesa, Madre Maria Tereza do Menino Jesus D'Croocq, a antiga secretária de Madre Thais.

Foi nesse Colégio, como já informado, que Foeppel recebeu instrução formal completa, suas antigas companheiras do Instituto lembraram que a menina costumava, durante as aulas, ficar lendo romances e poemas, principalmente de Adalgisa Nery e *O Amante de Lady Chatterley*, de D.H. Lawrence, o qual ela havia conseguido com o tio, o escritor, professor e intelectual Nelson Schaun, cuja fama alcançava níveis respeitáveis mesmo sendo um comunista convicto (com todos os sentidos pejorativos que este designativo podia conter para uma sociedade abastada e conservadora) e um apaixonado pelo Parnasianismo. Elizete Passos também informou que o Instituto Piedade empenhava-se em dar àquelas jovens a formação esmerada que filhas de "novos ricos" precisavam receber. Assim, além dos cursos de Línguas Estrangeiras, tão significativos para os pais que queriam ver as suas filhas falarem uma 'língua enrolada', quando muitos deles mal sabiam falar o português, empenhava-se também o estabelecimento nos cursos de pintura e de música.

Do período da vida de Foeppel em Ilhéus, sabe-se que era reconhecida como intelectual, vivia na roda de literatos, e que também era uma menina muito

"avançada" para uma cidade do interior do Nordeste, em plena repressão Vargas, ainda sob os últimos resquícios da moral vitoriana. O comportamento de Foeppel à frente de sua geração interiorana incomodava a sociedade puritana de Ilhéus. Para os seus conterrâneos, a escritora era a imagem da mulher que ultrapassava limites, a transgressora. Mas também a mulher amorosa, de largo sorriso, muito humilde, bondosa e ao mesmo tempo o semblante mostrava uma imensa tristeza pelo inconformismo da discriminação que sofria principalmente de outras mulheres.

O amigo, tabelião e escritor, Raimundo de Sá Barreto disse que ela era uma jovem escritora que passeava pelas avenidas e clubes da Cidade, que vivia *bem*, livre, e que, *por ser muito inteligente*, teve sua vida *atrapalhada* pela sociedade local. Para ele, a melhor definição de Elvira Foeppel era ser intelectual, *nunca fora outra coisa*. Mesmo assim, foi muito humilhada pela sociedade, que a via, na sua *mentalidade avançada*, como uma espécie de *comunista.*

Em uma visão mais generalizada, a escritora tinha aquilo que o senso comum costuma chamar de "personalidade forte ou maldita", uma autêntica leonina, difícil de ser "domada" e moldada por um código social que sempre impôs à mulher um comportamento passivo, ingênuo e recatado. Desde a época de adolescente, Foeppel já trazia no seu âmago as marcas da transgressão.

Ao infringir esse modelo de comportamento em plena década de 1930/40, a escritora, ao nosso olhar, indicia uma liberdade de viver. Contrariando as exigências do modelo feminino da época, aumentando suas contravenções, admirando-a ou reprovando-a as pessoas de Ilhéus a criticavam. Basta lembrar-se do romance *Gabriela, cravo e canela,* de Jorge Amado, para se ter ideia do ambiente em que viveu a escritora. E, segundo o escritor Hélio Pólvora (2000), provavelmente, foi na imagem da escritora que Jorge Amado se inspirou para compor a personagem Malvina, pois assim ele comentou. Inclusive, o famoso romancista, quando proferiu um discurso em honra à Cidade e aos ficcionistas grapiúnas, *irmãos de ofício e de labuta* (1981), a incluiu na homenagem aos escritores: "Quero brindar em tua honra com os ficcionistas grapiúnas, os que narraram tuas histórias e inventaram tua humanidade, conservam viva tua memória: Adonias Filho, [...] Hélio Pólvora, [...] **Elvira Foeppel**, Cyro de Mattos, [...], meus irmãos de ofício e de labuta".

Figura 12:
Elvira Foeppel

Fonte:
Fotos particulares cedidas por
Maria Schaun Foeppel.

Foi fácil para Foeppel suportar tanta pressão? Possivelmente não. Por vários motivos: sua beleza incomodava outras mulheres e assustava os homens; sua intelectualidade não era reconhecida à época; seus anseios por liberdade não eram aceitos. Embora estivesse vivendo no século XX, seus problemas existenciais eram, praticamente, os mesmos dos séculos anteriores – ainda não se reconhecia os direitos femininos de circulação em espaço público (a mulher deveria casar e cuidar da família); a mulher não frequentava os mesmos espaços dos homens; ela não podia opinar com pensamentos próprios (deveria concordar com o marido ou o pai); a mulher solteira não era bem vista. Essa foi a ambiência que viveu Elvira Foeppel, e sua frustração e decepção ficaram evidenciadas na escrita.

Mas como sua vida pessoal influenciou sua escrita? Se como mulher mostrava-se sem sombras, como escritora, ao contrário, fechou-se. Como uma ostra que costumava ver na sua cidade da juventude. Certamente, influenciada por Jean Paul Sartre em sua filosofia existencialista, Foeppel não se preocupou em traduzir os signos de sua escrita, utilizou uma linguagem cifrada, hermética, como se desejasse ficar oculta.

Sua escrita era muito peculiar, em uma época em que predominava o romance de tema da realidade nordestina, quando brilharam autores como Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Foeppel veio na contramão – expôs os conflitos humanos, formulou interrogações, confessou problemas existenciais, embora não estivesse muito preocupada com seus leitores, talvez por isso ainda continue quase que inédita.

Figura 12.1: Família Foeppel. Fonte: Fotos particulares cedidas por Maria Schaun Foeppel.

Se a intenção de algum leitor for leitura por diletantismo, ele esqueça essa inserção na escrita de Foeppel, aborte este projeto. A arte literária de Elvira Foeppel chama a atenção por em nenhum momento eleger seu passado no Nordeste, como já explicado, ao contrário, é completamente voltada para o mundo interior, inquisidora do ser humano, de fundo existencial, completamente hermética, influenciada pela filosofia do Existencialismo francês. Isto significa que não é um tipo de leitura que interesse ao leitor inexperiente, neófito.

Como desconstruir sua escrita para adentrar em sua literatura? Utilizando instrumentais provenientes dos estudos filosóficos e das teorias feministas, pois estamos tratando de uma escrita feminina, o que significa que temos aí um olhar e vivência diferentes. Há também de se ater que na narrativa de Elvira Foeppel existe um modo muito particular da construção desse "olhar diferente", aquele de vigiar o mundo, tal qual fizerem com ela. Esse olhar é sempre o da personagem a observar o olhar do outro – é o "olhar" sob o olhar.

Suas personagens não acreditam em mudanças, soluções rápidas, saídas para o sofrimento feminino, perspectiva de que algo vá se transformar para melhorar suas vidas. São mulheres infelizes, desesperançosas, tristes; já os homens, idealizados por essas mulheres, não são parceiros, amantes ou companheiros, a realização sexual e a amorosa decepcionam por não poder encontrar essas qualidades em um único ser. Assim, percebemos que, embora exista todo o sofrimento, nenhuma delas irá abrir mão do convencionalismo. Elas constatam um hiato entre o querer e o ser, mas não se recusam a manter-se no papel "destinado", não têm qualquer tipo de enfrentamento com o outro para não criar um confronto, o qual a personagem não suportará. Logo, não reagem diante da vida. Essas personagens femininas veem a monotonia de suas vidas como o único modelo existente, não transgridem além do conflito interior, pois para isso elas precisariam estar cientes de seus papéis na sociedade ao mesmo tempo em que preparadas para o contexto social, político e cultural de transgressão. Porém, essas mulheres não trabalham, se deixam envolver pela inércia e pelo marasmo, elas têm vontade de mudar a situação de vítimas de opressão para sujeitos ativos, independentes, mas falta-lhes coragem, ou talvez uma consciência de que a mudança é uma consequência de transformações advindas de enfrentamentos e conquistas em suas vidas.

Evidencia-se que, na escrita de Foeppel, há um desejo de alguma alteração na sociedade com relação à situação das mulheres, pois é perceptível um discurso relacionado à luta das mulheres pelos direitos sociais e sexuais igualitários com o sexo oposto.

Elvira Foeppel parou de publicar, efetivamente, no início dos anos setenta, exatamente quando ocorreram no Brasil as transformações políticas que incluíram as mulheres: força de trabalho; a pílula anticoncepcional, o que significou a opção da

relação sexual; o divórcio na década de 70; as influências das ondas feministas, ou seja, todas as conquistas que influenciaram a geração seguinte a mudar de comportamento.

Pode-se dizer que esses fatos discutidos constituem-se nos pontos nevrálgicos na obra de Elvira Foeppel e que motivaram o seu esquecimento: uma escrita de autoria feminina, o hermetismo de sua linguagem e o tema filosófico, todos vilões de sua exclusão da historiografia literária brasileira.

FINALIZANDO...

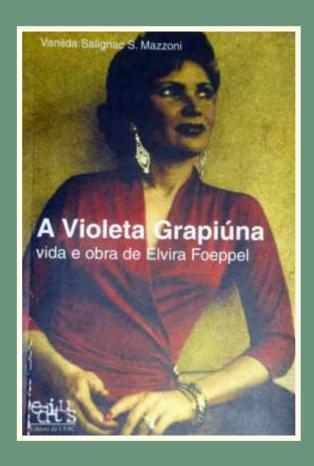
Para a desconstrução de sua escrita acontecer, primeiro, é preciso aceitar a escrita dela como ruptura de uma ordem vigente, Foeppel se encontrava no mesmo patamar da produção de Clarice Lispector, Rachel Jardim, Nélida Piñon, porém sem o reconhecimento delas; segundo, apropriar-se de operadores a fim de não cairmos nas armadilhas proporcionadas pelos hábitos adquiridos com as teorias literárias; terceiro, acrescentem-se aos operadores as ferramentas necessárias no auxílio à compreensão da leitura de autoria feminina, como identificar a questão da linguagem, do tema e do tratamento à sociedade; quarto, a literatura produzida por mulheres devem ser lidas com as leituras de gênero, literatura feminista, ou qualquer nome que se deseja dar a uma teoria que se aproxime do discurso que inclua a mulher como sujeito de sua própria história.

Estamos discutindo neste evento as muitas histórias sobre as bibliotecas pertencentes às mulheres, sua formação e permanência. Pois bem: todo o estudo sobre a escrita de Elvira Foeppel foi feito apenas com o seu levantamento biográfico (que muito ajudou na análise de sua obra, muitas vezes é perceptível a transferência da vida da autora para a personagem) e a leitura da obra deixada aliada ao contexto de sua época, pois evidentemente que ela possuía uma biblioteca, como qualquer escritor a construiria, porém com o seu falecimento a família doou para amigo e instituições todo o acervo construído por Foeppel, com isso sua memória intelectual se perdeu, e como ela só morava com os pais que faleceram 20 anos antes dela, nenhum familiar sabia dizer o que ela lia. Uma perda lastimável, e nos faz pensar sobre a forma como vemos nossos familiares escritores e intelectuais, o quanto é

importante senão manter ao menos doar toda sua coleção para um único lugar. No pior das hipóteses fazer um levantamento antes da doação, pois a inserção na sua obra fica muito mais fácil e evita-se o caminho do limbo, que é o mais recorrente às escritoras quando não são muito conhecidas e divulgadas.

No ano de 2023, se viva estivesse, Elvira Foeppel teria feito 100 anos, mas, como vimos, apenas se pode comemorar os 25 anos de sua morte. O que estamos fazendo aqui é mais uma tentativa de nunca deixá-la ser esquecida. Lá se vão mais de 20 anos dos nossos primeiros estudos e pesquisa sobre a autora, e o desejo continua o mesmo – fazê-la ser lida.

Figuras 13 e 14:
Livros sobre vida, obra e contos de Elvira Foeppel.

Fonte:
Mazzoni (2003; 2002).

Referências

AMADO, Jorge. *Declaração de amor à Cidade de São Jorge dos Ilhéus*. Disponível no site http://www.brasil.terravista.pt/AreiasBrancas/2952/ilheus.thm.

BARRETO, Raimundo Sá. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. 2.ed. São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1988.

FOEPPEL, Elvira Schaun. *Chão e poesia*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1956.

FOEPPEL, Elvira Schaun. *Circulo do medo*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1960.

FOEPPEL, Elvira Schaun. *Muro frio*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1961.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. Acervo e Memória: O caso Elvira Foeppel. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v. 1, 2018, p. 209-216.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. Eu vos contarei uma história: a das mulheres *In*: VEIGA, Benedito (Org.). *Basta que você, leitor, queira*. Salvador: Quarteto, 2012, p. 91-104.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *A voz dissonante de Ilhéus*: Elvira Foeppel. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 2., 2009, Paraíba. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/index2.html >.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. A escrita feminina: em busca de uma teoria. *Ramal de Ideias*, Acre, v.1, p.10 - 18, 2008.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. Um diário em cena: Chão e poesia, de Elvira Foeppel. In: FONSECA, Aleilton (Org.). *O olhar de Castro Alves*: ensaios críticos de literatura baiana. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2008, p. 447-453.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *A violeta grapiúna*: vida e obra de Elvira Foeppel. Ilhéus: Editus, 2003.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. Elvira Foeppel. In: ALVES, Ívia (Org.). *Retratos à Margem*: Antologia de Escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: EDUFAL, 2002, p. 291-301.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *Elvira Foeppel e a escrita existencialista*: uma discussão In: JORNADA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE, 19., 2002, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002, p. 744-746.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *Da sombra à luz*: a questão do outro na obra de Elvira Foeppel In: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, 2002, Belo Horizonte.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. Elvira Foeppel. *Revista Iararana*, Salvador, v.1, p.16 - 17, 2001.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. Entre um punhal e uma rosa: uma análise do discurso na lírica de Elvira Foeppel. *Quinto Império*, Salvador, p.33 - 38, 2001.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *Elvira Foeppel*: uma nota destoante na literatura dos anos 60 In: IX SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 2001, Belo Horizonte: UFMG, 2001. cd.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *Afinal, lá estava ela*: considerações sobre a escritora Elvira Foeppel e seus contos In: VI SIMPóSIO BAIANO DE PESQUISADORAS (ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 2000, Salvador.

MAZZONI, Vanilda Salignac de S. *Elvira Foeppel*: formando o imaginário infantil In: XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos, 2000, Salvador.

PASSOS, Elizete Silva. *Educação das virgens* – um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PICCHIA, Menotti del. *As máscaras*. 15. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.

PóLVOR A, Hélio. Depoimento em Ilhéus, BA, em 18/10/2000.

SCHAUN, Maria. *Nelson Schaun merece um livro ...* . Ilhéus: Editus, 2001.

Vanilda Salignac Mazzoni

Licenciada em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Católica do Salvador (1991); Mestre (2001) e Doutora (2004) em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia; Pós-doutorado (2007) em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais; Pós-doutorado (2018) em Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita, pela Universidade Federal da Bahia. Professora Coordenadora e Pesquisadora do Memória & Arte, Centro de Estudos de Acervos. Dedica-se à pesquisa na área de Letras com estudos de gênero, em especial os estudos biobibliográficos de escritoras, mulheres religiosas, conservação e preservação de acervos femininos. Entre 2020 e 2021 foi bolsista do Programa Nacional de Apoio a Pesquisador/PNAP, da Biblioteca Nacional, para trabalhar com os manuscritos do século 17 e 18 sobre mulheres enclausuradas. Desde 2011 é curadora da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, localizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Possui uma vasta produção literária na área, capítulos de livros, artigos e participações em eventos com palestras nas áreas nas quais atua.

"Da biblioteca ao palco: Nivalda Costa e sua produção dramatúrgica negro-aguerrida".

Débora de Souza
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

Da biblioteca ao palco: Nivalda Costa e sua produção dramatúrgica negro-aguerrida

A Filologia Textual, em sentido estrito, pode ser compreendida como "um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, **língua**, **texto** e **cultura**" (Borges; Souza, 2012, p. 21, grifo do autor). Nesse lugar teórico, realizamos uma crítica do texto, documento/testemunho, "concebida [...] como espaço de produção histórica, linguística, sociocultural e política [...]" (Borges; Souza, 2012, p. 47), que se faz na interação entre diversos saberes. Colocamos em diálogo, sobretudo, Filologia, Arquivologia e História Cultural em um exercício de leitura ética e política de textos teatrais, reconhecidos como documentos de arquivo, com um estatuto comprobatório quanto a manifestações culturais, a práticas socioculturais de um período, de uma sociedade.

Buscamos (re)construir a história do texto, considerando a cena, seu horizonte cênico/performático; conhecer seus processos de produção, transmissão e recepção; os sujeitos mediadores envolvidos nesses processos; os movimentos sociais e históricos que atravessam a produção; a rede de sociabilidade dos(as) autores(as); sua inscrição na (e/ou renúncia à) tradição literária/dramatúrgica.

O texto, trama composta de diversos elementos, materialidades e linguagens, é processo, produto e evento social (McGann, 1983; Mckenzie, 2005), sobre o qual o pesquisador debruça-se buscando (re)construir uma história; é objeto material, cultural e de conhecimento (Grésillon, 2007); documento, testemunho, que após o crivo do pesquisador, pode vir a tornar-se monumento e remeter ao passado (Le Goff, 1994); "[...] testemunho posto em evidência, não por privilégio ou merecimento, mas por estratégia de leitura e crítica" (Borges; Souza, 2012, p. 23).

Nós da Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), coordenada pela Profa. Dra. Rosa Borges, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA), temos trabalhado na construção do Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), arquivo virtual em que reunimos acervos de teatrólogos baianos e de pessoas que viveram e produziram na Bahia,

no período da ditadura militar. Nesses acervos há, segundo Santos (2018), mais de 200 textos teatrais provenientes de diferentes instituições, principalmente, da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), (Série Teatro) (COREG-AN-DF(DCDP)), do Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e de Arquivos Pessoais (AP).

Temos desenvolvido atividades de pesquisa, consulta e digitalização de documentos; análise do material reunido e constituição de dossiês; catalogação dos documentos por séries e subséries, conforme organização proposta para os acervos do ATTC (Santos, 2018); elaboração de ficha-catálogo, com breve descrição e resumo; transcrição de testemunhos; exercícios de edição e crítica filológica. Essa organização permite ler os textos teatrais na relação com outros documentos, da imprensa, Censura e espetáculo, dentre outros.

Por meio de edição e crítica filológica desses documentos ofertamos subsídios para conhecer/ler parte do teatro baiano – em especial, de teatros negros da Bahia, no que tange ao projeto *Estudo crítico-filológico de dramaturgias negras na Bahia: nos bastidores dos acervos Lúcia Di Sanctis e Nivalda Costa* coordenado por esta pesquisadora –, muitas vezes, desconhecido ou ignorado, participando de uma luta cognitiva e social no âmbito das Epistemologias do Sul (Santos; Meneses, 2009).

A dramaturgia de Nivalda Costa: pesquisa, leitura, criação e crítica

Nivalda Silva Costa (4 de maio de 1952 – 9 de julho de 2016), baiana, ao longo de sua vida, desempenhou diferentes atividades artísticas e socioculturais, como intelectual, dramaturga e diretora, dentre outras funções (Souza, 2019). Para produzir suas obras, nos campos do teatro, literatura e televisão, buscou conhecimento em diversificados domínios e espaços, inclusive em bibliotecas públicas de Salvador, como na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), na Biblioteca do Centro de Estudo Afro-Oriental (CEAO) e na Biblioteca Nelson de Araújo da Escola de Teatro, essas duas últimas pertencentes à UFBA.

Nivalda Costa desde pequena foi incentivada a realizar atividades de leitura e escrita pelos pais, familiares e amigos, em especial, por Rosalindo de Souza, um amigo, integrante da Guerrilha do Araguaia, conforme relata a artista:

> [...] [Rosalindo] foi um grande incentivador, eu ainda muito menina, com treze anos de idade, ele me dava livros de difíceis leituras e eu ia ler os livros. Quando não entendia ia conversar com ele e [o mesmo] fazia questão de realmente me explicar, de apontar mais outro livro e foi uma pessoa que me incentivou com as questões do teatro [...]. [...] ele [Rosalindo] foi morto nos anos setenta, provavelmente, quando o terceiro exército invadiu o Araguaia e matou todos os guerrilheiros que por lá haviam [sic] que faziam apenas o trabalho de base, eles ensinavam os camponeses a ler e escrever (Costa, 2007)[1].

Em sua trajetória, Nivalda Costa, mulher negra, engajada, impulsionada por circunstâncias sociopolíticas e culturais, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, empreendeu leituras críticas, antropológicas e antropofágicas em diferentes práticas de conhecimento, promovendo saber e poder, como produtora e mediadora cultural, impactando a formação de jovens. No âmbito do teatro, espaço privilegiado de criação e crítica, escreveu "textos-peças-manifestos" (Souza, 2019), resultantes de estudos (cênico, musical, gestual e coreográfico, envolvendo diferentes temáticas), de uma postura e prática epistemológica transgressora e dialógica.

Podemos pensar esta dramaturgia a partir de dois momentos distintos de politização do teatro brasileiro, inicialmente, durante a Ditadura Militar (1964-1985), junto a um grupo de teatro, o Grupo de Experiências Artísticas Testa, formado por estudantes universitários e profissionais reunidos por Nivalda Costa, que assinava o texto e a direção geral dos espetáculos. O Testa produziu a *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço* (SECPE), de 1975 a 1980, em um momento em que leitura, literatura, teatro e arte eram consideradas atividades subversivas. Compõem a SECPE os textos *Aprender a nada-r* [1975a, 9 f./7 f.], *Ciropédia ou A iniciação do príncipe, O pequeno príncipe* (1976, 13 f./15 f.), *Vegetal vigiado* [1978, 16 f. / 1977, 10 f.], *Anatomia das feras* [1978, 12 f./11 f.], *Glub! Estória de um espanto* [1979, 10 f.], *Casa de cães amestrados* [1980, 19 f.] (Souza, 2012, 2019).

Posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, junto à comunidade do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, especialmente com crianças e adolescentes, Nivalda Costa empreendeu outras pesquisas, sobretudo, acerca de mitologias africanas, no desenvolvimento da *Série de estudos sobre etnoteatro negro brasileiro* (SEENB) e de oficinas em comunidades periféricas de Salvador, dos anos 1990 até 2000. No etnoteatro são desenvolvidas atividades de pesquisa,

---

[1] Informação obtida em entrevista concedida por Nivalda Costa, em nov. 2007, na Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira – AMAFRO, em Salvador.

crítica e criação em grupo, havendo compartilhamento de conhecimento, construção de um espaço de trocas e de relações (Salgado, 2013). Configura-se uma outra forma de fazer teatro, na qual se convida o outro para participar da criação, produzir arte por meio de modo coletivo, colaborativo, reconhecendo o direito à arte, direto de acesso, produção e fruição estética, indo de encontro ao teatro comercial, mercadoria, capitalista.

Compõem a SEENB os textos *Passagem para o encanto* [1989/1995, 3 f.], *Suíte: o quilombola* [1990, 5 f.] e *Prelúdios para a Liberdade* [1990][2]. Esses textos apresentam-se em formato de texto cênico, roteiro, com informações sobre personagens, enredos, cenários, objetos de cena, atos/cenas/partes; marcações cênicas; indicações de textos, músicas e estudos (temático, cênico, gestual, coreográfico e musical); exercícios simbólicos e improvisos envolvendo elenco e plateia; jogos de luz, com poucos registros quanto à fala.

Para escrever e produzir os textos pertencentes a tais Séries, conforme Souza (2019), Nivalda Costa realizou pesquisas e leituras diversas, apropriando-se de textos da cultura erudita e da cultura popular; de diferentes campos da arte, da matemática, da mitologia, da filosofia e da psicanálise; de discursos de escritores de âmbito nacional e internacional, conhecidos e desconhecidos, clássicos e "marginais", os quais, em diálogo, potencializam o seu discurso aguerrido acerca de relação de poder, desigualdade social, censura e racismo.

Quanto às teorias, abordagens e fazeres teatrais, em seus estudos cênicos, Nivalda Costa desenvolveu leituras e estudos, sobretudo, acerca de Bertold Brecht (teatro épico), Antonin Artaud (teatro da crueldade) e Jerzy Grotowski (teatro laboratório), além de Augusto Boal (teatro do oprimido), na busca por outro tipo de teatralidade, outras formas de encenação, orientada por múltiplos vetores de pesquisa, em perspectiva espetacular e experimental (Souza, 2019).

Para exemplificação da dramaturgia em estudo, tomaremos o texto teatral *Aprender a nadar* (Costa, [1975a]), proveniente do Arquivo Pessoal de Nivalda Costa (APNC). Na elaboração desse texto, Nivalda Costa desenvolveu leitura de diversas obras, apropriando-se do discurso e de personagem de Nelson Rodrigues, Oswald de Andrade, Beckett, Sousândrade, Qorpo Santo e Hanna e Barbera. Leiamos, à primeira folha do texto teatral:

---

[2] Sabemos da existência deste texto, conforme depoimento de Nivalda Costa (2010), contudo, não tivemos acesso ao mesmo até o momento de feitura deste trabalho.

APRENDER A NADAR
Comédia Excerto lírico em 2 (dois) espaços
Autoria: Nivalda Silva Costa
Bibliografia:
A Falecida – Nelson Rodrigues
Fim de Partida – Samuel Beckett (fragmentos)
A morta – Oswald de Andrade (fragmentos)
O inferno de Wall Street – Sousândrade (fragmentos)
Mateus e Mateusa – Qorpo Santo (fragmentos)
Os Flintstones – Hanna e Barbera (Costa, [1975a], f.1, grifo nosso).

Um exame dessas referências faz pensar, de imediato, nas convicções estéticas e ideológicas de Nivalda Costa, pois os artistas Nelson Rodrigues, Samuel Beckett, Oswald de Andrade, Sousândrade, Hanna e Barbera e Qorpo Santo são personalidades que contribuíram com a dramaturgia, a literatura e o desenho animado, ligados, em sua maioria, a vanguardas que buscavam revolução estética e/ou política (Souza, 2012). Foram selecionados, também, para compor o texto teatral, trechos da ópera *O Guarani*, de Antônio Carlos Gomes (1868), adaptada à Bahia, em uma gravação carnavalesca, e da radionovela *O direito de nascer*.

Quanto à apropriação de obras de Oswald de Andrade, além daquela peça teatral, houve (re)leitura de seus manifestos. Os modernistas brasileiros, com base nas vanguardas europeias, em busca de renovação estética, nacional, adotaram um procedimento antropofágico, dialógico e experimental, em uma racionalidade epistemológica mais ampla, rompendo com a linguagem artística tradicional. Os modernistas defenderam as culturas, os costumes e os valores dos povos negros e ameríndios, ainda que algumas vezes de forma retórica.

As escolhas por determinados autores, obras e personagens revelam afinidades artísticas e tendências epistemológicas na feitura do tecido teatral construído a partir das atividades de pesquisa, leitura, apropriação, desvinculação e ressignificação. Nivalda Costa empreendeu um trabalho de dessacralização da obra de arte, brincando e jogando com o fazer literário e teatral. Em entrevista, ela comentou sobre o processo de construção do texto e a montagem do espetáculo:

> [...] eu pensei um texto pelo nome *Aprender a nada-r*, em que criando um espaço fictício, era um espaço da própria literatura, [...] era uma biblioteca, era um grande arquivo com várias gavetas, gavetas onde se armazenavam literaturas. E os personagens [...] eram [...] tomados emprestados

> exatamente dessas literaturas e nessa estante tínhamos Nelson Rodrigues e, consequentemente, personagens de Nelson Rodrigues, nós tínhamos em outra gaveta Samuel Becktt e, consequentemente, personagens beckttianos, tínhamos os quadrinhos, [...] e então ficamos com Hanna e Barbera, [...] as personagens [...] Bam-Bam e Pedrita, nós tínhamos o próprio Guesa Errante, [...] coro dos contentes, tínhamos também dois personagens Mateus e Mateusa [...], que era de Qorpo Santo que também fazia parte [...]. *Aprender a nada-r* [...] era despolonizador e ousado desde a própria construção, [...], *Aprender a nada-r* era o personagem de outras peças de teatro, ou seja, personagem de outros textos, de outros contextos, que inseriria nesse meu contexto. Os personagens saiam de uma explosão, digamos assim, é uma referência à antropofagia [...] (Costa, 2007, informação verbal).

A partir deste depoimento, compreendemos melhor o texto escrito e a cena, o processo de representação de uma biblioteca, cheia de livros, em especial, literários (os quais foram tomados emprestados por Nivalda Costa para construir o tecido teatral), de onde saiam os personagens, fazendo-se alusão em abordagem cênica à noção de antropofagia, de deglutição cultural. O conceito de antropofagia é proveniente dos modernistas, os quais propuseram deglutir estilos, modelos e elementos de diversas culturas para construir algo diferente, novo, próprio à cultura nacional. Este gesto de leitura e apropriação pode ainda ser pensando em uma perspectiva contracultural (Cruz, 2003), na qual se propõe uma reciclagem do já consumido, do "lixo", indo ao encontro do registrado em um documento manuscrito sobre *Aprender a nada-r*, no qual há: "[...] SOLUÇÃO: Lidar com caos = estética do LIXO / Esgoto [/] ícone de maravilhas [...]" (Costa, [1975b]).

No texto teatral, no primeiro ato, os personagens são caracterizados como nas obras às quais pertencem, agindo de acordo com seus contextos, com falas e comportamentos próprios, situados em lugares e épocas diversas. Têm-se: Zulmira, de *A Falecida*; O Poeta, Beatriz e A Outra, de *A Morta*; Hamm e Clov, de *Fim de Partida*; Bam-Bam e Pedrita, de *Hanna e Barbera*; Mateus e Mateusa, da obra homônima de Qorpo Santo, além do Coro dos contentes, de *O Guesa.* No segundo ato, os personagens passam a vivenciar outra realidade, no mesmo tempo e espaço dos espectadores, o contexto ditatorial, assumindo diferente configuração (Souza, 2012).

Em cena, os atores apresentavam diversos personagens diante da plateia, por meio da substituição de adereços e, consequentemente, da mudança de personalidade, ação evidenciada pela sonoplastia (Costa, 2011, informação verbal), provocando o público, que assiste a cenas dramáticas, cômicas, líricas e em forma de revista/quadrinhos. Nessa

construção teatral, o espaço da biblioteca, o qual dialoga com as atividades de pesquisa, leitura, criação e crítica (realizadas por Nivalda Costa e pelos membros do Testa, que coadunavam com suas propostas estéticas e ideológicas), representa um caminho de aprendizado, um modo de sobrevivência, uma "saída" para a violenta e repressiva realidade vivenciada comparada com um mar de ondas turbulentas, perigosas.

Em entrevista, Nivalda Costa comentou sobre a criação do título, do texto, da peça, o que nos permite refletir sobre o enlace entre pesquisa, vivência, leitura e experimentação:

> [...] na época que eu construí *Aprender a nada-r*, eu estava lendo um poeta maranhense Joaquim de Souza Andrade, uma figura realmente [...] de vanguarda, [...], uma vanguarda brasileira. Ele tem um texto, o *Guesa errante*, fragmento do *Guesa errante* que foi recuperado [...], e no *Guesa errante* eu encontro [...] essa expressão 'aprender a nadar mãe pátria me ensinando a nada', e aquela situação, aquela rebeldia literária me causou uma identificação imediata [...] então essa identidade do texto de Sousândrade, junto com as minhas vivências, me deu uma ideia de aprendizagem, de superação [...] e eu comecei com esse título [...] (Costa, 2010)[3].

Esse primeiro exercício cênico, a partir do qual Nivalda Costa e o Testa apresentaram-se à sociedade baiana, funcionou como um espaço de laboratório, de experimentos, em que a dramaturga-diretora pôde construir um texto plural, abrir caminhos para a criação de outros textos e se construir na prática de (re)leitura, (re)escrita, (re)criação, transformando-se (Souza, 2019).

Aprender a nada-r foi submetido a exame de Censura, em maio de 1975, conforme atestam os documentos do processo censório da peça provenientes da COREG-AN-DF (DCDP). Com base na legislação vigente à época, sobretudo o Decreto 20.493/46, os técnicos opinaram pela não liberação do texto, por se tratar de uma temática subversiva, contrária às concepções do governo, caracterizando-se como nociva à segurança nacional (Souza, 2012, 2019). Apesar desta avaliação, segundo acordo entre os técnicos de Censura, Nivalda Costa, a responsável pelo espetáculo, e o diretor do Teatro Vila Velha, à época, *Aprender a nada-r* foi liberado para ser encenado em dias e horários específicos.

[3] Informação obtida em entrevista concedida por Nivalda Costa, em out. 2010, na Biblioteca do CEAO/UFBA, em Salvador.

Considerações finais

A pesquisa, a leitura e a escrita, como atividades de um único processo, envolvem modos de experimentar, pensar e estar no mundo (Hissa, 2017). Pesquisa e criação, ficção e crítica, entrelaçam-se e suplementam-se na produção dramatúrgica em estudo, na qual não se desvinculam os planos estéticos e ideológicos, levando-nos a refletir sobre arte e ciência, teoria e prática teatrais. Ao estudar a dramaturgia de Nivalda Costa, bem como seu processo de construção do texto, considerando o enlace entre texto e cena, compreendemos as bibliotecas públicas como importante subsídio para o desenvolvimento de práticas teatrais produtoras de conhecimento, poder e resistência. Nesse sentido, as atividades de pesquisa e leitura são dispositivos para criação, experimentação, crítica e liberdade.

Referências

BORGES, R.; SOUZA, A. S. de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, R. *et al*. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador, BA: Quarteto, 2012. p. 15-59.

COSTA, N. S. *Aprender a nadar*. 1975a. 7 f.

______. *Ditadura militar na Bahia*. [Entrevista cedida a] Luís César Souza e Iza Dantas. Salvador, BA: Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira ; AMAFRO, 2007. 1 CD.

COSTA, N. S. *Os roteiros teatrais Aprender a nada-r e Anatomia das feras*. [Entrevista cedida a] Débora de Souza. Salvador, BA: CEAO/UFBA, 2011. 1 CD.

______. *Série de estudos cênicos sobre poder e espaço*. [Entrevista cedida a] Débora de Souza. Salvador, BA: CEAO/UFBA, 2010. 1 CD.

______. *Trabalho de ação*. 1975b. 2 f. Manuscrito.

CRUZ, D. T. *O pop*: literatura, mídia e outras artes. Salvador, BA: Quarteto, 2003.

GRÉSILLON, A. *Elementos de crítica genética*: ler os manuscritos modernos. Tradução Cristina de Campos Velho Birck *et al*.; Supervisão de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre, RS: EDUFRGS, 2007.

HISSA, C. E. V. *Entrenotas*: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte, MG: EDUFMG, 2017.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1994.

MCGANN, J. J. *A critique of modern Textual criticism.* Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MCKENZIE, D. F. *Bibliografia y sociologia de los textos*. Tradução, Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

SALGADO, R. S. Etnoteatro como performance da etnografia: estudo de caso num grupo de teatro universitário português. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, BA, v. 2, n. 1, p. 31-52, 2013. Disponível em: http://journals.openedition.org/cadernosaa/557. Aceso em 11 abr. 2023.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

SANTOS, R. B. dos. Dramaturgia censurada em arquivo digital: acervos e edição. In: ALMEIDA, I. S. de; BARREIROS, P. N.; SANTOS, R. B dos (org.). *Filologia e humanidades digitais*. Feira de Santana, BA: EDUEFS, 2018. p. 103-130.

SOUZA, D. de. *Aprender a nada-r e Anatomia das feras, de Nivalda Costa*: processo de construção dos textos e edição. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8528. Acesso em: 18 nov. 2021.

______. *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa*: arquivo hipertextual, edição e estudo crítico-filológico. 2019. 449 f. + volume digital. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29881. Acesso em 29 jul. 2019.

DÉBORA DE SOUZA

Possui graduação em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia (2009), especialização em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2010), mestrado (2012) e doutorado (2019) em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa Crítica e Processos de Criação em diversas linguagens. É Professora Adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Integra o Grupo de Pesquisa Nova Studia Philologica, Equipe Textos Teatrais Censurados.

"Uma bibliófila esquecida: Flora de Oliveira Lima (1873-1940)".

Nathália Henrich
(Oliveira Lima Library. Catholic University of America/EUA)

Uma bibliófila esquecida: Flora de Oliveira Lima (1873-1940)

"Bibliófila, sim!"[1]

Antes mesmo de apresentar esta mulher ainda tão pouco conhecida, considero importante reivindicar o título de bibliófila para Flora de Oliveira Lima. Se o bibliófilo – substantivo masculino – como ainda referem diversos dicionários da língua portuguesa, que por vezes sequer contemplam o seu feminino 'bibliófila' – é aquele que tem amor aos livros, não resta dúvidas de que ela o merece. Não é um fato desconhecido que Flora participou ativamente de uma vida inteira de bibliofilia e colecionismo, como foi a do seu esposo, o diplomata e historiador pernambucano Manoel de Oliveira Lima. Contudo, jamais encontrei qualquer menção a Flora como bibliófila, seja em textos de contemporâneos seus, seja em trabalhos recentes.

As razões da escolha por chamá-la de "colaboradora"(Freyre, 1944, p. 83; Zeballos, 1921, p. 461), "companheira"(Macedo, 1968, p. 32) e até "secretária" (Malatian, 2004, p. 51; Mello, 1928, p. 219) do marido, mas nunca de bibliófila, não são difíceis de supor. Persiste uma bem estabelecida divisão de gênero em que se construiu um imaginário em que os bibliófilos e colecionadores "sérios" são apenas os homens, enquanto às mulheres restavam as tarefas tidas como "menores", como o cotidiano da organização e manutenção das coleções. Como explica Perrot (1989, p. 13), "no século XIX, a coleção, mais ainda a bibliofilia, são atividades masculinas". Além disso, a imagem das mulheres como seres incompatíveis com o mundo dos livros vem sendo construída desde ao menos o século 14, quando o monge inglês Richard de Bury declarou que elas são invariavelmente "ciumentas do amor dedicado aos livros" e proferiu outros inúmeros impropérios (Silverman, 2008, p. 166, **tradução nossa**).

---

[1] Agradeço a Fabiano Cataldo de Azevedo pelas frutíferas discussões que despertaram essa reflexão e, especialmente, por ter-me franqueado acesso a uma versão inicial do seu artigo, Bibliófilas, sim! Breves apontamentos sobre duas bibliotecas de mulheres brasileiras, ainda antes da publicação. A inspiração para o subtítulo que abre este capítulo vem, evidentemente, deste texto. Ver Azevedo, Costa e Silva (2020).

Diversas outras obras perpetuaram o nefasto estereótipo[2] da "inimiga jurada dos livros", que ganhou força especialmente entre escritores europeus e americanos de finais do século XIX (Silverman, 2008, p. 165, **tradução nossa**). Não é um exagero afirmar que ainda hoje as mulheres que se dedicaram a colecionar livros recebem pouca atenção, como atestam os resultados auferidos pela busca realizada por Azevedo *et al*. (2020, p. 90) utilizando os termos "Bibliófila"; "Biblioteca de Mulher"; "Bibliofilia feminina". A pesquisa "em bases de dados brasileiras revelou um índice de revocação zero".

O caso de Flora de Oliveira Lima é exemplar. Ela atua sempre nos bastidores e na Oliveira Lima Library (OLL) não foi diferente, ainda que ensaie assumir um maior protagonismo em determinados momentos. Por exemplo, na época em que atuava como delegada brasileira na Conferência Interamericana de Mulheres (Havana, Cuba, 1930), na sua biografia no álbum de fotografias oficial do evento, ela se apresentava como "bibliothecaria auxiliar da Universidade Catholica, em Washington, D.C., especialmente encarregada da Bibliotheca Ibero-Americana". Contudo, sem deixar de mencionar que a biblioteca havia sido "doada á Universidade por seu esposo, o grande diplomata, estadista e historiador brasileiro, Dr. Manuel de Oliveira Lima [...]"[3]. Continua, assim, ocupando o lugar secundário reservado às boas esposas, ainda que não lhe faltassem o gosto, conhecimento ou talento para bibliófila.

Nascida no Engenho Antas, em Alagoas, em 26 de agosto de 1863, e criada no Engenho Cachoeirinha, em Pernambuco, Flora Cavalcanti de Albuquerque, descendia da aristocracia açucareira local, tendo origens nobres dos dois lados da família. Seria uma típica sinhazinha, não fosse pelo fato de que não recebeu a educação que cabia tradicionalmente às meninas da sua classe social. A preceptora inglesa contratada pelo pai encarregou-se de oferecer-lhe uma educação bem mais refinada que a média, indo além de prendas domésticas, além de inculcar-lhe os valores vitorianos. Ademais, completou estudos ginasiais, o que era uma raridade para as moças da época. A formação recebida não a transformou em uma intelectual, mas fez com que se destacasse entre suas contemporâneas.

---

[2] Segundo Silverman (2008, p. 165), foi Paul Eudel, funcionário de uma biblioteca em Nantes e crítico literário e de arte no jornal francês *Le fígaro*, quem fez em 1877 a declaração de que as mulheres eram "'*the sworn enemies*'" *of books*". A autora enumera ainda muitos homens que fizeram afirmações no mesmo sentido.

[3] Esta foi a única menção encontrada em que Flora é identificada como bibliotecária. Papers of Doris Stevens, Schlesinger Library, Radcliffe Institute, Harvard University. IACW. General álbum, ca.1930-1932. MC 546; T-182; M-104, PD.40, Box: PHOTOGRAPHS, Box 180.

A jovem poliglota e de inteligência aguçada possuía, assim, suficiente bagagem cultural para tornar-se "companheira de vida e trabalho" (Lima, 1899) de um diplomata, que foi também colecionador precoce e declarado amante dos livros. Ela foi treinada para ser uma esposa ideal, instruída o suficiente para ser eficiente no seu papel, destinada a ficar em segundo plano. Exercia com tal maestria sua função, que Gilberto freyre (1944, p.82) pensava que "nascera e se criara para embaixatriz"[4].

Flora, no entanto, esteve longe de corresponder a imagem da embaixatriz voltada puramente ao ócio e às atividades sociais. Ela trabalhou, e muito, cumprindo à risca com a expectativa observada por Wood (2015) no seu estudo sobre o papel das mulheres familiares de diplomatas no serviço exterior dos Estados Unidos em princípios do século XX. Segundo Wood (2015, p. 1, **tradução nossa**), elas eram "parceiras quase profissionais" no exercício da diplomacia e se esperava que agissem ativamente para alavancar a carreira dos maridos. Flora desempenhava as tarefas que tradicionalmente lhe cabiam, e ia além. Sem sua participação ativa, a prolífica carreira de escritor, conferencista e professor de Oliveira Lima, não teria sido possível. Ela foi responsável não só pela organização da vida doméstica e de representação devido ao seu cargo, como ainda encontrava tempo para receber o ditado dos textos de artigos e livros, transcrever, traduzir e corrigir originais, fotografar e organizar os *scrapbooks* que memorializam seus feitos profissionais, entre tantas outras atividades (Henrich, 2023).

Somado a isso, Flora se dedicou à faina da instalação e organização da OLL no campus da *Catholic University of America*, em Washington, para onde se mudaram em 1921. Seu trabalho permanece pouco reconhecido, apesar de ter sido fundamental tanto para a formação como para a manutenção do acervo. A doação da biblioteca do casal sem filhos à Universidade foi formalizada em 1916 e a inauguração oficial ocorreu em 1924, portanto, ainda enquanto Oliveira Lima era vivo. Com o seu falecimento, em 1928, foram os esforços de Flora que garantiram que a coleção não se dispersasse e ainda continuasse crescendo em tamanho e relevância. Sua dedicação aos livros foi tamanha, que jamais deixou a cidade em que estava a biblioteca para poder cuidar deles pessoalmente. Ela permaneceu nos Estados Unidos, resistindo à insistência de parentes e amigos para que voltasse ao Brasil, até seu

[4] Ela nunca chegou a ser realmente embaixatriz, dado que Oliveira Lima jamais foi nomeado embaixador. O posto diplomático mais alto que alcançou foi o de Ministro Plenipotenciário.

falecimento em 1940 para ser enterrada ao lado do marido, no cemitério Mount Olivet, em Washington, não muito longe da OLL[5].

Ainda que sejam conhecidos seus esforços em prol do acervo, não se costuma reconhecê-la como bibliófila e, na maioria das vezes, nem mesmo sua importância como doadora do acervo. A doação feita em vida por Oliveira Lima teve total apoio de Flora e, após sua morte, como única herdeira, ela detinha o poder de decidir o destino da coleção. Ela optou por manter os termos da doação estabelecidos no testamento de Lima, mesmo quando não esteve satisfeita com o tratamento recebido pela universidade, o que ocorreu algumas vezes.

Apesar disso, Flora nem sempre é lembrada quando se fala da coleção que ela ajudou a compor e foi responsável por manter. Na ocasião da inauguração da biblioteca, em 1924, o jornal estudantil, *The Tower*, publicou uma nota em que apresentava o "magnifico presente" para a universidade como uma obra do casal, resultado de "anos de buscas e estudos realizados pelo mundo todo pelos doadores". (VALUABLE..., 1924). Cardozo (1944, p. 7, **tradução nossa**), que foi contratado como Professor de História na *Catholic University* e Curador da OLL em 1940, em sua primeira publicação sobre a biblioteca afirmou que Oliveira Lima foi "apoiado ativamente" por Flora e que ela "manteve viva a memória do seu distinto marido e devotou parte do seu tempo a biblioteca que ambos haviam legado a CUA" (Cardozo, 1944, p. 7). Ele destaca que o presente foi dado por "dois reconhecidos e respeitados brasileiros, Dr. e Sra. Manoel de Oliveira Lima" (Cardozo, 1944, p. 6, **tradução nossa**). Passados alguns anos, ao escrever o artigo *Oliveira Lima and the Catholic University of America*, Cardozo (1969) nem menciona o nome de Flora. O obituário publicado no *Washington Post*, traz uma manchete que reflete como ela foi tratada em vida: "Sra. Lima, viúva de acadêmico notável, morre: administrou famosa biblioteca doada pelo marido a U.

[5] Ao contactar a administração do Cemitério Mount Olivet, em Washington, por telefone, em 2018, em busca da localização do jazigo do casal, descobri que suas informações pessoais (nome e data de falecimento) estavam erradas nos registros. Solicitei a correção dos dados e fui atendida. Na visita realizada, tive uma surpresa ao constatar que a sepultura de Flora, ao lado de Oliveira Lima, permanece sem qualquer identificação desde o seu falecimento. A de Oliveira Lima atende ao pedido feito em testamento para que o epitáfio se resumisse à frase "Aqui jaz um amigo dos livros", sem outra identificação. Não encontrei indícios de que Flora tenha expressado desejo semelhante, assim que resta a hipótese de que tenha sido apenas "esquecimento". É o que se pode chamar de um silêncio eloquente, a materialização do apagamento do seu nome e da sua memória. As gestões que realizei para que a *Catholic University of America*, como sua herdeira, instalasse uma lápide, infelizmente, não obtiveram sucesso. Até a data de publicação deste texto, a situação permanecia inalterada.

C.” Ao mesmo tempo em que o jornal a descreve como “viúva de” e se refere a OLL como uma doação “do marido”, destaca que ela faleceu após 12 anos devotados ao último desejo dele, que era tê-la como administradora (MR. LIMA..., 1940).

Ainda que importantíssima, a indubitável contribuição de Flora para a manutenção da OLL talvez não fosse suficiente para chamá-la de bibliófila. Moraes (2018, p. 23), ensina que é necessário “escolher com muito critério qual o gênero de livro que se quer colecionar”, sob o risco de acabar criando uma “vasta livraria sobre os assuntos mais diversos, obras dos autores mais variados, edições das mais disparatadas, mas nunca uma coleção digna de um bibliófilo”. Este é um aspecto bastante negligenciado da atuação de Flora: como seu conhecimento sobre livros a habilitava a ser curadora. Há evidências disso desde muito antes de que assumisse esse papel. Por exemplo, em um aniversário de Oliveira Lima, ela o presenteou com a obra de Teixeira (1601) acompanhada de uma amorosa dedicatória:

> Ao meu querido Manoel offereço, com todo meu affecto, esta preciosidade bibliographica por mim obtida do livreiro Francis Edwards, Londres, para augmentar a sua importante collecção brasileira, ‘a qual não devia faltar o que ha de mais antigo sobre o nosso Pernambuco, que ambos queremos com igual carinho. Desejo por este modo celebrar este seu aniversario natalicio passado em Bruxellas na mais intima e deleitosa convivencia de espirito.
> Flora de Oliveira Lima (Cavalcanti de Albuquerque)
> 25 de dezembro de 1910

A dedicatória manuscrita demonstra não apenas que ela conhecia as obras que uma coleção daquela natureza deveria possuir e sabia onde encontrá-las, mas também que entendia a importância de registrar a proveniência de um exemplar. No catálogo de obras raras da OLL, que ela possivelmente revisou, ficou a nota de que o exemplar em “excelente condição” foi “oferecido ao colecionador por sua esposa, cuja família é Cavalcanti de Albuquerque, descendente de Jeronymo de Albuquerque, cunhado do primeiro donatário Duarte Coelho”. (Holmes; Lima, 1926, p. 65–66).

Já viúva, Flora continuou expandindo o acervo. Os recursos para compra de livros certamente eram escassos nesta época, mas as ofertas de obras de amigos do casal, vindos de diferentes partes do mundo, ajudavam a suprir esta dificuldade. O livro tombo da biblioteca é fundamental na tarefa de identificação da proveniência das obras e uma fonte de

pesquisa inexplorada até então, assim como os recibos de compras e correspondência dela com livreiros.

A análise deste material permite afirmar que seu papel era ativo e não meramente de guardiã de um lugar estanque. Através destas fontes, pude desvendar a proveniência de alguns exemplares e confirmar que aquisições foram realizadas por Flora, que também mantinha contato com os livreiros que há décadas abasteciam a coleção, como Maggs Bros, de Londres e a Livraria Ferin, de Lisboa. Foi desta última, de quem adquiriu um exemplar de *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes Primaz da india Oriental*..., (Gouveia, 1606) sua última compra, apenas alguns meses antes de falecer.

Os livros de Flora

Diante das evidências encontradas, não restam dúvidas de que Flora comprava livros para o "seu Emmie" e, mais tarde, para a biblioteca. Permanecem, entretanto, inúmeros questionamentos a respeito dos seus próprios livros. Não se sabe nem exatamente quais livros eram seus, ou seja, da sua coleção privada[6]. Ainda não está claro tampouco como os livros que pertenceram a ela foram - e se foram - incorporados ao acervo. Diferentemente de Oliveira Lima, que teve desde cedo uma clara preocupação com identificar seus livros, inclusive antes da criação da OLL, Flora nunca teve uma marca de propriedade[7]. Entre os cerca de 25 mil itens existentes no catálogo eletrônico da OLL, apenas 75 podem ser atribuídos à coleção privada de Flora[8]. Entre estes, 55[9] contém dedicatórias a ela, 14 são dedicados ao casal e apenas 2 contém sua assinatura. Além das dedicatórias, a outra forma de identificação dos livros que pertenceram a Flora são as encadernações, adornadas com

[6] Considero aqui como coleção privada de Flora de Oliveira Lima aqueles livros adquiridos por ela sem o fim imediato de que fossem parte do acervo da *Oliveira Lima Library*, apenas para seu deleite e atendendo aos seus gostos pessoais, bem como aqueles que recebeu de terceiros como presente em caráter pessoal ou como cortesia destinada a OLL após 1928 (data do falecimento de Oliveira Lima).

[7] Oliveira Lima na juventude utilizava carimbo ou ex libris manuscrito, mais tarde, chegou a ter dois ex libris impressos. Com menos frequência, se encontra o uso de super libris como marca de propriedade na coleção.

[8] Os dados apresentados se referem a pesquisa realizada no catálogo *online* da OLL em 20 de julho de 2022. Chegou-se ao número final a partir da busca em dois campos: "*author-creator*" e "*local notes*". O campo "*author-creator*" permite a inclusão da categoria "*former owner*" (dono anterior); já em "local notes", é onde são mencionados detalhes sobre o exemplar, incluindo a existência de dedicatórias, *ex libris* e inscrições.

[9] Este número inclui livros e panfletos e deixa de fora obras encontradas no acervo que não foram ainda catalogadas. O critério utilizado na OLL é de que impressos com até 50 páginas constituem panfletos.

suas iniciais ou nome. Em todos os exemplares encontrados, os livros foram presentes de terceiros.

É interessante notar que as marcas de propriedade, quando existem, são em sua imensa maioria produzidas por outras pessoas e não pela própria Flora. Sabendo que ela não ignorava a relevância de identificar a proveniência das obras, visto que tinha esta preocupação com os livros do acervo, resta como hipótese que ela não considerava os seus livros suficientemente importantes para receber o mesmo tratamento. Cabe ainda uma reflexão sobre as decisões tomadas posteriormente pelos profissionais responsáveis pela catalogação e os critérios utilizados para estabelecer prioridades. É uma hipótese difícil de corroborar visto que até hoje pouca atenção foi dada a estes livros que, em sua vasta maioria, permanecem não catalogados ou foram catalogados sem a preocupação de registro das marcas de propriedade e proveniência[10].

Neste capítulo, não pretendo esgotar o tema, mas trago alguns exemplos de livros identificados na coleção cuja propriedade se pode atribuir a Flora de Oliveira Lima. Com isso, espero ressaltar a importância da pesquisa sobre marcas de propriedade e de proveniência, para além da já sabida relevância para áreas como a Bibliografia Material ou História do Livro ou da Leitura. A partir da identificação destas marcas, sejam as mais tradicionais ou com o apoio de fontes acessórias, é possível começar a arranhar a superfície e trazer à tona as mulheres que ficaram escondidas, tratando de quebrar o que Perrot (1989) chamou de o "silêncio dos arquivos". No caso específico de Flora, é um primeiro passo para reconhecê-la como bibliófila e colecionadora e uma oportunidade de conhecê-la, através dos seus livros.

A obra mais antiga encontrada que pode ser atribuída à coleção privada de Flora, é um *Curso de historia universal* (Serpa, 1875), em que assinou "Flora Cavalcanti d'Albuquerque, Fevereiro 1880". Teria então 16 anos. À época, ela tinha aulas com Jesuino Lopes de Miranda, Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife e dono de escola conhecido na cidade. Ao contrário dos irmãos que frequentavam a escola, Flora tinha aulas particulares com Jesuino para preparar-se para o exame ginasial. Neste contexto é que deve ter recebido o presente do mestre, cuja dedicatória num exemplar da *Grammatica Portugueza* (Oliveira, 1879), se vê na Figura 1.

---

[10] Sobre a distinção entre marcas de uso/circulação e marcas de propriedade/posse, ver Mazonni, Azevedo e Lose (2022).

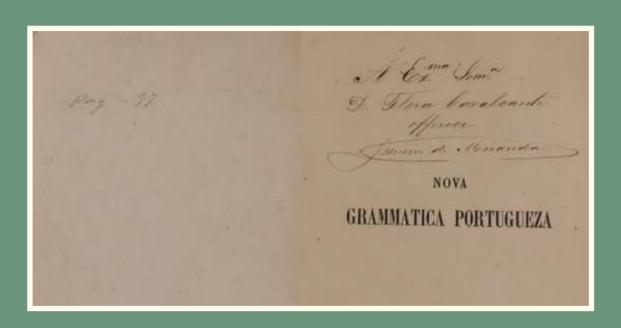



Figura 1: Dedicatória manuscrita de Jesuíno de Miranda para Flora de Oliveira Lima na *Nova Grammatica Portugueza*.

Fonte: fotografia produzida pela autora a partir da obra do acervo da OLL.

Através de outra dedicatória, datada de Poço da Panela [Recife], em 1887, sabemos que a jovem Flora recebeu de presente de uma amiga ainda não identificada, um exemplar da tradução em inglês da obra de Dante Alighieri. *Purgatory and Paradise* (Alighieri, 1886), foi publicado um ano antes, o que sugere que ela estava a par das novidades editoriais e que mantinha o hábito de ler em inglês, adquirido na infância. Flora tinha apenas 24 anos, não era casada e trabalhava como professora do idioma.

Infelizmente, não foram encontradas até o momento informações sobre o destino dos seus pertences quando faleceu em Washington, o que ajudaria a esclarecer o percurso feito por seus livros até chegarem – ou não – às estantes da OLL. Que estes exemplares tenham sobrevivido sugere que alguns dos seus livros foram incorporados à coleção ou que, ao menos, foram transferidos da residência para o local da biblioteca em algum momento. A cópia de *Purgatory and Paradise* foi descoberta nas estantes de obras esperando catalogação, após um século da inauguração da biblioteca, o que reforça a hipótese de que seus livros ficaram relegados a um segundo plano quando se iniciou o trabalho de tombamento e catalogação, do qual ela participou ativamente. E que, posteriormente, tampouco mereceram a atenção dos responsáveis pelo trabalho.

Foram localizados poucos livros da sua juventude, antes de casar-se com Oliveira Lima. Entre os dois foi comum o hábito de presentearem-se com livros, muitos deles com carinhosas dedicatórias. Na figura 2, se vê a longa mensagem em *Nos Estados Unidos. Impressões politicas e sociaes* (Lima, 1899), que também foi dedicado a Flora. Na sua conhecidamente intricada caligrafia, Oliveira Lima se dirige a sua "querida Flora" e recorda o tempo passado juntos no país, que inspirou as suas reflexões transformadas em livro.

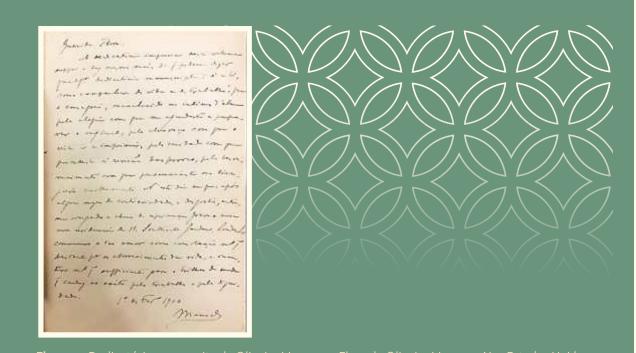



Figura 2: Dedicatória manuscrita de Oliveira Lima para Flora de Oliveira Lima em *Nos Estados Unidos*

Fonte: fotografia produzida pela autora a partir da obra do acervo da OLL.

Livros eram presentes frequentes nas datas especiais e iluminam os interesses de Flora. Quando completou 35 anos, ganhou do marido um dicionário de inglês (Barrère; Leland, 1897) como "recordação do seu anniversario passado em Block Island" (dedicatória manuscrita de Oliveira Lima). Em 1904, recebeu dois volumes de poesias de Castro Alves (Alves; Ali, 1898) como "lembrança da ida ao Rio" (dedicatória manuscrita de Oliveira Lima). Outro hábito de Oliveira Lima era presentear Flora com encadernações especiais de obras suas, as únicas que trazem uma identificação de propriedade dela desta maneira. Foi o caso daquela que é considerada a obra-prima de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil* (1908). Como se observa na figura 3, ele fez para si uma encadernação em couro branco e mimoseou a esposa com uma versão diferente, em vermelho. Ambas são identificadas com suas iniciais na capa e são acompanhados de um luxuoso estojo em couro.

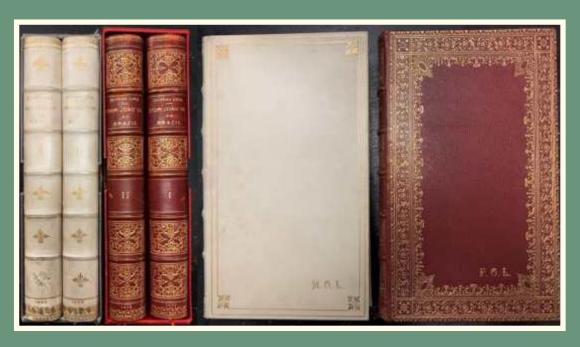



Figura 3: Exemplares de *Dom João VI* no Brasil que pertenceram a Manoel e a Flora de Oliveira Lima
Fonte: fotografia produzida pela autora a partir da obra do acervo da OLL.

Amigos próximos adotaram por vezes a mesma estratégia. A figura 4 mostra uma pequena encadernação em couro de um texto biográfico escrito pelo belga Victor Orban em duas versões, cada uma com as respectivas iniciais, F.O.L e M.O.L. Há também uma dedicatória manuscrita "A Madame Oliveira Lima". Orban, era tradutor e aproximou-se do casal quando viviam em Bruxelas, tendo colaborado com Oliveira Lima em diversas ocasiões. A opção por produzir duas cópias separadas, indica que Flora era considerada alguém que apreciaria o obsequio e tinha identidade individualmente, não era apenas um apêndice do marido.

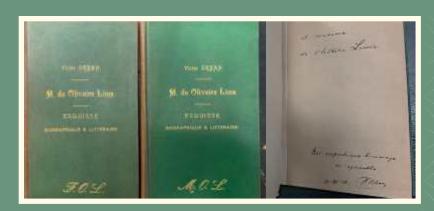



Figura 4: Exemplares de *M. de Oliveira Lima. Esquisse Biographique & Littéraire* (ORBAN, 1908) que pertenceram a Manoel e a Flora de Oliveira Lima
Fonte: fotografia produzida pela autora a partir da obra do acervo da OLL.

Entre aqueles que ofereceram trabalhos seus com dedicatórias apenas para Flora, estiveram o crítico literário José Veríssimo, que ofertou uma reedição de *Marilia de Dirceo* (Gonzaga; Verissimo, 1910) da qual foi o editor. Veríssimo foi um bom amigo de Oliveira Lima por décadas, o que deve ter também o aproximado de Flora. Já Olavo Bilac, que não consta ter sido íntimo do casal, apresentou sua "respeitosa homenagem" a Flora nos dois volumes de *Poesias* (Bilac, 1905), uma compilação de trabalhos seus. Outros amigos optaram por uma dedicatória ao casal, como fez a advogada e escritora Amélia Bevilaqua em sete obras de sua autoria (Beviláqua, 1905, 1906a, 1906b, 1908, 1913, 1921, 1928). Manoel e Flora de Oliveira Lima e Clóvis e Amélia Bevilaqua mantinham uma boa relação de amizade, o que pode ajudar a explicar por que os livros eram presentes destinados aos dois.

Finalmente, há ainda mais abundante evidência do papel ativo que Flora desempenhou como curadora *de facto* da OLL ao analisarem-se as dedicatórias em obras publicadas entre 1928 e 1940. Alguns exemplos descobertos entre os volumes ainda aguardando catalogação, estavam *Aspectos do Brasil* (Magalhães, 1930), dedicado a "Madame Oliveira Lima" e *Dom Pedro the magnanimous, second emperor of Brazil* (Williams, 1937, **tradução nossa**), ofertada a "Mrs. Manoel de Oliveira Lima, com cumprimentos agradecidos e os melhores votos"[11]. São apenas dois exemplos do tipo de obra que ela recebeu no período em que dirigia a biblioteca, obras de caráter histórico e de interpretação do Brasil, dentro do escopo, portanto, do que é a coleção da OLL.

Conclusão

Com este panorama geral sobre a atuação de Flora de Oliveira Lima na *Oliveira Lima Library*, se pretendeu dissipar dúvidas sobre a natureza do seu papel no período entre 1928 e 1940 (entre o falecimento de Oliveira Lima e o seu). Utilizando como fonte principal os próprios livros da coleção da OLL para analisar as suas marcas de propriedade e de proveniência, e com apoio das fontes auxiliares, como correspondência e documentos da

[11] Quando possível, os livros foram catalogados a partir desta identificação. Quando o livro já constava do catálogo, porém não havia menção à marca de propriedade encontrada, apenas atualizamos a entrada com a transcrição. Com isso, buscamos minorar os efeitos do apagamento sofrido por Flora na construção da memória institucional da OLL e da Universidade. Agradeço a colaboração do então bibliotecário da OLL, Henry Widener, responsável pelo trabalho de catalogação.

administração da biblioteca, evidenciou-se que ela teve um papel ativo. Não foi, portanto, apenas uma guardiã da memória do marido, no sentido estático. Flora trabalhou com afinco na organização, manutenção e na expansão do acervo, através do recebimento de doações, ou de aquisições. A pesquisa demonstrou ainda que Flora tinha conhecimento suficiente para realizar tais aquisições, bem como tinha seus gostos individuais. Ela pode ser, sim, considerada uma bibliófila diante da sua trajetória como colecionadora e curadora da OLL.

Restam ainda muitas perguntas sobre a relação de Flora com os livros, mas o primeiro passo foi dado, que é o de reconhecê-la como bibliófila. As principais questões sobre os seus livros não foram completamente sanadas: Onde estão? Quais eram eles? Como identificá-los no acervo da Oliveira Lima Library? É necessária ainda mais pesquisa para superar o silêncio que encobre tão frequentemente a vida das mulheres em espaços públicos, como se entende que seja uma biblioteca como a OLL. Os rastros de suas vidas costumam ser apagados, porém, mesmo os mais tênues podem trazer respostas, como as aqui apresentadas. Apurar o olhar, diversificar fontes e métodos, buscar estes vestígios, se faz imprescindível neste trabalho. Mesmo que ainda parciais, as respostas oferecidas neste capítulo representam o esforço para realizar um merecido resgate e devido registro do papel de Flora de Oliveira Lima como a bibliófila que foi.

Referências

ALIGHIERI, D. *Purgatory and paradise*: with critical and explanatory notes. Chicago, New York: Belford, Clark & Co., 1886.

ALVES, C.; ALI, M. S. *Obras completas de Castro Alves*: precedida de uma notícia sobre o autor por M. Said Ali. Rio de Janeiro: Laemmert, 1898. v. 1 e 2.

AZEVEDO, F. C. DE; COSTA, E. S. DA; SILVA, K. L. Bibliófilas, sim! Breves apontamentos sobre duas bibliotecas de mulheres brasileiras. *Herança*: Revista de História, Patrimônio e Cultura, South yorkshire, UK, vo. 3, no. 1, p. 87–123, 2020.

BARRÈRE, A.; LELAND, C. G. (eds.). *A dictionary of slang, jargon & cant embracing English, American, and Anglo-Indian slang, pidgin English, gypsies' jargon and other irregular phraseology*. London: G. Bell, 1897.

BEVILÁQUA, A. DE F. *Açucena*. Rio de Janeiro: [*S.n.*], 1921.

______. *Angustia*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1913.

______. *Aspectos*. Recife: [*S.n.*], 1906.

______. *Atravez da vida*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906a.

______. *Instrucção e educação da infancia*. Recife: Imprensa Industrial, 1906b.

______. *Milagre do natal*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1928.

______. *Vesta*. Rio de Janeiro: Pap. Americana, 1908.

BILAC, O. *Poesias*. 3. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905. v. 1 e 2.

CARDOZO, M. DA S. Manoel De Oliveira Lima, his life and his library. *The Catholic University Bulletin*, Michigan, vo. 12, no. 3, p. 6–8, nov. 1944.

______. Oliveira Lima and the Catholic University of America. *Journal of Inter-American Studies*, Michigan, vo. 11, no. 2, p. 209–222, 1969.

FREYRE, G. Dona Flora, viúva trágica. In: ______. *Perfil de Euclydes e outros perfis*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944. p. 81–84.

GONZAGA, T. A.; VERISSIMO, J. *Marilia de Dirceo*. ed. rev. e pref. por José Verissimo. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

GOUVEIA, A. DE. *Iornada do arcebispo de Goa, Dom Frey Aleixo de Menezes Primaz da India Oriental, religioso da Ordem de S. Agostinho, quando foy as serras do Malauar, & lugares em que morão os antigos Christãos de S. Thome, & os tirou de muytos erros & heregias em que estauão, reduzio à nossa sancta fé catholica, & obediencia da Santa Igreja Romana, da qual passaua de mil annos que estauáo apartados*. Na officina de Diogo Gomez Loureyro, 1606.

HENRICH, N. La "compañera de vida y trabajo" que quedó en el olvido: Flora de Oliveira Lima. In: HERRERA LEóN, F.; GARCÍA TOLEDO, I.; MORENO, L. (eds.). *Mujeres y relaciones internacionales en el siglo XX*: Historia y presencia en un mundo en transición. Ciudad de México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2023.

HOLMES, R. E. V.; LIMA, O. *Bibliographical and historical description of the rarest books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University of America*. Washington, D.C.: Catholic University of America Library, 1926.

LIMA, O. *Dom João VI no Brazil 1808-1821*. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1908. v. 2.

______. Nos Estados Unidos: impressões politicas e sociales. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899.

MACEDO, N. D. De. *Bibliografia de Manuel de Oliveira Lima*: com estudo biográfico e cronologia. Recife: Arquivo Público Estadual, 1968.

MAGALHÃES, S. De. *Aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930.

MALATIAN, T. O diário de Flora. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 51–68, nov. 2004.

MAZONNI, V. S. De S.; AZEVEDO, F. C. De; LOSE, A. D. Um detalhe, uma história: a etiqueta de dois livreiros na província da Bahia, Pogetti e Dois Mundos. *PontodeAcesso*, Salvador, BA, v. 16, n. 3, p. 532–565, 29 dez. 2022.

MELLO, M. Oliveira Lima íntimo. *Revista de Historia*, Lisboa, v. 16, p. 215–226, 1928.

MORAES, R. B. de. *O bibliófilo aprendiz*. 5. ed. São Paulo: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, 2018.

MRS. LIMA, Widow of Noted Scholar, Dies: Managed Famous Library Husband Donated to C.U. . *The Washington Post*, p. 8, 11 ago. 1940.

OLIVEIRA, B. J. De. *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escholas*. 12. ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel, 1879.

ORBAN, V. M. *Manoel de Oliveira Lima*: esquisse biographique & littéraire. Publiée à propos de "Cousas Diplomaticas". [*S.l.*], 1908. Separata.

Nathália Henrich

Graduada em Relações Internacionais (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL) e em Ciências Sociais (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). Possui mestrado em Ciência Política (Universidade de Salamanca) e mestrado em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina). Concluiu doutorado em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) com período sanduíche no Center for Latin American Studies - CLAS da Georgetown University. Foi Pesquisadora Visitante no Colégio de México – COLMEX. Realizou Pós-doutorado (Programa PNPD/CAPES) e foi Professora Colaboradora no Programa de Pós-graduação em História na PUCRS e foi Postdoctoral Fellow na Catholic University of America. Foi Diretora e Curadora da Oliveira Lima Library na Catholic University of America, onde também lecionou no Departamento de Sociologia. Autora de O antiamericano que não foi: os Estados Unidos na obra de Oliveira Lima (EdiPUCRS, 2021).

"Maria Rosa da Conceição Serva: a primeira empresária das letras no Brasil (1819-1846)".

Pablo A. Iglesias Magalhães
(Universidade Federal do Oeste da Bahia/Brasil)

Maria Rosa da Conceição Serva: a primeira empresária das letras no Brasil (1819-1846)

Os jornais, panfletos e livros da guerra de Independência do Brasil na Bahia trazem estampado, nos frontispícios ou colofóns, a declaração de que foram impressos por uma mulher: Viúva Serva. Ela foi a primeira mulher a administrar um parque tipográfico no Brasil, mas seu nome não aparece na História da Imprensa e do Livro no Brasil. Maria Rosa da Conceição, nascida na Bahia por volta de 1778, administrou por mais de 18 anos a primeira oficina de impressão estabelecida naquela capitania, estabelecida por diligência do seu marido, Manoel Antonio da Silva Serva, a 13 de maio de 1811.

Até o presente, a única nota sobre a atuação de Maria Rosa da Conceição Serva à frente do principal parque tipográfico da Bahia é um breve texto apresentado na série Matria Brasil, publicado na Folha de São Paulo.[1] O objetivo do presente texto consiste em ampliar as informações sobre a trajetória da primeira empresária das letras no Brasil.

Maria Rosa, mulher branca e letrada, casou-se com o negociante português Serva por volta de 1796, considerando que a primeira filha do casal, Ana, nasceu entre 1797 e 1798, falecendo aos dois anos.[2] Em 1801, residiam em um sobrado próximo da atual Praça da Piedade, vizinhos à rua antigamente chamada da Forca, onde ocorreu a execução dos condenados na Conjuração Baiana em 1799.

Naquela casa, o casal Serva possivelmente teve as suas duas primeiras filhas. Até o presente, foi possível encontrar sete filhos do casal. A segunda filha, Delfina, nascida a 7 de fevereiro e batizada em 19 de abril de 1801,[3] se casaria com José Teixeira de Carvalho, que seria sócio de Maria Rosa na administração da tipografia a partir de agosto de 1819.

---

[1] MAGALHÃES, P. A. I. Viúva Serva publicou principais panfletos pela Independência do Brasil na Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 set. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/09/viuva-serva-publicou-principais-panfletos-pela-independencia-do-brasil-na-bahia.shtml. Acesso em 21 de janeiro de 2024.

[2] Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS), óbitos da Conceição da Praia (1718 -1810), fl. 223. "Aos vinte e dois de Agosto de mil e outo sentos faleceo de bixigas Anna branca com idade de dois anos filha legitima de Manoel Antonio da Silva Serva e de Maria Roza da Conceição foi sepultada nesta Matriz Irmandade do Sacramento encomendada com capa de asperge e doze padres. O Coad.or Alex.e Frr.a Coelho".

[3] ACS, Batismos de São Pedro (1801-1805), fl. 8. "Aos dezanove de Abril de mil oitocentos, e hum o Reverendo Vigario o Doutor Lourenço da Silva Magalhaens batizou, e pos os Santos Oleos a Delfina nascida a sete de Fevereiro deste anno filha legitima de Manoel Antonio da Silva Serva, e de Maria Rosa da Conceição desta Freguezia foi Padrinho Manoel Coelho Moreira cazado da Freguezia da Praia. Coad.or Jose Carvalho de Abreu".

O terceiro filho do casal, primeiro menino, foi Manoel Antonio da Silva Serva que nasceu em julho de 1803, sendo batizado com um mês de idade, em 20 de agosto de 1803.[4] Há outra menina chamada Ana, que foi batizada em 13 de julho de 1806, com um mês e meio de idade.[5] Em seguida, José Antonio da Silva Serva, que foi batizado na capela do Senhor do Bonfim em 19 de abril de 1808.[6] Existiu uma terceira menina chamada Ana, batizada em 24 de junho de 1810, também na capela do Senhor do Bonfim.[7] Houve uma menina batizada Ignez da Conceição Serva, nascida por volta de 1812 e que viveu até 1836.[8] Por fim, há o registro de mais uma Ana, a quarta, que faleceu em 3 de novembro de 1813, com três meses de idade.[9] Além dos filhos naturais, Maria Rosa adotou dois sobrinhos portugueses do marido, Miguel Joaquim e Inácia Maria, trazidos para a Bahia em 1810. [10]

Os negócios da tipografia passaram por altos e baixos durante o período do Conde dos Arcos (1810-1817) e um empréstimo foi contraído por Manoel Antonio da Silva Serva junto ao governo em 1815. Com a sua morte, em agosto de 1819, Maria Rosa passou a ser

---

[4] ACS, Batismos da Conceição da Praia (1800-1806), fl. 94. "Aos vinte de Agosto de mil oitocentos e tres baptizei solenemente e pus os santos oleos a Manoel nascido a hum mes filho legitimo de Manoel Antonio da Silva e Maria Roza da Conceição: foi Padrinho Antonio Luis Pereira branco solteiro todos desta freguezia. O Vigr.º Ant.º Carlos de Alv.ª Abreu de Lima".

[5] ACS, Batismos da Conceição da Praia (1800-1806), fl. 163. "Aos treze de Julho de mil oitocentos e seis nesta Matriz da Conceição da Praia baptizei solemnemente e pôs os santos oleos o Reverendo Coadjutor Manoel Lourenço a Anna com idade de mes e meyo branca filha legitima de Manoel Antonio da Silva Serva, e de Maria Roza da Conceição, brancos cazados moradores nesta Fregezia foi Padrinho Joaquim Gomes Pereira branco solteiro, morador na Freguezia de Sam Pedro Velho desta Cidade. O Vigr.º Ant.º Carlos de Alv.ª Abreu de Lima".

[6] ACS, Batismos de São Pedro (1806-1811), fl. 139 v. "Aos dezenove de Abril de mil oitocentos e oito, na Capella do Senhor do Bomfim filial da Matriz da Penha baptizou e poz os Santos Oleos, o Padre Joaq.m Ramos, a Jozé, filho legitimo de Manoel Antonio da Silva Serva e de Maria Roza da Conceição, foi Padrinho Raimundo Jozé do Valle, cazado da Freg.ª do Pillar de que fiz este assento, que assingnei. O Vigr.º Lourenço da Silva Mag.es Card.º".

[7] ACS, Batismos da Penha (1800-1817), fl. 118 v. "Aos Vinte quatro do mes de Junho de mil oitocentos e dez na Capella do Senhor do Bomfim filial desta Matriz baptizou, e pôz os Santos Oleos o Padre Coadjutor Francisco Lazaro das Merces à Anna parvula filha legitima de Manoel Antonio da Silva Serva, e de Dona Maria Roza da Conceição: forão Padrinhos João Paulo das Chagas cazado morador no Maranhão por Procuração que dele apresentou Joaquim Gomes Pereira, e Anna Joaquina de Jesus: da Conceição da Praya: Do que fiz este assento. Vig.º Man.el Jose Fr.ª".

[8] ACS, óbitos da Conceição da Praia (1834 -1847), fl. 71 v. "Aos Oito de Julho de mil oitocentos e trinta e seis, falleceu com todos os Sacram.tos, tisica, de id.e de vinte oito annos Ignez da Conceição Serva, cazada com Joaq.m Mendes dos S.tos Guim.es, foi amortalhada em habito de S. Dom.os e sepultada na sua Ordem, sendo encomd.ª de Pluvial, Sacristão, e dez Padres, do q.' tudo fiz este assento, e me assignei. D.or Manoel Jose de Souza Cardozo Vig.ro Encomd.º". Nota marginal afirmando que era "branca".

[9] ACS, óbitos da Conceição da Praia (1810 -1828), fl. 38. "Aos tres de Novembro de mil Oito centos e treze falleceo nesta Freguezia Anna inocente, com idade de tres meses de toçe, filha legitima de Manuel Antonio da Silva Serva e de sua mulher Maria Roza da Conceição foi encomendada de cruz e es pelo Reverendo Vigario, e seos padres que a reçeberão na Matriz dessa Irmandade do Santissimo Sacramento, e para constar mandei fazer este termo que asignei. O Vigr.º Ant.º Carlos de Alv.ª Abreu de Lima".

[10] Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Avulsos. Caixa. 253; Documento 17424.

chamada de “viúva Serva”, herdando os negócios do marido, que incluíam a livraria no morgado de Santa Bárbara e a tipografia, então a única existente na Bahia, a segunda em sociedade com seu genro José Teixeira de Carvalho. Sabemos que a viúva Serva era letrada, em vista de encontrar alguns documentos assinados por ela.

Figura 1: Seção Judiciária: escrituras.
Fonte: APEB. Livro 172 (04/08/1812 - 29/01/1813), fl. 21.

Uma imensa quantidade de seus livros do falecido Manoel Antonio da Silva Serva permaneceu no Rio de Janeiro e só foram reavidos pelos novos proprietários por meio de uma rede de relações bem estabelecidas, que incluíam o livreiro Manoel da Silva Porto e Diogo Soares da Silva de Bivar, que, após alcançar o perdão régio, mudara-se de Salvador para o Rio de Janeiro em 1821. Foi Bivar, na condição de procurador, quem conseguiu devolver os livros para os herdeiros do empresário em 15 de novembro de 1821:

> Senhor
> Dizem Viuva Serva e Carvalho da Cidade da Bahia, que despachando seu Marido e Sogro Manoel Antonio da Silva Serva varios Caixões de Livros para surtimento do seu negocio, d’entre estes se mandárão reter na Alfandega da Bahia por onde se fez o despacho, as que constão da Relação junta, para o fim de serem remetidos como com efeito forão, para a Secretaria deste Tribunal da Mêza do Desembargo do Paço, o que acontecêo em o anno que accuza a mesma relação. E porque **os Supplicantes querem concluir o inventario do dito seu Marido e Sogro**, e devem dar conta dos mesmos livros, recorrem por isso a Vossa Meza Real Haja por bem Mandar restituilos aos Suplicantes, ou pagar-lhes o custo na importancia de 107$280 reis, como mostra a referida relação. Respeitozamente
> Pedem a Vossa Alteza Real Haja por bem de lhes deferir na forma que requerem [...] Como Procurador bastante
> Diogo Soares da Silva de Bivar[11]

[11] Arquivo Nacional. Mesa do Desembargo do Paço, caixa 170, pacote 2, documento 86.

O parecer do governo foi de que "Entreguem-se. Rio de Janeiro 15 de novembro de 1821". Os livros deveriam retornar para os suplicantes, na Bahia.

A Tipografia da Viúva Serva, e Carvalho, diferente da primeira fase da empresa, mais literária e científica, foi política. Os primeiros livros que imprimiu, em 1819, foram os volumes 3 e 4 do *Manual de Medicina e Cirurgia Pratica de Brown*. Logo, a empresa converteu-se em um espaço que impulsionou o debate político, particularmente após a extinção da Comissão de Censura em 1821. Nos seus prelos foram impressos dezenas de panfletos, cujos autores, não mais limitados pela censura prévia, expunham as controvérsias que davam o tom político do colapso do absolutismo português e do sistema colonial.

A leva constitucionalista que alcançou a Bahia em fevereiro de 1821 teve grande impacto na Tipografia da Viúva Serva. Produziu textos e documentos ligados ao movimento constitucional, a exemplo de *As Bases da Constituição*, a *Constituição de Hespanha*, as *Instruções para as eleições dos deputados das cortes*. O mais importante texto vintista impresso foi a *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, feita por diligência da Junta Provincial, que ordenou uma edição com 2 mil exemplares.

Foi na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho que o número de jornais baianos cresceu. Além do *Idade d'Ouro*, único que se imprimira até 1821, foram criados o *Semanario Civico*, o *Baluarte Constitucional* e outros, alcançando o significativo número de 12 títulos entre 1822 e 1823. Ali foi impresso *O Constitucional*, primeiro jornal de oposição do Brasil, de cariz liberal, que levou ao empastelamento da tipografia em 21 de agosto de 1822, pelos oficiais lusitanos chefiados pelo tenente-coronel Victorino Serrão, "O Ruivo". Apesar da truculência por parte das autoridades lusitanas, logo a tipografia voltou a funcionar.

Na tipografia da Viúva Serva, e Carvalho se imprimiu, entre fevereiro de 1821 e 1822, um conjunto significativo de textos e documentos, que estão diretamente ligados ao movimento constitucional. Ela reproduziu um dos importantes documentos que emergiram das Cortes reunidas em Lisboa: *As Bases da Constituição*, cujo único exemplar, recentemente localizado, que pudemos consultar, está na Biblioteca Pública de Braga, em Portugal, com 17 páginas.[12]

[12] BASES // DA // CONSTITUIÇÃO. [1821]. No colofon: BAHIA: Na Typog. da Viuva Serva e Carvalho. Com Permissão do Governo Provisional. 17 p. ; 15 cm. Registro: 89090 COTA: BPB Res 686 (2) A

(1)

BASES
DA
CONSTITUIÇÃO.

DECRETO.

As Côrtes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portugueza, antes de procederem a formar a sua Constituição Politica, reconhecem e decretão como Bases della os seguintes principios, por serem os mais adequados para assegurar os direitos individuaes do Cidadão, e estabelecer a organização e limites dos Poderes Politicos do Estado.

SECÇÃO I.

Dos direitos individuaes do Cidadão.

1.º A Constituição Politica da Nação Portugueza deve manter a liberdade, segurança, e propriedade de todo o Cidadão.

2.º A liberdade consiste na faculda-

(17)

tambem juradas por todas as Auctoridades Ecclesiasticas, Civis, e Militares.

A mesma Regencia o tenha assim entendido, e faça promptamente executar. Paço das Côrtes em 9 de Março de 1821.

Manoel Fernandes Thomaz — Presidente.
José Ferreira Borges — Deputado Secretario.
João Baptista Felgueiras — Deputado Secretario.
Agostinho José Freire — Deputado Secretario.
Francisco Barroso Pereira — Deputado Secretario.

BAHIA:

NA TYPOG. DA VIUVA SERVA E CARVALHO.
Com Permissão do Governo Provisional.

Figura 2: Registro: 89090 COTA: BPB Res 686 (2) A.
Fonte: Biblioteca Pública de Braga (BASES, 1829).

Foi impressa, também, *Constituição de Hespanha*, ainda em 1821, com 58 páginas. Na Bahia, a *Constituição de Hespanha* serviu para orientar as decisões politícas no Reino e Ultramar durante 1821, enquanto uma própria de Portugal não se concluísse.

Era necessário também eleger os deputados para representar a Bahia nas Cortes em Lisboa e dos prelos da Typographia da Viuva Serva e Carvalho saiu as *Instruções para as eleições dos deputados das cortes segundo o método da Constituição Espanhola, adotado para o reino de Portugal e a Província da Bahia.* [13]

O mais importante texto vintista impresso na Tipografia da Viuva Serva e Carvalho foi, sem dúvida, a própria *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*. Quanto a publicação da Constituição de 1822, a Junta Provincial ordenou a impressão de surpreendentes 2 mil exemplares:

[13] Item 57 - Instruções para as eleições dos deputados das cortes segundo o método da Constituição Espanhola, adotado para o reino de Portugal e a Província da Bahia. 6f; 12p; original; http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-da-bahia/8/f/b/8fb00a20878eba623b9e951e2dcd82d695e9cf6909df0371d6242d338fd960bf/BR_BAAPEB_CIBB_COR_024_057.pdf

> Manda a Junta Provisoria de Governo, que a Viuva Serva e Carvalho Directores da Typographia, fação reimprimir com a maior brevidade possivel dous mil exemplares da Constituição Politica da Monarchia Portugueza, tal qual a que se lhe remete ficando na inteligência de que todos os sobreditos exemplares, hão de ser rubricados pelo Secretario da mesma Junta, sem o que não terão validade, nem poderão correr os reimpressos nesta Cidade: procedendo-se contra o abuso da venda particular da dita Constituição, como determina o Decreto de 26 de Setembro proximo. Palacio do Governo da Bahia.16 de Dezembro de 1822. Vianna Presidente ,, Cunha ,, Mello ,, Telles.[14]

A sorte permitiu que ao menos um exemplar dos quatro livros ou folhetos constitucionalistas acima descritos sobrevivesse, mas o mesmo não pode ser dito de outros três impressos avulsos, dos quais só restou notícia. O primeiro foi intitulado *Oitavas Constitucionais* e dela só há notícia por ter sido anunciada no Rio de Janeiro: "Sahirão á luz: *Oitavas Constitucionaes*, impressas na Bahia; vendem-se na loja de Manoel Joaquim da Silva Porto, rua da Quitanda, canto da de S. Pedro, a 120 réis".[15]

Os outros dois impressos de natureza constitucional são ainda mais intrigantes. Após os acontecimentos de fevereiro de 1821, algum personagem obscuro dentro da Tipografia de Serva publicou dois papéis avulsos, possivelmente contrários aos interesses do governo português e das autoridades coloniais. Deles não foi possível encontrar exemplares, mas o primeiro foi impresso a 11 de fevereiro e os administradores da Typographia da Viuva Serva, e Carvalho foram à público, dois dias depois, pedir desculpas, observando que "He necessario advertir para decoro da causa publica, que hum papel impresso que sahio á luz a 11, e que começa = Valoroso Exercito Bahiano &c. he apócrifo por falta de cautela na Typographia, a que já se derão as providencias".[16] O segundo foi um *Soneto*, impresso a 15 de fevereiro, cujos exemplares foram queimados:

> Por huma incuria desculpavel na Typographia sahio hum Soneto indecente, a que logo se acodio, e queimou-se; mas infelizmente escaparão alguns impressos. A liberdade he como todos sabem para cousas justas, e para sustentaculo da boa Moral. O mencionado Soneto estava ao reverso d'outro approvado, mas sem approvação; e tal foi o equivoco.[17]

---

[14] Idade d'Ouro, N. 103, Terça-Feira, 23 de Dezembro de 1822, p. 4.
[15] *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 78, Quinta-Feira, 30 de agosto de 1821, p. 4.
[16] Idade D'Ouro do Brazil, N. 13, Terça-feira, 13 de fevereiro de 1821, p. 4.
[17] Idade D'Ouro do Brazil, N. 15, Sexta-feira, 16 de fevereiro de 1821, p. 4.

Melhor sorte teve um exemplar do *Hymno Constitucional*, folheto de três páginas que apresenta versos musicados pelo primeiro professor régio de música da Bahia, José Joaquim de Souza Negrão, contrários ao absolutismo. Trata-se da mais antiga composição musical impressa na Bahia. Esses versos circularam pelo Recôncavo baiano, demonstrando que os influxos constitucionais na imprensa não se restringiram à papéis de governo, mas transformando as percepções literária, educacional e artística da época.

Deve-se destacar, não obstante seus méritos, que foi sob a administração da Viúva Serva e de José Teixeira de Carvalho que a tipografia alcançou o mais baixo patamar em qualidade editorial, ao longo de toda a sua trajetória. Grande parte dos seus impressos sequer possuía folha de rosto, trazendo as informações tipográficas apenas no colofão. O papel utilizado para imprimir grande parte dos folhetos constitucionais era de péssima qualidade. A tinta esmaecida. A possível razão disso pode ser explicada pela própria guerra civil que teve lugar na Bahia entre 1822 e 1823, limitando acesso a papel, tinta e outros materiais necessários para impressão.

A guerra não foi, contudo, a única razão. É surpreendente, mas os administradores da Serva estavam utilizando, em 1824, africanos escravizados para trabalhos de impressão na oficina. Isso pode ser confirmado em um anúncio publicado por D. Maria Rosa da Conceição Serva:

> A D. Maria Rosa da Conceição Serva, lhe fugirão do seu Cazal, há diversos tempos, os escravos seguintes: hum muleque de nome Marcos, de Nação Nagô, de idade de 18 annos, pouco mais ou menos, official de impressor, magro, de estatura alta. Benedicto, mulato, de idade de 12 annos [...] quem delles souber e os conduzir á dita Proprietaria, receberá o seu premio.[18]

A prática de usar escravizados na composição da Typographia da Viuva Serva, e Carvalho foi registrado também pelo impressor francês Rene Ogier, radicado no Rio de Janeiro. De acordo com ele "lequel avait acheté un certain nomre d'esclaves qu'il avait formés avec beaucoup de peine aux travaux de la composition et de la presse. On doit á cette typographie u trés-grand nombre d'ouvrages imprimés avec soin".[19] O uso de mão de obra

[18] Grito da Razão, N. 3, Sexta-feira 20 de Fevereiro de 1824, p. 4.

[19] L'Écho de L'Amérique du Sud, Journal Politique, Commercial et Littéraite, Rio de Janeiro, n. 28, 6 de outubro de 1827, p. 4. Serva "que havia comprado vários escravos a quem treinara com grande dificuldade no trabalho

escrava na produção de livros explicaria o barateamento das servinas se comparadas com o preços praticados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro. A questão do emprego de escravizados na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva é uma questão que fica em aberto, mas fica comprovado que a Typographia da Viuva Serva, e Caravalho os empregava como oficiais de impressor. É notável, também, o crescente uso de compositores e oficiais de tipografia escravizados nas oficinas fluminenses do século XIX.

Além disso, a Typographia da Viuva Serva e Carvalho refletiu e reproduziu, por meio dos seus prelos, a polarização política da época, que levou à guerra civil entre portugueses e brasileiros em 1822. Os conflitos armados ocorridos nas ruas de Salvador em 19, 20 e 21 de fevereiro daquele ano "tal comoção fizeram no manejo dos negócios, mesteres e oficinas, que a única imprensa que temos se viu impossibilitada de continuar nos seus trabalhos com o mesmo expediente antigo". [20] A Typographia da Viuva Serva e Carvalho ficou cerca de dez dias sem imprimir.

José Teixeira de Carvalho desaparece dos documentos por volta de 1827, quando a empresa já havia reduzido sua importância editorial. A partir de 1828, contudo, Maria Rosa se associou aos seus dois filhos, Manoel e José, para recriar a empresa sob nova razão social de Tipografia da Viúva Serva & Filhos, alinhando-se ao projeto imperial brasileiro.

A Typographia de Serva e Filhos, para além das questões políticas, imprimiu algumas obras literárias que refletiam o gosto da sua época. Entre 1829 e 1831, Maria Rosa chegou a publicar livros apenas com o seu nome, sob designação de "Impressão da Viuva Serva", imprimindo uma tradução da controversa novela *Monsieur Kinglin* ou a Presciencia (1829), de Pigault-Lebrun. Dois anos depois, em 1831, foram publicadas as *Cartas para Marília*.

de composição e na imprensa. Devemos esta tipografia a um número muito grande de trabalhos cuidadosamente impressos".

[20] Diario Constitucional, n. 11, sexta-feira, 1 de março de 1822.

MONSIEUR

DE

KINGLIN,

OU

A PRESCIENCIA,

COMPOSIÇÃO EM FRANCEZ

DE

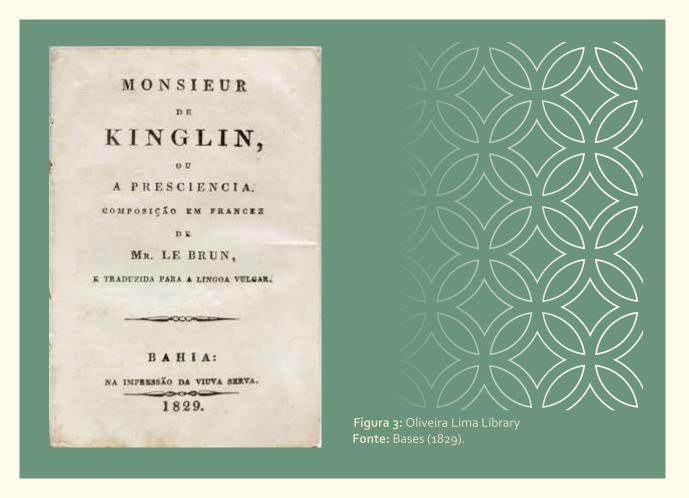
Mr. LE BRUN,

E TRADUZIDA PARA A LINGOA VULGAR.

BAHIA:

NA IMPRESSÃO DA VIUVA SERVA.

1829.

Figura 3: Oliveira Lima Library
Fonte: Bases (1829).

A sociedade da Typographia da Viuva Serva e Filhos foi desfeita em 1833, mas isso não significou uma ruptura na família, já que os dois irmãos continuaram a trabalhar em conjunto. Basta examinar a *Gazeta da Bahia* para se certificar que enquanto Manoel Antonio da Silva Serva aparecia como seu redator, José Antonio da Silva Serva surge como administrador da oficina originalmente instalada na cidade Baixa, sobre os Arcos de Santa Bárbara.

É conhecido que na península Ibérica diversas esposas de tipógrafos falecidos continuaram seus negócios, à exemplo das viúvas Ibarra (Madri), Bertrand (Lisboa) e Gandra (Porto). Na América portuguesa, contudo, as mulheres, mesmo da elite, somente com muita dificuldade alcançavam letramento e acesso aos livros. A viúva Serva, com uma casa editorial importante, representava uma sociedade que se transformava, por meio de instituições liberais, possibilitando mais mulheres a terem acesso aos livros.

A sua tipografia atravessou a conturbada década de 1830 confirmando o alinhamento ao projeto imperial e se opondo à incendiária Tipografia do Diário. A Tipografia da Viúva Serva & Filhos desaparece em novembro de 1837, após o início da Sabinada, quando o equipamento foi retirado de Salvador por José Antonio e levado para Santo Amaro e, depois, para Itaparica.

Em 1846, com cerca de 68 anos, e após a morte do primogênito, Maria Rosa vendeu a livraria que por décadas agitou a capital baiana. A tipografia não permaneceu ativa após a morte do segundo Manoel Antonio da Silva Serva. As pesquisas nos livros de tabelionato do Arquivo Público do Estado da Bahia possibilitaram localizar o "canto do cisne" da Livraria de Serva na Cidade da Bahia, o traslado da escritura de venda da livraria situada na Rua do Morgado, à Santa Bárbara, em 3 de outubro de 1846. Ainda estava viva d. Maria Rosa da Conceição Serva, a sócia-proprietária da tipografia desde o falecimento de Manoel Antonio da Silva Serva em 1819. Segue abaixo a transcrição integral do manuscrito:

> Traslado do Documento, que abaixo se declara.
> Eu abaixo assignado tenho vendido ao Senhor Francisco Antonio da Silveira, a minha Loja de Livros, sita na Rua do Morgado, com todos os livros e armação constante do balanço, que o mesmo Senhor nesta data recebeu, pela quantia de dous Contos, settecentos quarenta e oito mil oitocentos reis /2:748$800/ cuja venda sera por mim garantida, e por ter recebido da ditta quantia passo o prezente por mim tão somente assignado, perante as testemunhas abaixo assignadas. Bahia trez de Outubro de mil oitocentos quarenta e seis. **Maria Roza da Conceição Serva** - Como testemunha José Antonio da Silva Serva. Como testemunha Agostinho da Silva Paranhos - Reconheceo as firmas supra. Bahia 3 de Outubro de 1846. Vieira [fl.75]. Silva. Pereira. Nada mais se continha em o documento, o qual foi trasladado do proprio original, que entreguei a quem de como recebeo abaixo assignou, e vai por mim subscripto e assignado, e com outro Escrivão conferido e concertado na Bahia aos 27 de Julho de 1847. Eu Francisco Rodrigues Mendes Tabellião o fiz, escrevi e assignei.
>
> Com.º T.am — C.do p.r mim T.am
> José Joaquim da Costa Amado — Fran.co Roiz Mendes[21]

Após o breve episódio acima, a Typographia de Serva, após 37 anos de funcionamento, deixaria de existir na Cidade da Bahia. Passaria os anos finais na península itapagipana, cercada pelos filhos e netos. A Viúva Serva, Maria Rosa da Conceição, morreria, ao dia 7 de janeiro de 1858, maior de 80 anos, na casa de seu filho José Antonio da Silva Serva, na freguesia da Sé. dia seguinte, ela foi sepultada no cemitério da Quinta dos Lázaros.[22]

---

[21] Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Judicial, Escrituras, Livro n.º 286, fls. 74v e 75.

[22] ACS. óbitos da Freguesia da Sé (1840 -1862), fl. 327: "Aos sete de Janeiro de 1858 falleceo na Freguezia da Penha, D. Maria Rosa da Conceição Serva, branca, viuva, maior de oitenta annos, e sendo transferida p.ª esta Freguezia, e casa do seo filho José Antonio da Silva Serva foi dahi conduzida p.ª a Igreja de S. Domingos, onde foi por mim encomendada, e sepultada no Cemiterio da Quinta no dia seguinte. Do que fiz este assento, e assignei. O Conego Cura João José de Miranda".

Referências

ARQUIVO HISTóRICO ULTRAMARI NO. Lisboa. Bahia, Avulsos. Caixa. 253; Documento 17424.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Seção Judicial*: escrituras. [S.n.]. (Livro n.º 286, fls. 74v e 75).

BASES da Constituição. Bahia: Na Typog. da Viuva Serva e Carvalho, 1829. 17 p. Com Permissão do Governo Provisional. Registro: 89090 COTA: BPB Res 686 (2) A.

BATISMOS da Conceição da Praia (1800-1806), fl. 94. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

BATISMOS da Conceição da Praia (1800-1806), fl. 163. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

BATISMOS da Penha (1800-1817), fl. 118 v. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

BATISMOS de São Pedro (1801-1805), fl. 8. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

BATISMOS de São Pedro (1806-1811), fl. 139 v. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

DIARIO CONSTITUCIONAL. Rio de Janeiro, n. 11, 1 mar. 1822.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 78, p. 4, 30 ago. 1821.

GRITO DA RAZÃO. Salvador, Bahia, n. 3, p. 4, 20 fev. 1824.
IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador, BA, n. 13, p. 4, 13 de fev. 1821.

______. Salvador, BA, n. 15, p. 4, 16 de fev. 1821.

______. Salvador, BA, n. 103, p. 4, 23 dez. 1822.

L'ÉCHO DE L'AMÉRIQUE DU SUD: JOURNAL POLITIQUE, COMMERCIAL ET LITTÉRAITE, Rio de Janeiro, n. 28, p. 4, 6 out. 1827.

MAGALHÃES, P. A. I. Viúva Serva publicou principais panfletos pela Independência do Brasil na Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 set. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/09/viuva-serva-publicou-principais-panfletos-pela-independencia-do-brasil-na-bahia.shtml. Acesso em 21 de janeiro de 2024.

ÓBITOS da Conceição da Praia (1718-1810), fl. 223. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

ÓBITOS da Conceição da Praia (1810-1828), fl. 38. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

ÓBITOS da Conceição da Praia (1834-1847), fl. 71 v. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

ÓBITOS da Freguesia da Sé (1840-1862), fl. 327: Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACS).

PORTUGAL. Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. *Instruções para as eleições dos deputados das cortes segundo o método da Constituição Espanhola, adotado para o reino de Portugal e a Província da Bahia*. Lisboa, 1820. 6 f. 12 p. Disponível em: http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-da-bahia/8/f/b/8fb00a20878eba623b9e951e2dcd82d695e9cf6909df0371d6242d338fd960bf/BR_BAAPEB_CIBB_COR_024_057.pdf . Acesso em: 14. fev. 2024.

Pablo A. Iglesias Magalhães

Professor Associado na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), vinculado Centro das Humanidades (CEHU /UFOB), atuando nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades (PPGCHS / UFOB) e ao Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Sergipe (PROHIS / UFS). Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2010), com estágio doutoral na Universidade de Coimbra (2008), com a tese Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre os anos de 2005 e 2010. Pesquisador colaborador do BRASILHIS (Universidad de Salamanca / Espanha), do projeto POMBALIA (Portugal), da Comissão Científica da Cátedra Marquês de Pombal (UFS), da Cátedra UNESCO-UFMG/DRI "Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes" (2021-2023), pesquisador do grupo em Memória e História da Educação (MEHED-FACED/UFBA) e do Núcleo de Estudos Musicológicos (NEMUS / UFBA).

"Women and books in England in the seventeenth century".

David Pearson
(University of London/Inglaterra)

Women and books in England in the seventeenth century

There is a marked and obvious gender imbalance in many accounts of historic book ownership, reflecting the nature of much of the surviving documentary evidence. Of the more than 1370 names in the lists of seventeenth-century owners in the appendix to this book, only 36 are women (mostly from the aristocratic and gentry classes), which might be interpreted as a sign that men were readers and women were not. This is emphatically not true; the distorted statistical lens is an unavoidable consequence of early modern property law, whereby the goods of married women were technically vested in their husbands.[1] The result of this is that so much of the source material upon which such lists depend, including wills, inventories and sale catalogues, are in the names of men, although they include material which to modern minds belonged to women. Wives made wills only with their husbands' consent, and rarely did so; only 1% of surviving wills between 1558 and 1700 are those of wives.[2] Probate documentation relating to women is typically associated with widows, unmarried at the time of their death. A study of women and consumer behaviour in the late seventeenth and early eighteenth centuries, based on an analysis of nearly three thousand probate inventories, noted that the ratio of female inventories in the overall sample (15%) closely matches the proportion of households headed by widows (13%).[3] The same study went on to observe that where women's inventories do survive, "books ... were recorded in equal proportions in both men's and women's inventories".[4]

The paucity of primary evidence, combined with traditions of prioritisation in academic study, has meant that until fairly recently, women's book ownership in the early modern period has been a neglected topic. There are no women at all in William Fletcher's *English book collectors* (1902), apart from a brief passing mention of Elizabeth I; the first woman, chronologically, to feature in Seymour de Ricci's *English collectors of books and manuscripts* is Frances Currer (1785-1861), in his view "England's earliest female bibliophile".[5]

---

[1] Laurence (1994, p. 228-230).
[2] Prior (1990, ch. 8).
[3] Weatherill (1986, p. 131-156; p. 133).
[4] *Ibid*, p.142.
[5] Fletcher (1902); Ricci (1930, p. 141).

A survey of over a hundred articles on private libraries, published in *The Library* from the start of the journal in 1892 to 2015 found only one, until 1989, which focused on a woman's library (a short article on the books of Diane de Poitiers written in 1926).[6] There are hardly any women's lists in Sears Jayne's *Library catalogues of the English renaissance*, and *Private libraries of renaissance England*, of its 279 library lists published to date, has only 17 that belonged to women.[7]

The unbalanced account which these statistics reflect has been increasingly explored, understood and reshaped during the last forty years or so in a wide range of books and articles which have looked at seventeenth-century women's access to and use of books from many angles, and the picture is now very different. Scholars have looked at literature produced primarily for a female market, following on from Suzanne Hull's pioneering study of 1982, and there have been several exemplary and regularly cited studies of particular women's collections, such as Paul Morgan on Frances Wolfreston, David McKitterick on Elizabeth Puckering and Heidi Hackel on the Countess of Bridgewater.[8] Kate Loveman has opened up for us Elizabeth Pepys's reading alongside that of her diarist husband, and the subject has been considered in the obvious wider context of women's writing at that time.[9] More recently, a volume of essays on the ownership and reading of books by women in early modern Britain has significantly explored and documented this landscape, and a website dedicated to illustrating interesting examples of *Early modern female book ownership* has been set up .[10] In 2005, the Beinecke Library at Yale mounted an exhibition devoted to books owned by women before 1700, and there is a more popular book all about women and books in art, to sit alongside the now annual calendars of *Women reading* produced for a broad market.[11]

We therefore now have a fuller picture which might be summarised as follows. Yes, of course women owned books in the seventeenth century. They constituted over half the

---

[6] Bushnell (1926, p.283-302).
undertaken for the virtual issue on Private Libraries,
https://academic.oup.com/library/pages/Library_on_Private_Libraries (accessed 8 February 2019).
[7] Jayne (1983, p. 46).
[8] Hull (1982); Morgan (1989); McKitterick (2000, p. 359-380); Hackel (2002, p. 138-159).
[9] Loveman (2015).
[10] Knight *et al*. (2018); https://earlymodernfemalebookownership.wordpress.com/contact/ (accessed 12 November 2019).
[11] Babcock *et al*. (2005, p. 67-76); Inmann (2009).

population and although the proportion of women who could read was lower than that of men, it was one which was steadily growing. Estimates of female literacy at the time have been debated; a 1980 study which reckoned that 90% of women were illiterate in 1640, falling to 70% by 1714, has been questioned by several later writers, pointing out that statistics like this, based on evidence of being able to write, overlook the fact that reading and writing skills were separately taught, and women who could only mark their name with a cross might still have been able to read.[12] In many larger and more affluent households, it was common practice for women to have their own closets or private spaces in which books would often be kept and read, and many records of these survive. Beyond that, to quote from a list made by Heidi Hackel, the evidence for women's libraries survives in many forms: "ownership stamps and signatures in extant copies of books, references in journals and letters, passages in commonplace books, representations in portraits, bequests in wills, and lists in probate and household inventories".[13]

LADIES' CLOSETS

The closet activities of aristocratic and gentry ladies perhaps constitute the most accessibly documented of those categories and there are numerous examples, some of them now well known, like Lady Anne Clifford (1590-1676), whose surviving library inventory and diary, with accounts of books being read or read to her in the 1610s, are supplemented by the famous triptych of 1646 which is full of books.[14] That picture has been ingeniously used to try to reconstruct the libraries of Anne and her mother.[15] Not many books from her library survive today, but several that do, including her copy of Sidney's *Arcadia* now in the Bodleian, are richly annotated with marginalia and her note of starting and finishing her reading.[16] Andrew Cambers has written extensively about the closet reading of the Yorkshirewoman Lady Margaret Hoby, who has been described as having a "life saturated by print" and who

[12] That estimate from David Cressy (1980, p.121-122), has been queried by (*inter alia*) Pearson (1996, p. 80-99; p. 80-81); Ezell (1999, p.19-40; p.23); Heidi Hackel, *Reading material in early modern England* (Cambridge: Cambridge University Press 2005), p.57.

[13] Hackel (2002, p. 139).

[14] Hackel (2005, p. 222-240), where the picture is reproduced; to see it in colour, visit https://www.abbothall.org.uk/great-picture (accessed 6 October 2018).

[15] Knight ([S.d.]), and Knight, 'Anne Clifford, Countess of Pembroke', PLRE 268 and 277 in Knight (2017, p. 157-161; 347-363).

[16] Sidney (1605). Another similarly annotated book of hers is illustrated in Kuhta (2011, p. 42-45).

died in 1633, but his book on *Godly reading* reveals a number of similar examples, and observes the different customs that characterised male and female closet book use.[17] Heidi Hackel has edited the library inventory of Frances Egerton, Countess of Bridgewater, listing 241 books and made between 1627 and 1632.[18]

An inventory which has more recently been edited, and which is typical of the contents of these kinds of closets around the middle of the century, is that of Margaret Heath (1578-1647), made after her death; the original survives among the Heath family papers in the British Library.[19] Born Margaret Miller, she married Robert Heath in 1600 and lived through his early career as a courtier seeking favours, until he became Recorder of London in 1618, Solicitor-General and a knight in 1621, and Chief Justice of Common Pleas in 1631.[20] His political fortunes had ups and downs and when she died he was in exile in France; they had six children and her 1631 portrait by Cornelius Johnson makes it clear that she was a lady of wealth and fashion.[21] The inventory lists 82 titles, all in English. She had both a coloured and an uncoloured copy of Gerard's *Herbal*, Parkinson's *Garden of flowers* and a few other books relating to gardening, husbandry, and medicine, but over 80% of the contents are what we would classify as theological or devotional. She had Bibles and prayer books, sermons and expository works, and a lot of books giving guidance on spiritual matters – Byfield's *Rules of holy life*, Bolton's *Directions for comfortable walking with God*, Baynes's *Holy soliloquies*, Sibbes's *Soul's conflict*. More books are in quarto than any other format, but other formats feature too, and fourteen of her books were sixteenmos, presumably a handy size to carry around and use for reflection and meditation whenever sought. But she was clearly not afraid of digesting larger works, as Joseph Hall's *Works* in folio is a book which by the time of its 1647 edition ran to over 1350 pages. The only literary work, as we would think of these things, was a copy of Herbert's *Poems*, although Sylvester's translation of the *Divine weeks and works* of Du Bartas would have been of in that way at the itme; both are verse, but also have devotional or biblical roots.

A very similar, if smaller, inventory is the almost exactly contemporary one of Elizabeth Sleigh (later Elizabeth Ireton), made in May 1647 and now in a manuscript in the

[17] Cambers (2011, p. 43-54).
[18] Hackel (2002).
[19] Empey ([201-]); see also Coolahan and M. Empey (2018, p. 231-252; 234-235).
[20] Kopperman (2008). See also Kopperman (1989).
[21] http://www.nationaltrustcollections.org.uk/object/922330 (accessed 6 October 2018).

Wellcome Library.[22] This list of 52 titles, again all in English apart from four French books, and more in quarto than any other format, includes a few books relating to medicine and household duties, but is otherwise entirely religious in content. There is a noticeable preponderance of books by popular English devotional authors of the late sixteenth and early seventeenth centuries, writing books of guidance on godly living, conscience, faith and prayer in the Calvinist tradition – William Perkins, Richard Rogers, Richard Bolton, Paul Baynes, Arthur Hildersham. When Lady Sleigh retired to her closet she, like Lady Heath, was surrounded by books like John Preston's *Golden scepter* and *The saints daily exercise*, Perkins on the creed, Bolton on the four last things and Jeremiah Dyke's *Good conscience*, all much-read works in their day.[23] Ann Sadleir (1585-1670), the daughter of Sir Edward Coke, is another example of an educated lady of this social class with an extensive and well-studied library, much of which she donated to the Inner Temple; most of those books were theological, and Arnold Hunt observed that "she was extremely well read in contemporary English protestant divinity".[24] Ladies like this spent more time pondering questions of election, uprightness of heart and temporary faith than the average twenty-first century audience can easily truly understand.

There are evident parallels between Lady Heath's books and the larger library of Frances Egerton, whose books were also almost all in English, apparently acquired new or at least not long after publication, and with a significant if lesser emphasis on theology and devotion.[25] About half the Bridgewater list comprises religious books, including books by Bolton, Perkins, Rogers and others of that stable, but she also had a wider range of reading on her shelves, with a lot more of what literature, history, and accounts of foreign countries. As well as Herbert, Lady Frances had titles by Spenser, Shakespeare, Jonson and Drayton. Her knowledge of the wider world could be developed with books like Richard Knolles's *Generall historie of the Turkes*, José de Acosta's *Naturall and morall historie of the East and West Indies*, and an English translation of Philippe de Comines's history of late medieval France. That broader range fits her profile as an educated, fashionable and wealthy lady from

[22] Fehrenbach (2014, p. 281-292).
[23] For the authoritative overview of the relative popularity and distribution of devotional texts at this period, see Green (2000).
[24] Hunt (2004, p. 242-279).
[25] Hackel (2002).

the upper strata of society. It is noteworthy that most of the books associated with Elizabeth Grey, Countess of Kent (1581-1651), by the presence of her armorial badge of a talbot passant on the covers, are sixteenth- and seventeenth-century books in Italian, covering a range of mostly historical or literary subjects; she was another aristocratic and well-educated lady, noted for her literary patronage and association with John Selden.[26]

THE BROADER PICTURE

There is however plentiful other evidence that women from a broader range of backgrounds read extensively in what we would classify as literature. It has often been pointed out that early modern conduct books talk about the undesirability of women reading romances or what Thomas Salter, in *The mirror of modesty*, called the pestilent infection of lascivious poetry, but equally often observed that the existence of such warnings is a reflection of how common the practice must have been.[27] Sidney's *Arcadia* was originally written for the entertainment of his sister, and Heidi Hackel has noted that half the surviving copies of pre-1700 editions, which carry ownership inscriptions, have those of women.[28] The evidence is more plentiful later in the century than earlier; several writers have commented on the references in Dorothy Osborne's letters to Sir William Temple in the 1650s and 60s to her enthusiasm for French romances, and her advice on which ones to read.[29] Kate Loveman has looked closely at Elizabeth Pepys's reading in the 1660s; she was an attentive reader of the *Arcadia*, but was apparently most fond of French heroic romances, which she spent many hours reading in the original language.[30] David McKitterick observed the evident interest of Elizabeth Puckering, who died in 1689, in poetry and drama, as testified by books that she marked.[31]

Another female library from this end of the century which reflects that broader range is that of Cary Coke of Holkham, daughter of a Gloucestershire baronet who in 1696, aged 16, married Edward Coke who had inherited the hall and estate of Holkham in Norfolk. They

[26] Considine (2006); *eleven of her books thus stamped are listed on the British Armorial Bindings* database, of which nine fit that description.
[27] Erickson (1993, p. 9).
[28] Hackel (2005, p. 159).
[29] Pearson, 'Women reading', p.92.
[30] Loveman (2015, p. 142).
[31] McKitterick (2000, p. 375).

became the parents of Thomas Coke, 1st Earl of Leicester, and were a bright and fashionable young couple who died cruelly young, within a few months of each other, in 1707.[32] In 1701 they each had a bookplate made and I am very grateful to Mac Graham, the Librarian at Holkham Hall, for sending me a list of the 120 books still at Holkham today which carry Cary's plate. Half are theological and devotional, with those earlier heavyweights Preston and Sibbes represented alongside more contemporary guides like Allestree, Hammond and Stillingfleet, but there is also a wide spread of history, conduct books, current affairs like the *Turkish Spy*, and literature including Boccaccio, Butler, Cowley, Killigrew, Philips, Rochester and Spenser. She had several classics in translation and all her books were in English. To the books at Holkham we should add a group of thirty volumes of contemporary plays, uniformly bound up around the beginning of the eighteenth century and bookplated with either hers, or his; they are all now in the Bodleian Library, part of a purchase of interesting books from Holkham in 1955.[33]

However, when Elizabeth Freke, a gentry lady whose life is unusually well documented via a manuscript autobiography, listed the 78 books she put into the deal box by the fireside in her closet, in 1711, her library had many similarities with the ladies Heath and Sleigh.[34] Like Lady Heath, she owned Joseph Hall's works in folio, and had a wide range of devotional literature including sermons by Lancelot Andrewes and Henry Smith, St Augustine's meditations, Jeremy Taylor's Life of Jesus, Thomas à Kempis and *The whole duty of man*. She also had a sprinkling of household gardening and medical books, with titles like *The family physician* and *The husbandman's instructor*, while her most obviously literary text was Cowley's *Poems*. She had rather more historical texts than the mid-seventeenth-century ladies but on the whole the profile and size of her collection matches theirs quite strikingly. There is plentiful evidence of a continuing association of devotional books with women throughout the Stuart period; their access to wider ranges of books was enhanced when their domestic circumstances meant that they were within households where their own books co-existed with those of male relatives.[35]

---

[32] On their books, see Mortlock (2006, p. 31), and https://www.bookowners.online/Cary_Coke_1680/1-1707 (accessed 5 March 2023).
[33] Rogers (1953, p. 255-267).
[34] Anselment (2001, p.172-5).
[35] A point which is well expanded under the heading 'Collective ownership' in Coolahan and Empey (2018, p. 231-252; 237-239).

Evidence from wills

The kinds of ownership patterns we see from these inventories are very much substantiated and amplified by the evidence which can be drawn from wills, where there are rich seams which have been mentioned but not systematically drawn upon by other writers on seventeenth-century female libraries. It lies not so much in women's wills, which as already noted are few and far between, but in those of men who regularly bestowed particular books on their wives, daughters and nieces. Throughout the century, there are many examples of standard patterns, the simplest of which is the direction that all English language books go to female relatives. When Sir Nathaniel Bacon of Stiffkey died in 1622, he directed that all his English books, either printed or manuscript, be divided between his wife and daughters; a few years later, the lexicographer John Florio left all his English books to his wife.[36] Hannah Dickinson, the woman with whom the ever-memorable John Hales was living when he died in 1656, was bequeathed his English books, and the lawyer Sir Matthew Hale left English books in divinity, medicine and history to his wife in 1676.[37] William Burkitt, celebrated for his expository notes on the New Testament, left his English devotional books to his wife, before the bulk of his library went to become a parish library for Milden.[38]

Choice was often a theme in these bequests, presumably to avoid women being given material which they either would not or should not want. The widow of the lawyer Paul Croke, who died in 1631, was to have such English books as she shall choose, a formula which is found many times, as for example in the wills of David Stokes, canon of Windsor, who died in 1669, the academic philosopher Ralph Cudworth who died in 1688, the physician John Lawson in 1705, the lawyer Sir John Franklin in 1707.[39] Choice was generally expressed as unencumbered, but occasionally there is a requirement of male approval: John Davenant, the Bishop of Salisbury who died in 1641, left English books to his nieces "as his brother thought fit", and in 1710 the lawyer and judge George Bramston directed that his daughter Theodosia

[36] Fehrenbach (1992, p.79-135; p. 81); The National Archives (TNA) PROB 11/149/97 (Will, 1626).
[37] Hales (2010, p. 203-206); Williams (1835, p. 327-358).
[38] TNA PROB 11/473, sig.232.
[39] The relevant wills will all be found at TNA: PROB 11/160/489 (Will, 1631); PROB 11/330/182 (Will, 1669); PROB 11/392/116 (Will, 1688); PROB 11/483/225 (Will, 1705); PROB 11/495/440 (Will, 1707).

should have such English books as she shall choose, "and which my executors think proper for her to have".[40]

The other pattern which is encountered very commonly is the giving of particular books to female relatives, most obviously but by no means always Bibles. Andrew Cotton, a Cheshire gentleman who died in 1640, bequeathed a large English Bible to his cousin's wife "in confidence that she will daily bestow some time in reading".[41] Bishop John Prideaux of Worcester left a great gilt Bible and prayer book to his wife in 1650, Thomas Holbech of Emmanuel College left a quarto English Bible to his niece in 1680, the Southwark rector Richard Hook left a great Bible with the apocrypha in 2 volumes, printed in Cambridge, to his daughter in 1715.[42] This specifying of particular editions or special copies is not unusual, and in 1684 the daughter of the antiquary Thomas Gore received "the English testament with the common prayer with the curious cuts, having a cover of crimson velvet laid over with plates of carved silver", together with his "Bible covered with white satin wrought in divers coloured silks".[43] In 1642 Thomas Sanderson of Gainsborough left his wife a Bible with silver clasps, a quarto Bible in carnation velvet to his daughter Mildred, and a folio Cambridge Bible to his daughter Lucy; his daughters were also to receive six prayer books or other books of divinity tending to devotion.[44]

That phrase about books of divinity tending to devotion is one which chimes very much with the kinds of books we met in ladies' closets, and there is a good correlation between the titles which feature so often in those inventories and ones which are regularly met with as specific bequests in wills. Thomas Sanderson's wife also received works by Richard Sibbes, while Izaak Walton (author of *The compleat angler*) left a copy of Sibbes's *Bruised reed and smoking flax* to his daughter in 1683, along with a copy of the works of Joseph Hall.[45] Edward Veel's sister could remember her nonconformist minister brother with the set of Poole's *Annotations upon the Holy Bible* which he left her in 1708, and the works of William Perkins, that "prince of puritan theologians, and the most eagerly read" (in the words of Patrick Collinson), feature in several seventeenth-century bequests to women.[46] In 1618 John

[40] PROB 11/186/499 (Will, 1641); PROB 11/518/153 (Will, 1710).
[41] Pixton (2009, p. 341-344).
[42] TNA PROB 11/213/611 (Will, 1650); PROB 11/364/342 (Will, 1680); PROB 11/544/313 (Will, 1715).
[43] Jackson (1874, p.1-12).
[44] PROB 11/190/438 (Will, 1642).
[45] PROB 11/375/139 (Will, 1684).
[46] PROB 11/502/234 (Will, 1708); Collinson (1967, p.125); Edmund Staunton (1600-71) left Perkins's works to

Blythe, a fellow of Peterhouse, died and left £5 to his "little god-daughter" Sara Giles, "to buy for her these good books following", a list of fifteen titles including works by Beza, Calvin, Downame, Hall, Luther, Perkins, Rogers and others, all in English, and all very clearly setting her on the road for a godly life.[47] There are exceptions to the general trend, but they do stand out as such within the majority of devotional works; Edmund Castell, the orientalist, left books by Raleigh, Heylyn and Culpeper to his female relatives, although none of them would look out of place in a lady's closet, nor would the copy of Parkinson's Herbal left to his cousin Sara Hobart by the clergyman Barnabas Barlow in 1657.[48] He also left a copy of works by Cicero to another female cousin, which is more unusual, but which may well have been an English translation.

Evidence from inscriptions

As others have observed, evidence of the scale and nature of women's ownership of books is scattered widely around the libraries of the world, in inscriptions and other kinds of ownership markings in surviving books. These is no simple one-stop route to the discovery of these, although the quantity of provenance data in library catalogues is steadily growing, and they can sometimes be searched by different genres of owner. Anyone who has spent any time browsing the shelves of historic libraries is likely to have seen plenty of instances, of simple inscriptions and more complex ones which may tell us a little bit more. Fig. 1 shows some typical examples, names on titlepages and flyleaves, sometimes with dates reflecting the time of acquisition, stray survivals from what may once have been a handful or some dozens of books similarly inscribed. They will be found more commonly in devotional books than anything else, but there are plenty of recorded female inscriptions in literary, historical and other kinds of texts.[49]

Anne Lomax (Will, 1671) PROB 11/337/134; Walter Snell (d.1677) left the same text to Olympia Robartes (PROB 11/356/57 (Will, 1678)).

[47] Cambridge University Library, VCCt Wills III.

[48] PROB 11/382/24 (Will, 1686); PROB 11/266/63 (Will, 1657).

[49] Babcock (2005, p. 67-76); the great majority of them are devotional/theological but they also include literary texts by Chaucer, Cleveland, Drayton, Shakespeare and Waller, and copies of Noy's *Compleat lawyer*, Walton's *Compleat angler*, and *Hodder's arithmetick*.

Fig. 1A: The inscription of [Lady] Elizabeth Brooke (1602?-83), on the flyleaf of a copy of John Preston, *Life eternall*, 1631.

Source: Author's collection.

Fig.1B: The inscription of Elinor Archer, dated 1709, on the flyleaf of à copy of Thomas à Kempis, *The Christian's pattern*, 1708.

Source: Author's collection

Sometimes, inscriptions reflect gifts within families, more often, in my observation, of women to women than men to women – fig. 2 shows a late seventeenth-century Bible given to a girl in 1735, by her grandmother, then aged 85. Handsome copies of devotional books passing down the female side of family lines through several generations is a commonly-encountered model, noted by Natalie Zemon Davis as books becoming "carriers of relationships".[50] Observation suggests that florid and more decorative inscriptions are more often found in female inscriptions, than male ones.

[50] Davis (1975, p. 192).

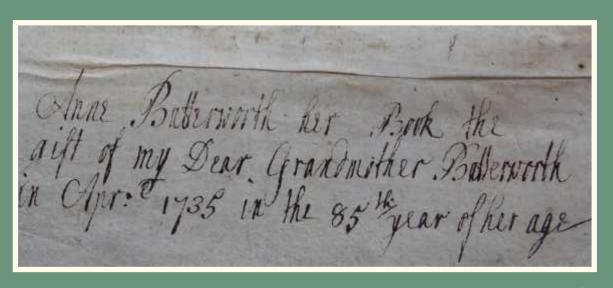



Fig. 2: 'Anne Butterworth her Book the gift of my Dear Grandmother Butterworth in Apr: 1735 in the 85th year of her age', on the flyleaf of a copy of *The holy Bible*, 1689.

Source: Author's collection.

Joint inscriptions

An intriguing subset of the category of female inscriptions in books is that of joint ones, where a woman's name appears alongside a man's. The best-known example is probably that of Thomas and Isabella Hervey, of Ickworth House in Suffolk; there are over 200 books there today, and others scattered around the world, which carry the distinctive inscription "Tho: & Isabella Hervey", or close variants. Thomas (1625-94) was the last of a line of sub-aristocratic Herveys, before his descendants started becoming Earls of Bristol; he was married to Isabella (1625-86, neé May) for nearly thirty years before she predeceased him. Their library has been studied by Emma Smith, who has asked all the obvious questions of these books, to work out what the inscription signifies, whether they are his books, her books, their books, or a mixture.[51] It is evident that the inscriptions are all in Thomas's hand, many probably written in simultaneous batches, and they seem to manifest affectionate acknowledgment of a happy union, rather than any more subtle statement about shared reading activity. This interpretation is strengthened by the existence of a small batch of books which seem to have originally been Isabella's own, which Thomas annotated with a mournful quotation from Virgil after her death.[52]

[51] Smith (2019, ch. 8).
[52] *Ibid*.

The Herveys are the best-known example of this kind of joint inscription but such things are not uncommon, though usually encountered as one-off examples. There are also some seventeenth-century book labels like this, and an embroidered binding in the Henry Davis Collection at the British Library, with the arms of Henry Norreys on the front, and those of his wife Margaret on the back.[53] There is rather more to go on in a 1550 edition of Chaucer now in the Folger Library, where there are late sixteenth-century inscriptions of Thomas Vernon and Dorothy Vernon, certainly in the same hand, just below the note that "A good woman is a crown of gold to her husband and an evell woman is the sting of a serpent". As Alison Wiggins has pointed out, writing about this book, that was probably written by a man.[54] The Vernons are identifiable; they married around 1578 and headed a gentry household in Cheshire. The book first belonged to Dorothy, who also inscribed the book with her maiden name of Egerton, and there are annotations in the book by other family members.

There is no single pattern that emerges from these various examples of joint inscriptions, as regards whether they represent joint use of the books, or joint ownership in the minds of the individuals. Kate Loveman, in her study of reading in the Pepys household, observed that it is sometimes not clear whether books belonged to Samuel, or Elizabeth, or both of them; Elizabeth never marked the books, but Samuel's diary records her reading of some of them.[55] Under English law of the time, joint ownership of moveable goods within a married household, including any brought by the woman at the time of marriage, was not technically recognised. Are these people just enlightened, and ahead of their time? The embroidered armorial binding may remind us that the bringing together of male and female signs of identity happened all the time in heraldry, through the marshalling of arms when people married, and that is not usually ascribed to sentiment or ideas of sharing; as one of the standard heraldic textbooks puts it, marshalling indicates "sovereignty, dominion, alliance, descent, or pretension".[56] Each case needs to be assessed on its evidence, but without forgetting the contemporary context.

---

[53] Lee (1976), nos. 192, 256; Foot (1983, p. 92-93).
[54] Wiggins (2008, p. 3-36; p. 26).
[55] Loveman (2015, p. 143).
[56] Fox-Davies (1909, p. 523).

Bookplates and armorials

Two key ways of marking the ownership of books emerged or matured during the seventeenth century – the use of armorial binding stamps, and bookplates. An obvious question to ask is around how extensively these were taken up by women during this period. The answer is, not much: disproportionately little, in light of the extent to which women did have books of their own (or, to turn that around, perhaps another reason why female book ownership has been so much below the radar). Bookplate use became popular in England at the end of the seventeenth century, and many were made in the so-called Early Armorial design which was popular until about 1720. Of several hundred such plates made for men, there is only a small handful made for women. The "Brighton Album" in the Franks Collection of bookplates in the British Museum contains over 600 bookplates from this period, of which only 24 belonged to women.[57] Most of them were commissioned for the wives of peers or baronets (there is a notable paucity of bookplates made for women in families below these social ranks, although there are plenty made for men), and where there is a female plate it is usually the case that one was also made for the husband, or for other members of the same family.

There is a clutch of bookplates made for members of the Brownlow household, of Belton House in Lincolnshire, all dated 1698, and all engraved by William Jackson.[58] There is one for the head of the household, Sir William, but also ones for his wife Dorothy, and for his sister in law Dame Alice, widow of the third baronet, which was made for her in two sizes, large and small. Dorothy's mother Anna Mason (d.1717), widow of Sir Richard Mason (ca.1633-85), Controller of the Green Cloth for James II, also had a bookplate made by Jackson, dated 1701.[59] This family were early adopters of the idea of the bookplate, and clearly had books within the house in separate personal closets. The Cokes of Holkham Hall, Edward and Cary, have already been mentioned; their his and hers bookplates are not of identical design but both dated 1701.[60] She is described on her bookplate as his wife, but

[57] British Museum, Dept of Prints and Drawings, Franks Collection vol. LVI; David Pearson, The Brighton Album revisited, *The Bookplate Journal* [19--], forthcoming.
[58] Howe (1903, p. 140-141); Hoare (2002, p. 225-234); https://www.bookowners.online/Dorothy_Brownlow_1664-1700 (accessed 5 March 2023).
[59] Lee (1979, p.44-45); https://www.bookowners.online/Anna_Margaretta_Mason_ca.1641-1717 (accessed 5 March 2023).
[60] Blatchly (2000, p. 12-13).

there is of course no corresponding wording on Edward's plate.[61] Baptist Noel, third Earl of Gainsborough, had a bookplate made for him dated 1700, and the catalyst for making a separate one for his wife Dorothy, dated 1707, is clearly their marriage in February of that year; it seems likely that this was commissioned more out of motives of status and family achievement than bibliophily, but again signifies a discrete collection of books.[62]

There are similarly less than a dozen armorial binding stamps used by women throughout the seventeenth century, nearly all of them from the peerage. Some are associated with gifts rather than ownership; books stamped with the arms of Rachel Bourchier, Countess of Bath (1613-80), indicate books bought with money she gave to academic institutions, not books she owned.[63] Women's armorial tools are typically small and modest, based on crests rather than full armorial achievements, unlike many of the armorial stamps used by men. There are half a dozen surviving books with one of two similar armorial crest tools put on Lady Anne Clifford's books, and a similarly small handful of books with one of three coronetted initial tools used for Mary Dormer, Countess of Carnarvon (1655-1709), who sometimes inscribed her books M Carnarvon (fig. 3).[64]

[61] These early female bookplates commonly use this kind of wording to describe their owner: "Dame Ann Barnardiston wife to Sr Thomas Barnardiston …" (Franks *120), "Dame Alice Brownlowe relict of Sr John Brownlowe … and daughter of Richard Sherard …" (Franks *139).
[62] Howe (1904, p. 302; 2008).
[63] https://armorial.library.utoronto.ca/stamps/IBOU002_s1 (accessed 21 October 2018).
[64] https://armorial.library.utoronto.ca/stamp-owners/CLI001 (accessed 21 October 2018); https://armorial.library.utoronto.ca/stamp-owners/DOR001 (accessed 21 October 2018).

Fig. 3A: The coronetted binding stamp of Mary Dormer, Countess of Carnarvon (1655-1709), from a copy of Edward Sparke, *Scintilla altaris*, 1678.

Source: Author's collection

In the context of armorial bindings it may be noted that there is one Elkanah Settle book which stands out among his voluminous output as having been regularly given to women rather than men. Settle is an unusual and interesting figure in the early eighteenth-century book-historical landscape, well known for commissioning bindings on copies of his poems carrying the coats of arms of prospective patrons, who sometimes returned them unwanted, when the binding might be recycled as a palimpsest with another coat of arms

pasted over.[65] There are over 350 of his bindings surviving in the world today, almost invariably presented to men. Of around 120 separate poems making up this corpus, there is one which was regularly dispatched with a coat of arms on the cover on a lozenge, not a shield, showing that it was intended for a woman.[66] Settle's *Pindaric poem, on the propagation of the Gospel in foreign parts*, was printed in 1711, and celebrates the work of the recently founded Society for the Propagation of the Gospel; it is not immediately clear why it was thought to be so suitable a target for female recipients. Part of its purpose was to encourage fund-raising for missionary work, and perhaps Settle hoped that women would be particularly sympathetic, and able to influence the holders of purse strings; but maybe he merely wanted an opportunity to send his poems to women as well as men, and thought this was suitable.[67] Over half the known surviving copies – seventeen are recorded in the *English Short-Title Catalogue* – retain their original presentation bindings, with arms on a lozenge.[68]

The market for fine books for women

Personalised fancy bindings for ladies are more commonly encountered in the form of luxury bindings tooled with their names or initials, such as a 1660 Bible with the initials of Elizabeth Brodridge added in engraved silverware and incorporated in full in the contemporary fore-edge painting.[69] A key point which has not hitherto been explicitly noted by book historians, but for which there is plentiful surviving evidence, is that there was clearly a part of the booktrade throughout this period producing nice books with women, rather than men, very much in mind. There are many published reproductions of the kinds of embroidered bindings which were popular in the first half of the seventeenth century,

---

[65] Pearson (2020).

[66] Unmarried and widowed women always display their arms on a lozenge, not a shield – Fox-Davies (1909, p. 533-534). Some of the copies of this book sent out by Settle with apparently male arms on the covers, using a shield, may of course also have been intended for the lady of the house, as married women use a shield with their husband's arms.

[67] The text is a typical Settle panegyric, full of hyperbole and patriotic bombast. It is dedicated to Queen Anne, so there is a female connection there, but she was his dedicatee on other occasions, e.g. his *Carmen irenicum* (1707), which is not found with lozenges on his presentation copies.

[68] Other examples are British Library C.66.f.24, Winchester College Library Eccles 8C, Princeton University Library RHT 17th-777, New York Public Library Berg Coll 77-664, Maggs catalogue 1075 no.126 (now at McMaster University).

[69] Illustrated in Pearson (2019, p. 152-153).

typically found on smaller format Bibles and devotional books, which nowadays are usually the worse for wear but which in their day would have been bright and attractive.[70] They were produced in great numbers between about 1600 and 1640, and we know from a 1638 petition presented by London milliners that there was a professional operation behind the production of ready-made covers for such books.[71] Alexandra Walsham has written an article about these "jewels for gentlewomen", interested particularly in their manifesting of "the shape and texture of piety in early modern England".[72] They were of course owned primarily by women, as is regularly demonstrated by those which have contemporary ownership inscriptions, and would often have been gifts.

Their heyday passed in the middle of the century but the production of ready-made fine books for ladies did not. The Restoration period has sometimes been marked as the heyday of fine English bookbinding, partly because binders like Samuel Mearne did exercise exquisite craftsmanship, and partly because it was well studied and written up by Howard Nixon who remains a standard authority in this field.[73] Nixon separated out the various workshops and helped us to distinguish Queens' Binder A from the Small Carnation Binder and the Centre-Rectangle Binder, but one point he did not bring out is how often these upmarket bindings of the late seventeenth-century are found on books given to or owned by women. There are countless copies of *The whole duty of man*, *The ladies' calling*, Bibles, prayers books and similar devotional titles in these kinds of bindings with female inscriptions. It seems clear that they were produced, often I think ready made in advance of sale, for a steady market in the supply of gifts and books which ladies of the better sort were meant to have, partly for their spiritual wellbeing and partly to have about their persons in church and closet to demonstrate their social standing. When they survive in good condition, as many do, we may surmise that the latter purpose took precedence over the former. Books like this can be found in every grade of fineness from the relatively modest, to the most luxurious. We do not have any engravings of fashionable shopping outlets in seventeenth-century England quite like Abraham Bosse's well-known depictions of the Galerie du Palais in Paris around 1640, but I believe that customers of both sexes would have frequented upmarket bookshops

---

[70] For example: Foot (1983, p. 80-82; p. 85; p. 87-88; p. 96); Bearman *et al*. (1992, p.135-137; p. 140-44); Foot (1986, p.56-59).
[71] Nixon and M. Foot (1992, p.54-55).
[72] Walsham (2004, p. 123-142).
[73] Nixon (1974).

in late seventeenth-century London to find places like that at the left of the picture, where the rows of ready-bound books with gilt backs behind the counter would have included these kinds of books made with ladies in mind.

Household books

Another category of book which is likely to have been in the hands of women at least as much as men, and probably more so, is that of the recipe or household book. These may have been printed, but more commonly manuscript, perhaps augmented over generations, and a reminder to us that for women as well as men, books meant the handwritten alongside the published. Great numbers of these survive, and they can be found in many research libraries and record offices; there is a particularly good collection in the Wellcome Library, made readily accessible by a digitisation programme.[74] As a genre they have recently begun to be seriously explored by social and culinary historians and to have their own dedicated literature; one such source defines a recipe book, "whether printed or manuscript, [as] one which collects together and communicates information about the preparation of foodstuffs, drink, medications, cosmetics, household substances and other materials, including veterinary treatments, paints and occupationally specific materials".[75] As is pointed out there, books like this are often multigenerational, passing down families and being augmented along the way, more commonly descending through female lines than male ones; they may be entirely manuscript, or hybrid assemblages of printed books with annotations, or scrapbook-like manuscripts with bits of print inserted.[76] They were kept in households of many kinds, from the humble to the grand, though the realities of survival mean that a disproportionate number of those which have come down to us emanate from aristocratic or gentry families, where they may actually have been initially created by scribes or amanuenses. Richard Aspin has written about one such linked pair of manuscript recipe books now in the Wellcome Library, one in the hand of Elizabeth Okeover of Okeover Hall, Staffordshire (b.1644), and another associated with her aunt of the same name (1629-

[74] https://wellcomelibrary.org/collections/digital-collections/recipe-books/ (accessed 28 October 2018). A search of the Wellcome online catalogue for recipe books, 1600-99, brings back over 150 items.
[75] DiMeo and S. Pennell (2013, p. 6). See also Leong (2018).
[76] "Domestic manuscripts frequently passed down through a female lineage: *ibid*, 35.

ca.1671), written out by a professional scribe.[77] Fig. 3.15 shows openings from a recipe book which passed through hands more of the middling sort; this blank book in a simple and minimally decorated contemporary calfskin binding was first owned by an Amy Eyton who bought it for two shillings around 1677, and who part-filled it with numerous cookery and medical recipes while also noting on the flyleaf "a note of my close [clothes]".[78] Written from both ends, it carries the inscription of another Ayton (Mary) and was clearly used over several generations as a growing household compendium of useful information.

Fig. 3B: Mary Dormer's inscription from the flyleaf of the same book.

Source: Author's collection

[77] Aspin (2000, p. 531-540); Wellcome Library MSS 3712 and 7391.

[78] Wellcome Library MS 2323; https://wellcomelibrary.org/item/b19567820#?c=0&m=0&s=0&cv=1&z=-0.074%2C-0.036%2C1.1478%2C0.721 (accessed 28 October 2018).

Conclusions

This chapter has exemplified and enhanced the central point which others have made, and on which various academic projects are actively focused, that the ownership of books by women was widespread and ubiquitous throughout the Stuart period. It embraced books of all kinds and formats and can be evidenced via many channels. What is much harder to do is to fill the gap identified by David McKitterick in his article on Elizabeth Puckering, when he said that "as a subject, book ownership amongst women awaits its historian".[79] It is easy enough to produce overviews like this based on exemplars, but if that historian's role is to produce a comprehensive chronicle or reference base of all the women who owned books at that time, I doubt it can be done, because the evidence is too dispersed, elusive or lost. It is possible to list, in the Appendix, the names of over 1300 seventeenth-century men who were book owners of what could reasonably be called private libraries, but I cannot do it for women, although I am sure there were many more than we currently have documented. Should we just add the names of all the female members of the households of those men, on the assumption that they could have had access to, and use of those books? That would be an oversimplification, ignoring social and educational realities, and losing sight of the many instances of genuinely female libraries.

These questions will continue to be explored but meanwhile, in conclusion, we might also reflect on some of the ways in which modern cultural historians have focused on the reading woman as something subversive or controversial. Various recent writers in this field have looked for sharp edges, like James Conlon who tells us that "faced with a reading woman, man is, at least on some unconscious level, facing a scene that threatens his cultural hegemony".[80] Jacqueline Pearson built an article about women's reading around the sense that this "was an area of conflict in the sixteenth and seventeenth centuries", pointing out that "Shakespeare tends to depict acts of reading by women in a range of suggestive and sinister ways".[81] The evidence set out in this chapter surely suggests that these people perhaps protest too much. Suzanne Hull pointed out that "by 1640 reading by women was seldom attacked. Instead, it was even seen as a necessity", and men may have felt less

[79] McKitterick (2000, p. 363).
[80] Conlon (2005, p.37-58).
[81] Pearson (1996, p. 80-99).

threatened by a woman with a book in her hands than some gender politicians might wish. Women owning books in the seventeenth century was not adversarial, contentious, or an undermining of the social order; it was entirely ordinary.

BIBLIOGRAPHY

ABOUT this blog. Early Modern Female Book Ownership. Available in: https://earlymodernfemalebookownership.wordpress.com/contact/. Access in: 12 nov. 2019.

ANSELMENT, R. (ed.). *The remembrance of Elizabeth Freke*:1671-1714. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. P. 172-175. (Camden Society 5th ser 18).

ASPIN, R. Who was Elizabeth Okeover? *Medical History*, Bethesda, vo. 44, no. 4, p. 531-540, 2000.

BABCOCK, R. G. *et al*. *A book of her own*. New Haven: Beinecke Rare Book and Manuscript Library, 2005. p. 67-76.

BEARMAN, F. *et al*. *Fine and historic bookbindings from the Folger Shakespeare Library*. Washington: Folger Library, 1992. p. 135-137; p. 140-144.

BLATCHLY, J. *Some Suffolk and Norfolk ex-libris*. London: the Bookplate Society, 2000. P. 12-13.

BOURCHIER, Rachel, Condessa de Bath (1613 - 1680): (Selo 1). Toronto: British Armorial Bindings. Available in: https://armorial.library.utoronto.ca/stamps/IBOU002_s1. Access in: 21 oct. 2018.

BRITISH MUSEUM. (London). Dept of Prints and Drawings. *Franks Collection*: vol. LVI. London, [S.d.].

BUSHNELL, G. Diane de Poitiers and her books. *The Library*, Oxford, p. 283-302, 1926. Available in: https://academic.oup.com/library/pages/Library_on_Private_Libraries. Access in: 8 feb. 2019.

CAMBERS, A. *Godly reading*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 43-54.

CLIFFORD, Anne, Countess of Dorset (1590 -1676). Toronto: British Armorial Bindings. Available in: https://armorial.library.utoronto.ca/stamp-owners/CLI001. Access in: 21 oct. 2018.

COLLINSON, P. *The Elizabethan puritan movement*. London: Methuen, 1967. p. 125.

CONLON, J. Men reading women reading: interpreting images of women readers *Frontiers: a journal of women studies*, Nebraska, vo. 26, p. 37-58, 2005.

CONSIDINE, J. Grey, Elizabeth [neé Lady Elizabeth Talbot], countess of Kent (1582-1651. *Oxford Dictionary of National Biography, Oxford, sep. 2006. Available in:*

http://www.oxforddnb.com/view/10.1093/ref:odnb/9780198614128.001.0001/odnb-9780198614128-e-11530?rskey=6WlwB8&result=3. *Access in: 15 oct. 2018.*

COOLAHAN, M.; EMPEY, M. Women's book ownership and the reception of early modern women's texts. In: KNIGHT, L. *et al*. (ed.). *Women's bookscapes.* Michigan: University Michogan Press, 2018. p. 231-252.

CRESSY, D. *Literacy and the social order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p. 121-122.

DAVIS, N. Z. *Society and culture in early modern France*. London: Duckworth, 1975. p. 192.

DIMEO, M.; PENNELL, S. (ed.). *Reading and writing recipe books, 1550-1800*. Manchester: Manchester University Press, 2013. p. 6.

DORMER, Mary, Countess of Carnarvon (1655 -1709). Toronto: British Armorial Bindings. Available in: https://armorial.library.utoronto.ca/stamp-owners/DOR001. Access in: 21 oct. 2018.

EMPEY, M. Margaret Heath. In: PRIVATE libraries in renaissance England 11. Tempe: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, [201-].

ERICKSON, A. *Women and property in early modern England*. London: Routledge, 1993. p. 9.

EYTON, Amy (& others). *Wellcome Library*. Available in: https://wellcomelibrary.org/item/b19567820#?c=0&m=0&s=0&cv=1&z=-0.074%2C-0.036%2C1.1478%2C0.721. Access in: 28 oct. 2018. MS 2323.

EZELL, M. The politics of the past. In: KING, S. (ed.). *Pilgrimage for love*. Tempe: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 1999. p.19-40.

FEHRENBACH, R. J. Lady Elizabeth Ireton. In: ______; BLACK, J. L. (ed.). *Private libraries in renaissance England 8*. Tempe: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2014. p.281-292.

______. Sir Roger Townshend's books. In: ______; LEEDHAM-GREEN, E. S. (ed.). *Private libraries in renaissance England* 1. Binghampton: Center for Medieval and Early Renaissance Studies, 1992. p.79-135.

FLETCHER, W. Y. *English book collectors*. London: Kegan Paul, 1902.

FOOT, M. *The Henry Davis gift*: a collection of bookbindings. London: the British Library, 1983. vo. 2, p. 92-3.

______. *Pictorial bookbindings*. London: the British Library, 1986. p.56-59.

FOX-DAVIES, A. C. *A complete guide to heraldry*. London: Jack, 1909. p. 523.

GREEN, Ian. *Print and protestantism in early modern England*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HACKEL, H. B. The Countess of Bridgewater's London library. In: ANDERSEN, J.; SAUER, E. (ed.). *Books and readers in early modern England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002. p.138-159.

______. *Reading Material in Early Modern England: print, gender, and literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 222–240. Available in: https://www.abbothall.org.uk/great-picture. Access in: 6 oct. 2018.

HALES, J. The works of the ever memorable John Hales Of Eaton V3 (1765). London: Kessinger Publishing, 2010. vol 1. p. 203-206.

HOARE, P. The perils of provenance. *Library History*, London, vo. 18, no. 3, p. 225-234, 2002.

HOWE, E. R. J. G. (ed.). *Franks Bequest*: catalogue of British and American book plates bequested to the Trustees of the British Museum by Sir Augustus Wollaston Franks. London : Printed by order of the Trustees, 1903. p. 140-141.

______. *Franks Bequest V2*: Catalogue Oo British and american book plates Bequeathed To The Trustees Of The British Museum (1904). London: Kessinger Publishing, 2008. p. 302.

HULL, S. *Chaste, silent, and obedient*: english books for women, 1475-1640. San Marino: Huntington Library, 1982.

HUNT, A. The books, manuscripts and literary patronage of Mrs Anne Sadleir. In: BURKE, V.; GIBSON, J. (ed.). *Early modern women's manuscript writing*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p.242-79.
JACKSON, J. E. The last will of Thomas Gore, the antiquary. *Wiltshire Magazine*, London, vo. 14, p. 1-12, 1874.

JAYNE, S. *Library catalogues of the English Renaissance*. 2. ed. Godalming: St Paul's Bibliographies, 1983. p. 46.

KNIGHT, L. Anne Clifford, Countess of Pembroke: PLRE 268 and 277. In: FEHRENBACH, R. J.; BLACK, J. L. (ed.). *Private libraries in renaissance England* 9. Tempe: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2017. p.157-161; p. 347-363.

KNIGHT, L. *Margaret Clifford, Countess of Cumberland*. [S.l.], [S.d.].

KNIGHT, L. *et al*. (ed.). *Women's bookscapes in early modern Britain*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018.

KOPPERMAN, P. E. Heath, Sir Robert (1575–1649), judge. *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford, jan. 2008. Available in:

http://www.oxforddnb.com/view/10.1093/ref:odnb/9780198614128.001.0001/odnb-9780198614128-e-12842. Access in: 6 oct. 2018.

______. *Sir Robert Heath, 1575-1649*. London: Royal Historical Society, 1989.

KUHTA, R. I beegane, to ovrloke this booke ...: Lady Anne Clifford's copy of Titles of honor. In: TANSELLE, T. (ed.). *Other people's books*. Chicago: Caxton Club, 2011. p.42-45.

LAURENCE, A. *Women in England 1500-1760*: a social history. London:Weidenfeld and Nicholson, 1994. p.228-30.

LEE, B. N. *British bookplates*. Newton Abbot: David & Charles, 1979. p. 44-45.

______. *Early printed book labels.* Pinner: Private Libraries Association, 1976. nos. 192, 256.

LEONG, E. *Recipes and everyday knowledge*: medicine, science and the household in early modern England. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

LOVEMAN, K. *Samuel Pepys and his books*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

INMANN, C. *Forbidden fruit*: a history of women and books in art. Munich: Prestel, 2009.

MCKITTERICK, D. Women and their books in the seventeenth century: the case of Elizabeth Puckering. *The Library*, Oxford, vo. 1, no. 4, p.359-80, dec. 2000.

MORGAN, P. Frances Wolfreston and hor bouks. *The Library*, Oxford, vo. 11, 1989.

MORTLOCK, D. P.. *The Holkham Library*: a history and description. Cambridge: Roxburghe Club, 2006. p. 31.

NATIONAL TRUST COLLECTIONS. *Margaret Miller, Lady Hearth (1548-1647)*. United Kingdon, [S.d.]. Available in: http://www.nationaltrustcollections.org.uk/object/922330. Access in: 6 oct. 2018.
NIXON, H. M. *English restoration bookbindings*: Samuel Mearne and his contemporaries. London: the British Library, 1974.

______; FOOT, M. *The history of decorated bookbinding in England*. Oxford: Clarendon Press, 1992. p.54-5.

OKEOVER, Elizabeth (& others). *Wellcome Library*. Available in: https://wellcomecollection.org/works/v6k2fgmx. Access in: 28 oct. 2018. MS 3712.

ORIGINAL wills, 1528 - 1765, GBR/0265/UA/VCCt.Wills 1-26, VCCt.Wills 1-26. Cambridge University Library.

PEARSON, D. *Anna Margaretta Mason or Long*: ca. 1641-1717. Book Owners Online. London, 2022. Available in:

https://www.bookowners.online/Anna_Margaretta_Mason_ca.1641-1717. Access in: 5 mar. 2023.

______. The Brighton Album revisited. *The Bookplate Journal*, London, [19--].

______. *Cary Coke*: 1680/1-1707. Book Owners Online. London, 2022. Available in: https://www.bookowners.online/Cary_Coke_1680/1-1707. Access in: 5 mar. 2023.

______. *Dorothy Brownlow or Brownlowe or Mason*: 1665-1700. Book Owners Online, London, 2023. Available in: https://www.bookowners.online/Dorothy_Brownlow_1664-1700. Access in: 5 mar. 2023.

______. Elkanah Settle revisited. *Papers of the Bibliographical Society of America*, Chicago, vo. 114, no. 1, p. 71-95, mar. 2020.

______. *Provenance research in book history*. Oxford: Bodleian Library, 2019. p. 152-3.

PEARSON, J. Women reading, reading women. In: WILCOX, H. (ed.). *Women and literature in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p.80-99.

PIXTON, P. *Wrenbury wills and inventories 1542-1661*. Chester: Record Society of Lancashire and Cheshire, 2009. p.341-4.

PRIOR, M. Wives and wills 1558-1700. In: CHARTRES, J.; HEY, D. (ed.). *English rural society, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. ch.8.

RECIPE books. Wellcome Collections, London, 1600/1699. Available in: https://wellcomelibrary.org/collections/digital-collections/recipe-books/. Access in: 28 oct. 2018.

RICCI, S. de. *English collectors of books and manuscripts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1930. p. 141.
ROGERS, D. The Holkham collection. *Bodleian Library Record*, Oxford, no. 4, p.255-67, 1953.

SIDNEY, P. *The Countesse of Pembroke's Arcadia*. London: Bodleian Library J-J Sidney 13, 1605.

SMITH, E. Marital marginalia: the seventeenth-century library of Thomas and Isabella Hervey. In: ACHESON, K. (ed.). *Early modern english marginalia.* New York; London: Routledge, 2019. ch.8.

THE NATIONAL Archives. Kew, Richmond, [S.d.]. PROB 11/473, sig.232.

WALSHAM, A. Jewels for gentlewomen: religious books as artefacts in late medieval and early modern England. In: SWANSON, R. (ed.). *The church and the book*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2004. p.123-42.

WEATHERILL, L. A possession of one's own: women and consumer behavior in England, 1660-1740. *Journal of British Studies*, Cambridge, vo. 25, no. 2, p.131-156, apr. 1986.

WELLCOME LIBRARY. MS 7391.

WIGGINS, A. What did renaissance readers write in their printed copies of Chaucer? *The Library*, Oxford, vo. 9, no. 1, p. 3-36, mar. 2008.

WILL of Barnabas Barlow, Clerk of Lockerley, Hampshire. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1657. PROB 11/266/63.

WILL of Doctor George Bramston, Doctor of Laws, Advocate of the Arches Court of Canterbury of Bassetts, Essex. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1710. PROB 11/518/153.

WILL of Edmund Castell, Doctor of Divinity and Rector of Higham Gobion, Bedfordshire. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1686. PROB 11/382/24.

WILL of Edmund Staunton, Doctor of Divinity of Bovingdon, Hertfordshire. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1671. PROB 11/337/134.

WILL of Edward Veel, Clerk of Camberwell, Surrey. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1708. PROB 11/502/234.

WILL of Izaak Walton of Winchester, Hampshire. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1684. PROB 11/375/139.

WILL of James Lawson, Shipwright of Deptford, Kent. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1626. PROB 11/149/97.

WILL of John Davenant Bishop of Sarum. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1641. PROB 11/186/499.

WILL of John Lawson, Doctor in Physic of the City of London of Saint Giles in the Fields, Middlesex. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1705. PROB 11/483/225

WILL of John Mayne, Gentleman of Elmdon, Warwickshire. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1669. PROB 11/330/182.

WILL of John Maunder of Stoodleigh, Devon. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1688. PROB 11/392/116.

WILL of John Prideaux, Doctor in Divinity sometime Regius Professor in the University of Oxford and Lord Bishop of Worceste. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1650. PROB 11/213/611.

WILL of Paul Ambrose Crooke of Inner Temple, City of London. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1631. PROB 11/160/489.

WILL of Richard Hooke of Stanmore Magna, Middlesex. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1715. PROB 11/544/313

WILL of Sir John Franklin of Saint Giles in the Fields, Middlesex. *The National Archives,* Kew, Richmond, 1707. PROB 11/495/440.

WILL of Thomas Holbech, Doctor of Divinity and Professor of Theology of Emanuel College in Cambridge, Cambridgeshire. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1680. PROB 11/364/342.

WILL of Thomas Sanderson of Lincolns Inn, Middlesex. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1642. PROB 11/190/438.

WILL of Walter Snell, Clerk of Lanhydrock, Cornwall. *The National Archives*. Kew, Richmond, 1678. PROB 11/356/57.

WILLIAMS, J. B. *Memoirs of the life, character and writings of Sir Matthew Hale*. London: Kessinger Publishing, 1835. p.327-358.

David Pearson

Retired in 2017 from a career managing libraries, mostly in London, to concentrate on academic work as a book historian. He has written and taught extensively on ways in which books have been owned, used and bound and is a Distinguished Senior Fellow of the School of Advanced Study, University of London. He was Lyell Reader in Bibliography at Oxford in 2017-18, and Sandars Reader at Cambridge 2022-23.

"O impresso, a oralidade e as mulheres: uma relação dialética na constituição de acervos".

Alvanita Almeida Santos
(Universidade Federal da Bahia/Brasil)

O impresso, a oralidade e as mulheres: uma relação dialética na constituição de acervos

Convidada a integrar uma mesa no Seminário que teve como tema **As Mulheres e suas bibliotecas pessoais no contexto do patrimônio bibliográfico,** e em uma mesa que se intitula "Escritas, escritoras e suas bibliotecas: uma questão delicada", pensei de que forma eu estaria inserida neste espaço, se o centro das minhas pesquisas não é o texto escrito, aquele do livro, do "biblios-". Ainda mais tratando-se das bibliotecas pessoais de mulheres. Considerei que, em minhas questões sobre autoria especialmente no texto oral, um gênero sobre o qual investigo é aquele conhecido como cordel – o folheto de feira, para cordelistas mais tradicionais. E sobre esse material, penso na constituição de mulheres como autora, em um ambiente marcadamente masculino e machista. Dessa forma, interroguei-me sobre os acervos que poderiam compor o cabedal no qual as mulheres cordelistas sustentam suas narrativas, seus poemas. Qual material bibliográfico comporia seu arsenal de conhecimento, para além daquele que está explícito na "biblioteca mundo"? Tal indagação levou-me a pensar como seriam as possíveis "bibliotecas" dessas mulheres, e se elas informam em algum momento dispor de algo semelhante. Isso porque, no âmbito das poéticas da oralidade, da literatura popular, um aspecto observado nestas produções é o lugar social, no contexto histórico e econômico; as mulheres cordelistas, como muitos homens cordelistas, estão em classes sociais economicamente menos privilegiadas para as quais uma "biblioteca pessoal" é, muitas vezes, um sonho. Se para homens, isso é assim, para mulheres, essa é uma situação bem mais difícil. Se aprofundarmos para a região Nordeste do Brasil, pior ainda para o sertão nordestino. Aí esse quadro é mais complicado. Assim, me vem à mente a personagem Conceição, do romance de Queiroz (1930), "O quinze", o qual tem por paisagem o sertão do Ceará. Ela dispunha de uma estante com cerca de 100 livros, que ela já tinha lido e relido várias vezes. Cabe ressaltar que Conceição vivia em uma fazenda e fazia parte de uma classe média/média alta.

Cito a narrativa:

> Foi à estante. Procurou, bocejando, um livro. Escolheu uns quatro ou cinco, que pôs na mesa, junto ao farol.
> Aqueles livros – uns cem no máximo – eram velhos companheiros que ela escolhia ao acaso, para lhes saborear um pedaço aqui, outro além, no decorrer da noite.
> No Logradouro, a fazenda da família, a personagem tinha o seu quarto, onde estavam seus livros (Queiroz, 1930, p. 9).

Esse não me parece um retrato muito diferente da maioria das mulheres: ter uma biblioteca, em geral, constituída de um pequeno conjunto de livros, limitado a um armário ou a uma pequena estante. Entendendo a noção de biblioteca como um conjunto de livros, poderíamos afirmar que mesmo uma pequena caixa contendo esse material já se configura como tal. O limite para um acervo é, antes de tudo, material. Livros têm um custo com o qual a maioria das pessoas não pode arcar, sobretudo se são mulheres, que acabam por privilegiar outras prioridades.

Tratei então de refletir sobre a palavra livro para lidar com a questão do cordel. Na etimologia, encontramos: "porção de cadernos manuscritos ou impressos e cosidos ordenadamente" (uma definição que remonta ao século XIII, segundo o Dicionário Etimológico de Antônio Geraldo da Cunha). Ora, o cordel é um impresso, já foi manuscrito, em suas primeiras materializações.

É um "livreto", tem uma impressão mais antiga "rudimentar" – o folheto brasileiro nordestino clássico, é um pequeno livro impresso com o tamanho de ¼ de uma folha tamanho ofício ou A4. É papel, é um impresso, é um livro, mas seu processo de composição vem da oralidade, parte de improviso, parte de memória. Minha proposta, considerando que trabalho com Poéticas da Oralidade é falar sobre como as mulheres se constituem autoras desse material impresso que é o cordel, que se compõe a partir das oralidades. Assim, não me deterei sobre as características desse gênero textual, tema sobre o qual já existem várias discussões e produções.

Apresento uma breve discussão sobre a constituição de acervos, sobretudo digitais, que conseguem reunir as produções das cordelistas. E também trazer uma pequena reflexão sobre como essas mulheres apresentaram – **se** apresentaram – suas bibliotecas. Como eram formadas. Para isso, proponho a imagem de uma cordelista – Dalinha Catunda –, que tem um papel muito relevante na divulgação e na valorização do trabalho das mulheres

cordelistas. Ela reúne em um blog chamado "Cordel de Saia" várias poetas de diferentes lugares do Brasil, mas especialmente do Nordeste. Ela afirma: "Sempre tive o sonho de ter uma biblioteca em Ipueiras, há anos guardo livros, e se um dia eu chegar a realizar esse sonho, a biblioteca receberá o nome de minha tia [Isa]" Dalinha Catunda, publicação no blog em 19 de abril de 2007[1]. Reproduz, na página do blog, a fotografia de uma árvore:

Figura 1: Foto de acervo pessoal de Dalinha Catunda

Fonte: http://cantinhodadalinha.blogspot.com/search/label/Dalinha%20Catunda

[1] Disponível em: https://cantinhodadalinha.blogspot.com/search?q=biblioteca

A poetisa descreve a árvore em um poema, do qual destaco os trechos:

A ÁRVORE QUE ME REPRESENTA

*

Eu hoje vivo na roça
Recordando meu sertão,
Pois é lá daquelas brenhas,
Que retiro inspiração.
Minha Árvore de Natal,
Tentei fazer uma igual,
Com alguma inovação.

*

Peguei garrancho no mato,
Tirei as folhas, limpei,
E numa lata de vinte
Areia lá coloquei.
E depois chegou a vez
Do paninho de xadrez,
Pra envolver a lata usei.

*

E como eu sou cordelista,
Para a árvore enfeitar,
Dependurei meus cordéis,
Que tem tanto pra contar...
Das histórias do sertão,
Que trago no coração,
E gosto de relembrar!

*

[...].

*

Versos e arte de Catunda (2020).

Não é uma biblioteca que a autora descreve, mas tomo essa imagem, porque leio por ela a importância do cordel como material que precisa estar presente na coleção de materiais bibliográficos, na biblioteca de uma cordelista. E também pela reunião dos cordéis, formando um conjunto, na árvore. Artesã e cordelista, Dalinha circula pelo meio acadêmico,

integra, além da Associação Brasileira de Literatura de Cordel, a Academia Ipuense de Letras, Ciências e Artes. Compôs o grupo que, em 2012, trabalhou pela ampliação do acervo de cordel na Biblioteca Nacional. Seu amor por histórias e por livros é declarado na homenagem que faz a sua tia Isa, professora em Ipueiras/CE que "contava velhas histórias" e "adorava ampliar seus conhecimentos lendo novas histórias", a tia cujo presente preferido era um bom livro. E, dessa influência, Dalinha Catunda afirma que sempre teve o sonho de ter uma biblioteca em Ipueiras e, por isso, por muitos anos guarda livros (como já citei antes), muitos dos quais foram repassados por sua tia Isa. Não localizei a informação de que ela tenha conseguido formar uma biblioteca em Ipueiras, e que tenha levado esses livros para lá. Mas creio que ela tem a sua biblioteca pessoal. A poetisa construiu uma "biblioteca virtual", específica de cordéis, reunindo textos de mulheres cordelistas, em seu blog já mencionado: Cordel de Saia.

Por este caminho, penso na proposta do título deste ensaio, a partir da dialética do acervo. Um acervo é uma coleção, a acumulação de coisas, como aquilo que se constitui no patrimônio (que vem do latim *patrimonium*, herança familiar ou do *pater*-pai, o patriarca que no Império Romano podia dispor de todos os seus pertences "vivos") de uma pessoa, de uma comunidade, de uma nação. Uma biblioteca é um acervo, é uma acumulação de livros. Em princípio, pressupõe um material físico, palpável. Mas um acervo é também um conjunto de bens imateriais. E neste caso a coleção, ou o conjunto de bens, não são palpáveis, não são físicos.

No âmbito das poéticas da oralidade, o acervo – ou uma "biblioteca" – vai se constituir por esse material impresso – livros e folhetos –, mas também pelo conjunto de conhecimentos que fazem parte de uma herança ancestral. Para as cordelistas, como Dalinha Catunda, a constituição de uma linhagem de escritoras/cordelistas mulheres – assim, ao invés de um (patri)mônio, sugiro um (matri)mônio, pela formação de uma linhagem feminina. Amadou Hampatê-Bâ, um poeta do Mali, traz um ditado que já se tornou muito recorrente na oralidade: "quando um idoso africano morre, é como se se queimasse uma biblioteca". É uma afirmação que reflete a relevância da oralidade para os povos africanos e, acrescento, para os povos indígenas. Por esse valor, para além de uma biblioteca pessoal que possa ter a cordelista, quem se constituía como sua "biblioteca" era sua tia Isa, que contava histórias, memorizava os livros que lia para passá-los às outras gerações.

Catunda (2020) vai citando suas referências, dos livros que leu, que recebe de muitas pessoas, formando uma biblioteca particular que se torna pública. E também se ocupa de construir, estimular e divulgar cordeltecas. Declara sua paixão por livros:

> Sempre tive respostas na ponta da língua e a palavra fácil. E não poderia ser diferente, pois desde criança nutri grande paixão pelos livros, paixão essa, que carrego até hoje. Se não dominava todos os assuntos, posso dizer sem modéstia alguma, que eu era à frente de minha geração para uma menina do interior (Catunda, 2020).

Desenvolve um trabalho de criação de espaços em que se reúnam esses livros que são os cordéis, a exemplo da Cordelteca da ACC, que leva o nome de Gonçalo Ferreira da Silva, em Crato; Cordelteca de Barbalha batizada de Dalinha Catunda; e, Cordelteca de Assaré, também Gonçalo Ferreira da Silva. Todos os anos no mês de Janeiro ela abre sua Chácara em Ipueiras para uma confraternização entre poetas[2].

Falo, então, um pouco sobre esse acervo digital, uma biblioteca pessoal/pública digital como estou lendo o blog Cordel de Saia. O blog propõe-se a divulgar eventos relacionados ao cordel e "descobrir e divulgar a mulher cordelista", embora posicione-se como espaço democrático, aceitando publicações de homens também.

Um dos marcadores do blog é "As mulheres do cordel". Neste espaço, Catunda (2020) apresenta as cordelistas que conhece, das mais velhas às mais jovens, com materiais recém-lançados. São publicados os eventos em que essas mulheres cordelistas estiveram presentes, muitas vezes é uma informação em formato de versos de cordel, como em:

NóS NA FLIP

Junto com Paola Torres
Atuando em meu papel
Estarei em Paraty
Fazendo verso a granel
Enaltecendo a cultura
Louvando a literatura
Salvaguardando o cordel.

Dalinha Catunda (2020).

[2] Informações em https://cantinhodadalinha.blogspot.com/search?q=livros

Junto com uma breve biografia das cordelistas, há sempre um poema. Às vezes, mesmo essa biografia é em versos. Identifico assim as referências para Dalinha Catunda em suas companheiras de versejar, à medida que vai guardando as publicações que recebe. É desse amealhar cada folheto, dando-lhes uma organização, constitui uma biblioteca de cordéis de autoria de mulheres, ampliando constantemente seu acervo.

OBRIGADA IVONETE CORDELISTA

*

Querida amiga, Ivonete
Recebi sua coleção,
Já guardei os de Rosário
Pra entregar na sua mão
Fiquei bastante contente
Adorei o seu presente
Meu abraço e gratidão.

Dalinha se constitui, então, como uma pesquisadora e colecionadora de cordéis, conforme declara em texto do blog. O seu trabalho constitui-se em um espaço importante para essas mulheres que têm as publicações dispersas, em seus próprios perfis na internet e em publicações que não alcançam os estandes das grandes distribuidoras.

> Durante estes últimos anos tenho adquirido, recebido e catalogado Folhetos de Cordel de Mulheres poetisas. Encontra-se em andamento, para publicação em breve, o DICIONÁRIO DAS MULHERES CORDELISTAS DO RN, de nossa lavra.

Ela tem o cuidado de catalogar os Folhetos de Cordel de Mulheres, propondo publicar um Dicionário de Mulheres Cordelista do RN. Esta é uma das atividades de alguém que constitui uma biblioteca: recolha, organização, catalogação dos materiais.

Ressalto também a publicação recente de Francisca dos Santos (mais conhecida como Fanka Santos), *O livro delas*: Catálogo de Mulheres Autoras no Cordel e na Cantoria Nordestina (Santos, 2020), que relaciona mais de 100 cordelistas que publicaram ao longo do século XX, transformando-se naquela linhagem de escritas cordelistas de que falei acima.

O lugar das mulheres como criadoras, com direito a ter seus nomes registrados e imortalizados nas publicações, e presença nos acervos de livros de todas as modalidades –

impressas ou digitais –, é uma conquista constante, sendo necessário muitas vezes derrubar muitas barreiras. O ambiente da literatura de cordel, à semelhança da literatura escrita mais canônica, ou talvez até mais, é extremamente machista. Estar nesses lugares é, em si, já um avanço. Fazer-se ver e ser conhecida, como propõe Dalinha Catunda com a constituição do blog e participação ativa em todos os ambientes que consegue – de feiras de livros a palestras –, é uma tarefa árdua que requer persistência. O próprio ato de escritura é em si uma resistência, como nos lembra Anzaldúa (1988), no texto: Hablar de lenguas: una carta a escritoras tercermundistas:

> ¿Quién nos dio el permiso de realizar el acto de escribir? ¿Por qué será que el escribir se siente tan innatural para mí? Hago cualquier cosa para posponerlo - vaciar la basura, contestar el teléfono. La voz vuelve a recurrir en mí: ¿Quién soy yo, una pobre Chicanita del campo, que piensa que puede escribir? ¿Cómo aún me atrevo a considerar hacerme escritora mientras me agachaba sobre las siembras de tomates, encorvada, encorvada bajo el sol caliente, manos ensanchadas y callosas, no apropiadas para sostener la pluma, embrutecida como animal estupefacto por el calor?
> Qué difícil es para nosotras pensar que podemos ser escritoras, y más aun sentir y creer que podemos hacerlo. ¿Qué tenemos para contribuir, para dar?[3] (Anzaldúa, 1988, p. 2).

Como as mulheres podem querer escrever? E pior, como podem querer fazer parte de um grupo seleto presente nas bibliotecas e nos acervos? Se já é uma luta a própria sobrevivência. E, se faz parte desse grupo terceiro mundista, é ainda mais revolucionário, subversivo mesmo tentar ser uma escritora. Já afirmava Wolf (2014), em *Um teto todo seu*, é necessário ter condições materiais para ter tranquilidade e tempo para escrever. Por isso, a chicana pergunta como vai conseguir, como vai acreditar que tem o direito de escrever, se tem que cumprir tantas tarefas?

As escritoras que conseguiram alcançar um certo relevo na história da literatura brasileira também puderam constituir acervos importantes que legaram para a comunidade,

[3] Quem nos deu permissão para o ato de escrever? Por que será que se sente o ato de escrever tão inatural para mim? Faço qualquer coisa para adiá-lo – esvaziar o lixo, atender ao telefone. A voz repete em mim. Quem sou eu: Uma pobre chicaninha do campo que pensa que pode escrever? Como ainda me atrevo a fazer-me escritora, enquanto me agachava sobre a colheita de tomates, encurvada, encurvada sob o sol quente, mãos espalmadadas e calejadas,não apropriadas para sustentar a pena, embrutecida como animal estupefato pelo calor? Que difícil é para nós pensar que podemos ser escritoras,e mais ainda sentir e acreditar que podemos fazê-lo. Que temos para contribuir, para dar? (tradução livre).

como é o caso da biblioteca de Raquel de Queiroz (criadora da personagem Conceição, de que falei acima, talvez a partir de uma característica autobiográfica), que foi doada para a Biblioteca Central da Universidade de Fortaleza e pode ser, atualmente, consultada pela população. Ou o acervo de Clarice Lispector, que está com o Instituto Moreira Salles, com possibilidade de acesso digital a fotografias, manuscritos, frases da autora.

Caminhando para algumas poucas reflexões finais, retomo a questão que está no título deste ensaio: a relação dialética na constituição dos acervos, a partir da problemática entre o impresso (escrito) e a oralidade na produção de mulheres cordelistas. Reforço a ideia de que uma biblioteca como um conjunto de livros apenas não dá conta da dimensão que a abrange, uma vez que é muito mais do que o texto materializado em uma impressão no papel. Prefiro falar em biblioteca como a reunião de um conjunto de textualidades, que podem ter composições diversas, inclusive na oralidade, ainda que neste caso a materialização se dê de forma efêmera, permanecendo depois como virtualidade, como possibilidades apenas para acessarmos com o auxílio da memória. Mesmo arriscando o conflito dialético na etimologia da palavra. Afinal, etimologia como uma ciência histórica não pode perder de vista o caráter fluido da História que, de uma perspectiva revolucionária, como propõe Benjamim (1987), deve fazer explodir o continuum da história e ressignificar as palavras, acrescentando-lhes as noções que reflitam melhor o que uma comunidade plural deixa ver (e ouvir).

Eis, então, uma urgência: incluir a literatura de cordel feminina no âmbito da literatura brasileira, que já empreende uma cruzada para se manter entre os próprios cordelistas. Também pensar no esforço dessas mulheres como Dalinha Catunda, com o blog Cordel de Saias e suas incursões para construir um acervo bibliográfico; Francisca Santos que propôs um catálogo das produções das mulheres cordelistas e cantadoras e outros esforços menos conhecidos de fazer ver esses materiais. Ressalto a emergência também de jovens mulheres cordelistas que cumprem um papel relevante na construção desse caminho de visibilizar e fazer conhecidas a si mesmas e a todas as outras mulheres cordelistas, como Izabel Nascimento, Graciele Castro, Isis da Penha, Aurita Tabajara.

Lembro por fim a relevância do cordel no Nordeste, com um texto de Paola Torres Costa, que é médica, além de escritora, compositora, cordelista.

*

O folheto de cordel
É uma antiga tradição.
E o poeta que tem
Pelo seu verso afeição,
Fará valer este ofício
Rimando com perfeição.

.

Do mundo ele é patrimônio,
Cordel é nossa cultura...
Nos rincões do meu sertão
Foi sempre a literatura.
Se a seca mata de fome,
Poesia tem com fartura.

*

Postagem e pesquisa de Dalinha Catunda
Para o Cordel de Saia.

Trata-se, portanto, de mais do que a preservação e divulgação desta produção impressa que é o cordel, como um acervo bibliográfico, mas também do reconhecimento de que as mulheres cordelistas, nesse escopo de poéticas populares, têm um papel fundamental na produção de saberes, na criação poética e na preservação do patrimônio cultural. Apesar de todos os esforços para relegar as mulheres a lugares subalternos, elas se impõem e, mesmo com toda a sobrecarga que lhes foi imposta, que faz com duvide de ter o direito de escrever (conforme as perguntas que faz Anzaldúa, no trecho destacado acima), vão se firmando e, para além de se firmarem, vão trazendo junto, numa ação de sororidade, outras mulheres.

Referências

ANZALDÚA, G. Hablar de lenguas: una carta a escritoras tercermundistas. In: MORAGA, C., CASTILLO, A. *Esta puente, mi espada*: voces tercermundista en los Estados Unidos. San Francisco: ISM Press, 1988.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: ______. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-234. (Obras Escolhidas. Tomo I).

CATUNDA, D. *Blog Cordel de Saia.* Ceará, 04 ago. 2020. Disponível em: https://cordeldesaia.blogspot.com/2020/08/cordel-de-saia-cordel-de-dalinha-catunda.html. Acesso em: 20 nov. 2022.

QUEIROZ, R. de. *O quinze.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1930.

SANTOS, F. P. dos. *O livro delas*: catálogo de mulheres autoras no cordel e na cantoria nordestina. Fortaleza: IMEPH, 2020.

WOLF, V. *Um teto todo seu.* São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Alvanita Almeida Santos

Professora Associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Letras, mestra e doutora em Letras, com pesquisa na área de literatura, concentrando-se nas temáticas de poéticas da oralidade, mulher e literatura, escrita de mulheres, literatura de mulheres negras e apropriações por outros sistemas semióticos das produções orais populares. É docente permanente no Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), além de atuar na graduação. Realizou pós-doutorado no Laboratório Nacional de Poéticas de la Oralidad (LANMO), na UNAM/México. Entre as publicações, destacam-se os artigos: Cordel: "Escrita" de Autoria Feminina como Lugar de Identidade e Resistência; Literaturas das Áfricas no Brasil: diálogos (in)disciplinados; UMA "ESCRITA" DE AUTORIA FEMININA: MULHERES QUE FAZEM CORDEL In: A escrita de autoria feminina: memória, resistência e decolonialidade.

"Con permiso de la prelada, los papeles y los libros: cultura escrita en los conventos femeninos de Nueva España".

Idalia García
(Universidad Nacional Autónoma de México/México)

Xixián Hernández de Olarte
(Universidad Nacional Autónoma de México)

Con permiso de la prelada, los papeles y los libros: cultura escrita en los conventos femeninos de Nueva España

Hace años que interesan los libros que existieron en los conventos femeninos de Nueva España, especialmente a partir de las evidencias históricas que se han dado a conocer y que se han compilado durante varias investigaciones. Toda esa información sin duda, constituye la base para más investigaciones a largo plazo. En el entorno de la rica cultura escrita novohispana, esas evidencias pueden hilarse para responder a ciertas preguntas concretas como ¿qué tipo de bibliotecas existieron en los conventos femeninos? ¿qué tipo de libros circularon dentro de los claustros? Podemos suponer que, en estos espacios, al igual que en los masculinos, hubo colecciones de uso particular y otras de uso común. Ciertamente en México hay muy pocos interesados en el estudio de las bibliotecas novohispanas, por lo que la identificación y compilación de evidencias históricas que testimonian los libros que tuvieron las monjas es el resultado de un trabajo minucioso y paciente que no es posible sin la colaboración de numerosos bibliotecarios y archiveros que contribuyen anónimamente a muchas investigaciones históricas (García, 2017b, p. 102; Salazar, 2021, p. 234).

El hilo de Ariadna de esta historia fue una pequeña evidencia que pasó desapercibida por años y que encontramos en la búsqueda de testimonios sobre las bibliotecas de la Nueva España, fuesen privadas o institucionales. Tales testimonios son de dos tipos: bibliográficos y documentales. Los primeros se encuentran en impresos y manuscritos antiguos, y son testimonios de procedencia como anotaciones manuscritas, sellos, ex libris, marcas de fuego, encuadernaciones, clasificaciones antiguas y otros más. Los segundos se conforman por biografías o autobiografías de religiosas, memorias, inventarios, facturas, apuntes y cualquier otro documento que testimonie la presencia de ciertos libros en alguna comunidad, lugar o época. La pequeña evidencia a la que nos referimos es la marca de fuego del Convento de Santa Clara de México, fundado en 1573 y que fue la primera identificada para un convento de monjas de las tres que hasta ahora se han registrado. Tales evidencias muestran la existencia de bibliotecas de diferentes tamaños y en todo el territorio durante el periodo

novohispano. Sin duda, fueron colecciones ricas y complejas muy lejanas a la idea de que fueron meramente pobres y devotas porque tenían poco que envidiar a colecciones europeas.

Ahora bien, las bibliotecas representan uno de los temas de estudio de la cultura escrita y de ahí que,

> El número de libros que debería formar un conjunto para ser llamado biblioteca -que se va ajustando con la variación de las circunstancias y con los tiempos-tampoco es fácil de decidir, o mejor de convenir. Los estudiosos antiguos, como Lipsio o los autores de las bibliotecas de papel, no dejan de ironizar sobre la cuestión, cuando les viene al pelo (Cátedra y Rojo, 2004, p. 70).

La cultura escrita se interesa por todo aquello que rodea a la escritura y estudia los usos y la difusión de esta habilidad tanto como la lectura, los libros, la escuela, los documentos cotidianos, las memorias escritas y otras cosas. En suma, interesa entender el contexto histórico en que se producen esos testimonios escritos y su uso, función, representación y significado. Se trata, por tanto de un complejo campo de conocimiento que requiere de la participación interdisciplinaria para su comprensión e interpretación. En México, pese a todos los loables esfuerzos, existe un rezago importante en la identificación y el registro de las colecciones bajo custodia de bibliotecas y archivos. Especialmente cuando son colecciones procedentes del mundo conventual, custodiadas en el dominio privado o público.

A pesar de esto, existe cada vez más un interés por los libros y las bibliotecas en el espacio masculino, pero con escasas excepciones de análisis para el mundo femenino. Ciertamente todas las miradas de investigación que existen sobre el mundo de las monjas durante el periodo colonial, han prestado muy poca atención a los objetos de la cultura escrita. Aquí pretendemos aportar noticias que ayuden a conocer más sobre el tema. Tanto desde el punto de vista de la materialidad (las características físicas de los objetos), como de la función y significado de la producción escrita en esas comunidades.

Para comenzar, debemos recordar que en Nueva España se pueden diferenciar dos tipos de órdenes religiosas femeninas: las calzadas y las descalzas. Las primeras –entre las que se encuentran las concepcionistas, agustinas o dominicas-, requerían de dotes que las monjas pagaban al profesar que junto con limosnas, obras pías y donaciones, se convertía en un capital que los conventos invertían para mantenerse. Esto hizo que dentro de estos

claustros se viviera de forma cómoda, ostentosamente e, inclusive, algunas religiosas tenían propiedades y objetos propios. Por el contrario, los monasterios de descalzas –carmelitas, clarisas o capuchinas-, vivían de una forma más austera y las pertenencias eran en común (Amelinck y Ramos, 1995).

Aún con estas diferencias, en todos los conventos es seguro que existieron bibliotecas. Algunas colecciones serían grandes y otras pequeñas. Ese tamaño dependería del número de monjas que habitaban en esas casas y la función que dichas entidades tenían. Podemos asegurarlo por la propia legislación conventual. Cada monasterio tuvo sus *Reglas* y *Constituciones*, unos textos que normaban el comportamiento individual y colectivo de las religiosas. Las *Reglas* eran un conjunto de preceptos cristianos que aseguraban el seguimiento de los votos de pobreza, obediencia, castidad y clausura. Además contenían sugerencias para exaltar las virtudes religiosas como la caridad, el amor al prójimo, etcétera. Las *Constituciones* también hacían referencia a la administración, economía, y política interna de cada monasterio, las obligaciones de la comunidad en cuanto a las fiestas, silencios o ayunos y se incluía aspectos como los castigos si alguna religiosa infringía algún precepto (Loreto, 2000, p. 74-75).

En estos textos normativos, que las religiosas leían con regularidad, se les recomendó tener un espacio donde resguardar libros. Por ejemplo, en la regla y constituciones de la orden descalza de las clarisas -conventos como el de Santa Clara, San Juan de la Penitencia o Corpus Christi, en la ciudad de México-, debían "tener en común libros santos y devotos para el provecho de las almas y de la santa religión" y que "podían leer en que particular y en común, y de ellos todos los días tengan lecciones en el refectorio, mientras comen" (Castro, 1756, p. 65). De ahí vemos que la lectura podía ser de forma particular (en sus celdas) y en comunidad (cuando comían o hacían trabajos de mano como costuras o tejidos. Tenemos certeza, por el acceso permitido a lo que se conserva de la biblioteca del convento de Corpus Christi que, entre algunos de los títulos que se leían, se encuentran *La crónica seraphica del glorioso patriarca S. Francisco* escrito por fray Damián Cornejo y publicada Madrid en 1698; *La Vida maravillosa de la Venerable Virgen Doña Marina de Escobar*, escrita por el jesuita Andrés Pinto, también publicada en Madrid en 1665; la *Vida de Nuestro Señor Jesucristo. Sacada de los Quatro evangelistas* escrita en francés por el jesuita Juan Croiset y traducida al castellano por don Alejandro Álvarez, impresa en México en 1758 y la *Vida prodigiosa de fray Sebastián*

de Aparicio, religioso lego franciscano escrita por fray José Manuel Rodríguez, impresa en México en 1769 (Hernández, 2017, p. 46).

También sabemos, por algunas reglas de conventos calzados de la orden dominica, que existieron oficios específicos en dichas comunidades y relacionados con la cultura escrita como bibliotecaria (o librera), archivera y lectora. No tenemos ideas muy precisas sobre quienes fueron las monjas que ejercieron estos oficios en los conventos que se han estudiado, pero sabemos que se nombraba a una religiosa que cuidaba "dicha Librería" y que debía "estar pronta a darles a sus hermanas los libros", a una hora señalada y no en otra (Regla, 1773, p. 7). Una biblioteca donde debían guardarse los libros "que las Religiosas particulares [tenían] à su uso" (Regla, 1773, p. 7). En los conventos debió existir un archivo a cargo de otra monja donde se resguardaban "papeles y libros del Convento" (Regla, 1773, p. 112), tales como libros de cuentas, "de las profesiones, de los descargos, de las Difuntas, de las Confirmaciones de las Madres Prioras" (Convento de Santa Catalina de Siena, 1791, fol. 55v.). En cuanto a la transmisión de estos objetos, sabemos que los libros pasaban entre hermanas y que éstas podían comprar los libros de monjas difuntas, como se puede apreciar en los inventarios de bienes que se han conservado de las monjas y que habían sido ordenados por autoridades competentes (Perez, Oropeza, Saldaña Solis, 2005, p. 19).

Memoria y inbentario de los bienes que quedaron por fin y muerte de la
m.e petronila de san Joseph Religiosa del combento R.l de Jesus M.a

Vna selda pequeña en la qual ai un xpo de mechoacan y dos pague
ños de marfil = Vna birjen de marfil = dose laminas-
catorse quadros chicos y grandes = un espejo grande
tres Papeles = seis coximes = seis taburetes tres mesitas y ocho [illegible]
[illegible] de china =

Vna cama de madera con una colgadura de Ruan de china
dos colchones = dies sabanas = seis almoadas = seis acericos
Vna fresada = sinco colchas las quatro de algodon y una de [illegible]
quatro camisas = sinco pares de naguas blancas = dos jubones
seis pares de manguillas = honse delantares = seis pañuelos
una saya nueba de Baya = otra ya traida - un par de naguas de imperial
quatro abitos = un manto = quatro imagenes del pecho de bidrieras
quatro Rosarios de [illegible] = siete tocas = honse belos =
ocho pares de medias = y quatro de calsetas
dies y nuebe baras de Ruan = quinse de [illegible] = una [illegible]
Vna piesa de [illegible] -
siete pares de manteles chicos y grandes — dies i siete serbilletas
una caxa de cuchillos = sinco estuches
una almoadilla de mechoacan = y en la caja de costura - dedales
agujas = hilo y seda =

Imagen 1: Inventario de Bienes de Petronila de San Joseph.

Fuente: Archivo General de la Nación de México, Bienes Nacionales 881, exp. 1.

Ahora bien, según la regla de la orden calzada de las concepcionistas -conventos como La Concepción, Regina Coeli o Jesús María de la ciudad de México-, las religiosas también podían leer en privado, pero se buscó que lo hicieran juntas como cuando se ordenó que el puesto de lectora se rolara en la sala de labor "para lo cual la vicaria señale cada semana a una religiosa que lea (Llave, 1815, p. 86). Por su parte, la regla de las agustinas, orden calzada, estableció que: "Tenga en cuenta la Priora con que haya buenos libros, en especial Cartuxanos, Flos Sanctorum, Contempus Mundi, Oratorio de Religiosos, los de Fray Luis de Granada, y los del Padre Fray Pedro de Alcántara y los de la Madre Teresa de Jesus, y otros desta calidad; porque es en parte este mantenimiento tan necessario para el alma, como el comer para el cuerpo" (Regla, 1614, p. 49).

Los títulos mencionados de algunos libros permiten relacionar esa información con ejemplares de ediciones que se hayan conservado y así analizar las diferencias entre los libros recomendados y los libros que efectivamente estuvieron en ciertos conventos de monjas, aunque se trate de evidencias puntuales. Especialmente cuando el testimonio en cuestión permita distinguir entre un libro manuscrito y un impreso. Es decir, si la información indica que es una "manuscrito" o en su defecto "un breviario" que estaría impreso. Por eso, podemos decir que en Nueva España las monjas de todas las órdenes no estaban ni ajenas ni lejanas a la cultura escrita como lo han demostrado varios estudios especializados (Gonzalbo, 1987; Martini, 2000; Carreño 2012; García, 2017; Salazar, 2017, Salazar, 2021; Hernández, 2020). Ellas también participaron de esta cultura cotidiana y que rebasó considerablemente el universo de una, o de un conjunto de monjas distinguidas por el conocimiento histórico, expresamente por su obra escrita, a partir de autobiografías, biografías y otros textos, como bien lo ha señalado Lavrin y Loreto (2006).

Ahora bien, tenemos alguna certeza sobre la cultura de los libros entre las monjas por testimonios como el "Libro que contiene las alajas del Convento de Santa Catarina de Siena de la Ciudad de los Ángeles" que se conserva en la Biblioteca Nacional de México (Convento de Santa Catalina de Siena, 1791). Dicho manuscrito posee numerosas portadas, cada una es una muestra de un conocimiento caligráfico bastante interesante. Las portadas separan los informes que cada Priora hizo entre finales del siglo XVII y el siglo XVIII. Como hemos dicho, la archivera resguardaba los papeles y, es seguro que algunas de estas religiosas conocieran el arte de la caligrafía "que además practicaban" pues suponemos que dichos informes serían

su responsabilidad. Las mujeres que entraban a los conventos debían hacerlo libremente, y algunas recibían la formación en las habilidades escriturales y lectoras en su casa cuando eran pequeñas (Lavrin, 2016, p. 77), pero otras recibían esa formación directamente en el Convento por parte de una Maestra de Novicias (Pérez, 1998, p. 32-33), aunque no todas "lo [sabían] hacer bien" (Hernández, 2023, p.100).

DESCARGOS
DE N.M.R.M.
PRIORA Ma
FRANCISCA
DE S.S.rn JOSE.
COMENSO SU GOVIERNO EN EL AÑO
DE 1785. DIA 2o. DE AGOSTO. I EN-
TREGO EL SELLO. EL DIA 3o DE SE

Imagen 2: Libro que contiene las alhajas.

Fuente: Biblioteca Nacional de México, Ms. 10297.

El "Libro que contiene las alajas" informa de la presencia de los libros en comunidad, para los cuales se puso una cajita en el coro. También da noticia de varios libros en el entorno privado de las monjas. Así, sabemos que la Madre Juliana de San Nicolás tenía un Breviario y un Diurno, Maria del Nacimiento un Breviario en cuatro cuerpos, Micaela de la Asunción tenía un libro viejito y que la Madre Josepha del Santissimo Sacramento tenía una vida de San Juan

de Dios (Convento de Santa Catalina de Siena, 1791). Lavrin lamentó que testimonios de esta naturaleza sean tan escuetos, puesto que no permiten identificar las ediciones que tenían las monjas (2016, p. 393). De ahí, la importancia de relacionar diferentes testimonios, pues así se contribuye con esta tarea tan minuciosa y necesaria. Particularmente porque existen ediciones mencionadas en la documentación histórica, que podemos relacionar con anotaciones manuscritas de propiedad, través de las cuales las monjas declaraban la posesión de un libro "Del uso de Sor María Guadalupe de San Lorenzo Becerra, con licencia de sus prelados" (García, 1729). Posesión que sabemos siempre debía ser autorizada por las superioras, como las notas mismas lo afirman. Algunas de estas anotaciones permitirían relacionar las noticias y hacer una reconstrucción más cercana de las bibliotecas privadas e institucionales de los conventos femeninos de este territorio. Sólo así podremos comparar realidades con otros casos, ya localizados y estudiados, como en España o Argentina.

Ciertamente las reglas y constituciones también advertían el tipo de textos que no debían tener en los conventos. Por ejemplo, las clarisas establecieron que

> [...] las monjas no tengan en el monasterio, libros profanos, curiosos, vanos, y mundanos, mas tengan libros que pueda edificar sus almas, encenderlas al amor de Dios, en el provecho espiritual, y en la observancia de la Regla. Y ninguna de las Monjas pueda tener libros que primero no los aya mostrado à la Abadessa, y de ella aya obtenido licencia particular" (Regla, 1647, p. 261).

En otra regla, se prohibió la lectura de libros "escritos a mano", pero no impresos porque estos habían sido leídos por personas "graves y de mucha confianza" (Regla, 1766, p. 62). Si esto se advirtió fue porque ocurría en la práctica. Tenemos noticia de al menos tres religiosas, que fueron denunciadas ante la Inquisición. Una de ellas efectivamente fue procesada por tener libros que se consideraron peligrosos o impropios para una mujer de su condición (Hernández, 2020).

En este contexto es pertinente decir lo que no sabemos sobre los objetos de la cultura escrita en este mundo conventual femenino. En principio, la forma de transmisión sobre el arte de la escritura. Como hemos mencionados, estudios anteriores muestran que varias mujeres aprendieron a escribir y a leer en el entorno familiar, pese a que los artífices de la educación femenina no recomendaran en particular el aprendizaje de la escritura pues consideraban que había riesgos implícitos en este saber. Por el contrario, el aprendizaje de la

lectura siempre estuvo recomendado ya que leer libros piadosos y devotos formaba bien al temido espíritu femenino. Pues a la mujer le conviene hacer lo que debe y la religiosa no debe olvidar lo que debe hacer al ser religiosa, así dejaba escrito Fray Luis de León y otros autores (1583, fol. 5v.). Por eso a las mercedarias les recomendaban leer libros católicos y aprobados. Mujeres con estas habilidades, de lectura y de escritura, son sin duda las que ejercían los oficios de letras y que podrían ser autoras de libros.

Esta característica incluso fue altamente considerada para la selección de las monjas que ingresaban en los conventos. Sin embargo, no hemos encontrado información precisa sobre las características o habilidades que tenían estas monjas. Por su parte, Lavrin nos dice que tal selección la hacían las madres de consejo, pero que quién tenía la última palabra era el prelado (2016, p. 98). Toda información que ilustre sobre el oficio de librera, bibliotecaria o archivera, contribuirá a acercarnos al trabajo cotidiano de alguna de estas hermanas como los casos que conocemos de conventos masculinos: el franciscano Francisco Antonio de la Rosa Figueroa y el mercedario Cristóbal de Almanza.

Lavrin también encontró noticia de una contadora, lo que permite declarar que el trabajo financiero de estas mujeres era tan competente como el de cualquiera (Lavrin, 2016, p. 200-201). Por otra parte, las formas de adquisición de libros para las monjas siguen siendo un misterio. Hasta ahora, sólo encontramos evidencias de regalos y donaciones en documentos históricos que no han sido estudiados. Sin embargo, recientemente analizamos algunos sistemas de compra y distribución de libros en las comunidades masculinas (García, 2017). Por la envergadura de las compras, también podemos suponer que ciertos libros se entregarían a las comunidades en el mismo sistema que se organizaba con los procuradores de cada orden, pues este explica la llegada de numerosas estampas a Nueva España, algunas de las cuales se entregaban a las monjas en evento especiales (Convento de Santa Catalina de Siena, 1791). También es cierto que algunos confesores fueron responsables de ciertas lecturas.

Finalmente, aunque Lavrin escribe que las bibliotecas de las comunidades no fueron tan grandes como las del entorno masculino, sí determinó que las privadas no superarían los 30 libros (2016, p. 393). Es un punto de partida interesante, pero no cierra el debate sino todo lo contrario. Obviamente no podemos comparar las bibliotecas del noviciado jesuita de Tepoztlán con el Convento de Santa Mónica en Puebla. Básicamente porque, como hemos dicho, el tamaño de la biblioteca depende directamente de la finalidad que tiene para la

comunidad que la conforma o requiere. Pensemos, por ejemplo, que en el noviciado debió existir una colección de textos (Salazar, 2021, p. 241) -porque la primera lección que se le impartía a las jóvenes fue la importancia de la lectura y la reflexión de lo que leían (Lavrin, 2012, p. 191), pero ésta no debió ser tan grande como la biblioteca común del convento.

El mundo de los manuscritos en Nueva España es otro punto de enorme interés que sigue siendo un universo desconocido. Prácticamente no sabemos mucho sobre su producción y circulación, mucho menos en los conventos femeninos. La naturaleza propia de los manuscritos permitió su elaboración con un preciosismo, heredero de tradiciones medievales y una transmisión fuera de los canales controlados, como lo representa el manuscrito citado. De esta realidad, las evidencias muestran que las monjas no estuvieron ajenas ni en la producción ni mucho menos en la elaborada composición. No obstante, de lo que se tiene más noticia son las crónicas de los colegios y las vidas de las venerables, ya sea porque se conservan y se han localizado, porque los impresos de esta tipología lo han mencionado o porque son los objetos que más han interesado. Lamentablemente, si el registro de las colecciones mexicanas de impresos adolece en muchos sentidos, el que corresponde a los manuscritos es todavía más lamentable.

Esa misma naturaleza que distingue a los manuscritos, ha producido que algunos sean exiliados de las bibliotecas y enviados a los archivos donde se ha creído que pertenecen. Los testimonios dan cuenta que en las colecciones de libros privadas e institucionales del periodo novohispano, cohabitan siempre manuscritos e impresos. En este sentido no hay una sola evidencia que indique lo contrario para el convento femenino más allá que, como hemos visto, no se recomendaba la lectura de los libros hechos a mano. Esta realidad material ofrece numerosas líneas de investigación, todas y cada una igual de apetecible. Especialmente cuando se trata de documentos y libros extraordinariamente decorados. Lamentablemente, después de la exclaustración todas las colecciones bibliográficas de religiosos y religiosas novohispanas comenzaron un periplo de destrucción y saqueo inevitable. Probablemente en este tenor, sea conveniente recomendar que se inicie un censo de obras manuscritas ya localizadas procedentes de estos conventos y que se vaya enriqueciendo con las nuevas noticias.

Por ejemplo, otro manuscrito conservado en la Biblioteca Nacional de México, sobre la vida de Sor Maria Isabel de la Consolación, religiosa de Sevilla, resulta interesante para esta reflexión por lo que ahí se indica:

> Ylustrados con este conocimiento, y asegurados con el precepto de Dios, que les mandaba escribir lo que ella les comunicara. Trasladaron al papel lo que ella les comunicó en el confesionario, lo qual es tanto y tan, y tan hermoso, que ocupa cinco tomos en folio mayor bien abultados; cuyo original se guarda con el aprecio que merece en los Archivos del Exemplar Monasterio de Santa Maria de Gracia de Sevilla, que fue la concha de esta preciosa perla, y de los quales se sacaron Tres Libros, que ordeno el Padre Maestro Fray Balthazar de Velasco, del mismo orden sagrado de Predicadores. Tan cumplidos, que el Traslado que hiso sacar de ellos el Señor Doctor Don Diego Antonio del Campo, Canonigo de Sevilla, ocupó tres tomos de a folio, que mandó encuadernar dicho señor (Peñuelas, [S.D.]).

Manuscritos como este siguen esperando una mirada interesada que los saque del olvido del tiempo. Afortunadamente, existen proyectos como "Escritoras del Nuevo Mundo", u otros similares, que permitan recuperar la vasta producción manuscrita conventual que conservamos. La otra razón de interés de este manuscrito es que fue el mismo autor del texto, *Breve noticia de la prodigiosa imagen de Nuestra Señora de Los Ángeles: que por espacio de dos siglos se ha conservado pintada en una pared de adove y se venera en su santuario extramuros de México*, impresa en 1781 y reimpresa en 1784 y en 1805. De la primera también se conserva un ejemplar en la Biblioteca Nacional de México.

Sin perder el hilo del argumento. El fenómeno de la reimpresión novohispana no ha sido del todo estudiado, y este tipo de ediciones pudieron contar con la participación financiera de las monjas. La investigación de Raúl Manuel López Bajonero ha demostrado que las Monjas de Santa Teresa financiaron la impresión de cuando menos 500 ejemplares de la Exaltación de la Divina Misericordia, en 1698 y en 1820 (López, 2017, p. 132). Esta obra narra la historia del milagro del Cristo que esa comunidad custodió desde el siglo XVII hasta su exclaustración. Otra historia es la que corresponde a su custodia actual que también recae en estas monjas. Algunas de esas ediciones se vendían en la portería del convento, aunque los datos recuperados no dan noticia de una ganancia económica en esta promoción. Otro aspecto de la cultura escrita que no debemos obviar.

Todos estos testimonios hacen dudar sobre el nivel de alfabetización en Nueva España. Si bien, pocos alcanzaron la maestría en el arte de la escritura, muchos otros supieron escribir cuando menos lo necesario. Las evidencias hace tiempo que hacen dudar de la relación directa entre saber firmar y saber escribir. Otro asunto diferente es el de la lectura,

completa o en partes y, los otros usos de los textos escritos que siempre fueron más profanos. De ahí, la mirada atenta de la Inquisición sobre la cultura escrita, que provocó las necesarias transgresiones y ocultaciones. No hay que olvidar esto, siempre qué hay una norma existe una transgresión. Es decir, ahí donde se dice que las monjas no tengan comedias ni libros profanos, como se ha visto no significa estricto y radical cumplimiento. Por otro lado, se afirma que los libros eran caros, algunos sí pero otros no, menos si son usados y se venden en el espacio conventual. La pregunta es ¿de dónde obtenían dinero la monjas? Hasta donde sabemos algunas de ellas contaban con algunos recursos propios, aportados por sus familiares. Si bien no son fortunas, hay un dinero circulando que bien podía emplearse para este placer mundano.

Imaginemos personas que tenían las habilidades para escribir y los recursos para copiar. Condición que abría un mundo de posibilidades pero los secretos más obscuros de existir, saldrían hasta la muerte de las monjas. Los arcones y las celdas se revisaron para hacer inventarios, pero en algunos casos no se hicieron. Es ahí donde veremos presentes los otros objetos de la escritura como las escribanías. Este aspecto de la cultura novohispana es complejo y laborioso y, requiere paciencia. Sin embargo, resulta fascinante. No obstante debemos organizar los testimonios recuperados y marcar un camino de investigación que sea útil para futuras generaciones. Tenemos que fomentar la historia de los conventos femeninos, pues al conocer a las entidades y las poblaciones que los habitaban podremos comprender objetos que rodearon la vida cotidiana de estas mujeres como fueron los libros.

Referências

AMERLINCK DE CORSI, M.; RAMOS MEDINA, M. *Conventos de monjas*: fundaciones en el México virreinal. México: Grupo Condumex, 1995.

BALTASAR PÉREZ, M. D. Saber y creación literaria: los claustros femeninos en la Edad Moderna. *Revista Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, vo. 20, p. 129-143, 1998.

CARREÑO VELÁZQUEZ, E. El libro en cuerpo y alma: la biblio- teca conventual de las carmelitas descalzas de Puebla. In: GARONE GRAVIER, M. (ed.). *Miradas a la cultura del libro en Puebla*: bibliotecas, tipógrafos, grabadores, libreros y ediciones en la época colonial. México: Ediciones de Educación y Cultura, 2012. p. 112-118.

CASTRO, J. *Primera regla de la fecunda madre Santa Clara de Assis*: dadas por N. P. S. Francisco. Testamento y bendición que dejó a sus hijas la misma Santa. Assi mismo las

Constituciones de Santa Coleta. Reformadora del Instituto Clarisso. México: Impresa por los herederos de doña María de Rivera, en el Empedradillo, 1756.

CÁTEDRA, P.; ROJO, A. *Bibliotecas y lecturas de mujeres*: siglo XVI. Salamanca: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004.

CONVENTO DE SANTA CATALINA DE SIENA (Puebla). *Libro que contiene las alajas que deja a nro Convento de Sta Catharina de Zena de la ciud. de Los Angeles Nra Me. Ma. de La Presentassion, primera electa por trienio, en tres de septiembre del año, del Sr. de ochenta y siete, y acabó su priorato en tres de septiembre de nobenta en tiempo del illmsm Sr. Obispo don D. Manuel Ferdes de Sta Cruz, dignissimo prelado*. [S.l.], 1791. [Manuscrito, Ms. 10297].

GARCÍA, I. Para que les den libre paso en todas partes sin que los abran ni detengan: libros para las comunidades religiosas de la Nueva España. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, vo. 42, no. 1, p. 151-173, 2017a. Disponible en: https://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/view/56658. Accesso en: ene. 2024.

______. Soy del uso de la Hermana Mariana: testimonios bibliográficos de los conventos femeninos novohispanos. *Boletín de Monumentos Históricos*, Ciudad de México, no. 40, p. 101-115, 2017b. Disponible en: http://revistas.inah.gob.mx/index.php/boletinmonumentos/article/view/12886. Acceso en: ene. 2024.

GARCÍA, S. *Admirable, y prodigiosa vida de la seraphica, y esclarecida Virgen S*: Cathalina de Sena, de la Tercera Orden de Penitencia, que fundò Santo Domingo... Salamanca: Imprenta de Santa Cruz, 1729.

GONZALBO, P. *Las mujeres en la Nueva España*: educación y vida cotidiana. México: COLMEX, 1987. Disponible en: https://doi.org/10.2307/j.ctv513bk8. Acceso en: ene. 2024.

HERNÁNDEZ DE OLARTE, X. Al leer ciertos libros tuvo engaño propio y se confundió...Sor Elena de la Cruz y su juicio inquisitorial en 1568. *Itinerantes*, San Miguel de Tucumán, no. 13, p. 81-102, jul./dic. 2020.
______. Edictos, confesionarios y monjas: los conventos de la ciudad de México ante la orden de 1783 de concentrar sus confesionarios en la iglesia. *Boletín de Monumentos Históricos*, Ciudad de México, no. 39, p. 140-159, 2017.

______. *Esposas de Cristo ante la Inquisición de Nueva España*. 2023. 360 f. Tesis (Doctorado en Historia) – Faculdad de Filosofía y Letras, Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2023.

LAVRIN, A. La educación de una novicia capuchina. In: RAMÍREZ MONTES, M. (coord.), *Monacato femenino franciscano en Hispanoamérica y España.* Querétaro: Poder Ejecutivo del Estado de Querétaro : Fondo Editorial de Querétaro, 2012.

______. *Las esposas de Cristo*: la vida conventual en la Nueva España. México: Fondo de Cultura Económica, 2016.

LEó N, L. *La perfecta casada*. Salamanca: en casa de Juan Fernández, 1583.

______; LORETO, R. *Monjas y beatas*: la escritura femenina en la espiritualidad barroca novohispana: siglos XVII y XVIII. México: Universidad de las Américas-Puebla : Archivo General de la Nación, 2006.

LLAVE de oro, para abrir las puertas del cielo: La Regla y Ordenaciones de las monjas de la Inmaculada Concepción de Nuestra Señora la Madre de Dios. Con cuatro brevísimos sumarios que se verán a la buelta de esta nueva reimpresión hecha a expensas de varios conventos de esta capital para el uso de sus religiosas. reimpr. México: Imprenta de Doña María Fernández de Jáuregui, calle de Santo Domingo, 1815.

Ló PEZ BAJONERO, R. *La vida y andanzas de un libro antiguo en Nueva España y la península ibérica*: cultura escrita en la obra hierofánica del doctor don Alonso Alberto de Velasco. 2017. 494 f. Tesis (Doctorado en Filosofía en Estudios Hispánicos) - The Western University, Canadá, 2017. Disponible en: https://ir.lib.uwo.ca/etd/4584/. Acceso en: dic. 2023.

LORETO, R. Leer, contar, cantar y escribir: un acercamiento a las prácticas de la lectura conventual: puebla de los Ángeles, México: Siglos XVII y XVIII. *Estudios de Historia Novohispana*, Ciudad de México, no. 23, p. 67-95, 2000.

MARTINI, M. P. Los libros destinados al convento de monjas de Santa Catalina de Siena de Buenos Aires. In: POLVERINI, M. Y. *Congreso Argentino de Americanistas*, 3., 1999. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Americanistas, 2000. t. 1. p. 175-190.

PEÑUELAS, P. A. *Compendio dela admirable vida, virtudes y milagros dela venerable Madre Soror María Ysabel de Consolación*: religiosa profesa de velo negro en el Convento de Santa María de Gracia de la Ciudad de Sevilla, la escribio el Br. Dn. Pablo Antonio Peñuelas. México: Biblioteca Nacional de México, [S.d.]. [Manuscrito, Ms. 1014].

PEREZ, M. L.; OROPEZA, Gabriela; SALDAÑA SOLIS, Marcela. *Autos de las visitas del arzobispo fray Payo Enríquez a los conventos de monjas de la ciudad de México, 1672-1675*. México: UNAM, 2005.

REGLA de la gloriosa Santa Clara con las Constituciones de las Monjas Capuchinas... reconocidas y reformadas por el Padre General de los Capuchinos y con las adiciones a los Estatutos de dicha regla sacadas de las que ... Alonso Coloma, Obispo de Barcelona dio a las ... capuchinas de la misma ciudad en 1603. Madrid: por Luis Sánchez y por su original en Toledo, 1647.

REGLA, y constituciones de las monjas reformadas descalças agustinas, ordenadas por el reverendísimo señor don Joan de Ribera... Valencia: en casa de Pedro Patricio Mey, 1614.

REGLA y constituciones del monasterio de religiosas de la Purissima Concepcion, Mercenarias [sic] Descalzas de la villa de Madrid. Madrid: Joaquín Ibarra, 1766.

REGLA, y constituciones que han de guardar las religiosas de los conventos de Santa Catarina de Sena y Santa Inés de Monte Policiano de la Ciudad de los Ángeles. [Puebla] de Los Angeles: En el Seminario Palafoxiano de dicha ciudad, 1773.

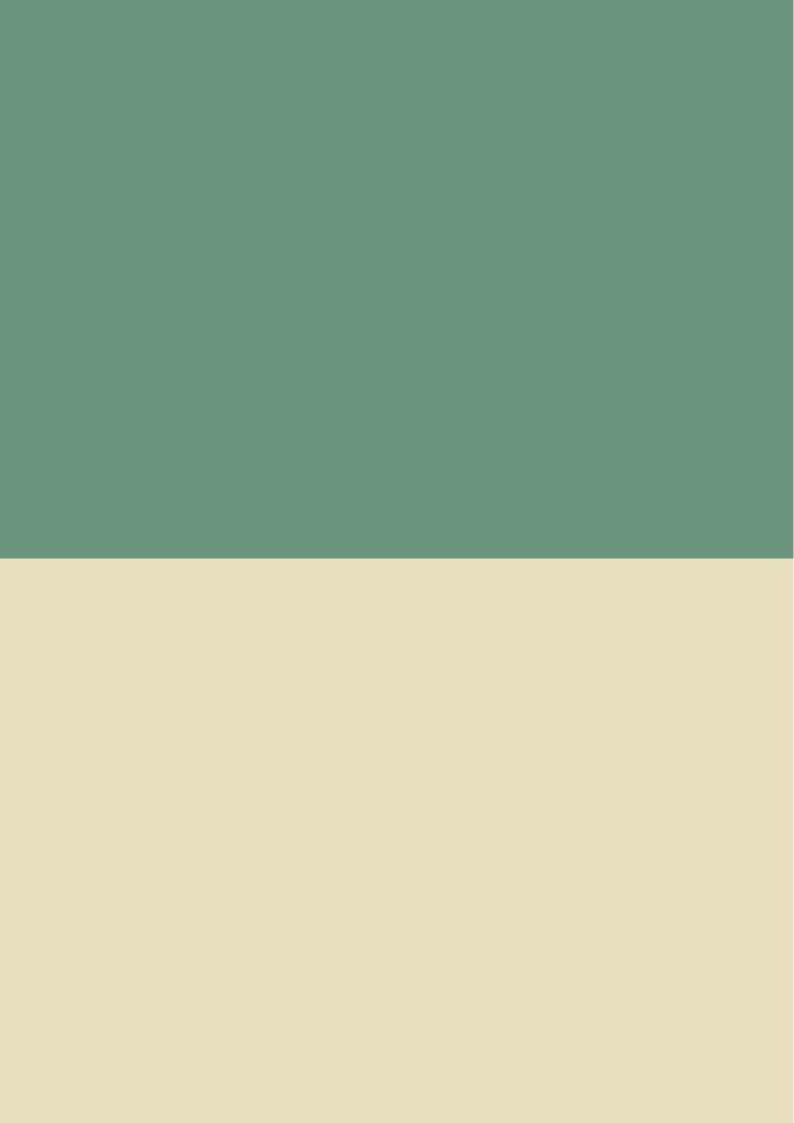
SALAZAR SIMARRO, N. Derecho de uso o pertenencia: exlibris en tres conventos de monjas novohispanas. *Dieciocho*, Virginia, EE.UU., vo. 44, Anejo 7, p. 233-266, 2021. Disponible en: https://dieciocho.uvacreate.virginia.edu/ANEJO%207/14.Salazar.pdf . Acceso en: dic. 2023.

______. Los libros del noviciado del convento de Jesús María de México: sus anotaciones manuscritas. *Boletín de Monumentos Históricos*, Ciudad de México , no. 40, p. 116–142, 2017. Disponible en: https://revistas.inah.gob.mx/index.php/boletinmonumentos/article/view/12887 . Acceso en: ene. 2024.

Idalia García

Doctora en Documentación por la Universidad de Granada, Posgrado en Interpretación Ambiental y del Patrimonio de la UOC (Catalunya) y especialidad en Políticas culturales y Gestión de la cultura por la UAM-Iztapalapa y la OEA. Actualmente estudia el Doctorado en Historia, Historia del Arte y Territorio en la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Investigadora Titular del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) desde 1999 y miembro del Sistema Nacional de Investigadores (SNI-CONACYT). Ha impartido docencia en universidades de México, Latinoamérica y España. También es autora de numerosos artículos, capítulos y algunos libros, el último de estos titulado La vida privada de las bibliotecas: rastros de colecciones novohispanas, 1700-1800 (Universidad del Rosario, 2020). Ha sido becaria de la Dirección General de Asuntos del Personal Académico de la UNAM, de la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, del Max Planck for Legal History and Legal Theory y de la Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado (AUIP). Desde el 2014 coordina el Seminario de Investigación DEL SCRIPTORIUM AL OBRADOR junto con la Dra. Ana Cecilia Montiel Ontiveros de la Universidad Autónoma del Estado de México. Obtuvo la medalla Sor Juana Inés de la Cruz de la UNAM (2016). Participa en el Proyecto "RedLibros2: Las redes del comercio de libros en la Monarquía Hispánica: mercados, agentes y arquitectura financiera. 1501-1648" (PID2022-137793NB-I00), de la Universidad Pablo de Olavide, España (2023-2026) y en el Grupo de Estudio e Investigación sobre Patrimonio Bibliográfico y Documental, coordinado por el doctor Fabiano Cataldo de Azevedo, Instituto Brasileiro de Museus. (UFBA).

Xixián Hernández de Olarte

Doctora en Historia por la Universidad Nacional Autónoma de México. Sus líneas de investigación se enmarcan en la historia de las mujeres, con énfasis en la vida conventual femenina novohispana, indias nobles y su incorporación a las instituciones de la Iglesia y en las religiosas ante la Inquisición; así como en el periodo de la guerra de Independencia de México, particularmente en la provincia de Chalco. mMiembro de los seminarios permanentes "Los conventos de monjas, arquitectura y vida cotidiana" del Instituto Nacional de Antropología e Historia, "Vida conventual femenina novohispana" del Centro de Estudios de Historia de México Fundación Carlos Slim y "Ecos del Pasado-Voces del presente desde la tierra fría de los volcanes" de la Universidad Autónoma del Estado de México. Entre algunas de publicaciones se encuentran: "Doña Paula Jacinta Gómez. Una india noble y su camino para profesar en el convento de Corpus Christi" en la revista Relatos e Historias en México en 2023; el artículo "Al leer ciertos libros tuvo engaño propio y se confundió…Sor Elena de la Cruz y su juicio inquisitorial en 1568" en la revista argentina Itinerantes en 2020; y "Edictos, confesionarios y monjas" en el Boletín de Monumentos Históricos del INAH en 2019.

Depoimento

"Biblioteca de Ana Maria de Almeida Camargo:
um percurso afetivo".

Maria Celina Soares de Mello e Silva
(Museu de Astronomia e Ciências Afins/Rio de Janeiro/Brasil)

Biblioteca de Ana Maria de Almeida Camargo: um percurso afetivo

Conheci pessoalmente Ana Maria quando estava pensando em fazer o doutorado. Quando soube que, na USP, teria a oportunidade de fazer uma tese voltada para arquivos, tendo ela como orientadora, consegui seu contato. Ela não me conhecia, mas me enchi de coragem e telefonei-lhe. Apresentei-me e falei sobre minha intenção de cursar o doutorado com ela. Expliquei-lhe minha proposta de estudo e percebi que ela se interessou. Ela convidou-me para ir a sua residência conversar melhor. Sua fala mansa e generosidade me conquistaram imediatamente. Não tive dúvidas: parti de Petrópolis rumo a São Paulo. Aquele telefonema foi o início de uma orientação com muita sintonia e amizade profícua.

Chegando a seu apartamento, ela me recebeu com a gentileza que lhe era peculiar, e abriu a porta de seu lar-biblioteca. Fiquei espantada ao perceber que seu lar era uma grande biblioteca. Esta ocupava quase todo o seu apartamento – que, na verdade, eram dois apartamentos conjugados em um. Os livros se espalhavam pelos cômodos e salas, impondo sua presença como se fossem os verdadeiros donos do espaço. Foi impactante. E se, para mim, que nasci e cresci dentro de uma biblioteca, era impactante, posso imaginar para quem não tem uma biblioteca em casa.

Meu pai, escritor, poeta, crítico literário e tradutor, acumulou durante sua vida uma biblioteca com mais de 8.700 livros. Tínhamos em casa uma grande biblioteca e assim cresci, acostumada a viver entre livros. Porém, nunca tinha visto, além da de meu pai, outra biblioteca particular, mantida por uma pessoa física em sua residência, que fosse de tal envergadura, como a de Ana Maria. Não sei a quantidade de livros que ela possuía, mas, só de olhar, parecia-me que era bem maior do que a de meu pai!

Como era bem organizada, e dispunha um espaço amplo, Ana Maria pode se dar ao luxo de ter os livros em cômodos, quase que por tema. Ela me apresentou o cômodo onde estavam os livros com a temática de arquivos e documentação. Meu Deus! A impressão que tive foi a de que todos os livros publicados na área estavam lá. Exageros à parte, o fato é que ela se esforçava para adquirir material de arquivo, não apenas para suas pesquisas, mas também para sua atividade docente. E, sobretudo, porque sua erudição necessitava dos livros. Esforçava-se para assinar periódicos da área, nacionais e estrangeiros. Também mantinha uma coleção de instrumentos de pesquisa.

Sua biblioteca foi muito importante para o desenvolvimento de minha pesquisa. Ela me apresentou publicações estrangeiras que versavam especificamente sobre meu tema de pesquisa, as quais permitia que eu levasse até a esquina para copiar e ler. Várias vezes estive em seu lar-biblioteca para pesquisar itens para meu trabalho. As visitas eram também para orientação acadêmica. Conversar com Ana Maria era sempre uma aula. Sua erudição era impressionante. Perfil parecido com o de meu pai, também um erudito. Falei de um para o outro, que se conheceram, e surgiu daí uma admiração mútua.

A biblioteca de Ana Maria fez diferença na minha vida profissional.

Obrigada Ana!

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (1987), mestrado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1995) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2007). Participou do Stage Technique International des Archives, no Arquivo Nacional da França (2000). É docente do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST). Atualmente presta serviço de organização de arquivo pessoal para o Instituto Moreira Salles. Tem experiência na área de organização de arquivos, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivos pessoais, arquivos de ciência e tecnologia, preservação de arquivos e tipologia documental.